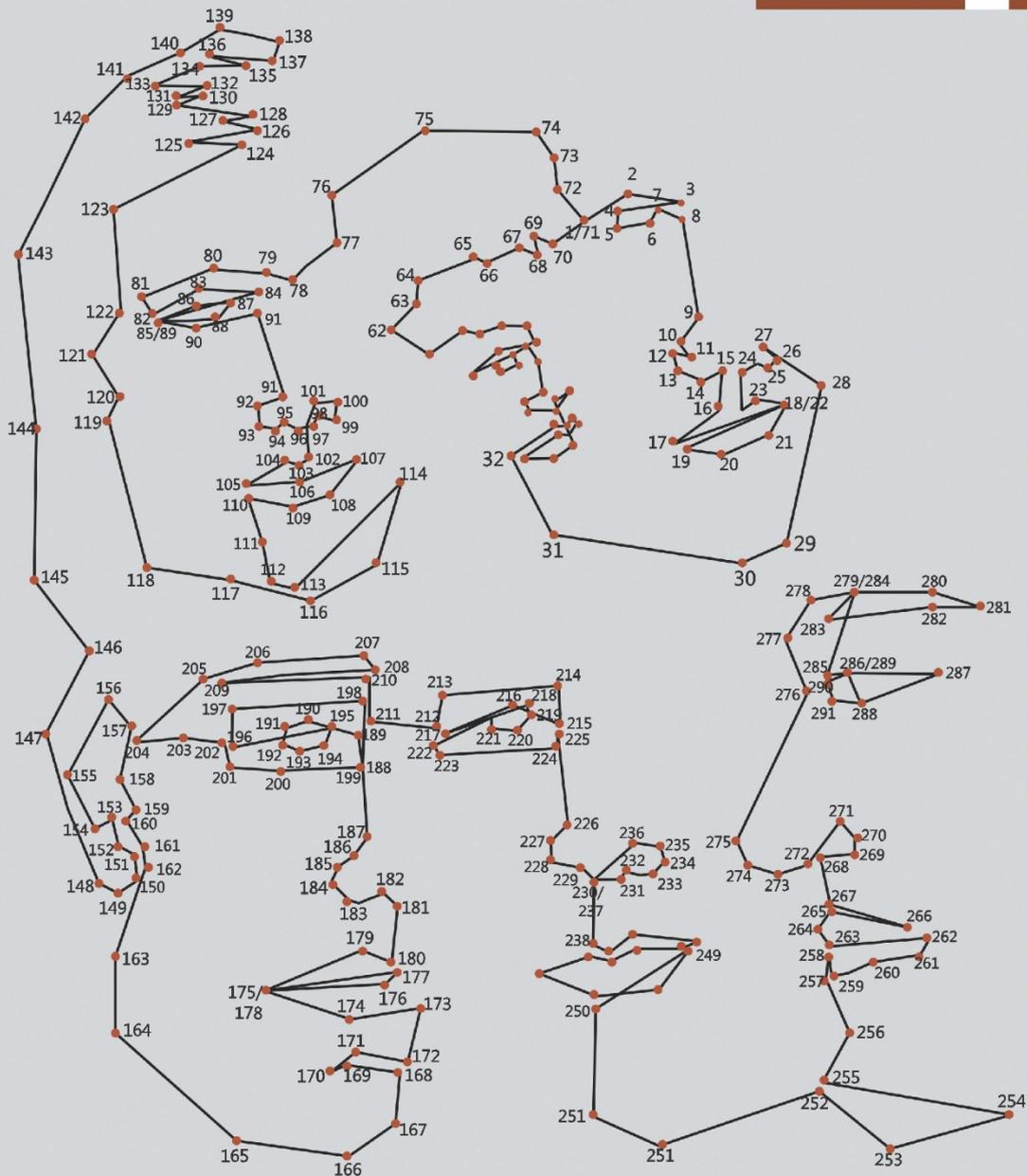


INTERVENÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA:

NOVAS REALIDADES EM PESQUISA

volume 2



ANDREZA MARIA NEVES MANFREDINI
CENEIDE MARIA DE OLIVEIRA CERVENY
organizadoras

Andreza Maria Neves Manfredini
Ceneide Maria de Oliveira Cerveney
Organizadoras

**Intervenção Familiar Sistêmica:
novas realidades em pesquisa**



Taubaté – SP | 2023

EXPEDIENTE EDITORA

edUNITAU

| Diretora-Presidente: Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo de Araújo
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Viviane Fushimi Velloso
| Área de Biotecnologias: Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
| Área de Exatas: Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
| Área de Humanas: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Consultora Ad hoc: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Projeto Gráfico

| NDG – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
| Coordenação: Alessandro Squarcini
| Diagramação: Rafael Campos de Jesus
| Capa: Gabriela Rangel Cunha Manfredini
| Revisão: dos autores
| Impressão: Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

| | |
|------|--|
| I619 | Intervenção familiar sistêmica : novas realidades em pesquisa / organizador por Andreza Maria Neves Manfredini , Ceneide Maria de Oliveira Cerveny. – Taubaté : EdUnitau, 2023. v. 2. |
| | Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Modo de acesso: world wide web |
| | ISBN: 978-65-86914-68-9 (on-line) |
| | 1. Família. 2. Casal 3. Pensamento sistêmico. I. Manfredini, Maria Neves. II. Cerveny, Ceneide Maria de Oliveira. III. Título. |
| | CDD – 158.24 |

Índice para Catálogo sistemático

Família – 158.24

Casal – 158.24

Pensamento sistêmico – 150.195

Copyright © by Editora da UNITAU, 2023

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

PREFÁCIO

Este livro é resultado de um percurso que se inicia em 2014, com a propositura do curso de pós-graduação lato sensu Intervenção familiar: Psicoterapia, Orientação e Mediação de Conflitos na Universidade de Taubaté.

A iniciativa demonstra e cumpre a função de uma universidade. A gênese é o curso, mas os reflexos são a formação de profissionais que compõem o capital humano e intelectual da sociedade onde se inserem, e atuam como agentes transformadores, ao multiplicar o conhecimento, os conceitos, as práticas construídas ao longo da formação no âmbito da pós-graduação.

A parceria entre docentes e egressos na elaboração das pesquisas permite um olhar diverso sobre as relações familiares, que amplia e atualiza a compreensão de família. Em um contexto contemporâneo caracterizado pela complexidade, resultante das transformações sócio-históricas, as relações sociais se modificam, motivando a ampliação do conceito de família para além do modelo europeu difundido em uma perspectiva colonialista.

A família continua sendo a primeira instituição com a qual os seres humanos têm contato, mas a compreensão contemporânea de família reconhece a multiplicidade de sua constituição, considerando configurações diversas, dentre as quais famílias por afeto, famílias homoafetivas, famílias monoparentais, famílias interculturais, famílias reconstituídas. A estrutura familiar é complexa e reflete formas de organização presentes na sociedade, mas por muito tempo invisibilizadas. Cabe observar que do ponto de vista das Ciências Sociais Aplicadas, não há um modelo de família ideal. O fundamental é que crianças e adolescentes se desenvolvam em ambientes de segurança emocional e afetiva, de forma que possam desenvolver suas habilidades, exercer suas escolhas e liberdades. Dessa forma, o olhar moralista sobre a estrutura familiar deve ser rejeitado. Jessé Souza, sociólogo que aborda o pensamento social brasileiro e conduz estudos teórico-empíricos sobre as classes sociais, desigualdade e inequidades no Brasil contemporâneo, esclarece que as famílias melhor estruturadas, independente da configuração, são aquelas que propiciam os requisitos para formar pessoas capazes de avaliar suas condições e opções de vida.

Compreender, por meio da ciência e instrumentos de pesquisa, como as famílias interagem, como dialogam com o mundo do trabalho, como compreendem as questões de gênero, como são reconhecidas pela esfera jurídica e legal, como ocorrem as relações

intergeracionais, como se posicionam politicamente, entre outros possíveis caminhos, é uma contribuição ímpar.

Parabenizo o corpo docente, discente e egressos por assumirem o papel de autores neste livro, o que oportuniza compartilhar e multiplicar as pesquisas, inquietações e provocações realizadas ao longo dessa trajetória.

Convido os leitores a partilhar dessa trajetória. Uma instigante leitura a todos!

Monica Franchi Carniello

Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela PUCCAMP (1993), Especialista em Marketing pela University of California (1998), Mestre em Comunicação e Letras pela Mackenzie (2000) e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUCSP (2005). Pós-doutorado em Comunicação pela UMSP. Professora Titular da Universidade de Taubaté (UNITAU), com atuação no Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, e no Departamento de Comunicação Social. Atualmente é Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação. Membro das associações ALAIC, INTERCOM e ALCAR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3107-901X> – E-mail: monica.carniello@unitau.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que apresentamos o segundo ebook produzido pelo corpo docente e discente do Curso de Pós-Graduação em Lato Sensu em Intervenção Familiar: Psicoterapia, Orientação e Mediação de Conflitos da UNITAU. A participação ativa dos professores e alunos nas discussões em sala de aula, com temáticas diversas no trabalho com famílias e casais e o empenho na produção de conhecimento científico da realidade das famílias do interior de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, motivou a publicação desta obra.

Nossas pesquisas compartilham o pensamento sistêmico na compreensão de diferentes fenômenos sociais que atravessam as relações familiares. A partir de uma visão de mundo co-construída numa reflexão crítica, entre os alunos especialistas e os professores do curso de pós – graduação, foi possível praticar métodos de pesquisa e investigar temas em família que permitiram conhecer questões contemporâneas e problematizar acontecimentos que inovam o conhecimento sobre famílias da nossa região.

Sabemos o quão desafiador é fazer pesquisa em nossa realidade, pois há um investimento do profissional em tempo, dinheiro e esforço para tal contribuição e, com este grupo de profissionais altamente engajados, foi possível unir nossos esforços e dar continuidade na responsabilidade em retornar à comunidade geral, aquilo que foi pesquisado nas famílias.

Comprometidos com o fazer científico e com a diversidade de temas que emergem das relações familiares, compartilhamos conhecimentos que podem contribuir com a amplitude do olhar e de uma prática de profissionais que trabalham com famílias e comunidades. Os fenômenos culturais compreendidos em um determinado contexto apresentados nos capítulos, mostram novas formas de conhecer a realidade das famílias e casais e expressam a necessidade do compromisso social do psicoterapeuta e do orientador de família e de casal com as demandas contemporâneas.

Andreza Maria Neves Manfredini

Ceneide Maria de Oliveira Cervenky

organizadoras

AUTORES

Adriana Leônidas de Oliveira. Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, pela PUC-SP. Pós-Doutora em Administração, pela EAESP-FGV. Diretora do Departamento de Psicologia da UNITAU. Professora do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, na UNITAU. Professora do Curso de Especialização em Intervenção Familiar, na UNITAU. Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde, na UNITAU. Líder do Grupo de Pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento.

Amanda de Alcantara do Nascimento Graduada em psicologia, pela Universidade de Taubaté, em 2008. Atuante desde então na área de dependência Química em instituições de tratamento. Pós-graduação em Psicoterapia de família e de casal, pela UNITAU, em 2022.

Ana Beatriz Patrick Pereira Rego da Silva Formada em Psicologia pela UNITAU, em 2002 e pós-graduada em Intervenção Familiar - Psicoterapia Familiar e de Casal pela UNITAU, em 2021.

Ana Cabanas Comunicóloga. Especialista em Metodologia Científica do Ensino. Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual. Especialista em Psicopedagogia. Mestre Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutora em Humanidades y Artes con mención en Ciencias de la Educación. Docente no Instituto de Integração em Educação Continuada/UniCSul, Faculdade Anhanguera de São José e Faculdade Vanguarda. Consultora em Processos e Qualidade. Diretora do Instituto Kriterion Educare. Coordenadora do MBA em Gestão de Projetos em Indústria 4.0.

Ana Carla Figueiredo Pinto Graduação em Medicina pela Faculdade Técnico-Educacional Souza Marques (1991). Residência Médica em Pediatria no Hospital Militar (HPM) de Belo Horizonte pela CNRM-MEC (1992-1993). Título de Especialista em Pediatria (1994) com área de atuação em Medicina do Adolescente (2010) pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Pós Graduação Sensu-Latu em Saúde Mental na Infância e Adolescência pela EPM - UNIFESP (2019) e em Intervenção familiar: Psicoterapia de família e de casal na Universidade de Taubaté (2022). Responsável técnica e Interlocutora da Saúde da Criança e Adolescente na rede de proteção pela Secretaria de Saúde de São José dos Campos (2014 a 2023). Participação no Curso de Extensão "Linha de Cuidado para Saúde na Adolescência e Juventude para o SUS no ESP" (set a nov 2021) e articuladora dos projetos locais de implementação no município de São José dos Campos/SP.

Ana Camila Oliveira de Paulo Graduação em Psicologia, pela Universidade de Taubaté (UNITAU) em 2018 e Especialização em Intervenção Familiar: Psicoterapia de família e de casal, pela Universidade de Taubaté (UNITAU) em 2021.

Andreza Maria Neves Manfredini. Psicóloga. Pós-Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, pela PUC-SP. Especialista em Orientação Familiar, pela UNITAU. Curso de Terapia Colaborativa pelo Instituto Houston (EUA) em parceria com Interfacci – São Paulo. Coordenadora e Professora do Curso de Pós Graduação em Intervenção Familiar, na UNITAU. Professora Assistente I do Departamento de Psicologia, na UNITAU.

Ceneide Maria de Oliveira Cerveny. Psicóloga. Especialista em Terapia Familiar, pela PUC-SP. Mestre em Psicologia Social, pela PUC-SP. Doutora em Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, pela PUC-SP. Vice-Coordenadora e Professora do Curso de Pós Graduação em Intervenção Familiar, na UNITAU e Coordenadora do Curso de Pós Graduação em Intervenção Familiar Sistêmica, na FAMERP. Professora do Programa de Pós Graduação de Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, na PUC-SP.

Fernanda Furlan Marques Campos. formada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2018). Especialista em Intervenção Familiar:Psicoterapia de casal e família pela Universidade de Taubaté (2021). Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Anhanguera (2022).

Joviane Marcondelli Dias Maia Psicóloga com Graduação, Mestrado e Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Especialização em Terapia Familiar pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). Professora no Curso de Intervenção Familiar Psicoterapia e Orientação da UNITAU. Atua como Psicóloga clínica com enfoque em Terapia Conjugal e Familiar Sistêmica, mediadora de grupos de estudo, professora em cursos de capacitação e supervisora clínica.

Milena Fernandes Farias Formada em Psicologia pela UNITAU (2017). Pesquisadora da atuação da Psicologia em emergências e desastres (desde 2017). Especialista em Intervenção Familiar: Psicoterapia de família e de casal, pela UNITAU (2021).

Patrícia Cres Napoleone Giovannetti Psicóloga pela UFSCar há 20 anos, especialista em Psicoterapia junguiana pela Unicamp, em 2007 e especialista em Intervenção Familiar - Psicoterapia de família e de casal pela UNITAU, em 2021.

Renata Miranda Gonçalves Psicóloga Clínica e Terapeuta de Família e Casal. Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Paulista; Pós-Graduação em Intervenção Familiar: Psicoterapia, Saúde e Bem Estar Social pela Universidade de Taubaté. Possui experiência em atendimento clínico, institucional, atuando principalmente como psicoterapeuta de adultos, crianças e casais.

Selma Leite de Carvalho Graduação em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba (2009), Pós Graduação em Gerente de Cidades pela Fundação Armando Alvares Penteado (2014). Atualmente é Chefe de políticas sobre drogas do município de São José dos Campos. Pós Graduação em Intervenção familiar- Orientação, pela UNITAU (2021). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social.

Silvio Celso da Silva. Perito Criminal aposentado da Polícia Científica de São Paulo, graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, graduado em Psicanálise, pós-graduado na especialidade de Intervenção Familiar – Orientação.

Wanda Rogéria Campos Lima Assis. Psicóloga. Especialista em Psicoterapia de Família e de Casal, pela PUC-SP. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica, no núcleo de Família e Comunidade, pela PUC-SP. Curso em Terapia Comunitária e em Terapia Narrativa de Michel White, pelo Dulwich Centre (Austrália). Curso de Terapia Colaborativa pelo instituto Houston (EUA) em parceria com Interfacci – São Paulo. Estudos com psicoterapeuta familiar Marcelo Pakman no Centro di Mlanese di Terapia della famiglia (Itália). Professora do Curso de Pós-Graduação em Intervenção Familiar, pela UNITAU.

SUMÁRIO

MULHERES NA FAMÍLIA

Capítulo 1- Compreender a codependência da mulher na conjugalidade com drogadito.....12
Amanda de Alcantara do Nascimento
Wanda Rogéria Campos Lima Assis

Capítulo 2- Mulheres empreendedoras, uma análise do empreendedorismo feminino: estudo de revisão sistemática.....21
Ana Camila Oliveira de Paulo
Andreza Maria Neves Manfredini

Capítulo 3- Mulheres divorciadas e sua relação com o dinheiro no pós-divórcio.....34
Ana Beatriz Patrick Pereira Rego da Silva
Andreza Maria Neves Manfredini

FAMÍLIA E SUAS INTERFACES

Capítulo 4- Valores e o uso do dinheiro na família na fase de aquisição.....46
Andreza Maria Neves Manfredini
Renata Miranda Gonçalves

Capítulo 5- Afetividade na Parentalidade: Uma análise intergeracional.....63
Patrícia Cres Napoleone Giovannetti
Wanda Rogéria Campos Lima Assis

Capítulo 6- A gravidez na adolescência durante a pandemia Covid-19 e a rede de serviços de saúde pública na percepção de adolescentes gestantes.....84
Ana Carla Figueiredo Pinto
Joviane Marcondelli Dias Maia

Capítulo 7- A espiritualidade e os recursos espirituais de famílias no enfrentamento das diferentes adversidades em período pandêmico.....109
Ana Cabanas
Selma Leite de Carvalho
Wanda Rogéria Campos Lima Assis

Capítulo 8- O trabalho do policial: Repercussões na qualidade de vida e dinâmica familiar.....131
Silvio Celso da Silva
Adriana Leônidas de Oliveira

Capítulo 9- Resiliência familiar em contexto de pandemia.....150
Adriana Leônidas de Oliveira
Milena Fernandes Farias

Capítulo 10- Os desafios da conjugalidade na Fase de Aquisição.....175
Fernanda Furlan Marques Campos
Adriana Leonidas de Oliveira

MULHERES NA FAMÍLIA

Capítulo 1- Compreender a codependência da mulher na conjugalidade com drogado

Amanda de Alcantara do Nascimento

Wanda Rogéria Campos Lima Assis

1. Introdução

A escolha do tema partiu de minha atuação durante mais de uma década na área e em observar a forma como esses indivíduos se dedicam aos seus relacionamentos. Olhando para uma cultura brasileira e um sistema patriarcal, algumas décadas atrás, vemos que era algo imposto às mulheres: os cuidados de servir a família e evitar trabalhar fora de casa e ter uma profissão. Basicamente era o papel de cuidar e isso deveria ser o suficiente.

Pensamos através disso que é nesta construção de identidade feminina e como ela também pode ter uma carreira profissional e buscar autonomia financeira. É ainda uma construção bem atual o “olhar para si” e diferenciar-se do sistema familiar e conseguir estabelecer uma nova maneira de viver, levando a família a ter novas configurações familiares como: número de filhos, etc. Essa construção da identidade e autonomia vejo como uma possibilidade, quando há espaço para conversas abertas e construtivas na família de origem, a fim de quebrar paradigmas, e quanto profissionais, podem colaborar. Observando alguns padrões emocionais, a ambivalência destes sentimentos e falta de conhecimentos de si mesmas, e de como uma vida conjugal daria conta de modicar este desafio é constante nessas esposas e trazem questões importantes a serem conversadas e terem ações com resoluções que permitam seguir adiante. A angústia, tristeza, ambivalência e culpa são companheiros assíduos nessa forma de relacionamento.

Nessa pesquisa bibliográfica se pretende ampliar conhecimentos de ordem médica, social, psicológica, na área sistêmica familiar, para contribuir com maiores reflexões nesses tratamentos para ajudar casais e familiares ou até mesmo orientar profissionais. Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas família e dependência química, codependência, teoria do Apego e Intergeracionalidade

2. Revisão da literatura

1- Codependência

O termo codependência ainda não foi incluído no Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM-IV). O termo dependência se refere ao grau que um indivíduo se apoia e confia em outro para a sua existência e, portanto, possui uma referência disfuncional.

O termo codependência se desenvolveu em meados da década de 1940, nos Estados Unidos, as esposas de Bill e Bob, os fundadores de Alcoólicos Anônimos, ao perceberem que também compartilhavam suas experiências, fundaram o Al-Anon, grupo para familiares e amigos de alcoólicos. Nessa ocasião que surgiu o termo codependência, usado para caracterizar as esposas.

Na década de 1970, nas Comunidades Terapêuticas de Missota, nos Estados Unidos, o termo volta a aparecer para “identificar” os familiares dos drogaditos que estavam em tratamento por internação nestes locais. Na década de 1980, o termo surge na área da terapia ganhando um maior aspecto não somente para os familiares de drogaditos. A sistêmica busca sempre ampliar o olhar e as possibilidades num movimento circular do sujeito.

O codependente se coloca em uma posição de “salvar” e cuidar do familiar dependente químico. Abdicam de seus próprios interesses de sua vida para se dedicarem ao outro (s). Voltando à uma breve definição de co-dependência, nesse comportamento, acreditam que a proteção, a disponibilidade é um ato de amor, porém é uma atitude disfuncional podendo se tornar, à vezes, patológica, visto que não resulta na melhora da pessoa que apresenta o problema, além de levar ao próprio adoecimento. Carvalho e Negreiro apud Camargo (2017) os codependentes não têm capacidade de perceber esse problema sem ajuda.”

Segundo CAMARGO (2017) “a codependência parece ser um padrão disfuncional aprendido quanto à forma de se relacionar com o outro e com a própria vida, com condutas autodestrutivas que passam de pais para filho, de geração em geração”. A codependência é um conceito que está em construção na ciência em diversas especialidades de conhecimentos há poucas décadas e, devido a isso a importância de uma visão clara e bem orientada a fim de desmistificar os jargões e diminuir o impacto negativo que causa nos envolvidos.

É muito comum nos grupos de famílias, clínicas de reabilitação álcool e drogas nomearem os envolvidos com os drogaditos de codependente ou, pessoas com comportamento controlador ou passivo, se nomeiam codependente.

A codependência é entendida como uma série de fatores e não um diagnóstico fatal e limitante. MIRANDA (2015).

1.1 Terapia familiar sistêmica e dependência química na família

A terapia Sistêmica entende a família como um sistema aberto, em constante interação intra e extrafamiliar, analisando o problema de abuso e dependência de substância sob dimensão sociocultural. Compreende que os problemas de uso e dependência não são responsabilidades exclusivas do membro usuário, e seu foco compreende a família como coautora do problema e de suas soluções.

Sempre levantamos dados durante a escuta clínica para melhor compreender essa dinâmica como por exemplo: Os avós bebiam? Na família tinha muitas festas? A alegria e a bebida era um detalhe? Os comportamentos agressivos eram justificados pelo excesso da bebida?

A teoria dos sistemas e a terapia familiar se diferencia de outras abordagens pois não busca somente levantar hipóteses sobre como foi ou é as dinâmicas relacionais, como o comportamento humano é influenciado pela cognição e etc; o foco da terapia sistêmica é voltado para observar e trabalhar no a funcionamento da família, de que maneira as relações se estabelecem e influenciam os seus membros a desenvolverem padrões específicos de comportamentos. Esses padrões são mantidos e propagado à medida que adquirem caráter de função para o sistema familiar mesmo que sejam prejudiciais aos membros.

O pensamento sistêmico empenha-se em obter sínteses dialógicas, a partir da totalidade das interações entre as partes para a existência de um todo, incluindo aspectos de contradições, conflitos e paradoxos que comportam os fenômenos. Trata de questões que envolvem vários fatores e variáveis, que dão origens às características e propriedades de entidades globais a partir de padrões organizados de interações. Partindo da conceituação de Vasconcellos 2006 a respeito de uma visão de mundo sistêmica, na qual os pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade constituem um novo paradigma da ciência, social e cultural em um tempo e espaço determinados, sendo circularmente influenciada por todos indivíduos envolvidos, conseqüentemente, essas experiências não passíveis de generalizações. O entendimento é, então, construído do intrapsíquico para o inter-relacional.

2-Teoria do Apego

2.1- Dependência Emocional

Acredito ser relevante discorrer sobre essa teoria pois partimos com pressuposto que a forma afetiva e vínculos disfuncionais na co-dependência tenha raízes na formação de vínculos. Desta forma vamos entender as bases da formação da afetividade dentro do sistema familiar, ou os aspectos que englobam o discernimento das emoções, sentimentos e afetos, recorreremos à Teoria do Apego desenvolvida por Bowlby (1969-1984). Para o autor, (1997, p.96), “(...) o primeiro e mais persistentes de todos os vínculos é geralmente entre mãe e seu filho pequeno, um vínculo que frequentemente persiste até a vida adulta.” Compreendemos que esta vinculação ocorre também entre a criança pequena e cuidadores, caso haja impedimento da relação mãe e filho. Bowlby (2002, p. 70), menciona que: “As modificações que o homem realiza em seu meio ambiente são de caráter diferente. Nenhuma é produto de um

comportamento instintivo; pelo contrário, cada uma delas é produto de alguma tradição cultural, apreendida de novo, às vezes, laboriosamente, por membros de cada nova geração.”

Para Bowlby (2002), quando nasce um bebê, este se encontra muito longe de ser uma tabula rasa, pelo contrário, possui certo número de sistemas comportamentais prontos para serem ativados, direcionados e corrigidos, já nasce equipado com uma vasta série de sistemas predispostos aos estímulos de vários tipos que podem ser fortalecidos ou enfraquecidos. O ser humano ao nascer possui uma acentuada tendência para estabelecer ligações afetivas, ou seja, apego a uma figura específica. Esta tendência é uma necessidade básica primária essencial.

Os estudos de Bowlby desenvolveram alguns tipos de Apego do qual considero importante destacar para o tema abordado da pesquisa, são eles: Apego Seguro; Apego Evitante; Apego Ambivalente; Apego Desorganizado. E os utilizo na articulação de conhecimentos para trabalhar esta codependência para entender e investigar, porque considero possível e positivo articular com a teoria Sistêmica e compreender melhor o entorno dos afetos nessa proposta de pesquisa.

2.2- Família e Intergeracionalidade

No olhar sistêmico, a família é concebida como um sistema aberto, organizacionalmente separado do exterior por suas fronteiras e estrutural, é composta por seus subsistemas (conjugal, parental e filial), demarcada por seus limites com diferentes graus de permeabilidade que expressam as realidades de acesso e privacidade com diversas formas de hierarquia interna, entre elas. Na família, os subsistemas presentes são organizados por meio de diferentes fatores: idade, gênero, papéis e funções, entre outros. Segundo Cervený 2012.

A estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais seus membros se interagem. Uma família pode ser vista como um sistema que opera por meio de padrões transacionais. As transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar que reforçam o sistema. Nestes termos, operações repetidas constituem um padrão transacional que regula o comportamento dos membros da família, portanto, seus padrões podem ser modificados. Padrões adquiridos de uma geração são modificados ou mantidos em outra geração, se os membros familiares perceberem e desejarem tais mudanças. Cervený (2001), conceitua a família dentro dessa pluralidade, incluindo: laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, família conjugal e extensa, núcleo doméstico e família não legitimada juridicamente, entre outras. A família é a primeira integradora de amor, compreensão, confiança, estímulo e comunicação que permeiam a relação, sendo formas de proteção utilizadas para facilitar o processo de integração e participação do indivíduo nos diferentes grupos sociais da comunidade/sociedade. Assim, as redes familiares, culturais, sociais e históricas são formadas.

Pensando na codependência como tema de pesquisa, relaciono da teoria à minha prática esses movimentos. É comum ouvir dessas esposas que não sabem de onde vem alguns sentimentos e sensações bem como os drogaditos discursam sobre esse “fantasma” por trás de algumas ações.

Na família encontramos o grupo primário e mais constante, as pessoas que fazem parte e dependem de sua organização nas interações com o meio social; além de se encontrarem vinculadas a uma corrente geracional como elo de transmissão, podem ser beneficiárias e herdeiras dessa transmissão e das heranças que os ajudam a se constituir dentro de um sistema familiar.

Para Boszormenyi-Nagy; Spark (1983, p.13), “(...) durante gerações inteiras se repetem episódios”, que se referem a respeito da repetição de episódios por três ou quatro gerações como: morte violenta de mulheres a mando dos homens; esposas supostas mártires vitimizadas por maridos; filhas expulsas de casa por pecado; seqüências de incesto, dentre outras questões. ASSIS (2006) em estudo sobre esse tema nos diz que: é feita uma ressalva para várias situações que podem destruir ou afetar os papéis e as funções parentais, como: lutos não elaborados, histórias de violências, migrações, doenças, histórias de lacunas, segredos e a falta de questionamento de como ocorreram os fatos; gerando, às vezes, uma dificuldade na comunicação. Estas situações vivenciadas pelas famílias podem afetar os vínculos se não forem elaboradas ou transmitidas dentro de um contexto e os sintomas paralisadores emocionalmente podem afetar a seqüência do ciclo vital familiar e começar uma nova história pessoal de significados mal elaborados que são retransmitidos. Nas famílias, as funções psíquicas de um membro são importantes, pois interferem nos demais elementos.

Pude constatar na atuação clínica e nas leituras que muitas vezes, esses padrões são representados por lembranças que ficaram guardadas, trazendo sentimentos, sensações sem um maior questionamento porque a pessoa guardou este sentimento que se mantém vivo e a memória sempre o traz como algo desagradável ou agradável (consciente e inconsciente). Ressalto que para a sistêmica não somos um núcleo fechado e sim aberto e circular então não se deve olhar apenas o aqui e agora, co-construímos um olhar amplo para entender situações do presente e que podem ter consequências no futuro. Empresto da autora Wanda Rogéria C. L. Assis descrevendo sobre Intergeracionalidade alguns temas são relevantes na compreensão do sistema familiar, como: · papéis familiares, hierarquia, fronteiras e funções; · regras familiares; · vínculos familiares, triângulos amorosos, lealdades, segredos, crenças e mitos que se formam por meio de rituais; · ligações afetivas ao longo das gerações; · proteção dos cuidadores; · o membro diferenciado ou o “bode expiatório”; · casamentos e separações; · doença mental/emocional; · agressões, violência, física e emocional; · sentimentos que se repetem como: medo, culpa, ansiedade, raiva, euforia, entre outros; · padrões das dinâmicas relacionais; pré-

conceitos – valores morais; · nível educacional/socioeconômico/profissão, entre outros. (ASSIS 2006).

3. Método

Tendo por finalidade expor características e reflexões a cerca da codependência com foco na forma afetiva, o presente estudo se caracteriza como descritivo, empregando a metodologia da pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão de literatura narrativa, utilizando como fontes de dados artigos científicos eletrônicos (Ppsic, Scielo, Lilacs), livros, revistas e que abordem o tema. Dentro deste contexto, aborda-se um padrão de dependência emocional com foco em esposas de drogadito.

4. Resultados e Discussão

Pensando com Böszömenyi-Nagy, Ceneide Cervený e Wanda Rogéria Assis entre outros autores sistêmicos que busquei referências teóricas para os principais temas da pesquisa, divido o pensamento que os problemas familiares são manifestações e resultados entre o receber e dar, especialmente na área do afeto. Cada família escreve sua história particular constituindo um livro cujo patrimônio familiar é obtido por herança e obrigações, direitos que se impõem à pessoa, cujos “débitos” devem ser contabilizados para ser leal à família. Mais do que uma lei manifesta, a lealdade familiar é uma rede invisível de expectativas do grupo de uns sobre os outros.

A co-dependência, apesar de ser uma disfunção emocional e relacional, que ocorre em indivíduos que estão emocionalmente ligados a usuários de substâncias psicoativas, sejam parte da família nuclear, ou mesmo amigos próximos, é um assunto que merece ser mais aprofundado, visto que se constatou que a inserção da família no programa de tratamento do dependente de substâncias, é de fundamental importância como elemento motivacional, no processo terapêutico.

A situação específica vivenciada em cada caso particular, como tempo de convivência com o drogadito, atitudes de agressão por parte deste, pressão sofrida pelo grupo social, bem como características de personalidade, determinará o estilo de enfrentamento adotado por estas esposas. São necessários estudos futuros que determinem a existência de um padrão de comportamento nas dinâmicas relacionais que, efetivamente possa contribuir na adesão ao tratamento por parte de cônjuges alcoolistas. O conhecimento de comportamentos mais adequados à situação, podem servir como orientação às famílias, facilitando a adesão ao tratamento, e resgatando a estabilidade perdida. Nesse sentido pensando nas mulheres que pude atender ou das que de alguma outra forma tive contato na minha atuação profissional, pude

compreender que esses vínculos estavam de alguma forma disfuncionais e devido configurações relacionais quando crianças e foi se estendendo ao longo da vida e ao se relacionar com drogaditos elas (re)viviam o mesmo padrões, a mesma forma de amor, mesmo que sem muito repertório funcional ou satisfatório. Eu percebia que de alguma forma para essas mulheres também era uma forma de manter o controle ou a homeostase em seus relacionamentos e não possibilitava olhar ou viver de outra forma. Existia uma só forma de conviver ou reagir, o que pode se modificar na psicoterapia.

Utilizo ainda o conceito da Teoria do Apego de Bowlby para mapear essas relações e compreender melhor como se manifesta essa dinâmica; pessoas com Apego Seguro tendem a ter opiniões positivas sobre si mesmas e sobre seus parceiros. Elas tendem, também, a ter opiniões positivas sobre seus relacionamentos. Muitas vezes elas relatam maior satisfação e harmonia em seus relacionamentos do que pessoas com outros estilos de apego. Pessoas seguramente apegadas sentem-se confortáveis tanto com a intimidade quanto com a independência.

Pessoas com um estilo de Apego Evitante desejam um alto nível de independência. O desejo de independência, frequentemente, aparece como uma tentativa de evitar completamente o apego. Eles veem a si mesmos como autossuficiente e invulneráveis a sentimentos associados com estarem intimamente ligados a outros. Eles muitas vezes negam necessitar de relações íntimas.

Pessoas de Apego Ambivalente buscam por altos níveis de intimidade, aprovação, e receptividade de seus parceiros. Elas, muitas vezes, valorizam a intimidade a tal ponto que se tornam excessivamente dependentes de seus parceiros. Elas, frequentemente, duvidam de seu valor como parceiras e culpam-se pela falta de receptividade de seus parceiros.

Por fim, pessoas com Apego Desorganizado têm sentimentos mistos sobre relacionamentos íntimos. Por um lado, elas desejam ter relações emocionalmente íntimas. Por outro lado, elas tendem a se sentir desconfortáveis com a intimidade emocional. Estes sentimentos mistos são combinados com, às vezes inconscientemente, opiniões negativas sobre si mesmas e seus parceiros. Elas geralmente veem a si mesmas como indignas da receptividade de seus parceiros, e não confiam nas intenções deles.

Havia em muitos relatos e comportamentos um empobrecimento afetivo e infantilizado nessas relações. Ora queriam e buscavam um homem adulto capaz de suprir suas necessidades emocionais e práticas da vida, ora querem cuidar de tudo de refere a ele incluindo vida emocional e escolhas individuais. É um querendo “suprir” o que faltou no “outro” porém, não sabem com clareza o que é essa falta e por vezes se confundem também se foi algo aprendido.

Percebi na minha atuação as formas de contrato na conjugalidade nessas relações que formam uma triangulação ora com a sogra, ora com o esposo.

A comunicação entre ambos não é de forma clara e construtiva que possibilite uma mudança relacional e caminhando para saúde da família.

Penso que se formam relações abusivas justamente por não se ter essa clareza e as esposas não individualizar-se. A ambivalência é constante nessas relações. Pude presenciar algumas vezes a dificuldade nas esposas em encontrar-se e atuar como mulher individualizada – adulta, para os conflitos e hora cúmplice do parceiro enquanto casal e família, devido ao emaranhado emocional e relacional com esposo drogado. Suas vontades e desejos atreladas aos do esposo e automaticamente ao ato de uso de substância. Se ele esteve sem uso, limpo o emocional estava bem, se recaía na droga tudo desmoronava. O amor romântico tentando dar conta do conceito social fazendo uma função nesses momentos disfuncionais. Muitas crenças sobre a forma de amor sofrido que mesmo o sendo tem os seus bônus e no caso da co-dependência o de estar no controle (ilusório) e na expectativa que o querer da esposa será suficiente para a cura da drogadição.

Uma intervenção psicoterapêutica que podem fazer diferença que penso ajudar na construção de uma nova forma de funcionar desse casal é, trazer às esposas para o pensamento crítico de si mesmas, dentro de suas vivências e experiências anteriores a essa situação atual. Construindo com essas esposas novos paradigmas e clareza de seu funcionamento emocional e relacional; entendo que poderão evitar envolver-se de forma abusiva e dar continuidade nesse padrão; estando consciente poderá escolher parceiros mais saudáveis e na diferenciação, reconstruir-se.

5. Considerações Finais

Ao observar essa dinâmica, o terapeuta de família ao estar com esse casal, penso eu e por ter vivenciado na prática clínica, contribui auxiliando na diferenciação desse casal em sua identidade e destacar, talvez, que o uso da substância não seja a ruína do casamento, do relacionamento, mas os outros aspectos por trás dessa situação. Levando em conta também que situações inesperadas como desemprego, morte, separações entre outros, pode trazer o consumo tardio e ocasional de substâncias e dessa forma precisarão unir-se em novas estratégias de fortalecimento e enfrentamento. Penso que no momento em que o casal, em uma relação madura de dois que se olham encaram o problema e podem buscar ajuda profissional e usar de seus recursos para se modificar diante desta situação, possam então quebrar o ciclo dependente-codependente. Evitaria incluir terceiros (drogas, álcool, pais, religião e etc) na triangulação. Podendo abrir conversas construtivas que levem o casal a soluções satisfatórias.

Concluo que o terapeuta de família em alguns momentos será esse “terceiro” componente na relação, mas que de forma construtiva e saudável para que esse casal se encontre consigo e possam juntos ser um “novo casal”, um novo possível jeito de afeto.

Referências

ASSIS, W.R.L; **O caminho Intergeracional dos Sentimentos: Estudo dos padrões afetivos transmitidos pela família**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica , São Paulo, 2006.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 96.

_____ **Cuidados maternos e saúde mental**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ **Apego: a natureza do vínculo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MIRANDA, R; **O que é Codependencia?** 1ª edição, revista Maio 2015, São Paulo, 2015.

CERVENY, C.M.O; **A família como Modelo: Desconstruindo a patologia**. 2ª edição. São Paulo: Editora Livro Pleno, 2011.

CERVENY, C.M.O; **Família e...** 1ª edição. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2012.(Coleção Família e...)

PAYÁ, R. **Terapia Sistêmica para Dependência Química- Enfoque Familiar. Intervenções Familiares para abuso e dependência de álcool e outras drogas**. São Paulo: Roca/Gen, 2017.

Capítulo 2- Mulheres empreendedoras, uma análise do empreendedorismo feminino: estudo de revisão sistemática

Ana Camila Oliveira de Paulo
Andreza Maria Neves Manfredini

1. Introdução

O empreendedorismo feminino gera mudanças sociais que por meio desse movimento, mulheres ocupam novos espaços na sociedade e obtêm reconhecimento profissional como também pode ser considerada como uma ação de empoderamento. De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2019) as mulheres lideram 50% dos novos empreendimentos no Brasil. Embora estejam à frente do seu negócio próprio, existem ainda muitos desafios, uma vez que a realidade socioeconômica de muitas mulheres ainda é bastante desigual.

Neste capítulo será apresentado a pesquisa sobre mulheres empreendedoras baseado numa pesquisa bibliográfica, tendo como delimitação do seu objeto, como se tornaram e se estabeleceram no empreendedorismo, compreendendo: as influências que levaram as mulheres empreenderem; as estratégias que tiveram para empreender e manter nos negócios bem como as dificuldades que enfrentam no empreendimento.

O empreendedorismo como forma de atuação profissional, muitas mulheres encontram dificuldades e desafios, assim torna-se importante compreendê-los para que seja possível criar estratégias e meios que possam preparar e ajudar mulheres que desejam ser ou já são empreendedoras. Esta pesquisa também contribui para terapeutas de família e de casal, em revelar como pode afetar as relações familiares de mulheres empreendedoras nas funções de esposa e mãe, e por serem elas as protagonistas de seu próprio negócio.

Nas próximas seções será apresentado uma breve contextualização teórica sobre o tema do empreendedorismo feminino, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa realizada bem como os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria sistêmica e da Psicologia Econômica.

2. Revisão da literatura

2.1- A mulher na sociedade contemporânea

Na atualidade a mulher vem assumindo muitos papéis que antes eram somente dos homens. Isso fez com que muitas mudanças começassem a acontecer, mudanças não somente na rotina, mas também relacionadas aos seus projetos de vida e escolhas. Um desses aspectos afetam o fato da mulher exercer as atividades domésticas, profissionais e a maternidade. A decisão de ter

filhos tem sido adiada pela demanda relacionada ao estudo e a carreira. (BOECKEL; LOPES; ZANON, 2014)

As mulheres sempre foram tidas como o centro da família pelos papéis tradicionais exercidos como os de mãe e esposa. Papéis estes que sempre foram divididos de forma rigorosa e clara: o homem era o provedor e a mulher cuidadora do lar e dos filhos. Na atualidade essa divisão não é mais unicamente observada, pelo fato de que a realidade da família de classe média dos séculos XIX e XX mudou quando se trata de papéis desempenhados pelos seus membros. Nas últimas décadas, a mulher vem conquistando e ocupando posições que antes eram só ocupadas por homens, inclusive no mercado de trabalho. Uma hipótese é que essas transformações na dinâmica familiar ocorreram com os avanços da economia e tecnologia, que mudam de forma contínua ao longo do tempo. (BOECKEL; LOPES; ZANON, 2014)

É possível descrever dois momentos diferentes tratando-se da dinâmica familiar: o modelo antigo e o atual. No antigo, homens e mulheres eram separados e diferenciados pelos seus papéis. O papel do homem era trabalhar, sustentar e manter a família. Cabia a mulher o papel de esposa como cuidadora que se dedicava aos filhos e ao lar. No modelo atual de família, as fronteiras parecem ser mais flexíveis entre homem e mulher e também nos papéis exercidos por ambos. Inclusive, a troca de papéis tem se tornado muito comum nos lares, onde a mulher é a provedora e sai para trabalhar e o homem fica em casa e cuida dos filhos. (BOECKEL; LOPES; ZANON, 2014)

Nesse sentido, percebe-se que a mulher atual deixou de ficar somente na segurança do lar e tem buscado novas possibilidades no mercado de trabalho, novas conquistas e novos modelos de vida. Sendo assim, observar-se uma quebra de paradigmas quanto aos papéis impostos pela sociedade nos tempos passados. A mulher criou um novo olhar para si, diferente daquele imposto até metade do século XX e com todos esses acontecimentos, a família também mudou sua configuração, os valores familiares deixaram de ser fundamentados apenas no homem e passaram a ser divididos com a mulher. Nesse sentido, pode-se pensar que a saída da mulher do lar para ser provedora fez com que muitas mudanças importantes acontecessem na estrutura familiar e no modo como os integrantes lidam com essa situação. (BOECKEL; LOPES; ZANON, 2014)

Ao iniciar uma família, há o envolvimento de inúmeros processos pelos quais os casais passam na construção da vida à dois que exige um movimento para enfrentar dificuldades, tais como: negociar administração financeira do casal, dividir o espaço físico e emocional como demanda da conjugalidade e, principalmente, criar um novo padrão de relação entre os cônjuges, o que fazem disso os maiores desafios desse momento da vida. É necessário abrir-se para a relação e assumir compromissos novos, descobrir ou “re-descobrir” o outro de um modo novo. (CERVENY; BERTHOUD, 2010)

Um grande desafio enfrentado pelo novo casal é o de planejar a vida à dois no sentido material e administrar o dinheiro. É importante ressaltar, o novo papel vivido pela mulher, independente dela trabalhar ou não, que na maioria das vezes é quem fica responsável pela administração do dinheiro do casal. Muitos casais optam por deixar a mulher no controle dos gastos e do caixa da casa. Por outro lado, existem casais que fazem uma administração independente, ou seja, cada um administra seu dinheiro e contribuem de forma negociada, para os gastos em comum. (CERVENY; BERTHOUD, 2010) Um modelo que está distante da nova família de classe média, é o modelo de provedor tradicional. O planejamento do futuro, metas a serem atingidas como aquisição dos bens e o controle de gastos permitidos, tem sido entendido pelos casais como algo a ser feito à dois, o que contribui para o amadurecimento e crescimento do novo casal. (CERVENY; BERTHOUD, 2010)

A construção da cumplicidade é um processo muito importante para que os membros do casal sintam-se uma dupla e realmente um casal. Para isso, é necessário que ambos se unam emocionalmente, ou seja, abrir-se para o outro para a construção de novas formas de comunicação. Esse olhar para o outro como parceiro é fundamental para a construção de uma cumplicidade, que se faz necessária para a vida conjugal. (CERVENY; BERTHOUD, 2010)

A construção de novos papéis também é considerada um processo básico para iniciar uma família, por ser um momento de adaptação. A divisão de tarefas é um recurso que contribui para a reorganização da vida individual para a vida à dois. Fazer escolhas e negociar a relação são outros processos que acontecem nessa fase, e que ajudam no estabelecimento de um padrão relacional mais amadurecido e adaptado às novas demandas da vida, o que pode gerar muitos conflitos, mas também muitas possibilidades novas de interação relacional. (CERVENY; BERTHOUD, 2010)

Muitos casais jovens na contemporaneidade, em função das carreiras profissionais de um dos membros, ou de ambos, tendem a postergar a chegada do primeiro filho e essa decisão pode durar por vários anos, o que caracteriza uma das fases da família em Fase de Aquisição, que é conhecida como: vivendo sem filhos. Esse período pode ser favorável para o casal, que pode amadurecer para que posteriormente, se houver uma mudança na decisão, estejam mais preparados, financeira e emocionalmente, para a vinda dos filhos.

2.2- A mulher no trabalho

A história do trabalho feminino vem acontecendo ao longo dos séculos e é fundamental ressaltar alguns aspectos importantes sobre os avanços obtidos pelas mulheres na inserção do mundo do trabalho. Homens e mulheres tinham seu espaço muito bem definido, aos homens, cabia o domínio público e as mulheres, cabia os cuidados da casa, do marido e a maternidade. (MEIRELLES, 2008)

A Segunda Guerra Mundial, foi um dos momentos de maior participação das mulheres no mundo do trabalho, pois os homens tiveram que ir para frente da batalha e as mulheres tiveram que atuar no mercado de trabalho. Porém, o trabalho realizado por elas não era valorizado como o dos homens, e elas recebiam um valor inferior ao deles. Quando os homens retornaram da guerra, as mulheres foram perdendo o seu posto de trabalho e convidadas a voltarem para a casa, o que fez com que repensassem seus valores e modos de vida. (MEIRELLES, 2008)

O movimento feminista passou a buscar a igualdade de direitos e a romper com a visão que a sociedade tinha delas, como somente donas-de-casa. Assim, as mulheres foram se organizando e lutando para conquistar novos espaços e direitos. Novos significados foram sendo atribuídos ao trabalho extradomiciliar, principalmente para as mulheres de classe média e média alta, onde passou a ser visto como uma possível forma de desenvolvimento pessoal e profissional e um meio para a independência e a realização de projetos individuais, sendo assim, dando uma nova forma para o “eu feminino”. (MEIRELLES, 2008)

No Brasil, o trabalho feminino cresceu de forma significativa, muitas mulheres passaram a exercer posições importantes em diversas áreas. É importante estar atento as questões relacionadas a construção social dos papéis de gênero, para que o paradigma de exercer vários papéis concebido pelas mulheres possa ser rompido, visto que, a forma que muitas administram o trabalho com a vida pessoal, ou seja, a “dupla jornada”, pode ser considerada como desgastante. (JONATHAN, 2011)

2.3- Empreendedorismo: definição e desafios

É possível entender o empreendedorismo como a forma de realizar algo com motivação e criatividade. Significa realizar algum projeto pessoal ou organizacional de forma inovadora, levando em conta oportunidades e riscos, sendo proativo na resolução de problemas. (BAGGIO; BAGGIO, 2014) Empreender também é romper com velhos conceitos, que de certa forma não surpreendem, na busca de mudanças e inovação. É ter um novo olhar, criar ou desenvolver novos conceitos visando novos objetivos. (BAGGIO; BAGGIO, 2014) De acordo com Dolabela (2010) apud Baggio (2014), empreendedorismo é entendido como uma forma realização de sonhos e riqueza. (BAGGIO; BAGGIO, 2014). Enquanto que, para Barreto (1998) apud Baggio (2014), é com pouco recursos ter a capacidade de construir algo. (BAGGIO; BAGGIO, 2014) Já para Dornelas apud Baggio (2014), o empreendedor é aquele que cria um negócio por meio de uma oportunidade surgida e a partir disso consegue ganhar dinheiro e gerar um capital. Quando trata-se de definições para o empreendedorismo é possível encontrar sempre aspectos principais, são eles: iniciativa para criar algo novo e amor por isso; ser criativo ao utilizar recursos e dessa forma transformar o ambiente; aceitar e assumir risco com relação ao possível fracasso. (BAGGIO; BAGGIO, 2014)

De acordo com Chiavenato (2004) apud Baggio (2014), prever oportunidades, aproveitá-las de forma rápida com talento é o que ele chama de espírito empreendedor, o qual impulsiona e dá energia para a economia. Além disso, refere-se ao empreendedor como aquele que tem uma ideia de negócio a partir dessa ideia, assume responsabilidades e possíveis riscos e se inova e reinventa continuamente. (BAGGIO; BAGGIO, 2014)

Por meio de todas essas definições, é possível dizer que ser empreendedor significa a concretização de algo novo, seja uma ideia, um sonho, ou um projeto pessoal, com paixão, utilizando recursos de forma criativa que promovem a transformação do ambiente social e econômico de onde está localizado, assumindo riscos e a possibilidade de não ter sucesso. Não há idade certa para ser empreendedor. (BAGGIO; BAGGIO, 2014)

2.4- A mulher empreendedora

No empreendedorismo, também houve uma maior participação das mulheres, que nessa área, encontram muitos desafios e questões que são enfrentadas por elas, para fazerem seus negócios crescerem, no sentido que, empreender remete a um processo de criação e inovação diante de condições de incerteza. Além disso, é preciso identificar oportunidades, persistir, ter visão de futuro, para criar um empreendimento novo, ou criar uma nova forma de realizar um trabalho. (JONATHAN, 2011)

Algumas mulheres optam por uma vida profissional mais especializada, e com isso, são muito exigidas em termos de habilidades e competências no trabalho, fazendo com que muitas fiquem sobrecarregadas. Nesse sentido, um novo desafio é encontrado por elas, sendo ele, o de conciliar o trabalho com a vida familiar e conjugal. (MEIRELLES, 2008)

Em 2013, um estudo do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) mostrou a importância do empreendedorismo feminino no Brasil. Por meio desse estudo, foi possível mostrar que a proporção de mulheres empreendedoras foi maior que a de homem, apontando 52,2% contra 47,8%. Desde 2002 estudos feitos pelo GEM já mostravam uma proximidade entre mulheres e homens no empreendedorismo no Brasil. (GOMES, SANTANA, ARAÚJO E MARTINS, 2014)

As pesquisas, principalmente internacionais, relacionadas ao “empreendedorismo feminino”, aumentaram bastante após os anos 1990. Os temas mais abordados foram desde os relacionados à competência e ao comportamento de mulheres empreendedoras, ao processo de criação de suas empresas e ao acesso de crédito e capital de risco. Também foram encontrados artigos que trataram de questões relacionadas a representações sociais e identidade, a fatores que implicam o sucesso/fracasso do negócio, a grupos minoritários, a formação e educação empreendedora, a políticas públicas, entre outros. (GOMES, SANTANA, ARAÚJO E MARTINS, 2014).

No Brasil, deu-se apenas a partir da década de 1990, nos principais periódicos nacionais e nos anais de um dos eventos mais importantes da área de administração. O artigo que inaugurou a produção acadêmica brasileira, apresentou tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora baseadas em estudos anteriores. (GOMES, SANTANA, ARAÚJO E MARTINS, 2014).

3. Método

3.1- Tipo de delineamento

Para alcançar os objetivos propostos, a presente pesquisa apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica. O delineamento foi a revisão sistemática, que acerca de um tema específico, reúne resultados de vários estudos de bases científicas.

3.2- Coleta de dados

Para a coleta de dados, foram selecionadas três bases de dados, consultadas em abril de 2021: Periódicos Capes, Lilacs e Scielo. As palavras utilizadas para a condução da busca foram selecionadas a partir de trabalhos que envolviam a escolha das mulheres pelo empreendedorismo, o significado dessa forma de trabalhar e as mudanças ocorridas como consequência dessa escolha profissional. Os termos poderiam aparecer em qualquer campo de indexação, ou seja, no resumo, título ou palavras-chave. As combinações de palavras utilizadas nas bases foram: a) mulher empreendedorismo; b) mulher empreendedora; c) empreendedorismo feminino.

No total foram encontrados 288 artigos e foram selecionados 14 artigos, sendo quatro artigos selecionados da base Periódicos Capes, dois selecionados da base Lilacs e oito selecionados da base Scielo. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão dos artigos: ser de periódicos científicos, em português, temática relacionada ao empreendedorismo feminino. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos em outros idiomas, teses, dissertações, monografias, o tema não ser empreendedorismo e ser relacionado ao homem ser empreendedor. É importante ressaltar que, com base nos critérios de inclusão, alguns dos artigos selecionados apareceram mais de uma vez, sendo assim, o mesmo foi contabilizado em apenas uma base de dados.

3.3- Análise de dados

O material coletado foi organizado em categorias conforme os objetivos da pesquisa. A categorização é o processo de organização dos dados para possibilitar que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Para isso é necessário construir um

conjunto de categorias descritivas fundamentadas no referencial teórico da pesquisa (GIL, 2008).

De acordo com os objetivos dos quatorze artigos das três bases de dados, levando em conta os objetivos dessa pesquisa, foi possível construir cinco categorias: a tomada de decisão pelo empreendedorismo; características de mulheres empreendedoras; dificuldades encontradas por mulheres empreendedoras no início do empreendedorismo; conflitos trabalho-família percebidos por mulheres empreendedoras e estratégias utilizadas por mulheres empreendedoras com negócios já consolidados.

4. Resultados

Os resultados foram organizados de acordo com as categorias construídas. Para uma melhor explanação dos artigos selecionados nesta pesquisa, será apresentado os artigos relacionados a cada categoria. Cada artigo está exposto nos quadros com os títulos, os autores e os principais resultados e conclusões.

4.2.1- Categoria 1: A tomada de decisão pelo empreendedorismo

Dentre os quatorze artigos selecionados, nove deles apresentam resultados e considerações acerca da tomada de decisão pelo empreendedorismo, estando expostos abaixo, no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados e considerações relacionadas à tomada de decisão pelo empreendedorismo

| Artigo | Autores (Ano de Publicação) | Resultados e considerações relacionadas à categoria |
|--|---|--|
| Características do empreendedorismo feminino no Brasil | SILVA, Mariana Santos; MAINARDES, Emerson Wagner; LASSO, Sarah Venturim (2016) | Mais da metade das entrevistadas afirmaram que suas posições nos trabalhos anteriores as ajudaram a se tornarem donas do seu próprio negócio, desempenhando um melhor papel no gerenciamento do empreendimento. |
| Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico | CARREIRA, Suely da Silva; FRANZONI, Ana Benciveni; ESPER, Aulina Judith Folle; PACHECO, Daniela Chagas; GRAMKOW, Fabiana Bohm; CARREIRA, Manoel Francisco (2015) | Observou-se que a busca de informações é parte do desenvolvimento das empresas em estágio embrionário, que elas trabalham com pesquisa de mercado e o quesito oportunidades é marcante no seu perfil, disseram estar atentas “a tudo que se passava à sua volta” para perceber o que poderiam fazer para ter sua própria empresa. |
| Mulheres e Suas Histórias: Razão, Sensibilidade e Subjetividade no Empreendedorismo Feminino | FERREIRA, Jane Mendes; NOGUEIRA, Eloy Eros Silva (2013) | O empreendedorismo não tem por trás uma série de motivos específicos e universais. Assim, não há como se falar em abertura de empresas por necessidade ou por oportunidade e delimitar tais conceitos. Cada necessidade, apesar de ser constituída no social, é subjetiva individualmente, resultando em motivos que se organizam de forma única no contexto do empreendedorismo, fazendo parte de um processo de produção de sentido. |

| | | |
|---|--|---|
| | | |
| Uso das redes sociais empreendedoras por mulheres no processo de criação de agências de viagens | TEIXEIRA, Rivanda Meira; ANDREASSI, Tales; BOMFIM, Lea Cristina Silva (2017) | Quando um empreendedor decide abrir seu negócio, é guiado por suas experiências anteriores e pelos aconselhamentos que recebe de sua rede de relacionamentos. |
| Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder | JONATHAN, Eva G. (2011) | Um expressivo motivo para ser empreendedora é a busca de independência e/ou estabilidade financeira. Como nos dizem as empreendedoras, elas ativamente buscam uma maior autonomia financeira e uma melhoria das condições de vida. |
| Empreendedorismo Feminino: estudo comparativo entre homens e mulheres sobre motivações para empreender | BANDEIRA, Patrícia Bock; AMORIM, Marcos Vinicius; OLIVEIRA, Manoela Ziebell (2020) | Entre as principais razões para a abertura do próprio negócio estão o desejo por maior autonomia, identificação de uma oportunidade de negócio, atuação de forma alinhada a valores pessoais e a busca pela carreira dos sonhos. |
| Criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em Natal, Rio Grande do Norte | MACHADO, Hilka Pelizza Vier; GAZOLA, Sebastião; ANEZ, Miguel Eduardo Moreno (2013) | As razões que justificam a criação de empresas não são apenas necessidade e oportunidade, classificação adotada, por exemplo, pelo estudo Global Entrepreneurship Monitor (2009). Há outros fatores capazes de incentivar os indivíduos a assumir riscos e abrir negócios próprios. No caso das mulheres, a literatura menciona a busca por horário flexível, a fim de conciliar trabalho e família e o fator mais importante para motivá-las a abrir uma empresa foi a insatisfação com o trabalho anterior e o desejo de ganhar muito dinheiro ou de ganhar dinheiro. |
| Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens | TEIXEIRA, Rivanda Meira; BOMFIM, Lea Cristina Silva (2016) | Com relação à motivação para empreender, identificou-se que não houve caso de empreendedorismo por necessidade de sobrevivência, se aproximando dos resultados apresentados pelo GEM (2013) onde se registrou entre as mulheres uma predominância do empreendedorismo por oportunidade. |
| Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si | SANTOS, Eliane Davila; HAUBRICH, Gislene Feiten (2018) | Os conteúdos abordados no material analisado permitem perceber que o seu enfoque está no empreendedorismo feminino por necessidade, ainda que a identificação de oportunidades de negócio também seja acionada em alguns textos. Entretanto, a ideia central, em todas as materialidades estudadas, está na dimensão lucrativa monetária, sendo a dimensão da transformação social, por meio de ações empreendedoras. |

Fonte: O autor (2021)

Nos resultados apresentados acima, podemos identificar que os fatores que influenciam a tomada de decisão pelo empreendedorismo foram: oportunidades; autonomia do empreendedor; busca pela carreira dos sonhos; melhorias nas condições de vida; aconselhamento da sua rede de relacionamento; insatisfação com o trabalho anterior e desejo de ganhar dinheiro.

4.2.2- Categoria 2: Dificuldades encontradas por mulheres empreendedoras no início do empreendedorismo

Dentre os quatorze artigos selecionados, 5 deles apresentam resultados e conclusões acerca das dificuldades encontradas por mulheres empreendedoras no início do empreendedorismo, como exposto abaixo, no Quadro 2.

Quadro 2 – Resultados e conclusões relacionadas às dificuldades encontradas por mulheres empreendedoras no início do empreendedorismo

| Categoria 2: DIFICULDADES ENCONTRADAS POR MULHERES EMPREENDEDORAS NO INÍCIO DO EMPREENDEDORISMO | | |
|--|--|---|
| Artigo | Autores (Ano de Publicação) | Resultados e considerações relacionadas à categoria |
| Características do empreendedorismo feminino no Brasil | SILVA, Mariana Santos; MAINARDES, Emerson Wagner; LASSO, Sarah Venturim (2016) | Elas estão se arriscando mais, geralmente começam seus negócios sozinhas, porém elas têm tido dificuldade na obtenção de empréstimos. |
| Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico | CARREIRA, Suely da Silva; FRANZONI, Ana Benciveni; ESPER, Aulina Judith Folle; PACHECO, Daniela Chagas; GRAMKOW, Fabiana Bohm; CARREIRA, Manoel Francisco (2015) | As entrevistadas relataram situações em que vivenciaram grandes dificuldades, obstáculos de diversas naturezas e origens. |
| Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder | JONATHAN, Eva G. (2011) | Um feito de ser empreendedora remete à percepção que as empreendedoras têm de que são levadas a assumir múltiplas responsabilidades. Neste contexto, elas percebem certos desgastes e custos, tais como ter pouco tempo para si e para a família, possuir uma pesada carga horária de trabalho e ter o lazer prejudicado. |
| Uso das redes sociais empreendedoras por mulheres no processo de criação de agências de viagens | TEIXEIRA, Rivanda Meira; ANDREASSI, Tales; BOMFIM, Lea Cristina Silva (2017) | Experiências negativas das empreendedoras com banco na fase de concepção. |
| Criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em Natal, Rio | MACHADO, Hilka Pelizza Vier; GAZOLA, Sebastião; ANEZ, Miguel Eduardo Moreno (2013) | As dificuldades identificadas foram: falta de apoio da família, dificuldade com filhos pequenos, falta de experiência no ramo, falta de tempo para participar em redes e dificuldade para obter o capital inicial. |

| | | |
|--|---|---|
| Grande do Norte | | |
| Mulheres empreendedoras no Brasil: quais seus medos? | CAMARGO, Raquel Adrianno Momm Maciel; LOURENÇO, Mariane Lemos; FERREIRA, Jane Mendes (2018) | Diversos medos vieram à tona na atividade de empreender, mencionados nos depoimentos das mulheres empreendedoras, relacionados a: inadimplência, e a redução da procura por serviços e vendas, em razão do desemprego de seus clientes; o aumento dos impostos; a volta da inflação e o aumento dos custos para manter o negócio. |

Fonte: O autor (2021)

As dificuldades encontradas por mulheres empreendedoras no início do empreendimento foram: falta de apoio da família; com a vivência com filhos pequenos; falta de experiência no ramo; falta de tempo para si e para família e para participar em redes; para obter o capital inicial; possuir uma pesada carga horária de trabalho; ter o lazer prejudicado; experiências negativas com banco; inadimplência e a redução da procura por serviços e vendas, em razão do desemprego de seus clientes; aumento dos impostos; a volta da inflação e o aumento dos custos para manter o negócio.

4.2.3- Categoria 3: Conflitos trabalho-família percebidos por mulheres empreendedoras

Dentre os quatorze artigos selecionados, cinco deles apresentam resultados e conclusões acerca dos conflitos trabalho-família percebidos por mulheres empreendedoras, como expostos abaixo, no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados e conclusões relacionadas aos conflitos trabalho-família percebidos por mulheres empreendedoras

| CATEGORIA 3: CONFLITOS TRABALHO-FAMÍLIA PERCEBIDOS POR MULHERES EMPREENDEDORAS | | |
|---|--|--|
| Artigo | Autores (Ano de Publicação) | Resultados e considerações relacionadas à categoria |
| Mulheres e Suas Histórias: Razão, Sensibilidade e Sbjatividade no Empreendedorismo Feminino | FERREIRA, Jane Mendes; NOGUEIRA, Eloy Eros Silva (2013) | A família interfere na dinâmica dos negócios, assim como os negócios estão presentes na casa dos empreendedores. Algumas com maior ênfase, outras com o isolamento dos familiares para que não “atrapalhem” o andamento dos negócios. Os problemas da empresa vão para casa, assim como os problemas de relacionamento aparecem no cotidiano da organização. |
| Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder | JONATHAN, Eva G, (2011) | Em relação às múltiplas e potencialmente conflitantes demandas – profissionais, familiares e pessoais – com as quais as empreendedoras se defrontam, no que se convencionou chamar de dupla ou tripla demanda, observa-se que elas se sentem desafiadas. Apresentam, então, uma busca proativa e assertiva pelo equilíbrio, pela harmonia entre as diferentes dimensões do seu espaço vital. |
| A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino | SOUZA, Cristiane Gomes 2020 | Nas discursivas analisadas, confirma-se a prevalência da desigualdade de gênero, assumem a provisão de suas famílias, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas. |
| Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicascos no | STROBINO, Márcia Regina de Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira | Os longos horários de trabalho foram apontados como fator de estresse e principal elemento para a explicação desses conflitos. Além disso, o gênero feminino ainda é associado ao trabalho doméstico e é perceptível que as mulheres continuam a desempenhar maior parte desse trabalho, em particular as tarefas tidas como “tipicamente femininas”. |

| | | |
|---|---|---|
| setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba | (2013) | |
| Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: Estudo de casos múltiplos em agências de viagens | TEIXEIRA, Rivanda Meira e BOMFIM, Lea Cristina Silva (2016) | Na tentativa de conciliar bem os múltiplos papéis, essas mulheres muitas vezes se deparam com a frustração e sentimento de culpa. A empreendedora é a parte mais sacrificada. Primeiro, porque os cuidados a si própria estão condicionados a “sobra de tempo” e assim, elas se negligenciam para dar assistência afetiva aos que lhe são caros. Segundo, porque a busca pelo ponto de equilíbrio entre as demandas conflitantes geram um desgaste emocional e/ou físico, chegando a afetar a autoestima e o moral das empresárias. |

Fonte: O autor (2021)

Os conflitos trabalho- família percebidos pelas mulheres empreendedoras foram: tentativa de conciliar múltiplos papéis; longos horários de trabalho; desigualdade de gênero sendo elas as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas.

4.2.4- Categoria 4: Estratégias utilizadas por mulheres empreendedoras com negócios já consolidados

Dentre os quatorze artigos selecionados, cinco deles apresentam resultados e conclusões acerca das estratégias utilizadas por mulheres empreendedoras com negócios já consolidados, como expostos abaixo, no Quadro 4

Quadro 4 – Resultados e conclusões relacionadas às estratégias utilizadas por mulheres empreendedoras com negócios já consolidados.

| CATEGORIA 4: ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR MULHERES EMPREENDEDORAS COM NEGÓCIOS JÁ CONSOLIDADOS | | |
|---|---|--|
| Artigo | Autores (Ano de Publicação) | Resultados e considerações relacionadas à categoria |
| Características do empreendedorismo feminino no Brasil | SILVA, Mariana Santos; MAINARDES, Emerson Wagner; LASSO, Sarah Venturim (2016) | Experiências adquiridas nos trabalhos anteriores das respondentes ajudaram na administração de seus negócios |
| Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico | CARREIRA, Suely da Silva; FRANZONI, Ana Benciveni; ESPER, Aulina Judith Folle; PACHECO, Daniela Chagas; GRAMKOW, Fabiana Bohm; CARREIRA, Manoel Francisco (2015) | Essas mulheres demonstraram que o alicerce do desenvolvimento de suas atividades é o planejamento de metas e que, quando os objetivos são traçados, existe persistência e comprometimento; elas ressaltaram que se deve acreditar na realização e buscar fazer tudo com muita dedicação e da melhor forma. A iniciativa é uma das características das mais marcantes, pois a trajetória profissional descrita por elas mostrou que precisaram ter comportamentos de atitudes para conseguirem chegar onde estão. Muito trabalho, dedicação, inovação e perseverança foram ações e atitudes percebidas. No perfil dessas mulheres, notou-se que o padrão de comportamento é “não desistir nunca”. |
| Mulheres e suas Histórias: Razão, | FERREIRA, Jane Mendes; | Pode-se afirmar que as empreendedoras posicionam-se ativamente frente às situações relativas aos negócios. Elas enfrentam as situações mesmo diante de |

| | | |
|---|--|--|
| Sensibilidade e Subjetividade no Empreendedorismo Feminino | NOGUEIRA, Eloy Eros Silva (2013) | sentimento de insegurança. Um posicionamento ativo frente à vida pode permitir criar sistemas de apoio para situações difíceis. |
| Uso das redes sociais empreendedoras por mulheres no processo de criação de agências de viagens | TEIXEIRA, Rivanda Meira; ANDREASSI, Tales; BOMFIM, Lea Cristina Silva (2017) | Manter uma rede de relacionamentos, do tipo forma ou informal, permite que os empreendedores acessem diferentes recursos e informações e, ainda, aprendam com os outros, uma vez que passam a ter acesso a outras maneiras de se fazer as coisas. |
| Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder | JONATHAN, Eva, G. (2011) | Para enfrentar o triplo desafio – envolvendo questões profissionais, familiares e pessoais -, as empreendedoras utilizam, principalmente, três conjuntos de estratégias: auto organização do tempo, envolvendo planejar/administrar o tempo disponível, alterar ou priorizar o foco de atenção e separar os espaços das atividades; estabelecimentos de parcerias e cumplicidade, envolvendo alianças com familiares, sócios e funcionários e dispositivos de alívio de tensão, envolvendo atividade física, viagens, espiritualidade e psicoterapia. Na condução de seus empreendimentos, as empreendedoras tendem a exercer uma liderança compartilhada com seus funcionários, mantendo com eles diálogos francos, transparentes e cooperativos. |
| Gênero, Imersão e Empreendedorismo: Sexo Frágil, Laços Fortes? | VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; SERAFIM, Ana Carolina Ferreira; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa (2011) | As mulheres recorrem, relativamente, a laços que lhes são mais próximos, capazes de lhes proverem informações e suporte. |

Fonte: O autor (2021)

As principais estratégias utilizadas por mulheres empreendedoras com negócios já consolidados foram: utilização das experiências adquiridas nos trabalhos anteriores; planejamento de metas; iniciativa e posicionamento ativo frente às dificuldades; auto organização do tempo; estabelecimentos de parcerias e cumplicidade mantendo uma rede de relacionamentos, do tipo formal ou informal e dispositivos de alívio de tensão.

5. Considerações Finais

Por meio de uma revisão sistemática de literatura, a presente pesquisa conseguiu atingir os objetivos de verificar as influências que levaram as mulheres empreenderem; as estratégias que tiveram para empreender e manter os negócios e, as dificuldades de um empreendimento.

Nesta pesquisa foram utilizadas apenas 3 bases de dados importantes do campo científico, porém consideramos que seja importante ampliar a temática para incluir novas bases de dados relacionadas a área da Psicologia. Desse modo, poderão trazer novos olhares na compreensão da mulher no empreendedorismo bem como fortalecer algumas características já apresentadas nos resultados desta pesquisa.

A escolha pelo empreendedorismo é uma tarefa desafiadora para mulheres, desde a tomada de decisão até a consolidação de seus negócios. Em estudos futuros, relacionados à esta temática, sugerimos algumas questões problemas sobre o empreendedorismo feminino, tais como: Como as mulheres entendem por sucesso no empreendimento? Como se estabelecem as relações com o dinheiro quando a mulher tem o seu negócio próprio?

Referências

- BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2014.
- BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- CERVENY, C. M. O. & BERTHOUD, C. M. E. (2010). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, abril 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n4/a08v35n4.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2018.
- JONATHAN, Eva Gertrudes. **Mulheres Empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida**. Psicologia em estudo. v.10, n.3. Maringá. set./dez. 2005.
- JONATHAN, Eva Gertrudes. **Mulheres Empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder**. Psi. Clin. Rio de Janeiro, vol.23, n.1, p.65-85, 2011.
- LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Leticia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. **A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014
- MEIRELLES, Valéria. **Mulher do Século XXI**. São Paulo: Editora Roca LTDA, 2008. PP 67-74.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 3- Mulheres divorciadas e sua relação com o dinheiro no pós-divórcio

Ana Beatriz Patrick Pereira Rego da Silva

Andreza Maria Neves Manfredini

1. Introdução

O divórcio pode ser uma das experiências que traz mudanças significativas no funcionamento e na organização familiar. A situação financeira se transforma na vida de todos aqueles envolvidos no divórcio, e em se tratando das mulheres, pode afetar de maneira particular ao considerar as questões de gênero. Muitas vezes quando há situações de filhos crianças e adolescentes que permanecem sob os cuidados da mãe no processo de divórcio, ou quando mulheres não são independentes financeiramente, ou quando elas apenas complementavam a renda e passam pelo divórcio, podem sentir a falta do dinheiro. Neste capítulo, será apresentado um recorte da pesquisa de Silva (2021), na qual iremos abordar situações no pós divórcio sobre como as mulheres lidam com o dinheiro e como a rede social as influencia na reestruturação econômica.

Segundo o levantamento de Estatísticas do Registro Civil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021), o número de divórcios cresceu nos últimos cinco anos em 75% e apenas em julho de 2021 o número saltou para 7,4 mil nesse único mês. Um aumento de 260% sobre a média de anos anteriores, sendo a maior causa a crise financeira decorrente da pandemia da Covid-19. Somente no início de 2022 foram registrados 17 mil divórcios e em 2021 foram concluídos mais de 80 mil. Com o aumento de divórcios cada vez mais frequente, o número de mulheres chefes de família vem crescendo muito e cuidar das finanças é uma prática que faz parte da rotina. Sabemos que durante muito tempo, as mulheres tradicionalmente não tinham a função de produzir o dinheiro, pois os homens eram os provedores. Isso tem mudado principalmente com as mulheres se dedicando na carreira profissional, alcançando cargos que tradicionalmente eram ocupados por homens e muitas se destacando no empreendedorismo.

Nas próximas seções serão apresentados uma breve contextualização teórica sobre os temas família, divórcio, mulheres e dinheiro, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo, os resultados alcançados e discutidos à luz do pensamento sistêmico e da Psicologia Econômica.

2. Revisão de Literatura

2.1- Família e dinheiro

De acordo com a perspectiva sistêmica, família é um sistema no qual pessoas vivem no mesmo espaço físico e mantém relações significativas e interdependentes com outros subsistemas familiares. Está em constante transformação, portanto não é estática e pode ser considerada o sistema mais importante da vida das pessoas. A unidade familiar é um sistema formado por pessoas que podem ser consideradas sistemas por si e também fazer parte de um sistema familiar. Este por sua vez faz parte de um sistema familiar maior e está inserido em outros sistemas como o cultural, social, econômico, entre outros. (CERVENY, 2006)

Para muitas famílias, falar de dinheiro é um tabu, é um assunto delicado no qual muitas brigas e desentendimentos surgem quando o tema é abordado, pois é carregado de muita emoção. Há muita censura em falar sobre dinheiro na nossa cultura, pois evitamos comentar o quanto ganhamos no trabalho, cobrar de outras pessoas o dinheiro emprestado e temos vergonha de expor o quanto pagamos por produtos e serviços. (MENDONÇA, 2019)

Nossa relação com o dinheiro está diretamente ligada as vivências e crenças financeiras que temos com nossa família, que podem ser transmitidas de geração em geração sendo essa relação positiva ou negativa com o dinheiro. Outro fator importante é a maneira como as experiências com dinheiro são passadas para os homens e para as mulheres. Embora o modelo patriarcal de família não seja o único que encontramos devido as mudanças sofridas pelas famílias ao longo dos anos, as mulheres acumulam funções mantendo as responsabilidades dos afazeres domésticos e também colaborando com seu trabalho profissional trazendo dinheiro para casa, ou até mesmo, provendo sua família. (GUIMARÃES, 2010)

Sobre o uso do dinheiro, vale ressaltar que ele pode ser motivo para manter um casamento ou não. É necessário compreender e aceitar que cada um tem uma expectativa diferente e que isso pode gerar conflitos, pois cada um traz de sua vivência familiar, crenças e valores que implicam na maneira que acreditam ser justo para usar o dinheiro. O dinheiro nas famílias e no casamento é assunto que não se esgota e surgem nos mais variados momentos. (GUIMARÃES, 2010)

As regras sobre o uso do dinheiro na família sofrem influência da cultura e podem ser compreendidas como padrão da família de origem. Algumas regras são repetidas ou modificadas de acordo com o momento político e econômico. É escolhido um modelo de manejo financeiro oposto ao vivido na família de origem por decisão individual ou do casal ou por motivos externos. Ao passo que, ao longo do tempo houveram mudanças na economia que puderam contribuir com novas formas de manejar o dinheiro. (GUIMARÃES, 2010)

2.3- Mulheres, divórcio e dinheiro

Vários podem ser os motivos que levam o fim do casamento, desde conflitos relacionados aos filhos, tempo em que o casal fica junto e desfruta em conjunto como questões financeiras e divisão dos afazeres domésticos. Falta de diálogo e constantes discussões também marcam essa trajetória. (MOSMANN e FALCKE, 2011) Com o divórcio estabelecido, mesmo que aconteça de forma amigável, há perdas nesse processo que afetam o casal, os filhos, a família de origem dos dois lados e os amigos. A primeira perda ocorre com a perda do cônjuge, independente do que tenha ocorrido para o fim da relação conjugal. Sendo um divórcio consensual ou não, há também uma divisão dos amigos e da própria família, acarretando muitas vezes, uma perda definitiva para um dos cônjuges ou ambos. São vidas transformadas diante de uma decisão tomada entre o casal por finalizar a conjugalidade.

Nos processos de divórcio, quando se trata da situação financeira das mulheres, muitos são os impactos se assumissem por completo a responsabilidade pela família. O padrão de vida muda, principalmente para as que herdaram as dívidas do ex-marido e enfrentavam privações por não terem apoio da família e amigos. (PUGA, 2007) Vale ressaltar que o papel da mulher tem mudado nos últimos anos e sua maneira de lidar com o dinheiro vem se transformando. Hoje elas estão mais autônomas do ponto de vista financeiro, administrando suas finanças e participando das tomadas de decisões. (GUIMARÃES, 2010) Por outro lado, mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, há aquelas mulheres inseguras quando o assunto é dinheiro.

Outra dificuldade que pode influenciar no poupar e administrar o dinheiro é a desigualdade de renda. As mulheres recebem 25% a menos que os homens ocupando os mesmos cargos. Uma outra questão que afeta sua relação com o dinheiro são suas próprias crenças, pois o modo que enxergam pode funcionar como uma armadilha e limitar a capacidade de lidar com ele. Muitas não gostam de lidar com o assunto porque acham que o dinheiro diminui a feminilidade, o amor incondicional, por ter uma ideia de que isso representa ambição e egoísmo e não querem parecer gananciosas ou interesseiras. Outras sentem-se culpadas por ficarem muito tempo longe dos filhos por causa do trabalho e compensam a ausência com presentes, trazendo consequências como o aumento dos gastos da família, estímulo ao consumismo e falta de limites com os filhos, o que contribui para se tornarem adultos endividados no futuro. (OUTEIRO, 2015)

O assunto dinheiro ainda é um tabu para as mulheres. Fatores culturais influenciam nesse processo, como investir o dinheiro na poupança, que é considerado o modo mais conservador de guardar. Isso acontece devido aos mitos que envolvem os investimentos, como o pensamento de investir ser para quem entende de economia ou para quem tem muito dinheiro,

o que demonstra uma falta de conhecimento ou de informação sobre o assunto, uma vez que aprender pode trazer mais confiança em si mesma e mais autonomia no futuro. (SOUSA, 2018)

A vulnerabilidade econômica da mulher está relacionada a fatores históricos e culturais, embora trabalhem há décadas, mas convivem com a insegurança financeira até hoje. Quando há dependência financeira pode até impedir uma separação conjugal, mesmo em casos abusivos. Mulheres independentes financeiramente podem ampliar suas opções profissionais e tem mais chances de serem bem-sucedidas em seus empreendimentos. Mesmo sendo menos expostas a assuntos ligados ao dinheiro, se deparam com obstáculos maiores para desenvolver sua fluência no assunto, porém as oportunidades para aprender se multiplicam e despertam para suas próprias vontades. Quanto mais forem capazes de protagonizar sua história, menos vulnerável estarão em todos os outros. (SEGALA, 2020)

Outro fator importante é que mesmo a mulher produzindo mais dinheiro que o homem, ela opta por não sustentar a casa e o marido, por acreditar que pode perdê-lo, em algumas situações há casos de traição e violência doméstica quando a mulher passa a ganhar mais que o parceiro. Lidar com questões que envolvam saúde mental que afetam os relacionamentos, inclusive na relação com o dinheiro é uma tarefa para psicólogos, psiquiatras e outros profissionais que possam fazer um trabalho em conjunto para trazer mais qualidade de vida para essas mulheres. (SCHERER, 2020)

3. Método

Trata-se de uma pesquisa com o tipo de delineamento estudo de caso que, segundo Gil (2017, p.106) diz respeito a “um planejamento que tende a ser mais flexível e com frequência o que foi desenvolvido numa etapa determinada alterações nas seguintes”.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (Parecer nº 4.463.140). Na pesquisa foram selecionadas 2 (duas) mulheres divorciadas com idade a partir de 24 anos, e residentes nas cidades do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. A primeira participante, que terá como nome fictício de Ester, tem 45 anos de idade, divorciada há 6 anos, com 2 filhos e com renda de 4 salários. A segunda participante terá como nome fictício Júlia que tem 33 anos de idade, divorciada há 5 anos, com 1 filhos e com renda de 2 salários. Ambas pertencentes à classe média, residentes em cidades do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo.

Como instrumento, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada por pautas, pois consiste em um instrumento de amplo, aprofundado e detalhado alcance de informações do entrevistado com um número reduzido de perguntas. Segundo Gil (2017, p. 109) “a entrevista requer a tomada de múltiplos cuidados em sua condução”. Um desses cuidados

consiste em definir a modalidade de entrevista, que para esta pesquisa, será a entrevista semiestruturada “[...] por pautas (orientadas por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso) [...]”. A entrevista foi realizada pela plataforma Zoom, devido à pandemia, seguindo as normas de isolamento social. As participantes foram contatadas por meio de indicação de conhecidos. Foi combinado previamente dia e horário para a entrevista e antes da entrevista, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no término da entrevista, responderam ao perfil socioeconômico.

A análise dos dados qualitativos foi realizada por categorização de conteúdo das entrevistas que foram analisadas e interpretadas de acordo com o embasamento teórico desenvolvido na pesquisa (Gil, 2017). Foram criadas 5 categorias com base nos objetivos da pesquisa, sendo elas: 1- *Diferenças na maneira em como as mulheres lidam com o dinheiro antes, durante e depois do casamento*; 2- *Desafios que a mulher enfrentou ou enfrenta com o uso do dinheiro após o divórcio*; 3- *Apoio da família, pais ou amigos para a mulher se reorganizar financeiramente após o divórcio*; 4- *A relação com o dinheiro hoje*; 5- *Dificuldade da mulher em lidar com o dinheiro no pós divórcio*.

4. Resultados e Discussão

A primeira categoria diz respeito a *diferenças na maneira em como as mulheres lidam com o dinheiro antes, durante e depois do casamento*. Foi possível perceber que a participante Ester, afirma que houveram diferenças na maneira de lidar com o dinheiro durante e depois do casamento. Durante o casamento haviam conflitos conjugais na maneira de lidar com o dinheiro, pois haviam prioridades diferentes entre o casal e não conseguiam entrar em acordo, e o divórcio foi mencionado como uma independência e liberdade financeira conquistada que anteriormente não havia por parte da mulher.

A participante Júlia afirmou que houve diferenças no uso do dinheiro com o casamento e com a chegada do filho, por as responsabilidades aumentarem e em relação ao financeiro, as despesas e cuidados com o filho sempre foram da responsabilidade da mulher e o marido não assumiu o compromisso.

Segundo Guimarães (2010) existem diferenças quanto ao significado do dinheiro no casamento e essas diferenças se mostram através de estilos, modelos herdados da família de origem, modelos culturais e sociais que influenciam no modo de cada um lidar com o dinheiro.

Quando o relacionamento não está bem, mulheres e homens podem compensar com compras as dificuldades na relação sem perceberem que as compras trazem um prazer imediato

de curta duração e que logo o desconforto emocional vem à tona, levando a uma dificuldade financeira. (TOLEDO, 2010)

Consideramos que quando a participante da pesquisa relata que somente a cargo do dinheiro da mulher é quem se responsabiliza pelas despesas dos filhos, pode se configurar uma violência contra a mulher, por o homem se isentar dos cuidados e dos gastos que um filho gera. Quanto a violência psicológica contra a mulher, Martins e Burd (2018) ressaltam que a violência contra a mulher é construída através da história desde o período colonial no Brasil, no qual a mulher exercia um papel de subordinação, submissão, obediência ao marido, cuidava das tarefas domésticas, do marido e dos filhos, sendo esses comportamentos aprendidos e passados de geração em geração. Este modelo de família patriarcal, determina normas e regras mantendo uma relação de domínio e posse do homem sobre a mulher. Para Martins e Burd (2018), apesar dos avanços na legislatura, a cultura patriarcal ainda é muito presente na sociedade e nas famílias brasileiras precisando urgentemente ser substituída pela cultura de igualdade de gênero, pois alguns homens ainda tratam as mulheres como sua propriedade, impondo a elas como devem se vestir, se comportar, falar e agir fazendo o que bem querem dentro do ambiente doméstico.

Uma subcategoria foi criada por apresentar esse fenômeno nas entrevistas e portanto, decidimos trazer para discussão afim de entender sobre *a relação com o dinheiro no segundo casamento*. Percebe-se que mesmo com o segundo casamento ainda existe o medo da repetição de padrão da forma de usar o dinheiro, e de acordo com a fala da participante Júlia no recasamento mantém as despesas do filho exclusivamente com a mulher, por motivo de insegurança do término da segunda relação.

A afetividade na relação conjugal é muito importante, pois quanto mais afeto há na relação, mais o casal consegue conduzir as finanças em conjunto e quando a responsabilidade fica para um deles ou cuidam separadamente do dinheiro, a relação conjugal fica comprometida. (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2015) De acordo com a fala de uma participante em assumir sozinha a responsabilidade financeira dos gastos do filho mesmo estando em uma segunda relação, pode comprometer a relação conjugal, por não compartilhar com o pai e sobrecarregar as finanças desta mulher que impacta na relação atual do recasamento.

Com o divórcio e a vinda de um segundo casamento pode se relacionar a iniciar um novo empreendimento econômico, pois as obrigações financeiras com a família anterior permanecem e também há o desejo de independência financeira. Os objetivos mudam para se conseguir administrar a nova constituição familiar, principalmente com a vinda dos filhos da nova relação e os filhos da relação anterior. De acordo com a fala de uma participante, a discussão do segundo casamento acontece sobre a quem o dinheiro pertence e como ele deverá ser usado sendo que no casamento anterior geralmente a conversa acontecia para decidirem

como conseguir ganhar dinheiro. Concordamos com Madanes e Madanes (1997) que em um divórcio é importante os pais se esforçarem para manter o vínculo como tal, não usando os filhos para punir um ao outro.

A segunda categoria refere-se aos *desafios que a mulher enfrentou ou enfrenta com o uso do dinheiro após o divórcio*. Nos relatos das participantes, as mulheres tiveram prejuízos financeiros e psicológicos e vivem sem o dinheiro da pensão dos filhos por o homem não assumir sua responsabilidade financeira no pós divórcio.

Segundo Neves (2021), as dívidas financeiras adquiridas durante a relação conjugal seguem a mesma regra da partilha de bens, ou seja, podem ser divididas pelo ex-casal desde que esses gastos possam ser comprovados por boletos pagos ou notas fiscais que demonstrem sua origem e que as dívidas se relacionem às despesas da família. Essas despesas consideradas familiares são referentes às contas de luz, telefone, água, gás, aluguel, condomínio, escola dos filhos e até mesmo a uma dívida adquirida por uma reforma no imóvel ou para aquisição de mobílias.

Guimarães (2010) ressalta que o dinheiro pode aparecer na família, no casal não só como uma moeda para adquirir bens materiais, como também para pagar dívidas emocionais estabelecendo uma relação de poder. No casamento, por exemplo, quem recebe mais pode estabelecer uma relação de poder sobre quem recebe menos e assim se comportar como o dono da outra pessoa e tudo que envolve o manejo do dinheiro. Ou quando um acordo entre o casal é rompido por um dos cônjuges que adota uma posição individualista em relação às finanças.

A terceira categoria diz respeito ao *apoio da família, pais ou amigos para a mulher se reorganizar financeiramente após o divórcio* ficou evidenciado que o apoio da família de origem foi muito importante no momento do divórcio não só pelo acolhimento, mas principalmente com a ajuda financeira. Esta forma de lidar com o dinheiro no pós divórcio se relaciona com o que Madanes e Madanes (1997), diz sobre a construção do significado do dinheiro na família depende das experiências por meio de recompensas e castigos que envolvam o dinheiro ou bens materiais, onde os pais podem dar de tudo aos filhos isentando-os de privações, ou pais que acreditam que é somente através de privações que o caráter é construído. Nessas duas situações, os filhos teriam dificuldades em se separarem dos pais, principalmente da parte financeira, levando a interpretações diferentes no uso do dinheiro, e com isso atrapalhar as relações familiares durante muito tempo, sendo esse exemplo levado também para relações futuras.

A relação com o dinheiro hoje é a quarta categoria que mostra maneiras diferentes das mulheres de se relacionar com o dinheiro. Há uma fala da participante Ester que busca informações e tenta se estruturar financeiramente ao atribuir um novo significado para o

dinheiro e há na fala da outra participante Júlia que busca meios para obter renda extra como complemento de sua renda fixa.

Quando as mulheres vão em buscar de um conhecimento financeiro concordamos com Blanco (2014) que para lidar melhor com as finanças, as mulheres precisam sentir confiança e conhecer mais sobre dinheiro. Desse modo, não somente a fase adulta é uma fase da vida que se deve aprender sobre dinheiro. Segundo Tobias e Cerveny (2012), a família deve começar a falar sobre dinheiro desde a infância para que na vida adulta se tornem mais saudáveis em relação às finanças. Quando a mulher conquista a autonomia financeira, ela amplia suas opções profissionais e possuem mais chances de serem bem sucedidas, tornando-se mais capazes de protagonizar sua história e menos vulneráveis. (SEGALA, 2020)

A quinta categoria diz respeito a *dificuldade da mulher em lidar com o dinheiro no pós divórcio*. Na fala da participante Ester, foi possível de se notar a importância da busca de informações sobre o manejo do dinheiro para adquirir autonomia financeira através de uma reorganização no estilo de vida, passando de assalariada para profissional autônoma. Consideramos que ser um profissional autônomo proporciona um controle do tempo e de quando irá trabalhar e com isso pode ser uma forma de conciliar com as demandas domiciliar e da família. Para Blanco (2014), tanto confiança quanto conhecimento importam quando o assunto é saber lidar com o dinheiro. Repensar o comportamento diante das finanças é o primeiro passo para buscar a origem do problema demonstrando que são mais receptivas quando se quer aprender.

No relato da participante, percebe-se que as dívidas emocionais são muitas vezes compensadas na vivência com os filhos, das quais podem trazer prejuízo psicológico e na maneira de lidar com o dinheiro. Para Guimarães (2010), essas dívidas emocionais surgem na família nos mais diversos formatos e situações no qual o poder financeiro é centralizado e rígido influenciando nas relações e no bem-estar da família. Elas geram uma necessidade de ser quitada e uma das maneiras é por meio do dinheiro ou comprando coisas caras, como meio de compensar a falta de tempo juntos, por brigas, por não conversarem, por não compartilharem interesses, carinho e até mesmo para compensar a ausência do pai ou da mãe.

Sobre o *aprendizado da mulher após passar pela situação de divórcio sobre a forma de usar o dinheiro* constatou-se que primeiro o aprendizado adquirido foi a importância de se sentir segura sobre o assunto e a ênfase dada para a reserva financeira, que facilitou no momento da separação. A reserva financeira é o primeiro passo para quem quer ter uma vida financeira equilibrada, pois são recursos destinados a situações inesperadas relacionadas a saúde, educação, desemprego, divórcio. (ORTIZ, 2021)

No relato da participante Júlia, percebe-se que o medo de se repetir no segundo casamento a mesma situação do primeiro, principalmente no que diz respeito a dependência

financeira do marido e perder a liberdade conquistada foi muito impactante na vida dessas mulheres. Uma das principais perdas no divórcio é a da inocência, que se caracteriza por entrar num segundo casamento pensando num possível divórcio, preparando-se sempre para o pior. Nunca mais se confia no segundo cônjuge da maneira como no primeiro casamento. Os conflitos para quem se casa novamente depois de passar por um divórcio é o desejo de ser amado ao mesmo tempo que tem medo de se desapontar e, muitas vezes, esse medo faz com que se busque dicas que apontem que o segundo cônjuge é igual ao primeiro. (MADANES; MADANES, 1997)

5. Considerações Finais

Com a finalização da pesquisa sobre mulheres divorciadas e sua relação com o dinheiro no pós-divórcio percebeu-se o quanto esse tema pode ser ampliado dado as constantes mudanças no comportamento da mulher ao longo da história diante da carreira profissional e finanças, sua vida pessoal e familiar.

Foi possível entender que as mulheres no pós divórcio buscam por mais conhecimento e informação sobre planejamento e administração das finanças, o que mostra uma quebra de paradigmas da mulher em relação ao dinheiro ser assunto de homem.

As dificuldades apontadas pelas mulheres no pós divórcio são o pouco conhecimento sobre dinheiro, diferenças em relação ao significado do dinheiro capaz de comprometer a relação conjugal, e em casos extremos, podendo haver situações de violência psicológica com mulheres, uma vez que se relacionam com homens autoritários.

Na relação das mulheres com o dinheiro no pós divórcio, há algumas que buscam informações para conhecer e se reorganizar financeiramente, enquanto que há outra que tenta buscar renda extra para complementar o orçamento e não depender do segundo e atual marido. As dívidas emocionais também aparecem como um fator de dificuldade em lidar com o dinheiro, tentando compensar alguma falta, principalmente em relação aos filhos.

O aprendizado das mulheres após passarem pela situação de divórcio sobre a forma de usar o dinheiro é diverso. Há mulheres que reforçam a importância de buscar informações e conhecimento em como lidar com as finanças e aprender como fazer a reserva financeira para ter segurança, enquanto que há outras que relatam o medo de repetir em um outro relacionamento os mesmos erros do primeiro e, por isso ressaltam a importância de ser independentes financeiramente do atual cônjuge.

Portanto, podemos considerar que as mulheres que se divorciam tem buscado por mudanças em seu comportamento econômico para se sentirem mais seguras e tornarem independentes financeiramente.

Com isso podemos ressaltar que a caminhada das mulheres sobre o assunto dinheiro é longa, mas está iniciada. Olhar para tudo o que foi revelado neste estudo é fortalecer a esperança de que muitas coisas estão acontecendo para que as mudanças se concretizem e proporcionem outras expectativas diante da maneira de lidar com o dinheiro e conquistar a tão esperada liberdade e independência financeira.

Referências

- BLANCO, S. **A Relação das Mulheres com o Dinheiro**. Nov. 2014. Disponível em: <https://dinheirama.com/relacao-das-mulheres-com-dinheiro/> Acesso em: 04/05/2020.
- CERVENY, C.M.O. **A Mulher e a Família no Século XXI**. In: AMAZONAS, M.C.L.A.; LIMA, A.O.; DIAS, C.M.S.B. *Mulher e Família: Diversos Dizeres*. São Paulo: Oficina do Livro, 2006. p. 15-25.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição – São Paulo, SP, Atlas, 2017.
- GUIMARÃES, Cleide Maria Bartholi. *Até que o dinheiro nos separe: a questão financeira nos relacionamentos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MADANES, C.; MADANES, C. **O significado secreto do dinheiro**. Trad.: Suzana Maria Diniz Lopes Figueiredo. São Paulo: Editorial Psy, 1997.
- MARTINS, C.C.R.R.B, BURD, A.C.J. **Repercussões da violência psicológica contra a mulher na relação conjugal: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Ciências da Vida, v.6 n.2. Mar. 2018.
- MENDONÇA, J. **Dinheiro e família: como lidar?** Mar. 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/11830-2/> Acesso em: 10/03/2021.
- MOSMANN, C.; FALCKE, D. **Conflitos conjugais: motivos e frequência**. Revista SPAGESP, Ribeirão Preto, v.12, n.2, p.5-16, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200002&lng=pt&nrm=iso Acessos em 12/03/2020.
- NEVES, C. **A Partilha de Dívidas no Divórcio**. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/89258/a-partilha-de-dividas-no-divorcio> Acesso em: 11/08/2021.
- ORTIZ, E. **Saiba o que é reserva de emergência, como fazer e quando usar**: Entenda a relevância de ter uma reserva financeira e aprenda a construir a sua para não passar por dificuldades com as contas no futuro. Disponível: <https://www.creditas.com/exponencial/reserva-de-emergencia/> Acesso em: 30/08/2021.
- OUTEIRO, A.S. **Mulheres e dinheiro: uma delicada relação**. Meu bolso em dia. FEBRABAN. 2019. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/Materias/mulheres-e-dinheiro-uma-delicada-relacao> Acesso em: 01/03/2020
- PUGA, V.L. **Casar e Separar: Dilema Social Histórico**. Esboços: histórias em contextos globais. Florianópolis, v.14.n.17, p.157-172, jun.2007. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br>esboços>article>download>> Acesso em: 17/02/2021

RAZERA, J., CENCI, C. M., FALCKE, D. **Manejo de dinheiro: possíveis relações com o ajustamento e a violência em casais.** Perspectivas em Psicologia, v.19, n. 2, pp. 03. Jul/Dez 2015.

SCHERER, A. **Será que preciso de terapia financeira?** Mai. 2020. Disponível em: <https://elle.com.br/lifestyle/sera-que-preciso-de-terapia-financeira/mas-quem-precisa-de-um-terapeuta-financeiro> Acesso em: 01/03/2021.

SEGALA, M. **As Mulheres e o dinheiro.** Out. 2020. Disponível em: <https://elle.com.br/sociedade/as-mulheres-e-o-dinheiro> Acesso em: 01/03/2021.

SOUSA, M. **Mulheres, precisamos falar de dinheiro.** 2018. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/detox/mulheres-precisamos-falar-sobre-dinheiro/> Acesso em: 04/05/2020.

TOBIAS, A. M. N. M.; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Educação financeira na família—como falar de dinheiro com crianças. **São Paulo: Roca, 2012.**

FAMÍLIA E SUAS INTERFACES

Capítulo 4- Valores e o uso do dinheiro na família na fase de aquisição

Andreza Maria Neves Manfredini

Renata Miranda Gonçalves

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo compreender os valores atribuídos ao dinheiro em famílias na Fase de Aquisição do Ciclo Vital, tendo em vista que na prática clínica da psicologia é possível observar que o dinheiro é um tema recorrente, o qual por vezes gera preocupações e angústias devido a sua complexidade e seus significados que variam de pessoa para pessoa e que perpassam as relações e as diferentes fases do Ciclo Vital da Família.

Cerveney e Berthoud (2010) afirmam que a fase de aquisição do ciclo vital corresponde ao período onde o casal está se consolidando, planejando e estabelecendo metas, as quais certamente envolvem, entre outros aspectos importantes, a relação e os valores atribuídos ao dinheiro. Nesse sentido, ao considerarmos a fase de aquisição como um período onde as famílias mostram-se mais inclinadas ao processo de adquirir bens, podemos então compreender a relevância no que diz respeito aos valores atribuídos ao dinheiro e o modo pelo qual os cônjuges buscam negociar e renegociar esses valores para a modelo de família que desejam construir.

Tema complexo e considerado por alguns como um tabu, de acordo com Meirelles (2012), desde os anos 640 e 630 A.C, o dinheiro se faz presente na história da humanidade. Para Meirelles (2012), o dinheiro tem ocupado lugar de destaque na vida econômica e social no mundo capitalista e, ainda que não seja percebido, somos inseridos no universo do dinheiro logo que nascemos e por intermédio de nossa família de origem vamos aprendendo e construindo os comportamentos em relação ao uso e valores que atribuímos ao dinheiro.

Os capítulos a seguir referem-se primeiramente ao pensamento sistêmico, o qual este trabalho é pautado; o ciclo vital da família brasileira; a fase de aquisição do ciclo vital; o dinheiro na fase de aquisição; e, por fim, os valores na família contemporânea.

2. Revisão da literatura

2.1- O Pensamento Sistêmico

Este trabalho é pautado na perspectiva que pensa a família como um sistema e, de acordo com Vasconcellos (2013), a qual discorre o Pensamento Sistêmico como o Novo Paradigma da Ciência, onde pensar sistemicamente inclui pensar considerando alguns pressupostos, tais como: o *pressuposto da complexidade*, que nos remete a ampliar o foco de nossa observação; o *pressuposto da instabilidade*, que considera o mundo em constante transformação; e por fim,

o *pressuposto da intersubjetividade*, que nos leva a acatar a experiência de novas descrições e formas de pensar, saindo de uma visão única, ou ainda da “*paralisia do paradigma*”, nos abrindo e abraçando um novo olhar. Sendo assim, de acordo com esses pressupostos, a família é vista como um sistema dinâmico e em constante movimento e transformação, passando por ciclos os quais Cerveny (2002) se refere como *Ciclo Vital da Família*, o qual inclui o desenvolvimento, movimento e etapas, com suas complexidades nas quais várias questões, inclusive questões relacionadas ao dinheiro, perpassam as relações, se alteram e determinam questões sociais.

2.2- O Ciclo Vital da Família Brasileira

De acordo com Cerveny e Berthoud (2010), dentro de uma perspectiva sistêmica, o homem é percebido como um ser que está inserido em sistemas, sendo a família o primeiro e principal. É esse sistema que, segundo os autores supramencionados, situa e legitima o indivíduo no seu espaço social e constituindo-se na matriz de sua identidade pessoal. Sendo assim, é impossível pensar em ciclo vital dissociado de desenvolvimento, movimento, crescimento, ordenação, etapas e assim por diante. O próprio sentido de ciclo, de fenômenos que se sucedem em determinado ritmo, é muito próximo do processo de vida do ser humano e assim como o do ciclo de vida familiar (CERVENY; BERTHOUD, 2010). Esses ciclos, bem como suas mudanças, exigem dos membros da família um equilíbrio entre flexibilidade e estabilidade. Cerveny (2002) nos propõe o estudo considerando a caracterização de Ciclo Vital em quatro fases: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Para essa pesquisa serão ressaltados os fenômenos da primeira fase do Ciclo Vital da Família - a Fase de Aquisição.

2.3- A Fase de Aquisição do Ciclo Vital Família

Para Manfredini (2019) a fase de Aquisição engloba diferentes momentos, como a formação da família, a vinda dos filhos, padrões próprios criados pelo casal, a formação do patrimônio, novos papéis e até mesmo a formação de uma nova rede de apoio. Compreende o período em que se inicia a união formal e informal dos casais, e estende-se até a vinda dos filhos e à vida com eles até a puberdade. Mães ou pais solteiros que adotaram uma criança, casais sem filhos, casais adolescentes grávidos, pessoas que formaram novos arranjos no recasamento ou pessoas que iniciam um novo núcleo familiar, ou qualquer outra configuração começam o ciclo vital da família com a fase de aquisição (MANFREDINI, 2019).

Para Cerveny e Berthoud (2010), essa construção perpassa a união de duas pessoas, é na verdade a união de complexos e intrincados sistemas familiares que exige maturidade e demanda tempo. Ainda de acordo com Cerveny (2002) essa é a fase onde se busca o

estabelecimento de vínculo e intimidade no compartilhar do mesmo espaço geográfico entre os pares, planejando em busca de um objetivo em comum.

2.4- O dinheiro na fase de aquisição

Ao considerarmos que a fase de aquisição corresponde ao período onde o casal está se consolidando, planejando e estabelecendo metas relacionadas a diferentes aspectos, podemos compreender que o dinheiro certamente faz parte dessa construção. De acordo com Manfredini (2019), ocorrem determinados fenômenos comuns a essa fase que se caracteriza pela aquisição de um mínimo de segurança para o casal, o que está relacionada a bens materiais, que nos sugere um grande esforço do casal no sentido de planejamento e do modo como utilizarão o dinheiro. Dessa forma, ainda de acordo com Manfredini (2019), ocorre a formação de um novo modelo familiar, a construção da família atual e o afastamento da família de origem e de seus padrões até então utilizados por cada membro. Isso não significa, obviamente, que o casal irá apagar todo aprendizado de sua família de origem, ocorre que diante da formação da nova família haverá padrões adaptados, readaptados e novos que serão construídos em busca de independência e autonomia do casal que está iniciando a vida a dois. A esse fenômeno Berthoud (2002) refere-se como *unindo-se*, ou seja, o casal nessa fase está se apaixonando, apostando na relação, criando laços, discernindo, analisando as diferenças o que inclui as relacionadas ao dinheiro. O casal passará a pensar, discutir e planejar diversos aspectos relacionados ao viver a dois, incluindo o lidar com o dinheiro. Outro fenômeno de acordo com Berthoud (2002) é o que chama de *construindo a vida a dois*, também citado por Manfredini (2019), e de acordo com a autora é quando o casal decide viver juntos, o que a princípio pode gerar certa estranheza ou insegurança. É nessa fase que o casal irá negociar fronteiras com a família de origem de cada um, assumindo novos compromissos e construindo a cumplicidade do casal. O mesmo autor também destaca o fenômeno *vivendo a parentalidade*, fase onde a relação à dois precisa ser reformulada e certamente a relação com o dinheiro poderá tomar novas formas, tendo em vista alterações que ocorrerão no sistema. Para Manfredini (2019), ocorre a transformação da díade para a tríade, e esse processo é a primeira grande mudança previsível na vida do casal. Nesse momento, o casal precisa descobrir qual o tempo e o espaço a ser tomado nas relações familiares, bem como definir o tempo e o espaço físico e emocional dedicado aos filhos (MANFREDINI, 2019).

De acordo com Manfredini (2019), lidar com o dinheiro ao longo do ciclo vital da família na sociedade contemporânea significa deparar com elementos constituintes do mundo globalizado, o que certamente tem influência nas famílias. Por esse motivo, é papel da psicologia compreender essa dinâmica e considerar o consumo e o uso do dinheiro como parte das relações que se estabelecem desde o início da socialização das crianças até a velhice

(MANFREDINI, 2019). Ainda nesse sentido, Meirelles (2012), corrobora enfatizando que na prática clínica da psicologia é possível observar que o dinheiro muitas vezes é o principal foco de conflito, ainda que muitas vezes seja mascarado por outras queixas, o que podemos atribuir a tabus e crenças envoltas a esse tema. A autora considera esses “não ditos” na psicologia clínica às questões relacionadas ao dinheiro que podem encontrar-se escondidas em outros sintomas.

2.5- Valores na família contemporânea

Envolvidos pelas normas sociais, familiares, traços de personalidade, contexto sócio econômico e a real quantia de dinheiro que possuem, as pessoas constroem suas próprias realidades financeiras, fazendo uso do dinheiro de acordo com suas necessidades, seus desejos, expectativas e significados a ele atribuídos (MEIRELLES, 2012). Ainda segundo a autora, somos inseridos no universo do dinheiro logo que nascemos, mesmo que não percebamos.

Para Tobias e Cervený (2012), é no sistema familiar e nas gerações passadas que ocorre a transmissão de padrões, os quais podem ser percebidos ou simplesmente camuflados. Para as autoras, o tema dinheiro pode ser transmitido tornando-se um tabu, e o modo de administrá-lo pode passar para as gerações futuras de diferentes formas, como afirmam as autoras: por meio do silêncio, do não dito ou como um assunto que deve ser discutido sem tabus.

De acordo com Meirelles (2012), valores referem-se ao comportamento das pessoas, definindo suas escolhas e decisões, assim como o modo de vida. São responsáveis pela motivação que dispara ou não um comportamento, atuando como um norteador ou princípio para o qual o indivíduo se volta antes de tomar uma decisão. Sendo assim, possuem importância significativa ao considerarmos que são agentes, ora de transformação ora de perpetuação de atitudes, crenças e comportamentos (MEIRELLES, 2012). Tendo em vista a significativa importância dos valores em tomadas de decisão, podemos compreender que atitudes relacionadas ao dinheiro estão ligadas aos nossos valores, os quais expressam características individuais e coletivas. Os valores, ainda de acordo com Meirelles (2012), são aprendidos em vários contextos: culturais, sociais, institucionais e pessoais, estão diretamente ligados ao sistema de crenças, determinando nossas atitudes, comportamentos e princípios, em todas as esferas, incluindo o dinheiro (MEIRELLES, 2012).

Ainda nesse sentido, para Manfredini (2019), os valores são entendidos como sendo aquilo que está no jeito de ser de cada um, e estão relacionados com as decisões que os indivíduos tomam para agir com determinado objetivo, ou como citado pela autora, de acordo com certos meios e fins. Para a autora, conforme os valores são construídos, também serão transmitidos. Nesse contexto, Tobias e Cervený (2012), destacam que muitas vezes os modelos familiares transmitidos podem ser incômodos, e aqui faz-se necessário a criação de um antimodelo, ou seja, a repetição que se faz pelo seu oposto. Logo, podemos compreender que

se os valores que nos são repassados muitas vezes podem ser incômodos ou até mesmo disfuncionais, os relacionados ao dinheiro também podem trazer esse desconforto. Reconhecer os valores relacionados a esse instrumento é essencial para que o indivíduo se sinta livre em manter, ou seja, dar continuidade ao padrão, ou modificá-los, criando assim um antimodelo.

As famílias da sociedade contemporânea estão cada vez mais comprometidas com as constantes alterações e transformações que ocorrem no macrosistema que por sua vez, interferem no microsistema familiar (TOBIAS; CERVENY, 2012). Destacando aqui as interações sistêmicas, que nos remete à ideia de ecossistema: vários sistemas, cada um com seu aspecto de totalidade, tais como um indivíduo, uma família, uma cidade, uma nação, interagindo numa rede dinâmica de interdependências e influências mutuas (VASCONCELLOS, 2013).

As famílias contemporâneas estão inseridas num contexto social de grandes mudanças e adversidades, e no que diz respeito a educação financeira, Tobias e Cervený (2012) destacam duas vertentes éticas: os valores aprendidos de forma educacional, que visam um lidar melhor com o dinheiro; e a ética do *marketing*, onde o consumo gera necessidade para promover a venda. Nesse mesmo sentido, Colombo (2012), destaca que a modernidade, ou a contemporaneidade, é globalizante e tem consequências, pois de acordo com a autora, a contemporaneidade e sua liquidez, não somente são afetados por grandes transformações, mas também impactam na formação de identidade dos sujeitos, nas relações sociais e também nos vínculos afetivos. Ainda segundo Colombo (2012), há o conceito da cultura do vazio, onde para a autora a vida moderna mostra como tudo é efêmero e vão, o que certamente impulsiona a busca desenfreada do prazer e do poder. Por conseguinte, para esta mesma autora, o mundo está repleto de novidades, e a velocidade das transformações, sejam elas no advento das novas tecnologias, culturais, comportamentos, econômicas e de valores, é muito rápida, instigando o indivíduo a buscar sempre mais, sempre o novo, e assim consumir cada vez mais. Para a autora, a sociedade moderna é movida pelo consumo, o que afeta a formação psicossocial dos sujeitos. Esse movimento, destacado por Colombo (2012), nos leva a reflexão de que os indivíduos, que estão inseridos em sistemas, sobretudo o sistema familiar, estão voltados às suas necessidades de consumo, que por sua vez são impactados pelos valores atribuídos ao dinheiro. Vivemos a era das transformações, da desconstrução de valores consolidados, da transformação da cultura e do fracasso de certas ideologias clássicas da sociedade, a era em que certezas supostamente inabaláveis estão sendo derrubadas (COLOMBO, 2012, p.4).

Sendo assim, os valores relacionados ao uso do dinheiro, bem como a construção desses valores, fazem-se de extrema importância no contexto das famílias contemporâneas e a Psicologia do Dinheiro e a Terapia Familiar Sistêmica buscam contribuir com estudos envoltos do tema Dinheiro e Família, de modo que compreender os valores relacionados ao dinheiro e

seu uso possibilitam uma melhor reflexão sobre o assunto e possíveis formas de intervenção que visam contribuir com a saúde e o bem-estar familiar.

3. Método

O método empregado neste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de campo e com abordagem qualitativa, a qual busca a compreensão dos fenômenos por sua descrição e interpretação, o que de acordo com Martins (2004), tem como marca a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando as mais adequadas à observação que está sendo feita. Ainda nesse sentido, para Minayo (2007), a abordagem qualitativa respeita os laços afetivos das relações sociais, considerando valores culturais e suas representações. Ou seja, a pesquisa qualitativa, não se estabelece por análise de números, mas pela busca da compreensão do fenômeno estudado a partir das observações realizadas e da realidade e dinâmica das relações sociais.

A amostra foi constituída por acessibilidade, num total de seis famílias residentes na região do Vale do Paraíba – São Paulo, de diferentes configurações da Fase de Aquisição do Ciclo Vital Familiar: casal sem filhos; casal com filhos; casal homoafetivo; casal recasado; e duas famílias monoparentais. Utilizou-se o critério de saturação, tendo como critério para inclusão dos participantes o casal ou responsável estar vivendo a Fase de Aquisição do Ciclo Vital Familiar, tendo ou não filhos pequenos e pertencente a classe média.

Utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada, conforme os objetivos da pesquisa. No que diz respeito a coleta de dados ocorreu por acessibilidade, sendo as famílias participantes recrutadas pela pesquisadora e considerando que, de acordo com Gil (2008), estes possam representar o universo a ser estudado para a análise dos conteúdos.

Foi realizado a análise de dados por categoria através das entrevistas semiestruturadas na qual, de acordo com Gil (1999), diferente de entrevistas estruturadas, o roteiro não é rígido, podendo o entrevistado falar livremente sobre o tema, desde que não se abstraia do assunto central. Foram utilizadas as técnicas qualitativas do método de análise do conteúdo, as quais de acordo com Gil (1999), visam compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação, de modo que, a análise inclui uma atividade reflexiva que resultam num conjunto de notas que tem como objetivo guiar o processo de análise dos dados. As categorias construídas foram com base nos objetivos desta pesquisa: Valores relacionados ao uso dinheiro recebidos da família de origem; Valores relacionados ao uso do dinheiro construídos pelo casal / família; Semelhanças da família de origem no modo de utilização do dinheiro na família atual; Diferenças da família de origem no modo de utilização do dinheiro na família atual.

4. Resultados e Discussão

4.1- Apresentação do Perfil dos Participantes

Os resultados desta pesquisa serão apresentados e analisados, demonstrando os valores e o uso do dinheiro nas famílias na Fase de Aquisição, de forma a identificar quais valores as famílias atribuem ao dinheiro e quais as influências da família de origem na construção desses valores e formas de utilização do dinheiro. Em um primeiro momento, serão apresentados o perfil dos participantes que caracteriza a amostra e após uma breve discussão para um melhor entendimento sobre as características que compõe a amostra desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada com seis responsáveis de famílias, residentes no Vale do Paraíba – São Paulo, sendo uma família da cidade de Taubaté e cinco famílias da cidade de São José dos Campos, totalizando em 10 participantes. Dessas famílias, cinco residem em moradia própria e uma em moradia alugada. Em relação ao arranjo familiar, duas famílias são monoparentais, sendo uma família na configuração de pai e filha, e a outra família mãe e filho, ambos divorciados e sem filhos de outra relação. Ainda nesse sentido, três famílias estão na primeira união, sendo uma homoafetiva. Nessa configuração de primeira união apenas uma família tem filhos. E uma outra família encontra-se na segunda união, esses possuem um filho da relação atual e dois da primeira união do homem.

O tempo de união dos casais entrevistados está entre um ano e seis meses, até quinze anos de união, sendo o menor período para recasados e maior para os casais de primeira união. Entre os divorciados, o homem relata quatro anos de divórcio, e a mulher está há oito anos divorciada. Os participantes encontram-se na faixa etária entre 27 e 51 anos de idade, e os filhos dessas famílias estão entre 1 e 14 anos de idade.

Dos dez participantes da pesquisa, dois possuem ensino superior completo, e os demais possuem pós-graduação. Três declaram-se profissionais liberais, os demais são assalariados. Todas as famílias pertencem a classe média, a maioria com renda estabelecida entre 5 a 9 salários, e duas famílias com renda de 10 a 20 salários. Em relação a renda familiar para manter a família, observa-se modelos diferentes entre os casais, tais como: uma família possui a renda mantida pela mulher e complementada pelo homem; a segunda família a renda é mantida por ambos igualmente; a terceira família que é a homoafetiva, a renda é mantida por um dos parceiros e complementada pelo outro; e quarta família, recasada, a renda é mantida pelo homem e complementada pela mulher. Isso mostra que há quatro configurações familiares diferentes que apresentam quatro formas diferentes de representar a renda familiar. Esse cenário de diferentes configurações familiares nos faz pensar que a família em fase de aquisição apresenta diferentes tipos de renda advindos tanto do homem quanto da mulher. O que significa que as configurações familiares mudam e afetam como a mesma provê.

4.2- Apresentação e Discussão dos Resultados

Os resultados serão apresentados em quatro categorias, as quais serão apresentadas com base nas falas dos participantes e fundamentadas numa discussão teórica. As categorias a seguir se reportam aos objetivos específicos desta pesquisa.

Categoria 1 – Valores relacionados ao uso dinheiro recebidos da família de origem

Para que possamos compreender os valores relacionados ao uso do dinheiro, torna-se importante entender que a família de origem tem papel fundamental na transmissão de valores, os quais englobam os valores do dinheiro, bem como sua forma de utilização.

Sendo assim, podemos observar que, diante das falas dos participantes, pode-se verificar que os valores relacionados ao uso do dinheiro que foram transmitidos da família de origem para a família atual são: *subsistência; conforto e desenvolvimento proporcionados pelo dinheiro; conquista de bens materiais e não materiais; sobrevivência; consciência do uso do dinheiro.*

A fala dos participantes relacionadas a valores transmitidos pela família de origem nos remete a uma alfabetização financeira. Nesse sentido, para Meirelles (2012), em termos de transmissão de valores e ensinamentos de comportamentos, a família é um importante agente de socialização econômica. A autora também ressalta que alguns pesquisadores concluíram que a família é fundamental na alfabetização financeira de seus membros, sendo a principal responsável pelo sucesso econômico das pessoas na vida adulta. Sobre essa alfabetização, é possível observar que em todas as falas dos participantes há valores recebidos em relação ao uso do dinheiro, os quais foram transmitidos por membros da família de origem, sobretudo, pai e mãe.

Na fala de um participante, *subsistência* aparece como valor recebido e nos remete a ideia de sustento, das coisas que são essenciais para manutenção da vida, tais como alimentação, higiene, vestuário, entre outros. Assim como o valor de *sobrevivência*, o qual nos chama a atenção, pois aparece nas falas de alguns participantes, valor que também indica a ideia daquilo que é necessário para se manter, ou seja, o dinheiro atribuído aquilo que se faz essencial para viver.

Tais falas podem ser relacionadas ao que Meirelles (2012), nos apresenta no sentido de que os comportamentos em relação ao dinheiro podem revelar informações a respeito de aspectos psicológicos, familiares e culturais. Acrescento aqui, junto a esse pensamento, as informações relacionadas às histórias de cada família, aquilo que foi vivido por cada membro e que é transmitido entre as gerações de maneira clara e perceptível ou até mesmo de maneira imperceptível.

Ainda nesse sentido, para Tobias e Cerveny (2012), no sistema familiar as relações hierárquicas podem ser estabelecidas por regras explícitas e implícitas que regem o comportamento de seus membros, sendo assim, a forma como o dinheiro é utilizado pode influenciar os padrões intergeracionais. De modo que, fazendo uma interface com os valores mencionados pelos participantes, *subsistência* e *sobrevivência*, o dinheiro aqui apresenta relação com o que é essencial, o que certamente influencia padrões intergeracionais relacionados ao uso deste instrumento.

Em se tratando dessa questão intergeracional, reporta-se a histórias de famílias que ao longo das gerações foram reconstruídas e/ou coconstruídas. As heranças envolvem crenças, regras, segredos, valores e mitos que são perpetuados nas próximas gerações, formando um elo de corrente à qual não se escolhe pertencer, mas da qual simplesmente se faz parte (TOBIAS; CERVENY, 2012).

Esse elo, supracitado pelas autoras, o qual não se escolhe fazer parte, mas simplesmente se faz, pode ser observado na fala de todos os participantes. De forma geral, podemos observar que o uso do dinheiro e seus valores foram remetidos a aprendizagens da família de origem de todos os participantes desta pesquisa. Ou seja, os valores relacionados ao uso do dinheiro obtidos da família de origem perpetuam o modo de utilização desse instrumento. Há uma herança, um aprendizado relatado pelos participantes e que influencia o modo como o dinheiro é visto e utilizado. Uma das falas dos participantes nos remete ao que Tobias e Cerveny (2012) nos apresentam como sendo esse elo, quando o entrevistado relata seus valores aprendidos do pai e hoje sendo repassados ao seu filho. São os valores perpetuando as próximas gerações, é o elo que se forma, o qual não se escolhe pertencer, simplesmente faz parte.

O valor de *conquista*, relacionado a bens materiais e não materiais, como cultura e estudo, aparece em uma das falas, indo de encontro com MITCHELL, MICKEL (1999 apud MEIRELLES, 2012 p. 23) sobre a simbologia do dinheiro, que segundo os autores, está associado a quatro importantes atributos pelos quais os seres humanos lutam. Esses atributos dizem respeito à conquista e reconhecimento, status e respeito, liberdade e controle, e poder. Tais atributos também podem ser relacionados a uma outra fala onde o participante se refere a *conforto e desenvolvimento proporcionados pelo dinheiro*, o que também nos aponta para ideia de aquisição no sentido de bens materiais, tais como, moradia, transporte e vestuário, e bens não materiais, como educação e lazer. É o dinheiro sendo visto não apenas como essencial para sobrevivência, mas também como propositor de conforto e de possibilidades para o desenvolvimento pessoal.

Consciência do uso do dinheiro, valor que aparece na fala de um dos participantes, nos apresenta o sentido de controle e cuidado com o dinheiro, o que também podemos

relacionar a fala dos autores supramencionados, tendo em vista que controle e liberdade estão relacionados a essa consciência do uso do instrumento, dita por um dos participantes. Aqui é possível perceber que o uso do dinheiro está relacionado à cautela, o valor transmitido pela família de origem parece propor mais atenção e controle deste objeto tão importante e fundamental no contexto socioeconômico, e que, de acordo com Meirelles (2012), circula desde 600 A.C. como principal meio de troca de bens e serviços humanos.

Deste modo, observa-se que as falas dos participantes desta pesquisa nos elucidam o sentido de herança familiar, que relaciona ao que as autoras Tobias e Cervený (2012), mencionam como sendo a continuidade de padrões nas diversas gerações familiares.

Ainda de acordo com Tobias e Cervený (2012), ao compreender de onde vieram esses valores relacionados ao dinheiro, o indivíduo consegue sentir-se livre para optar em conservá-los ou descartá-los, e isso se faz fundamental para a formação da família atual, compreendendo que outros valores podem ser construídos, coconstruídos ou reconstruídos pela família atual ou pelo casal, o que é possível observar na próxima categoria de análise desta pesquisa.

Categoria 2 - Valores relacionados ao uso do dinheiro construídos pelo casal / família

Conforme mencionado na categoria anterior, os valores em relação ao dinheiro são influenciados pela família de origem, porém o casal ou responsáveis da família na fase de aquisição tem como tarefa construir seus próprios valores, os quais serão analisados nesta categoria.

De acordo com a fala dos participantes, destacam-se os seguintes valores construídos: *construção de diálogo familiar; segurança e controle da vida econômica; tranquilidade e felicidade na vida conjugal.*

Em uma das falas é possível observar claramente a busca da *construção de diálogo familiar*, que vai de encontro com o que Manfredini (2019) nos apresenta, de forma que para a autora, tornar-se casal é uma das tarefas mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar. É um momento em que o casal precisa renegociar questões de quando e como comer, dormir, conversar, fazer sexo, brigar, trabalhar, relaxar, e também há a necessidade de renegociarem com os pais, irmãos, família ampliada e colegas (MANFREDINI, 2019).

Ainda nesse sentido, de acordo com Manfredini (2019), é a fase onde o casal irá decidir como utilizarão o espaço, o tempo e o dinheiro, é o compromisso com o novo casal que está se formando. E esse compromisso, citado pela autora, nem sempre é fácil, conforme podemos observar na fala dos participantes, os quais relatam as dificuldades da convivência, do

aprendizado, do manejo no diálogo e dos valores que cada um trás de sua família de origem e que agora precisam dar lugar aos valores que serão construídos pela família atual.

Em relação ao tornar-se casal, *segurança e controle na vida econômica* foi o que nos apresentou a fala de um dos participantes, o qual relata ter vivido dois cenários diferentes, tendo em vista ter vivenciado dois casamentos. Aqui o participante relembra que, em seu primeiro casamento, o cenário era propício à segurança financeira, havia o controle de ambas as partes. Já no segundo casamento, esse cenário apresentou-se de forma diferente, visto que um dos cônjuges não atribuía valores de controle e segurança ao uso do dinheiro. Para esse participante, a busca do equilíbrio é fundamental, tendo em vista que em nenhum modelo sentiu-se completamente confortável, porém, ainda segundo esse participante, o primeiro modelo é mais atrativo e vai de encontro com seus valores, os quais se inclinam pela busca de controle e segurança no modo de utilização do dinheiro. Essa fala se relaciona com o que diz Manfredini (2019) a qual afirma que essa fase se caracteriza pela aquisição de um mínimo de segurança para o casal, e está relacionada a várias questões, destacando a aquisição de bens materiais.

Nesse mesmo sentido, é válido destacar a fala de outro participante, o qual relata também ter vivido dois casamentos, e em ambos parece ter havido essas diferenças no planejar. Assim como um outro participante relata não ter conseguido construir nada, nenhum valor conjugal relacionado ao dinheiro, o que nos remete a ideia de sistema familiar fechado, onde paradigmas não foram quebrados, e que provavelmente dificultaram o manejo do diálogo, essencial para nessa fase de aquisição.

Manfredini (2019), também destaca que é na fase de aquisição onde surgem questões em relação a como planejar a renda e as despesas familiares para o futuro da nova família que se forma. Isso se relaciona com uma das falas dos participantes, que revela que o planejar com o parceiro pode ser muitas vezes difícil, visto que cada um possui seus valores relacionados ao dinheiro e precisam ser renegociados.

Como ressalta Manfredini (2019), devido à influência do significado secreto do dinheiro para cada um dos cônjuges, o casal precisa decidir como o dinheiro será gasto. No que diz respeito ao significado secreto do dinheiro, uma das falas no remete a uma linguagem mais afetiva, quando o participante nos leva a compreender que muitas vezes o dinheiro proporciona situações geradoras dessa *tranqüilidade e felicidade na vida conjugal* como, por exemplo, um jantar proporcionado à esposa como forma de afeto. Aqui é possível fazer uma interface com o que Meirelles (2012) afirma, de acordo com a autora, cada um tem sua história com o dinheiro, o chamado mundo pessoal do dinheiro, que agora necessita fazer essa coconstrução com o mundo do outro.

Em relação a uma outra fala de um participante, é possível notar que o modo de lidar com o dinheiro na fase de aquisição leva a uma dificuldade que influencia com a chegada dos

filhos. Manfredini (2019) aponta que, muitas vezes isso ocorre quando a união formal é antecipada pela vinda de um filho não planejado, o que significa que o casal passa a formar um novo modelo de relacionamento. Uma das falas nos apresenta as dificuldades na formação da família que, com a chegada do filho, passou por momentos tumultuados e consideram-se em “*construção*”. A palavra “*construção*” apresentada pelos participantes nos remete ao fenômeno apresentado por Berthoud (2002), *construindo a vida a dois*, e também citado por Manfredini (2019), de acordo com a autora é quando o casal decide viver juntos, o que a princípio pode gerar certa estranheza ou insegurança.

Em outra fala, também relacionada à *construção de diálogo familiar*, demonstra como os casais passam por dificuldades, tanto os casais de primeira união, como os recasados. As dificuldades ocorrem para ambos, porém, de acordo com as falas de dois participantes, diante de uma segunda união parece ocorrer uma construção com mais tranquilidade, em uma das falas há a palavra *maturidade*.

É possível perceber a importância de novos canais de comunicação, e até mesmo um novo olhar diante do parceiro, elementos fundamentais para formação dos valores do casal que está se unindo. Em uma das falas podemos observar um canal de comunicação mais aberto e em construção, o qual faz relação com a afirmação de Berthoud (2002). Abrir-se para o outro, construir novos canais de comunicação, olhar o outro como parceiro são elementos fundamentais na elaboração de uma cumplicidade, essencial para a vida conjugal (BERTHOUD, 2002).

No que diz respeito à construção de valores relacionados ao dinheiro nas famílias em fase de aquisição, podemos nos remeter ao pensamento sistêmico, perspectiva no qual este trabalho é pautado. De acordo Vasconcellos (2013), estamos o tempo todo vendo o mundo por meio de nossos paradigmas, sendo assim, o que é percebido por um cônjuge, pode ser percebido de outra maneira pelo seu companheiro, sendo até mesmo imperceptível. Nossos paradigmas influenciam nossas percepções, e nesse sentido, os casais na fase de aquisição poucos flexíveis podem ter mais dificuldades no lidar com a construção de valores. Flexibilidade e disposição para mudanças são fatores indispensáveis nessa fase. Esse pensamento faz relação com as falas dos entrevistados, os quais expressaram suas dificuldades deste momento de construção, porém parecem reconhecer a importância do movimento e da flexibilidade.

Construir os valores relacionados ao uso do dinheiro nem sempre é uma tarefa fácil, porém faz-se fundamental. Para Manfredini (2019), a relação conjugal é estabelecida com padrões próprios de relacionamentos, sendo de fundamental importância conquistar um distanciamento físico e emocional das famílias de origem, para que o modelo próprio do casal seja delineado de forma genuína. Esse é um momento desafiador, em que o casal concilia

diferentes valores, crenças e regras que vão formar a nova família, diferente das famílias de origem de ambos (MANFREDINI, 2019).

A terceira e quarta categoria de análise demonstram as semelhanças e diferenças apresentadas pelos participantes da pesquisa no que diz respeito à família de origem.

Categoria 3 - Semelhanças da família de origem no modo de utilização do dinheiro na família atual

De acordo com Tobias e Cerveny (2012), muitas vezes padrões não são percebidos pelos membros da família, ou podem aparecer de maneira camuflada. Para as autoras, um dos assuntos que muitas vezes aparece como tabu é o dinheiro, o modo como lidar com ele pode passar de geração para geração através do silêncio, do não dito, ou até mesmo como um assunto que não deve ser discutido. Nessa categoria que representa as semelhanças da família de origem, podemos observar as seguintes falas relacionadas a valores: *proveito e conforto proporcionados pelo dinheiro; simplicidade no uso do dinheiro; sobrevivência; consumismo; desafios no uso do dinheiro.*

Um dos participantes mostrou o quão surpreendente foi ao perceber que atualmente segue o mesmo modelo de sua família de origem. Isso nos remete ao que indica Tobias e Cerveny (2012), que o grupo familiar funciona como uma totalidade na qual o comportamento de cada um dos membros é interdependente do comportamento dos outros, isso porque o comportamento de cada pessoa é afetado pelo comportamento das outras pessoas do sistema familiar. Portanto, nada nesse mundo está isolado, tudo tem uma relação, havendo influência, tanto das partes, quanto do todo (Tobias; Cerveny, 2012).

Ainda nesse sentido, podemos compreender que no sistema familiar somos afetados e afetamos os demais membros. Sendo assim, nossos valores relacionados ao uso do dinheiro como, por exemplo, *proveito e conforto proporcionados pelo instrumento*, tanto afetam como são afetados pelo comportamento dos membros da família. Para Tobias e Manfredini (2012), essa transmissão de valores se dá por diferentes maneiras, por meio de códigos, mas também pelo não dito, pelo silêncio ou por meio dos mitos, segredos, lealdades no decorrer das gerações. E nesse sentido, as autoras afirmam que, tais meios de comunicação também são utilizados na relação com o dinheiro.

As atitudes e comportamentos que homens e mulheres têm em relação ao dinheiro, são reflexos de crenças e vivências familiares e culturais, e repercutirão de maneira positiva ou negativa (MEIRELLES, 2012). Essa repercussão, de acordo com a autora, ocorre na vida dos familiares, na sociedade, no presente e no futuro, influenciando em vários aspectos. Esse pensamento se relaciona com a fala onde o participante atribuiu ao *consumismo* um valor que

considera igual ao de sua família de origem, e a de outra participante, que referiu-se à *simplicidade no uso do dinheiro*. Aqui observamos valores distintos, construídos através das histórias familiares de cada participante, e que certamente repercutem a maneira como cada um lida com o dinheiro. De acordo com Meirelles (2012), os brasileiros gastam muito e possuem pouca reserva, nesse sentido, as falas dos participantes que apresentam valores de *sobrevivência e desafios no uso do dinheiro* podem estar relacionadas a este dado apresentado pela autora, e que vai de contramão nas falas que remetem valores de *proveito e conforto* proporcionados pelo instrumento.

Categoria 4 – Diferenças da família de origem no modo de utilização do dinheiro na família atual

É importante observar os modelos e padrões da família de origem, até mesmo no sentido de melhorá-los quando necessário, pois quando esses modelos são incômodos haverá tentativas de modificá-los, construindo assim novas formas de se lidar com o dinheiro. Nesta categoria, onde as falas acima relacionam-se às diferenças da família de origem no modo de utilização do dinheiro, foram observados os seguintes valores: *ponderação no uso do dinheiro como, por exemplo, controle dos gastos; planejamento e poupar; consciência; segurança; uso do dinheiro com conforto e momentos de lazer*.

Para Tobias e Cerveny (2012), entender o padrão relacional que se estabelece na transmissão intergeracional requer situar um acontecimento da história familiar. O indivíduo pode ser entendido como um ser ativo e responsável pela história de sua família, podendo transformar a situação, e logo, o sistema familiar. Esse processo pode ser reconhecido como diferenciação, ou seja, o indivíduo reconhece os valores do sistema e entende que pode fazer diferente quando julga necessário.

Nesse sentido, no que diz respeito a reconhecer e fazer diferente parece que, de acordo com as falas dos participantes, em todas há no mínimo a intenção de se fazer diferente. O dinheiro ultrapassa o valor de sobrevivência que se faz bastante presente nas demais categorias de análise, sendo este instrumento visto de diferentes formas, as quais podem proporcionar muito mais que apenas o essencial, assim como em uma fala onde o participante se refere ao *conforto e momentos de lazer*, podendo o dinheiro ser usufruído com *consciência e segurança*, valores que também aparecem na fala da mesma participante.

Planejamento, também aparece em uma das falas e difere dos modelos apresentados, tendo em vista que nenhum dos participantes apresentou esse valor nas categorias anteriores. Esse fenômeno pode ser relacionado a *ponderação no uso do dinheiro*, no que diz respeito a *controle dos gastos, planejamento e poupar*. Valor bastante significativo, tendo em vista a

necessidade de planejamento nessa fase do ciclo vital da família, e também faz relação com que outra participante diz a respeito de ter *consciência* de que precisa poupar.

Mandredini (2019) ressalta que a relação conjugal é estabelecida com padrões próprios de relacionamentos, sendo importante conquistar um distanciamento físico e emocional das famílias de origem, para que o modelo próprio do casal seja delineado. Esse delineamento se faz justamente com a percepção dos valores da família de origem, e a criação de novos valores do casal, ou melhor, a cocriação dos valores da família atual.

Sendo assim, podemos compreender que reconhecer os modelos trazidos da família de origem é fundamental nessa diferenciação, pois a partir do momento que se reconhece pode-se optar por seguir ou não, ter como modelo ou como antimodelo.

5. Considerações Finais

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os valores e o uso do dinheiro nas famílias na Fase de Aquisição do Ciclo Vital Familiar. Assim como também buscou identificar e compreender os valores que essas famílias atribuem ao dinheiro, analisando as influências da família de origem na construção dos valores e formas de utilização do instrumento.

As famílias participantes desta pesquisa puderam primeiramente reconhecer os valores relacionados ao dinheiro aprendidos na família de origem, assim como reconhecer os valores deste instrumento na família atual, os quais estão sendo construídos, negociados e renegociados, o que exige flexibilidade dos membros, de modo que o sistema possa se movimentar, ajustar e se adaptar a esse novo modelo familiar.

Para essa construção foi importante reconhecer as semelhanças e diferenças da família de origem no modo de utilização do dinheiro na família atual, visto que, por vezes, esses valores não são percebidos de forma clara.

Nesse sentido, em relação às semelhanças, surgiram valores tais como: *proveito e conforto proporcionados pelo dinheiro; simplicidade no uso do dinheiro; sobrevivência; consumismo; desafios no uso do dinheiro*. Já no que diz respeito às diferenças, foram apresentados valores relacionados à *ponderação no uso do dinheiro como, por exemplo, controle dos gastos; planejamento e poupar; consciência; segurança; uso do dinheiro com conforto e momentos de lazer*.

Deste modo foi possível por meio desta pesquisa, elucidar os fenômenos relacionados aos valores e uso do dinheiro nas famílias na fase de aquisição do ciclo vital familiar, de modo a constatar as influências dos valores originados da família de origem na construção dos

valores atuais, bem como a importância do reconhecimento e por conseguinte a diferenciação desses modelos adquiridos quando necessários.

Os resultados obtidos são de relevância, visto que o dinheiro perpassa as relações e está presente em diferentes contextos, sendo um importante instrumento para o desenvolvimento e a qualidade de vida das famílias.

Referências

- BERTHOUD, C.M.E. **Visitando a fase de aquisição**. In: CERVENY, C. M. O. & BERTHOUD, C. M. E. e col. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002
- CERVENY, C. M. O. e cols. **Família e CicloVital: Nossa Realidade em Pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- CERVENY, C. M. O. e cols. **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002
- CERVENY, C.M.O. & BERTHOUD, C.M.E. **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010
- CERVENY, C.M.O. **Intergeracionalidade: heranças na produção de conhecimento**. São Paulo: Roca, 2011
- COLOMBO, M. **Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo**. Rev. bras. psicodrama [online]. 2012, vol.20, n.1, pp. 25-39. ISSN 2318-0498
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/familias-e-domicilios>. Acesso em: fevereiro/2020
- MANFREDINI, A.M.N. **Pais e Filhos: um estudo em educação financeira em famílias na fase de aquisição**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007
- MANFREDINI, A.M.N. **As Relações com o dinheiro: construindo, destruindo, re e co construindo caminhos possíveis com o dinheiro na família**. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019
- MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/agosto 2004
- MINAYO, M.C.S. Introdução ao desafio do conhecimento. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007. P. 21-34

MEIRELLES, V.M. **Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta.** Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

TOBIAS, A.M.N.M. & CERVENY, C.M.O. **Educação financeira na família – como falar de dinheiro com crianças.** São Paulo: Roca, 2012

VASCONCELLOS, M.J.E. **Pensamento Sistêmico: o Novo Paradigma da Ciência.** Campinas, SP: Papyrus, 2013

Capítulo 5- Afetividade na Parentalidade: Uma análise intergeracional

Patrícia Cres Napoleone Giovannetti

Wanda Rogéria Campos Lima Assis

1. Introdução

Este trabalho teve como objetivo principal compreender como as diferentes gerações de uma família percebem e vivenciam o afeto nas relações parentais.

O projeto de pesquisa surgiu a partir do questionamento em relação a maternidade na contemporaneidade. Em meio a tantos debates e ideias díspares entre si sobre educação e relação com os filhos nas mídias, nas escolas e entre os profissionais de saúde, começou-se a questionar se a criação/relação com os filhos, havia mudado de forma significativa nas últimas gerações?

Muito se fala sobre “amor materno”, a importância dos vínculos afetivos na “construção” de um ser humano saudável, mas como a afetividade efetivamente aparece escassa na expressão e verbalização dos encontros relacionais íntimos e familiares. Não é percebida como algo fundamental para se estar em relação.

Na psicologia, estuda-se a respeito da patologia dos afetos. Investigamos e percebemos como a falta destes é fonte geradora de transtornos mentais, distúrbios de conduta, comportamentos agressivos e autodestrutivos, conforme Winnicott (1999) estudou com profundidade, por exemplo. Porém, como a Afetividade é transmitida intergeracionalmente, nas dinâmicas relacionais, pensando nossa expressividade, comunicação, como é recebida por cada membro, suas vivências, como interfere nos legados, heranças e segredos familiares é pouco discutida.

Pensando no tema da presente pesquisa, como se dá a manifestação de afeto na maternagem em diferentes contextos? Há diferenças na demonstração entre os gêneros? Principalmente, como é passado, geração após geração, numa mesma família, a maternidade e a paternidade? Descobrimos que a paternidade mudou!

Refletimos sobre quanto o processo de comunicação nas relações diárias para maior ou menor afeto expressado, influencia nosso psiquismo, reações e maneira de agir. Assim, adentramos nessa discussão, pensando como a Afetividade é relevante para a prática clínica, pois está na base da formação do desenvolvimento humano, como constatou Bowlby com a Teoria do Apego. Percebemos, também, como o Afeto permeia todas as relações interpessoais, não apenas familiares, como, por exemplo, no processo de ensino-aprendizagem, conforme Piaget, Vigotsky e Wallon (TAILLE, OLIVEIRA, DANTAS, 1992), na maneira como as

pessoas atribuem significado para os fatos cotidianos e sua história de vida, e aparece nos padrões familiares, com repetições e diferenciações.

A seguir, apresentaremos uma breve contextualização teórica sobre Teoria Geral dos Sistemas, Afetividade, Maternidade e Intergeracionalidade. Em seguida, o método de pesquisa que foi exploratória, de abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso e os resultados obtidos após discussão embasada na teoria sistêmica.

2. Revisão da literatura

2.1- Teoria Geral dos Sistemas

Para trabalhar o tema proposto, decidimos usar o pensamento sistêmico novo paradigmático, acreditando ser uma forma coerente de abranger a intergeracionalidade nas relações afetivas.

Conforme Vasconcellos (2016), a ciência tradicional preocupava-se em manter a neutralidade para observar e, posteriormente, analisar um objeto ou fenômeno, crendo ser possível separar as partes de um todo, em busca do que seria uma única verdade. No novo paradigma da ciência, os sistemas seriam um conjunto de relações e não apenas uma reunião de partes, havendo constante interação entre si. Haveria uma visão holística dos acontecimentos, em que tudo está relacionado, e uma visão ecológica, em que os eventos estariam interconectados. Ampliaria o foco de observação que inclui o pesquisador da situação.

A psicologia sistêmica sai do foco individual e contempla as pessoas inseridas nas relações e, em como elas interagem dentro de um subsistema ou sistema amplo, trazendo noções de Complexidade, em que os sistemas são amplos, o Todo está interligado em redes, há contradições e paradoxos, não é possível generalizações. Os fenômenos se dão em causalidade circular, com retroalimentação, recursividade (auto-organização dos sistemas) e não de maneira linear; Instabilidade, em que os eventos acontecem de maneira autônoma, em desordem, em saltos qualitativos e não é possível prevêê-los. Não há lugar para “experts” pre -julgarem e determinarem como se dará aquele fenômeno. As situações “estão” de determinada maneira e não “são”, de forma estática; Intersubjetividade, que diz sobre a ciência ser feita com co-construção de significados, trocas, reflexões e, principalmente com a inclusão do observador na experiência. Ele é parte do sistema. Nosso olhar está inserido dentro do sistema e faz perguntas que trazem novas conversações para reflexões e elaborações de um tema, uma situação. Atuamos neste sistema com perguntas e reflexões.

2.2- Afetividade

Podemos pensar a afetividade de uma maneira ampla, que está relacionada a um jeito de ser e de nos comunicar, que nos faz expressar sentimentos de uma forma singular, que fazemos reativamente sem refletir, simplesmente demonstrando, as vezes acolhendo, tocando o outro ou nos deixando ser tocado pelo outro.. Para refletirmos sobre tantos detalhes, tantos desenhos familiares, buscamos leituras, entretanto, percebemos a escassez de trabalhos produzidos a respeito.

Assis (2006), em estudos familiares sistêmicos, ao tratar do assunto, explica como o primeiro vínculo afetivo, entre mãe e filho, é primordial para construirmos nossa própria Autoimagem, nosso Autoconceito e como este vínculo inicial influenciará nossos relacionamentos futuros. Citando Bowlby (1969), que foi o precursor na Teoria do Apego, ressalta a importância do vínculo mãe-filho, que normalmente é o primeiro a experienciamos. Ali existe uma integração, código de interação, onde os dois se entendem, se acalmam, se procuram. Ocorre um encontro de corpos que se tocam de diferentes formas, como por exemplo a mãe que se inclina para estar mais perto deste bebê e protege-lo ou aconchêga-lo.

Bowlby (2015) explica sua Teoria da Ligação apresentando princípios da Psicanálise, mas incorporando a Etologia, abrangendo a Neurofisiologia e a Biologia do Desenvolvimento e a Teoria do Controle, aproximando-se da Psicologia Cognitiva. Nesta, o autor questiona as teorias sobre vinculação existentes até a década de 1950, em que se acreditava que o bebê se vinculava a um adulto para satisfazer seus instintos primários, como fome, por exemplo. Cita o experimento de Harlow (1959) com bebês macacos Rhesus que, submetidos a privação da presença materna real, se vinculavam a bonecas macias em detrimento de bonecas de arame, sugerindo que os bebês buscavam aconchego e conforto já no início da vida.

Assis (2006), citando a Etologia, explica a importância da socialização como fator de sobrevivência da espécie humana, e que essa se dá pelos vínculos afetivos. Salienta que os vínculos sempre estarão presentes, mesmo que estes sejam negativos (podem aparecer na falta ou em relações perniciosas, agressivas ou de abusos, por exemplo).

Bowlby (2015) ressalta que apesar deste comportamento aparecer mais nitidamente no início da vida, este padrão relacional aparecerá em toda a vida do indivíduo. A maneira com que se vincula aos demais, como reage quando está só, como enfrenta momentos de crise, luto, demonstrará sua forma de experienciar os vínculos que foi fortemente influenciada pela formação dos vínculos iniciais e ainda explica que o comportamento de ligação difere do conceito de Dependência, em que um indivíduo não consegue ser autônomo. Salienta ainda que pode haver pré-conceitos quando se usa o conceito de “ligação”, mas ligações são importantes para toda a vida, não só para a criança, pois é imprescindível que um adulto importe-se com

outros, que tenha relações. Podemos até arriscar a dizer, afeto e comunicação são nossas bases para um bom desenvolvimento relacional. Comunicar afetivamente ao estar com outro(s), faz a diferença, antes do próximo assunto surgir.

Ao tratar do início do desenvolvimento da criança, Bowlby (2015) ressalta a importância dos pais conseguirem compreender o desejo e a necessidade da criança de suporte, base segura e exploração do mundo. Explica que, na maioria das vezes, a raiva que uma criança sente refere-se ao fato de não ter sido correspondida em amor e cuidados e que a insegurança surge quando ela não tem clara como está a disponibilidade dos pais em oferecer esse apoio. Assinala que não existem comprovações de que o “mimar” seja prejudicial a alguém. Pelo contrário, enfatiza que ameaças, maus-tratos, chantagens para induzir a bons comportamentos sofridas na infância levam a quadros neuróticos, depressões e fobias na adolescência e vida adulta. Entendo também que uma demonstração de afeto ambíguo possa causar a estranheza, e o não entendimento dessa relação, provocando reações adversas.

Nos casos em que a relação de ligação não é saudável, o autor aponta possíveis resultados patológicos: os indivíduos podem se tornar adultos que têm medo de confiar nos demais ou tornam-se pais que se ligam aos filhos para satisfazerem suas próprias necessidades de amor e afeto.

Bremner e Slater (2005), ao tratar de desenvolvimento infantil, confirmam a importância do estudo das emoções, dizendo que só é possível avaliar o desenvolvimento cognitivo de um indivíduo levando-se em consideração a situação emocional deste, como por exemplo, o nível de ansiedade ou sua motivação com que realizou os testes propostos.

Segundo os autores, é precoce a “leitura” de emoções faciais, pois vários estudos indicam que bebês olham para seus cuidadores em busca de informações que confirmem ou não se determinada situação a que estão sendo submetidos é segura. Algo como ver-se no espelho e buscar no olhar do outro ou sua fisionomia, ou tom de voz, que foi ou não aceito do seu jeito (BREMNER, SLATER, 2005).

Citada pelos mesmos autores, a pesquisa de Morency e Krauss (1982) afirma que crianças pré-escolares já reconhecem expressões faciais “falsas” e de que nesta idade já possuem boa noção de quais emoções são aceitas socialmente e quais não, sendo hábeis em esconder as emoções consideradas negativas culturalmente.

Outros trabalhos descritos por Bremner e Slater (2005) confirmam que, até esta idade, as crianças acreditam que principalmente o sentimento de raiva que seus pais sentem é causado por elas.

Em concordância com Assis (2006), os autores acima citados afirmam que faltam pesquisas sobre Afetividade. Entretanto, ressaltam que falar sobre os afetos melhora o convívio social da criança e, citando Covell e Abramovitch (1987) afirmam que uma possibilidade sobre

como algumas crianças lerão melhor o ambiente a nível emocional e outras menos está relacionado ao tipo de vínculo que se estabeleceu com seu principal cuidador.

Segundo Ainsworth *et al.* (2015) por Bremner e Slater (2005), a maneira como as crianças experimentaram seus vínculos iniciais contribuem muito para problemas de comportamento e até psicopatologias. Spangler e Grossmann (1993) confirmam que crianças com comportamento de vínculo inseguro - esquivo (reação de não se vincular ao seu cuidador) tendem a mascarar afetos considerados negativos, talvez pelo fato de saberem que estes adultos não os acolherão. Os autores ainda sugerem que há escassez de pesquisas sobre a relação entre padrões de vinculação e desenvolvimento emocional uma vez que, paradoxalmente a falta de estudos sobre o tema, a regulação emocional está ligada à segurança de vinculação.

Assis (2006) realça a presença dos sentimentos na base de todas as nossas experiências e de como a partir deles temos nossas reações e percepções do que vivemos, podendo nos comunicar com o que é interno e externo a nós mesmos. A dificuldade em comunicar o que sentimos, para os demais e às vezes para si próprio, empobrece consideravelmente a qualidade das relações.

Hoje, entendemos que trabalhar com a forma de expressar sentimentos e nomeá-los pode colaborar com a organização psíquica na infância e na fase adulta.

2.3- Maternidade

Para Ariès (1981), o conceito de “infância” é muito recente na história da humanidade. Conseqüentemente a importância da relação mãe/pai – filho também. Segundo o autor, antes da “família industrial” (conceito de organização familiar que começou a surgir após a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX), a criança era considerada um adulto “em miniatura”, ou seja um sujeito pouco capaz e de valor reduzido. Não havia um lugar específico para a Infância, uma vez que a criança convivia naturalmente nos espaços adultos, recebendo seus aprendizados observando os mais velhos. Caso um pequeno viesse a falecer, sua perda não era tão sentida, até porque outra criança poderia substituí-la.

Neste contexto já podemos refletir sobre como se dava a Afetividade até então e de quão pouco valorizada era nas relações familiares. De fato, Ariès (1981) afirma que a família não tinha função afetiva e que as trocas sociais e de afeto eram realizadas na sociedade, no espaço externo. Entendemos que talvez as amas de leite ou cuidadoras, pudessem fazer parte desse papel em diferente época sociais.

Com o Renascimento e a Reforma Protestante, a Igreja e o Estado passaram a incentivar a educação formal dos indivíduos e os pais acabaram encarregando-se deste cuidado, incrementando-se (e em alguns casos, até surgindo) o afeto na família.

Dini (2016), em artigo que trata da construção social da maternidade, diz que a mulher contemporânea tem questionado o papel da maternidade como sendo realizado pela abnegação completa de si, verdadeiro sacerdócio, algo natural e inerente ao ser mulher.

Citando Badinter (1985), a autora traz uma importante reflexão ao questionar como a mãe distante do séc. XVIII transformou-se na mãe zelosa do séc. XIX e como há contradição nessa mudança, uma vez que a maternidade é entendida por muitos como tendo natureza instintual.

Dini (2016) fala da grande influência que os contextos social, religioso e histórico exercem sobre nossos desejos e, conseqüentemente, decisões e como ainda hoje é esperado que uma mulher queira ser mãe. Em muitos sistemas, quando esta se coloca de forma contrária é vista como “doente” ou até “anormal”.

Em relação ao papel do pai na contemporaneidade, Oliveira e Rufino (2019) afirmam que sua participação é mais recente ainda.

As pesquisadoras investigaram homens na fase de aquisição do ciclo vital familiar, que seria descrito por Cerveny e Berthoud (2002) como sendo o ciclo vital o processo pelo qual a família passa e fase de aquisição o nascimento da família, em que o casal é formado, os filhos chegam e que ainda há muito o que construir – aquisição de bens, formação de papéis e valores novos ou trazidos da família de origem, a constituição em si de uma nova família.

Citando Berthoud (2000), ressaltam que a parentalidade é uma experiência profunda que implica em uma transformação relacional e psicológica ao longo da vida. Concordando com Dini (2016), afirmam que o contexto social define em grande medida e dá significado para como se dá a parentalidade.

Em relação a afetividade, o artigo ressalta que esta passou a ser permitida para o homem e, de fato, os pais da pesquisa relataram que conseguiram construir um modelo relacional com seus filhos diferente daquele que vivenciaram com seus próprios pais, no sentido de que atualmente são mais próximos fisicamente de suas crianças, demonstrando mais carinho, abraçando-os e beijando-os, participando de brincadeiras.

Entretanto, as pesquisadoras perceberam que os entrevistados repetem certos padrões intergeracionais de vinculação mesmo que não sejam conscientes, independentemente de as vivências terem sido negativas ou positivas.

2.4- Intergeracionalidade

A opção por realizar um estudo trigeracional (entrevistas com pessoas de três gerações de uma mesma família) deve-se à perspectiva sistêmica de que padrões interacionais familiares tendem a ser repetidos (CERVENY, 2011b). Tais padrões aparecem na comunicação, rituais, regras, mitos familiares, até em profecias autorrealizadoras que acabam

por prever o caminho que um membro da família acaba escolhendo, conforme Cerveny (2011b). Nossa história intergeracional permite que pertençamos a uma família, construamos nossa identidade, façamos parte de uma sociedade e estejamos inseridos em uma determinada cultura. Porém, muitas vezes de maneira inconsciente, estamos fixados a lealdades familiares, expectativas e segredos que nos levam a repetições nas relações, principalmente, nas mais íntimas, dificultando a construção de maneiras de conviver mais autênticas e diferenciadas.

Bowlby (2015) afirma que a maneira com que aprendemos a nos vincular na primeira infância será a forma que nos relacionaremos com as mais diferentes pessoas, nas mais diversas situações, ao longo da vida, incluindo até o ambiente profissional. O autor ainda coloca que na relação de um casal, na relação com os filhos, reproduzimos e, muitas vezes, buscamos preencher a falta que nosso(a) primeiro(a) cuidador(a) não supriu.

Em relação a afetividade e intergeracionalidade, Assis (2006) afirma que “as emoções que permeiam o cotidiano da família são vivenciadas pelos seus membros e podem se constituir em padrão familiar que fará parte da complexidade afetiva familiar”. Ressalta a importância de definir o que é afetividade para cada família e para cada membro, para ajudar cada grupo a valorizar as diferentes formas de afeto que recebem e receberam e poder construir maneiras de comunicar afetividade de maneira mais clara, uma vez que essa pode se dar verbalmente, por gestos, fisicamente, etc e pode não ser percebida pelo outro interlocutor. Para nós pesquisadores, fica a relevância de trabalhar os vínculos afetivos na família, melhorando a qualidade de vida relacional.

3. Método

3.1- Tipo de Pesquisa

Essa pesquisa foi exploratória, de abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso. Na abordagem qualitativa, entendemos que o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados e a pesquisa é construída conjuntamente com o pesquisador, em que há forte influência do sistema “pesquisador e pesquisado”, fazendo ressonância com a abordagem sistêmica.

3.2- Área de realização

São José dos Campos, SP, cidade localizada no Vale do Paraíba.

3.3- População e Amostra

A amostra consistiu em uma (1) família trigeracional de pais e mães, sendo amostragem por acessibilidade, residente em diferentes municípios do Estado de São Paulo.

Critérios de inclusão: Família em que as três gerações pudessem comparecer às entrevistas conjuntamente; família que a Terceira geração consistisse de crianças.

Critérios de exclusão: Famílias que não comparecessem às reuniões com as três gerações juntas e que não houvesse crianças.

3.4- Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram entrevista semi- estruturada e Genograma estrutural com perguntas exploratórias como forma de mapear a dinâmica familiar.

3.5- Plano para coleta de dados

A entrevista foi gravada e posteriormente, transcrita. Todos os participantes assinaram Termo de livre consentimento, aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa.

3.6- Plano para análise de dados

Levantamento de dados relativos a expressão e comunicação de Afetividade familiar e história afetiva entre os membros;

Discussão sobre os dados obtidos;

Compreensão da dinâmica familiar em relação a Afetividade na parentalidade.

3.7- Resultados esperados

Discutir a transmissão de afetos em um sistema familiar, pensando em suas transformações, ressignificações e repetições.

A partir da Revisão da Literatura, esperava-se encontrar padrões afetivos mais explícitos ou, no mínimo, uma maior preocupação com as relações no sentido emocional nas gerações mais novas.

4. Relato de Entrevista

A família N. havia acabado de retornar de uma viagem que fizeram juntos. Aproveitaram o feriado de Carnaval e reuniram-se em uma chácara. O encontro aconteceu na casa de F1, por vídeo, pela plataforma Google Meet. Apenas F3 e as filhas, N4 e N5 retornaram para a cidade que residem, São Paulo, porque F3 precisou trabalhar. Os três participaram por outra chamada de vídeo.

A família falava bastante e ria ao tentar o melhor enquadramento no vídeo. Falaram para mim que “levam tudo na brincadeira”.

Iniciei a entrevista apresentando-me, dizendo que eu era psicóloga, atuava como psicoterapeuta clínica e explicando novamente que a pesquisa era pré-requisito de uma monografia de conclusão de curso para obtenção do título de Especialista em psicoterapia familiar. Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, perguntei se alguém tinha alguma dúvida ou discordava de algum item e reforcei o caráter sigiloso com que suas identidades e informações pessoais seriam tratadas.

A família autorizou-me a começar o roteiro de perguntas. Solicitei que cada um se apresentasse como quisesse e dissesse sua idade. Decidiram entre eles que iniciariam pelos mais velhos, os Avôs, e que a ordem seria decrescente. Cada um foi dizendo seu nome completo e idade. A avó, após contar qual seu nome, foi apresentada por um apelido pela F1, que relatou que ela só era chamada assim.

Solicitei que cada um dissesse qual era sua profissão e onde residiam. Novamente, mantiveram a ordem decrescente e o Avô disse que tinha uma empresa de massa fresca. F2 interveio e disse que ele era empresário. Avô definiu-se como “do lar”. F1 fonoaudióloga, F2, administradora e F3 disse que “agora a família vai entender o que faço, pois ninguém sabe” e contou que trabalhava em um banco, com desenvolvimento de sistemas. F1 falou que N1 era estudante universitária e estava cursando Ciências Sociais.

Perguntei sobre os cônjuges, atuais ou não, e F1 falou que C1 era proprietário de um restaurante, C2 empresário e F3 respondeu que C3 era professora. Corrigiu-se dizendo “quer dizer, pedagoga”.

Avô, Avó, F2, C2 e N6 coabitavam na mesma casa, na cidade de Botucatu, SP. Avó diz que ficaram casados por 21 anos, separados por 15 e agora estão juntos novamente há 8. Ela menciona que foi quando N4 nasceu e a menina confirmou, sorrindo. F2 disse ser casada com C2 há 8 anos e complementou: “por enquanto”. Todos riram e então ela me olhou e disse: “Ué, não sei, né. Além disso, todo mundo separa”.

F1, N1, N2 e N3 moravam juntos na cidade de São José dos Campos, SP. Não tive informações sobre onde residia C1. Aqui cabe ressaltar que o divórcio, acontecido em março de 2018, deu-se de maneira litigiosa. Permaneceram juntos por 18 anos.

F3, N4 e N5 moravam em São Paulo, SP, mesma cidade de C3. Separaram-se há quase dois anos, após quase 10 anos de relacionamento. C3 e N4 emocionaram-se quando perguntei há quanto tempo isso aconteceu.

Sobre o encontro dos Avôs, Avô contou que se conheceram em uma cidade pequena*¹, apresentados por primos em comum. Quando perguntei o que chamou atenção no Outro, Avô respondeu que acha que era muito carente e se encantou com a simpatia da Avó. Avó pediu para falar e disse que todos ali eram próximos, eram “meio primos” e também achou Avô simpático. Complementou que a base da família era o amor e por isso tinha tanto orgulho de todos. Disse não se arrepender de nada e em vários momentos citou o afeto entre eles. F1 interrompeu e contou que, quando começaram a namorar, eles moravam longe, que Avô empenhava-se para ver Avó.

F2 contou que conheceu C2 na mesma pequena cidade que os pais, na época que morava sozinha em São Paulo, SP. Riu dizendo que era uma “festa de peão” e que também casou com um homem mais novo (referindo-se a sua mãe). Contou que admirava a responsabilidade do rapaz, que na época não tinha emprego fixo, trabalhava em obras, mas foi se esforçando muito, estudando, até conseguir ter um trabalho mais rentável. Namoraram por um tempo a distância e F2 admirava o empenho de C2. Disse que quiseram ficar juntos porque tinham os mesmos valores, que “pensavam parecido”, queriam casar, ter filhos. Neste momento, começou a chorar e disse que a maternidade trouxe desafios demais. F1 interveio contando que F2 sempre sonhou em ser mãe, mais do que os outros irmãos e, quando o sonho realizou-se, foi muito pesado para ela. F1 falou que ela foi tendo filhos, quando viu tinha três e que não sabe como “dava conta”.

F2 falou que via a facilidade com que a irmã lidava com a maternidade e que não imaginava que com ela seria tão difícil. Avô tomou a palavra, dizendo “vai passar”. F2 prosseguiu dizendo que há uns dois anos, o marido, o filho e ela mudaram-se para a casa dos pais porque estão economizando para comprar uma casa. F2 contou que essa situação a ajudava a cuidar do filho, que para ela estava sendo bom.

F1 contou que conheceu C1 na mesma “festa do peão” (a família toda riu do fato) e falou que logo engravidou, havia acabado de concluir sua Graduação.

F3 disse que a espontaneidade de C3, sua alegria, “a simpatia como o pai falou da minha mãe” chamaram muito sua atenção nela. Salientou que gostava da força de C3, da sua independência financeira. Refletiu que acreditava que o jeito diferente de ela ser, de pensar, tornaria a relação complementar, mas que atualmente acreditava que os parceiros devam ser mais parecidos para o relacionamento “funcionar”.

Sobre a decisão de ter filhos, Avô disse que isso não era algo pensado naquela época, os filhos “vinham chegando”. Disse que não havia o menor planejamento financeiro e sorriu, ao dizer que seria importante pensar nesse aspecto também. Avó pede para falar e disse que após F2 ter nascido, ela achou que seria um número bom mas F3 veio “mesmo assim”. Todos

1 A cidade do casal de origem não será divulgada por se tratar de uma cidade muito pequena. Tentamos preservar a identidade dos participantes.

riem e ela continua dizendo que uma vez, em uma discussão, F3 falou que “nem era para ele ter nascido” e ela respondeu que era um absurdo ele dizer isso, pois sempre foi muito amado, além de sempre ter desejado um filho homem.

F1 contou que foi mãe muito nova e que também não pensava em planejamento de filhos. Sorriu e disse que N3 havia acabado de lhe perguntar, cochichando, se havia sido planejado e então F1 respondeu que não, que também achava que dois filhos seriam suficientes mas que hoje não imagina sua vida sem N3, e o beijou em seguida. O menino sorriu.

F3 relatou que conversava com C3 sobre ser pai, ela queria ser mãe e disse que não tiveram divergências para engravidar de N4. Sobre a decisão de ter o segundo filho, porém, disse que ficou mais receoso, pelo trabalho e dinheiro que seriam necessários e acabou resolvendo ter N5 quando a ex- esposa já estava grávida. Neste momento, toda a família falou que ele era “um paizão”.

Quando perguntado sobre a divisão de tarefas cotidianas, F3 quis falar primeiro. Disse que sempre entendeu que a responsabilidade era dos dois parceiros e que sua família de origem sempre o criticou, achando que ele fazia muito e sua ex- esposa, “folgava”, em suas palavras. Disse que não houve dúvidas sobre como seria a guarda das filhas após o divórcio e que elas ficavam dois dias com cada genitor. F2 e F1 falaram neste momento como F3 sempre deu banho, alimentou e cuidou das filhas. F1 disse que o fato de ela sempre ter cuidado de três filhos soa como algo normal e até obrigatório para as pessoas em geral pelo fato de ser mulher e que, quando um homem faz as funções, ele era elogiado.

F2 entrou na frente da tela e começou a dizer que esse era um dos motivos que a levavam a se questionar sobre sua união conjugal. Disse que C2 tem um jeito muito extrovertido, muito simpático, “como você viu”² (em suas palavras) mas que trabalhava demais e por isso ficava muito ausente. Entendia que teve uma criação diferente da dela, pois via o Avô presente e participativo nas tarefas domésticas e C2 trazia um discurso mais “machista” (palavras dela) em que a mulher teria obrigação de criar os filhos e cuidar da casa. Falou que essa diferença ficou realçada após o nascimento do filho deles.

F1 contou que atualmente entende que “poupou” (palavras dela) muito C1, deixando que descansasse quando chegava do trabalho e pedindo aos filhos que fizessem o mesmo, sendo que ela também retornava do trabalho no final do dia. N1 contou que se recordava do pai deitado no sofá, pedindo água e abraço. Contou sorrindo. N2 disse que só lembrava de sua mãe realizando as tarefas domésticas e cuidando da educação dos filhos. N1 disse que o pai, apesar de “aberto” para muitos assuntos, como para falar de sexualidade, por exemplo, era pouco

2 C2 fez uma ligação de vídeo para se apresentar enquanto fazíamos a entrevista. Brevemente cumprimentou a todos e disse que estava viajando e teria que trabalhar mas que gostaria de estar presente no próximo encontro.

disponível para outras questões. N2 relatou que pai era muito ríspido em vários momentos. N3 ficou calado, com expressão que parecia triste (por ser diferente da leveza que trazia no semblante em outros momentos da entrevista).

Pedi aos Avôs que relatassem sobre como era a divisão de tarefas e educação dos filhos em suas famílias de origem e como acreditavam que passaram esses valores para os filhos. Avô começou dizendo que “era tão diferente, começando que eu vim de uma família de 5 filhos”. Lembrava do pai muito carinhoso e da mãe mais rígida: “Tínhamos que tomar banho duas vezes por dia, enquanto os outros meninos se sujavam de lama; era roça”. Seu avô, entretanto, era rígido também, mas com carinho (segundo ele): “Italiano, sabe?”. Quando perguntei sobre como era demonstrado o carinho, Avô disse que tinha toque, mesmo que não muito e que a mãe dava muito colo. Porém, não tinha muito diálogo e Avô pensava que queria muito fazer diferente com os próprios filhos, que queria poder conversar.

Neste instante, contou que seu pai faleceu quando ele ainda tinha 14 anos. Sendo o filho mais velho, teve que assumir cedo as responsabilidades da casa, saindo para trabalhar e ajudar a cuidar dos outros irmãos. Lembrou-se de que quando o corpo de seu pai foi velado ele não queria olhar diretamente para o caixão, mas um tio o obrigou, dizendo que ele deveria se despedir do pai. Avô chorou bastante nesse momento da entrevista e F1 falou: “Foi muito difícil, né, Pai?”. Avô prosseguiu dizendo que por isso queria ouvir seus filhos e não impor algo a eles. Todos, F1, F2 e F3 concordaram que havia muito diálogo na família agora.

Logo Avô complementou que ter que assumir o lugar do pai na sua família de origem não foi algo pesaroso, pelo contrário. Para ele, isso demonstrava o amor que seu próprio avô tinha por ele. Disse que no final da vida, seu avô fez um discurso na pequena cidade de origem, em que foi homenageado, e falou que se orgulhava muito de ter tido descendentes com valores “nenhum filho, ou neto ou bisneto com passagem pela polícia”. Isso demonstraria a força da família.

Avó contou que vinha de uma família de 13 irmãos e foi a penúltima filha. Quando tinha 13 anos, foi enviada pelos pais para trabalhar como empregada doméstica em casa de família e disse que acredita que correu sempre tudo bem por causa da base que lhe foi dada, sobre o que era certo e errado. Para ela, seus pais ensinaram-lhe o “valor real que é a vida de trabalho”: “Até os 6 anos a criança aprende tudo o que ela precisa saber sobre valores, se forem passados a ela”, conforme nos disse. Sente que trabalhava por amor aos seus pais, para que eles não precisassem “se acabar” na roça.

Em relação aos próprios filhos, acreditava que sempre trabalhou muito, que “não sabe sentar”, em suas palavras, como F1 estava contando, mas que agora permitia-se “deixar a dona de casa de lado” e aproveitar os momentos em família, que para ela era o mais importante em sua vida. Disse que aprendeu a ter essa postura recentemente. Avó também falou que, apesar

de não se arrepender, de acreditar que passou para os filhos o valor que considera o mais importante, que é o amor, e que a prova disso é a bela família constituída, nessa etapa da vida estava se questionado se deveria trabalhar menos.

F3 pediu para falar e contou que sua mãe usava a “Terapia do Elogio”. Explicou que nunca teve dúvida se era amado e que isso sempre o impulsionou. Contou que em seu trabalho assistiu a uma palestra que explicava que ser um bom gestor era se dedicar de verdade às pessoas e lembrou-se muito de seus pais. Falou que esse tema o fez pensar em sua própria paternidade e que ele conseguia “olhar” de verdade para suas filhas porque recebeu isso da família de origem.

F3 fez um trocadilho: “O afeto me afetou completamente”, dizendo que aprendeu a ser o pai que gostaria de ser, que se questionava constantemente como estava a relação com as filhas. Lembrou-se de uma situação, dizendo que não sabia se sua mãe se lembrava mas, quando tinha por volta de 6 anos, queria acender uma luz cujo interruptor possuía dois botões. Um técnico estava mexendo na parte elétrica de outro cômodo e então F3 falou para a mãe que talvez não devesse apertar algum botão do interruptor porque o rapaz poderia levar um choque elétrico. Sua mãe respondeu com a frase: “Como você é inteligente, meu Filho”. F3 começou a chorar e disse que acreditava realmente que hoje era inteligente porque sua mãe disse isso uma vez. Toda a família ficou emocionada, suspirando em uníssono. Avó falou que não se recordava dessa passagem.

F3 contou que atualmente criava as filhas de forma “firme com amor” porque sentia que foi o que recebeu e o que fazia sentido na educação de filhos. Pedi que explicasse como seria a “firmeza com amor” e F3 respondeu que era ouvir as filhas e corrigir quando necessário. Disse que percebia os momentos que não conseguia fazer isso quando, após descansar, sentia que poderia ter feito de forma diferente.

Questionei a família sobre a forma com que lidavam com agressividade, desentendimentos, discussões e F2 pediu para falar primeiro. Contou que nunca houve nenhuma briga séria na família. Em relação aos irmãos, sentia que tinham muita abertura para falar entre eles, mesmo quando era para discordar ou dar “bronca”. Acreditava que todos se resolviam muito bem. Contou que todos sabiam que a mãe e ela se desentendiam bastante mas acreditava que era sempre para ajudar, para lembrar a mãe de tomar remédios, para se cuidar. Riu dizendo que era muito gritaria, mas que logo ficava tudo bem. Achava que o fato de agora estarem morando na mesma casa ajudou muito a relação entre elas. Em relação ao pai, acreditava ter muita abertura para falar sobre qualquer assunto e considerava que conversava apenas com ele com total sinceridade, sentindo que as conversas entre eles eram mais “profundas”.

F1 iniciou dizendo que toda a família “leva tudo na brincadeira”, depois dizendo que o humor era muito presente na linguagem da família. Disse que, devido a um processo

psicoterapêutico individual, estava se questionado muito sobre sua relação com a agressividade pois acreditava ter dificuldade em lidar com ela por ter “sido criada em um lar muito puro”. Complementou: “qualquer grito me assusta”. Comparou-se ao pai, que segundo ela, gostava de apaziguar as situações para não ter que brigar.

Falou que Avó costumava enxergar muito o lado bom das coisas e isso fazia com que F1 tivesse dificuldade em lidar com o sentimento da raiva. Ela se questionou se sabia lidar com a briga entre os próprios filhos. Definiu-se como uma mãe severa mas que nunca precisou “passar da conta”, que seria agredir de alguma maneira, porque sempre houve muito diálogo. Ela contou que colocava os filhos que brigavam para olhar um para o outro e que isso gerava um momento cômico, com muita risada. Questionava-se se era uma boa medida a ser tomada.

N1 começou falando que não conhecia nenhuma família tão próxima quanto a deles e que por isso a separação dos pais foi tão dolorosa, porque era muito diferente do que tinha vivido até então. Contou que C1 começou a gritar mais, a ofendê-los com palavras como “Seu burro”, traindo a confiança que tinha em C1. Em relação à própria mãe, disse que ela deixava os irmãos se resolverem por si mesmos, a se entenderem.

N2 afirmou que apenas ver o lado bom das coisas nunca deu oportunidade para que aprendesse a lidar com a raiva.

Avó refletiu que sentia que protegeu os filhos por meio da pureza e que não se arrependia de como fez, vendo apenas o lado bom das coisas. Disse que hoje se permitia refletir mais, mas quando os filhos eram menores, não o fazia porque sentia muita culpa, imaginando que estivesse errando.

Avô falou que nunca houve agressão na família, que acreditava que sempre era melhor apaziguar uma situação, ficando quieto, pois “o tempo conserta tudo”. F1 disse que o pai sempre usava essa frase.

Encerrando, N1 falou: “Toda família tem amor mas na nossa a gente fala de verdade, a conversa é próxima mesmo”.

Solicitei que a família fizesse uma pose como se fossem tirar uma foto de maneira que retratasse o afeto entre eles. Sentaram-se praticamente da mesma maneira que já estavam organizados, mas abraçaram-se um pouco mais e fizeram corações com as mãos, voltando-se para a câmera.

Perguntei como estavam se sentindo e disseram que haviam gostado muito da experiência e que gostariam de repeti-la. F3 falou que queria que houvesse um encontro como esse todo mês.

Combinei com eles que, quando o trabalho de pesquisa estivesse pronto, eu entraria em contato para contar a eles nossas discussões e impressões e ouvi-los após esse tempo. A família aprovou a ideia. Além disso, coloquei-me à disposição para qualquer dos participantes que

porventura sentisse necessidade de conversar individualmente sobre algum tema discutido durante a entrevista.

5. Discussão

A pesquisa aconteceu em contexto diferente do planejado. Conforme a Teoria Sistêmica (Vasconcellos, 2016), a ciência pós moderna faz-se considerando a imprevisibilidade, o contexto, a instabilidade e tantos outros fatores experienciados pelo pesquisador quanto pelos sujeitos/ objetos de pesquisa e isso foi experimentado, na prática, por essa pesquisadora.

Vivendo a Pandemia decorrente do vírus COVID-19, a situação pensada em um primeiro momento que seria realizar entrevistas presenciais mostrou-se arriscada. Fez-se necessário trabalharmos com aquilo que “surge” e não o previsto, esperado.

Em reuniões de Orientação, a Profa. Dra. Wanda Rogéria mostrou seu ponto de vista, sobre a riqueza que um encontro virtual pode apresentar, uma vez que o afeto também está presente. Ela falou da importância de ampliarmos a percepção da relação afetiva, pensando, por exemplo, sobre como a saudade é uma forma de ser afetivo sem estar na presença da pessoa amada e de como o “afeto pede presença”, em suas palavras, sendo essa uma característica.

A aluna, reticente, não se esquece da metáfora utilizada por ela, em que o encontro “pela tela” pode ser como uma experiência artística; do mesmo modo como nos emocionamos (sentimos algo) ao nos depararmos com uma obra de arte, ou uma música, por exemplo, a reunião virtual também nos conecta ao afetivo, sensível, nos tocando de subjetivamente de alguma forma.

Outra questão a ser considerada foi a mudança na forma de se comunicar que já vinha acontecendo mas que, devido ao acontecimento pandêmico mundial, mostrou-se inevitável. O contato por vídeo, portanto, poderia ser um encontro profundo por existir Presença.

Elaboramos um convite virtual solicitando a participação de uma família com no mínimo três gerações que aceitassem participar da pesquisa todos juntos de forma online. Este foi divulgado pela rede social Whatsapp.

Pensamos sobre o perfil de uma família que aceita participar de uma pesquisa com o tema de Afetividade. Pareceu-nos que este é um caminho conhecido por todos na Família N..

Em N., o Afeto é um valor importante e recebido como um presente por seus membros. Isso é dito explicitamente nas falas de N1, F2, F3, quando discorrem a respeito de como se sentem amparados por terem uma base alicerçada no amor, corroborando a Teoria do Apego de Bowlby (BOWLBY, 1969) e indiretamente na de F1 quando acolhe o pai quando este relata uma passagem difícil de sua vida, a perda do próprio pai, ou na fala do Avô que, ao ouvir sua filha contar sobre o peso da maternidade tenta tranquilizá-la, dizendo que “vai passar”.

A Avó também reforça a importância do Amor na família dizendo que é o alicerce de todos e que estão juntos agora por causa desse amor.

Sentimos que para algumas famílias pode ser um terreno difícil de transitar. Houve uma resposta ao convite feito que recebemos de uma pessoa que disse que gostaria de contribuir com nosso trabalho, mas sua família, por ser estrangeira, não tinha o costume de se tocar ou demonstrar carinhos físicos. Essa fala nos remete a Assis (2006), que amplia o conceito de Afetividade, que muitas vezes é entendido como limitado a demonstrações físicas de afeto.

Em N., o afeto apareceu de diferentes maneiras. “Assumir responsabilidade” pode ser entendido como afeto, quando Avô conta sobre assumir o cuidado da casa após o falecimento do pai. Para F3, “ouvir elogios” da mãe o fez crescer e o fez sentir-se capaz de crescer, desenvolver-se. Segundo F1, “resolver com humor” situações difíceis ou agressivas pode ser uma atitude afetuosa. Houve também a recordação de N1 que disse que, quando o pai era “liberal” para tratar de vários assuntos, inclusive sexualidade, ela se sentia acolhida.

Conforme Assis (2006), outro eixo relevante a ser considerado na linguagem do afeto é a forma como se dá a comunicação nas relações. Em relação a esse ponto, os participantes da pesquisa ressaltaram sua importância. Como enfatizou N1, o acolhimento e até proteção dos membros acontece por todos serem ouvidos realmente. Pareceu-nos que há diálogos empáticos, em que os indivíduos podem falar livremente com a confiança de serem escutados. F2, inclusive citou que fala verdadeiramente como forma de cuidar dos pais.

Avô relatou-nos o quanto gostaria que seus filhos tivessem um diálogo livre com os pais e neste ponto, pudemos observar como uma geração pode transformar algo vivenciado de forma considerada negativa, deixando o legado oposto para as próximas gerações (CERVENY, 2011).

Talvez uma pergunta que possa ser feita é como ficaram as fronteiras nesta família, se abertas demais ou se há limites para preservar o que é individual, privado, o que também pode demonstrar como está o afeto nesta família. Não precisar seguir o modelo de “falar tudo, abertamente”, e poder ter conteúdos preservados também indica respeito pelo Outro e possibilidade de fazer escolhas livremente, sem repetições.

Alguns aspectos podem sugerir repetições familiares (CERVENY, 2011), como a mesma profissão de Avô e C1, no ramo culinário; F1 e F2 terem conhecido os respectivos cônjuges na mesma situação (este fato talvez deva-se ao contexto, cidade de origem ser pequena) e a forma como aconteceu o nascimento dos filhos, tanto na primeira geração, do Avô e Avó como para F1, sem planejamento e terem “sido pegos de surpresa”, palavras deles, com o terceiro filho.

Quando pensamos em como a relação com a comunicação foi se transformando ao longo das gerações, devemos incluir o fator do contexto sociocultural em que vivemos. N1 e N2 nomearam e descreveram seus sentimentos em relação a diversas situações com mais fluidez e

tranquilidade que as gerações passadas, o que nos faz refletir que atualmente “falar sobre sentimentos” vem sendo incentivado pelos mais diversos meios de comunicação, como seriados de televisão, redes sociais como Facebook, Instagram. Psicoterapeutas, pedagogos, médicos e até filósofos presentes nas mídias reforçam sobre a importância de lidar com sentimentos. Também na educação formal, uma vez que as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial que orienta os currículos das escolas brasileiras tanto públicas quanto privadas, sancionou a obrigatoriedade de serem trabalhados, no currículo escolar, as habilidades socioemocionais. Parece-nos que, na Família N., houve a junção de um desejo dos membros mais velhos, de poder se comunicar pelo diálogo de forma mais acentuada, com o atual contexto cultural. Tratamos, aqui, da comunicação via linguagem, mas é importante ressaltar quanto nos comunicamos por outras vias, além das palavras e que, sob essa perspectiva, podemos pensar que a comunicação nessa família sempre se deu de maneira afetiva (mesmo que acontecesse de maneira não verbal).

Hoje, acredita-se que os mais novos, sejam crianças ou adolescentes também devam ser ouvidos por poderem contribuir com diferentes olhares e possibilidades de trazer mudanças positivas no sistema, ao contrário de gerações passadas em que os pais sentiam-se na obrigação de saber exatamente o que era melhor para os filhos e sua educação (LIMA, 2014).

A mudança de tempos também pode ter aparecido no planejamento dos filhos da geração de filhos mais novos. F2 e F3 falaram sobre terem refletido sobre ter filhos (no caso de F3) ou esperar o momento mais oportuno para tê-los, como F2. Essa maneira mais “contemporânea” de ter filhos, em que se pode escolher sobre tê-los ou não ou quando também aparece no questionamento de N3 quando mostra-se preocupado sobre ter sido planejado ou não.

Outro traço de afetividade que foi visível durante a entrevista foi a presença de toques. Os netos ficavam bastante no colo do Avô, sendo que N2 abraçava-o bastante. N4 ficava no colo de F3 e percebemos o quanto eles se comunicavam pelo olhar. Pai e filha olhavam-se nos olhos nos momentos mais delicados da entrevista e pai tinha o cuidado de esperar que a menina falasse. N6 era “pajeado” cada hora por um membro, tendo ficado bastante deitado no colo de F1, que lhe acariciava os cabelos. N3 também se ausentou um pouco para dar colo a N6. Cabe salientar que era essa linguagem corporal que a pesquisadora tinha receio em não captar pelo vídeo, porém o fato de estarmos juntos de maneira virtual não prejudicou sua percepção.

Um tema levantado na pesquisa foi em relação a divisão de tarefas domésticas. Essa pergunta foi elaborada para que pudessemos refletir sobre diferenças de gênero ao longo das gerações e nos dias atuais e como cada membro sentia-se em relação a essas funções que são fortemente presentes no cotidiano. F3 foi o primeiro a se manifestar, dizendo que sempre entendeu que as obrigações domésticas devem ser divididas de maneira igualitária entre o casal e que é visto como “sobrecarregado” pela família pelo fato de ser homem. F1 disse que,

analisando- se, percebe que sempre tomou para si as funções domésticas, vivendo em sua relação conjugal um modelo mais patriarcal, em que o homem sai para trabalhar e a mulher fica responsável pela vida doméstica, incluindo os filhos, conforme Ariès, 1981. F2 disse ressentir-se com a postura de C2 neste sentido que traz consigo um discurso de sua família de origem, em que o serviço doméstico deve ficar a cargo da mulher. Avó e Avô recordam- se também desta divisão em que as tarefas de casa ficavam mais a cargo da mulher (neste momento Avô até ri ao comentar “Imagina Homem antigamente ajudando em casa”), apesar dos filhos, principalmente F3, ter muitas lembranças do pai chegando em casa após o trabalho e realizando alguns trabalhos. Pareceu-nos que para F3 esse trabalho era dividido mais igualmente entre os pais. Interessante notar como o olhar de cada indivíduo é diferente, como a experiência é sentida sob uma perspectiva única, como descreve a Teoria Geral dos Sistemas (VASCONCELLOS, 2016).

Enquanto pudemos perceber que em F3 há uma preocupação em dividir as funções da casa e com os filhos de maneira igualitária, confirmando Oliveira e Rufino (2019) que nos trouxeram a ideia de como os homens contemporâneos também buscam uma maneira de viver com mais igualdade de gênero, F1 e F2 ainda sentem a sobrecarga feminina, conforme Dini (2019). Refletimos como ainda estamos vivendo um processo de transição e neste ponto parece que Avô, sem se dar conta, contribuiu para que F3 tivesse um modelo masculino de cooperação mútua nas rotinas do lar.

Sobre as relações amorosas, percebemos que é comum divórcios e separações na família e ficamos refletindo sobre qual lugar os relacionamentos amorosos ocupam nesta família. Ao mesmo tempo, pensamos que o eixo central dessa família seja o casal Avô e Avó, parecendo que, apesar dos netos e cônjuges, F1, F2 e F3 mantêm- se unidos a própria família de origem.

Pareceu-nos que o aspecto emocional é muito importante nesta família, até pelo modo com que responderam a pergunta sobre a quem cabia a responsabilidade pela educação formal dos filhos. Apesar de F1 ter sugerido que ela era a responsável e seus filhos confirmarem, a narrativa logo voltou- se para o cuidado socioemocional dos descendentes. Podemos refletir sobre existir uma valorização dos sentimentos individuais e das relações (citado em vários momentos por Avó) mas talvez um receio em adentrar o campo dos sentimentos considerados pelo senso comum como ruins ou maus, como quando abordamos a questão da raiva. F1 e N2 demonstraram não concordar com a maneira com que essa emoção é tratada na família ao contrário de Avó que reforçou que prefere “ver o lado positivo das coisas” ou como Avô que “prefere ficar calado a piorar uma situação”.

Podemos observar algumas contradições quando se trata de falar de sentimentos que podem ser considerados como “ruins” culturalmente como quando F2 fala sobre nunca ter havido discussão séria. Uma pergunta que caberia em um possível contexto terapêutico nesse

sistema seria como a família lida com tais emoções que fazem parte de qualquer relação sem acreditar que as pessoas irão se perder ou as relações se desfazer? Exemplo é a fala a respeito da dificuldade de F2 com sua experiência de maternidade que é rechaçada pelo Avô com a fala de que tudo “vai passar”. Pensamos se a filha tem espaço para dizer o que é pesado para ela, na geração dela e que não necessariamente foi na geração de seus pais.

Em uma leitura psicoterápica, poder-se-ia pensar se existe um mito familiar de que a “foto” deve ser sempre alegre, ou se os sentimentos tidos como “difíceis” devem permanecer escondidos. Talvez um trabalho terapêutico poderia acontecer pelo caminho de desconstrução de tal mito e pelo diálogo ou uma conversação de questões internas colaborasse.

Um outro mito a investigar em família, poderia ser como gentilezas, solidariedade, generosidade de ambos os membros, alimentam e desenvolvem os afetos e melhoram a comunicação afetiva, interações relacionais e como essas serão transmitidas pelos mesmos no futuro, independente com quem venha a se relacionar.

Analisando o trabalho como um todo, podemos apontar algumas dificuldades.

Primeiramente, a entrevista havia sido planejada para dois encontros para ser possível colher mais dados e de forma mais detalhada. Sob um ponto de vista sistêmico, pensamos que, ao poder estar com uma mesma família em dois momentos distintos, nossas percepções poderiam também ser diferentes, uma vez que cada situação é única, e cada encontro apresenta uma tônica diferente.

Gostaríamos muito de ter explorado melhor o Genograma da Família N., conhecer mais profundamente as relações com os pais do Avô e da Avó, suas relações fraternas e com a família extensa de um modo geral e saber a respeito das escolhas dos nomes, uma vez que entendemos que quando um nome é escolhido, vem carregado de significados e até expectativas.

Em decorrência da pandemia atual e devido ao fato da família não residir em uma única cidade dificultando conseguirem se reunir, optamos por um único encontro.

6. Considerações Finais

A pesquisa foi sendo desenhada a partir dos dados que a família N. nos forneceu, da leitura que realizamos com o material que esse sistema trigeracional permitiu-nos ver. Entendemos que cada família tem o seu jeito e diferentes formas de expressar afeto e isto influencia como as gerações recebem e transmitem-no. É no encontro do dar e receber, a partir das necessidades, que o afeto pode se instaurar.

Uma reflexão que nos toca é pensarmos que vivemos no mundo de significado e sentido de vida, com a tarefa de questionar e não apenas reproduzir as velhas verdades se elas não forem boas para a situação. A cada instante, valores que também estão arraigados em nós se modificam. Nossa civilidade ensina as virtudes: ser gentil/solidário/legal e leal e não ser bom.

Valores é bondade: quando o ser humano constrói valor de bondade, solidariedade, cuidados é relativo a afeto. Uma questão muito interessante entre consciência e afeto ou vínculos afetivos e as nossas necessidades, que devem ser melhor exploradas.

Existe uma demanda interna de afeto e isto ocorre entre as gerações e adiantamos, ainda precisamos buscar melhorias e compreensão para melhor convivência deste mundo possível entre as pessoas.

Após conhecer esse “retrato” da família, chamado assim pois em uma entrevista é possível ver um pequeno fragmento desse amplo sistema, constituído por gerações, indivíduos, e histórias tão diversas, começamos a pensar nas dinâmicas relacionais a partir do nosso próprio olhar.

Sobre as perguntas feitas, pudemos notar que o afeto estava sempre presente nas respostas. Percebemos que a família tem valores morais e éticos fortes e que é ressaltado o fato da criança aprender tais valores dentro da família, durante a infância, sendo esses cuidados manifestações afetivas.

Avós relataram que valores, afeto, diálogo é algo importante para eles demonstrando como nesta transmissão o afeto instala-se. Importante salientar que afeto não está necessariamente nas palavras, mas no subjetivo, naquilo que é transmitido também pelos gestos, ações, e cuidados tão variados nos encontros de necessidades.

Pudemos perceber também que o afeto, nesta família, é passado de geração a geração e não apenas em conversas, mas há acolhimento, existe presença nesta família, e eles estão disponíveis para isso. Mesmo quando os Avós não falam, os filhos sentem essa confiança.

Há transmissão de afeto quando lemos o estilo de organização, a presença, como são tratadas as questões de gênero, no fato de estarem juntos, por existirem vínculos de confiança, todos esses aspectos tornam essa família um lugar seguro para que o afeto possa fluir.

Referências

AINSWORTH, M. D.; BLEHAR, M.; WATERS, E.; WALL, S. **Patterns of attachment-classic edition**. Nova York: Psychology Press 2015.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos S. A., 1981. 196.

ASSIS, W. R. C. L. **O caminho intergeracional dos sentimentos: Estudos dos padrões afetivos transmitidos pela família**. 2006. 232 (Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ASSIS, W. R. C. L. **Práticas psicoterapêuticas: Uma trajetória poética**. Curitiba: CRV, 2020.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- BERTHOUD, C. M. E. **Re-significando a parentalidade: desafio para toda uma vida**. 2000. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BOWLBY, J. **Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. 228.
- BREMNER, G.; SLATER, A. **Uma introdução à psicologia desenvolvimental**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 561.
- CERVENY, C. M. O. **A família como modelo: Desconstruindo a patologia**. 2ª ed. São Paulo: Livro Pleno, 2011a. 165.
- _____. **Intergeracionalidade: Heranças na produção de conhecimento**. São Paulo: ROCA, 2011b. 124.
- CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- COVELL, K.; ABRAMOVITCH, R. **Understanding emotion in the family: Children's and parents' attributions of happiness, sadness, and anger**: Blackwell Publishing: 985-991 p. 1987.
- DINI, M. R. A construção social da maternidade. 4º. **Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses (SIMDT)**, 2016, Pouso Alegre. p.129-145.
- GEORGE, C.; KAPLAN, N.; MAIN, M. **An adult attachment interview** 1985.
- HARLOW, H. F. Affectional responses in the infant monkey. **Science**, v. 130, p. 421-432, 1959.
- LIMA, M. J. Viver em família na contemporaneidade. **Nova perspectiva sistêmica, no. 49**. Rio de Janeiro, 2014. p.88-99.
- MORENCY, N. L.; KRAUSS, R. M. Components of nonverbal encoding and decoding skills in children. In: FELDMAN, R. (Ed.). **The Development of Nonverbal Behavior**: Springer, 1982.
- OLIVEIRA, S. M.; RUFINO, M. B. I. A parentalidade na perspectiva dos homens na fase de aquisição do ciclo vital da família. In: CERVENY, M. O. M., A. M. N. (Ed.). **Intervenção familiar sistêmica: atuação e pesquisa**. Taubaté: Ed. UNITAU, 2019. p.50-69.
- SPANGLER, G.; GROSSMANN, K. E. Biobehavioral organization in securely and insecurely attached infants. **Child Dev**, v. 64, n. 5, p. 1439-1450, 1993.
- TAILLE, Y. D. L.; OLIVEIRA, M. K. D.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. 115.
- VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2016.
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo 1999. 282.

Capítulo 6- A gravidez na adolescência durante a pandemia Covid19 e a rede de serviços de saúde pública na percepção de adolescentes gestantes

Ana Carla Figueiredo Pinto
Joviane Marcondelli Dias Maia

1. Introdução

A partir do século XIX, a adolescência começa a ser entendida como uma fase crítica do desenvolvimento humano. Caracterizada por intensas mudanças no desenvolvimento biológico, psicológico e social, costuma ser reduzida a um período de transição entre a infância e vida adulta (SAITO, 2016).

As atuais normativas internacionais e brasileiras, assim como o avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento humano, determinam prioridade estratégica no investimento da saúde integral dos adolescentes (BRASIL, 2005, 2010). Valem-se da importância da rede de atenção intersetorial e do protagonismo juvenil na construção de políticas voltadas para esse segmento da população por tratar-se de um dividendo tríplice de saúde: para os adolescentes de agora, para as vidas futuras dos adolescentes e para as gerações futuras (OPAS/OMS, 2018, p. 4).

Cervený (2011) e Tissot e Falcke (2018) afirmam que os padrões interacionais e transgeracionais familiares tendem a se repetir ao longo das gerações, perpassando pela família extensa e nuclear. No que se refere a rede social, Sluzki (1997) aponta para necessidade de explorá-la como recurso terapêutico para o paciente, a família e o terapeuta, já que somos partes da identidade uns dos outros.

A pandemia da Covid19 vem impactando diversas realidades, inclusive a saúde dos adolescentes brasileiros, com agravos no hábito do sono, alimentar, humor e aprendizado (MONTALTI, 2020) e na saúde sexual e reprodutiva (SÃO PAULO, 2020), afetando particularmente as adolescentes na busca de atenção integral às suas necessidades quanto ao seu projeto de vida, à saúde sexual-afetiva e prevenção da gravidez na rede de serviços públicos de saúde.

O prognóstico da gravidez na adolescência está relacionado aos fatores biológicos, sociais, psicológicos, culturais e econômicos. Para um bom prognóstico, faz-se fundamental uma política de saúde adequada à faixa etária através de programas de intervenção que incluam a parentalidade, a conjugalidade, os fatores protetivos e a resiliência (MAIA, 2010). A rede de serviços públicos garantida pelo Sistema Único de Saúde deve ser um lugar onde os sonhos, desejos, dificuldades e limitações das jovens sejam acolhidas e cuidadas.

A presente pesquisa visou conhecer a percepção das adolescentes gestantes sobre: o impacto da pandemia em suas vidas, suas expectativas em relação aos seus projetos de vida, como lidaram com a gravidez durante a pandemia, como as suas necessidades foram atendidas pela rede de serviços de saúde pública e as suas propostas para adequá-la às suas demandas. Espera-se que esse estudo possa contribuir para implementação de políticas de saúde mais eficientes à esta população.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre: o conceito atual de adolescência, políticas públicas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva para esta faixa etária no Brasil, gravidez na adolescência e as redes de serviços de saúde pública na pandemia Covid19 para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo com delineamento de estudo de caso e os resultados alcançados, discutidos à luz da teoria.

2. Revisão da literatura

Adolescência é um constructo histórico-sociocultural relativamente recente na história, assim como o valor dado ao protagonismo juvenil na sociedade. No Brasil, as políticas públicas de saúde direcionadas a este público começam a se desenvolver na década de 1980, tendo como um dos focos os direitos sexuais e direitos reprodutivos. A gravidez na adolescência, fenômeno multifatorial atrelado a estes direitos, demanda investimentos intersetoriais em rede de atenção, desde a prevenção até o cuidado com a mãe e pai jovens, seus projetos de vida e com o bebê.

A revisão da literatura abaixo apresenta alguns conceitos, normativas legais e pesquisas que podem auxiliar na compreensão do impacto da pandemia Covid19 na saúde individual, coletiva e pública, na economia, na convivência social, na oferta de serviços, nas políticas e nas ações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva.

2.1- Adolescência

Segundo o autor Ariès (1981), o conceito atual sobre a adolescência não existia na sociedade até o século XVII, quando as crianças conviviam sem nenhuma restrição ou diferença no mundo dos adultos. A educação como formação moral e intelectual, autoritária, com o intuito de adestrá-las, foi se estabelecendo gradualmente do século XV ao XVIII (ARIÈS, 1981), e somente ao final do século XIX, graças a difusão do ensino superior pela burguesia, é que se separa a infância da juventude.

A partir do século XIX, a adolescência começa a ser entendida como uma fase crítica do desenvolvimento humano, sendo objeto de interesse da medicina (COATES; BEZNOS;

FRANÇOSO, 2003). Caracterizada por intensas mudanças no desenvolvimento biológico, psicológico e social, costuma ser reduzida a um período de transição entre a infância e vida adulta, apesar de constituir um período decisivo na formação do sujeito (SAITO, 2016). Diversos autores utilizam diferentes critérios: cronológico, de desenvolvimento físico (maturação sexual), psicológico, sociológico, isolados ou conjuntamente, na tentativa de abarcar a definição do *ser adolescente* (CRESPIN; REATO, 2007).

No campo jurídico, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, conjugada à Constituição Federal Brasileira de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 rompem com a doutrina do menor em situação irregular e estabelecem a criança e ao adolescente como sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento, com proteção integral a ser garantida pela família, sociedade e Estado. Assim, assegura-se a prevalência e primazia do interesse da criança e do adolescente e estimula-se o protagonismo infanto-juvenil, baseado na declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Tal declaração valoriza a opinião das crianças, legitimando um novo paradigma e compreensão do adolescente na sociedade como sujeito social e autônomo para além da subordinação ao pátrio poder, à família e ao Estado, inserido no mundo produtivo, na participação das decisões de Estado e nos movimentos em defesa da cidadania (UNGARETTI, 2010).

Na perspectiva do paradigma da teoria sistêmica e a teoria do ciclo de vida familiar, as autoras Cervený e Berthoud (2009) cunham a fase adolescente como uma das passagens do ciclo familiar, quando a família tem um filho na puberdade. Isso leva os pais a experimentarem a “segunda adolescência” como resgate de uma juventude ainda presente em si em uma dimensão intergeracional.

2.2- Políticas públicas de saúde e de saúde sexual e reprodutiva para adolescência no Brasil

Em 1989, a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficializa a adolescência como um dos focos de seus programas com previsão orçamentária. O Ministério da Saúde (MS) no Brasil segue como definição de adolescência a mesma adotada pela OMS, sendo o período dos 10 aos 19 anos. Segundo Coates, Beznos e Françoso (2003), os primeiros serviços de saúde dirigidos a esta faixa etária no Brasil surgem na década de 70. O Programa Estadual da Saúde do Adolescente de São Paulo foi criado em 1986, mesmo período em que é iniciado no MS, sob a Coordenação da Saúde Materno-Infantil, o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD). Na década de 90, o Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB) se consolida com o engajamento voluntário de diversos grupos de adolescentes e jovens

através de encontros regionais e nacionais, favorecendo a formação de uma juventude engajada e crítica (LOPEZ; MOREIRA, 2012, p. 1182).

Em 2005, o MS lança o Marco Legal da Saúde de Adolescentes com os instrumentos legais de proteção aos seus direitos, fundamentalmente o direito à saúde. Nas prioridades nacionais estratégicas estão o foco no cuidado integral à saúde de adolescentes e jovens como a promoção da saúde, prevenção aos agravos prevalentes, o fortalecimento da atenção básica e a redução da mortalidade materna e infantil pois impactam positivamente na saúde das pessoas jovens e futuras gerações (BRASIL, 2010)

O processo de construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) na década de 90 avançou com a participação do adolescente e jovem (LOPEZ; MOREIRA, 2012). Nesse contexto, as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) estabelecem os seguintes temas estruturantes: Participação Juvenil, Equidade de Gênero, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Projeto de Vida, Cultura de Paz, Ética e Cidadania e Igualdade Racial e Étnica. Tais temas são caminhos para promover saúde e prevenir diversos agravos e enfermidades prevalentes e para a melhoria do atendimento ao crescimento e ao desenvolvimento, à saúde sexual e reprodutiva, notadamente à gravidez na adolescência e ao planejamento sexual e reprodutivo (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Atenção Básica – PNAB (BRASIL, 2012) do Sistema Único de Saúde (SUS) determina as diretrizes para a organização do componente atenção básica na Rede de Atenção à Saúde (RAS). Como a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, a atenção básica deve atender integralmente todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde. Landau e Saul (2002) valoriza o papel dos membros da comunidade como sistema de apoio natural por conhecerem recursos locais, tecerem redes de relacionamento para o enfrentamento da crise e apoiarem populações vulneráveis. Considerando a crise sanitária da Covid19 como um grande desastre, este sistema de apoio se faz muito necessário.

Os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, reconhecidos como Direitos Humanos em leis nacionais e documentos internacionais, garantem o respeito à individualidade e autonomia dos adolescentes estimulando-os(as) a assumir a responsabilidade com sua própria saúde. O acesso à informação de qualidade e às oportunidades para o exercício

desses direitos individuais, sem discriminação, coerção ou violência, depende de uma rede de saúde qualificada e da implementação de ações direcionadas às singularidades dessa população para que tenham acesso aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva (BRASIL, 2018). As vulnerabilidades, algumas vezes produzidas pelo contexto social, e as desigualdades resultantes dos processos históricos de exclusão e de discriminação, afetam os direitos sexuais e os direitos reprodutivos dos adolescentes e jovens brasileiros(as), assim como a seus projetos de vida (BRASIL, 2010). Isso confirma o preceito normativo de que tanto a família, a sociedade e o Estado devem zelar pelo direito à saúde dessa população, conforme determinado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p.73) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017a)

A maneira como os adolescentes constroem sua sexualidade ao longo do crescimento e desenvolvimento é influenciada por vários fatores tais como: as relações intrapessoal e interpessoal desde sua concepção com as pessoas significativas, desde a infância e com seus grupos de pares, através das transformações físicas, psicológicas, cognitivas e sociais. Ela envolve o corpo, valores, crenças, mitos, moral e tradições da família e da sociedade na qual eles estão inseridos (BRASIL, 2018; MAIA, 2010).

O modelo de atenção básica de atenção integral à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes a ser desenvolvido depende da compreensão ampliada sobre as razões da adoção de um comportamento preventivo e o desenvolvimento de habilidades que permitam a resistência às pressões externas, a expressão de sentimentos, opiniões, dúvidas, inseguranças, medos e preconceitos, de forma a dar condições para o enfrentamento e a resolução de problemas e dificuldades relacionais do dia-a-dia (BRASIL, 2005).

2.3- A gravidez na adolescência e a rede de serviços de saúde pública na pandemia

Em quase todos os países, a gravidez na adolescência se destaca como problema de saúde pública. Considerada de risco, pode acarretar complicações para a adolescente, para o recém-nascido, para a família e para a sociedade, aumentando os custos para o sistema de saúde, as taxas de mortalidade e impactando no futuro de várias gerações (EINSENSTEIN *et al.*, 2009), chegando a custar 10% do Produto Interno Bruto no Brasil (SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2021)

Dados nacionais apontam que a taxa de gestação na adolescência é elevada, sendo em torno de 400 mil casos/ano. Quanto à idade, os dados revelam 28.244 filhos biológicos de adolescentes entre 10 e 14 anos e 534.364 de jovens com idade entre 15 e 19 anos, no ano de 2014 (BRASIL, 2021)

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (BERMUDEZ et al., 2019), os riscos e consequências da gravidez na adolescência relacionam-se à idade da adolescente (maiores riscos para as menores de 16 anos ou com menos de dois anos da primeira menstruação), número de partos anteriores, data de início e aderência ao pré-natal, tentativas de abortamento, condições nutricionais, ausência de rede de suporte familiar e presença de comorbidades. Os filhos de gestações precoces podem estar em risco quando apresentam intercorrências neonatais, síndromes congênitas e são negligenciados ou rejeitados pelos genitores e suas famílias (BERMUDEZ et al., 2019).

Como já comentado acima, o SUS se organiza em Redes de Atenção à Saúde (RAS) como uma estrutura composta por ações e serviços de diferentes configurações e densidades tecnológicas, que integrados por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado do usuário (BRASIL, 2010). A Atenção Básica compõe esse arranjo, sendo a porta de entrada para as RAS e deve solucionar 80% dos problemas de saúde. Ela é o local primordial de acolhimento e acompanhamento pré-natal das adolescentes grávidas, onde nem sempre elas são reconhecidas na integralidade quanto as suas especificidades. Muitas angústias surgem durante o pré-natal, em relação à imagem corporal, à própria identidade como mulher, ao papel social esperado do feminino e masculino, as questões da gestação, parto, puerpério, maternidade amamentação e responsabilidades no cuidado com o bebê (MONTEIRO; TRAJANO, 2009).

A gravidez na adolescência constitui-se como uma questão ampla por relacionar-se à vida afetivo-sexual individual, às condições sociais e às múltiplas relações de desigualdades presentes. Dessa forma, conseqüente à uma pluralidade de experiências de vida, deve ser entendida por diferentes significados e diversos desfechos (BRASIL, 2017b). Trata-se de um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões da vida humana, diretamente relacionada ao contexto sociocultural, econômico e político, assim como às dimensões étnicas e raciais e de gênero. Está presente em qualquer estrato social, mas tem maior prevalência na adolescência vulnerável, com menor renda familiar, menor escolaridade, início sexual precoce e em famílias em que as genitoras engravidaram cedo (HERCOWITZ; LANDI, 2016).

A maternidade e paternidade na adolescência podem influenciar no abandono escolar e prejudicar o acesso ao mercado de trabalho, acentuando a exclusão social dos mais vulneráveis, e assim, mantendo o ciclo da pobreza. Contudo, também podem ser um elemento reorganizador e não somente desestruturador (BRASIL, 2017b). Maia (2010) observou que a maternidade na adolescência aparece como mais estudada e investida nas

políticas públicas do que a paternidade adolescente, assim como as gestações sucessivas que carecem de aprofundamento nos estudos acadêmicos e de projetos de intervenção.

Para Cervený e Berthoud (2009), no livro *Família e Ciclo Vital*, ao nascer um filho de casal jovem de classe média, observa-se que ele se preocupa com aquisição de bens materiais, com o papel e função de cada cônjuge e com a construção da vida profissional e da independência da família de origem. Considerando que a gravidez na adolescência geralmente não é planejada e é mais prevalente nas classes econômicas menos favorecidas, esse casal adolescente - se permanecer junto - ficará no seio da família de origem, no emaranhado das dinâmicas relacionais preexistentes. O esforço para definição e desempenho dos diversos papéis e funções paralelas de marido e esposa, pai e mãe, filho e filha terá de ser maior, tensionando o sistema familiar prévio, que por sua vez, terá que se adaptar aos novos membros. Para as autoras, o nascimento de um casal é um dos maiores desafios do Ciclo Vital, o que na maioria das vezes não se estabelece diante da ocorrência da gestação na adolescência pois a maternidade não costuma ser acompanhada pela paternidade, consequência da inequidade de gênero.

A ausência de políticas públicas e espaços sociais ou na escola ou na família nos quais as/os adolescentes possam refletir e agregar novos elementos aos seus projetos de vida, descobrir novos caminhos, e não apenas reproduzir padrões, determina a reprodução como reduzida função biológica de autorrealização ou como denúncia de violação da garantia do direito à saúde sexual e reprodutiva. Segundo relatório do Fundo Populacional da Organização das Nações Unidas (UNFPA, 2018), 47 milhões de mulheres, em 114 países de renda baixa e média, ficaram sem acesso a métodos anticoncepcionais e houve 7 milhões de gestações indesejadas, em todo mundo, no segundo semestre de 2020, por consequência da pandemia da Covid19. A Resolução nº 1/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (COMISIÓN INTERAMERICANA, 2020) determinou que nesse contexto de crise sanitária devem ser garantidos o acesso e a continuidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, assim como fomentadas as medidas de educação sexual, através de informações acessíveis e adequadas. Paralelamente, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020) elaborou um Guia sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres durante a pandemia Covid19 com orientações sobre contracepção, aborto legal, gestação, pré-natal, parto, amamentação e pós-parto.

Coutinho *et al.* (2020) comentam que a sobrecarga no sistema de saúde imposta pela pandemia pode se refletir na qualidade da assistência à saúde sexual e reprodutiva da mulher, dificultando o acesso e disponibilização de métodos contraceptivos, o diagnóstico

precoce e tratamento de agravos e doenças e a atenção prestada à saúde da mãe e da criança do pré-natal ao parto. Estes autores elencam fatores que podem diminuir ou aumentar a fecundidade como os fatores associados às dificuldades de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e os vinculados às questões de distanciamento social e confinamento, como violência doméstica, sexual, de gênero, agravos de saúde mental e uso abusivo de álcool e drogas. A impossibilidade de acesso à escola imposta pela pandemia é outro fator preponderante que pode acarretar futuras evasões permanentes, afetando o desenvolvimento da sexualidade das jovens devido ao prejuízo à conscientização e ao conhecimento da prevenção em saúde sexual reprodutiva, e assim, relações sexuais desprotegidas ou maior vulnerabilidade à exploração sexual e ao estupro (PLAN INTERNATIONAL, 2014).

3. Método

Foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa, de campo, com delineamento de estudo de caso, em duas regiões vulneráveis (quanto aos determinantes de saúde) de um município de médio porte, no Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. Contou com a participação voluntária de quatro adolescentes grávidas, sendo duas com idade entre 14 e 15 anos e duas entre 16 e 18 anos. A seleção das participantes foi definida por acessibilidade, via sistema de atendimento municipal de saúde informatizado. As adolescentes residiam com suas famílias de origem e foram devidamente autorizadas a participar da pesquisa por seus responsáveis pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Podiam estar ou não em companhia do genitor do bebê, mas tinham que estar em acompanhamento pré-natal adequado nos serviços públicos de saúde, ter passado por pelo menos 3 consultas e sem patologias associadas ou intercorrências de saúde física ou psicoemocional.

Foram utilizados dois instrumentos, sendo uma entrevista semiestruturada, elaborado pela pesquisadora, e uma carta escrita pelas participantes, ambos aplicados presencialmente na residência da adolescente. O conteúdo explorou questões relativas à história pessoal da adolescente grávida, a sua percepção da própria adolescência, da gravidez na adolescência durante a pandemia, o acesso e qualidade da rede de serviços públicos de saúde e a sua perspectiva quanto ao seu projeto de vida. A carta escrita por cada adolescente teve como proposta relatar os seus desafios e aprendizados durante a pandemia, assim como os desejos para o seu futuro em 10 anos.

Após aprovação da Secretaria de Saúde do município e do Comitê de Ética, o grupo amostral foi contactado por telefone pela pesquisadora para as devidas explicações e para agendar o encontro da entrevista e redação da carta pela gestante, no horário mais

conveniente para ela. As entrevistas ocorreram no período de 07/10/2021 a 19/11/2021. A análise de dados foi qualitativa e temática, a partir das entrevistas semiestruturadas (BARDIN, 1977) e do paradigma da teoria sistêmica.

4. Resultados e Discussão:

4.1- Caracterização dos participantes

Para traçar um perfil das participantes, foram levantadas a data de nascimento (idade), escolaridade, com quem residiam, número de gestações e/ou filhos e idade gestacional, se mantinham relacionamento afetivo-sexual com o pai do bebê, há quanto tempo, e se sabiam de outra gravidez na adolescência na sua família de origem, citando quem. Duas adolescentes moravam em apartamentos de CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), sendo as adolescentes Ana (com 16 anos, casada há 7 meses, com 4 meses de gestação) e Ca (15 anos, sem relacionamento com o genitor do bebê e não soube informar a idade gestacional). As duas outras residiam em casa com quintal de cimento, sendo as adolescentes Le (com 16 anos, namorando o genitor do bebê há 3 anos, com 5 meses de gestação) e Dani (15 anos, namorando o genitor do bebê há 1 ano e 10 meses, com 6 meses de gestação). Todas as participantes eram primigestas e residiam com suas famílias de origem, em regiões vulneráveis socioeconomicamente. Ana era a única casada com história transgeracional de gravidezes na adolescência desde sua tataravó materna. As outras jovens tinham a genitora e/ou irmã com a mesma história de gestação na adolescência. Somente Ca foi entrevistada desacompanhada. Ana preferiu a companhia da irmã, Le da avó, Dani da mãe. Le e Ca já tinham os nomes escolhidos para seus bebês, nomes curtos e não-compostos.

Observou-se a vulnerabilidade econômica das adolescentes pelo local, condição de moradia, vestimentas, dependência familiar e dos serviços públicos de saúde e de educação. Maia (2010) elenca vasta literatura que aponta a pobreza como fator de risco para gestação na adolescência, uma vez que existe relação importante com desigualdade e iniquidade, o que também foi evidenciado por Pacheco (2015) ao analisar a agência social, sexualidade e gravidez em menores de 15 anos na Colômbia. Rosaneli, Costa e Sutile (2020), no ensaio reflexivo com quase 20.000 mães adolescentes no Estado do Paraná, comentam sobre os ciclos intergeracionais de pobreza em que as meninas marginalizadas estão submetidas e afetadas de forma desproporcional pela gravidez precoce. Esta vulnerabilidade se acentua com a desigualdade de gênero, a violação dos direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes e a falta de intersetorialidade das políticas públicas sociais já frágeis antes da pandemia, e por ela mais agravada, considerando o empobrecimento da população.

4.2-. A percepção das adolescentes grávidas sobre o impacto da pandemia em sua fase de vida (adolescência).

Ficou evidente na fala de todas as adolescentes o quanto o isolamento social e ensino remoto impostos pelas autoridades sanitárias em virtude do vírus da Covid19 afetaram a necessidade natural da adolescência em conviver, viver em grupo e da rotina escolar. Esta situação pode ter aumentado a sua vulnerabilidade individual e social. A baixa escolaridade e evasão escolar são reconhecidamente fatores de risco para o desenvolvimento da responsabilidade, da autonomia (PINTO; SILVA, 2017; ESTRADA et al, 2018; ONU, 2018 e NUNES, 2012) e para gestação não-planejada na adolescência. A escola, além de ser um estabelecimento destinado ao ensino coletivo, é um direito e um espaço de valor para socialização dos jovens no mundo pós-moderno, agindo como fator de proteção.

O quadro 1 que segue é composto pelos recortes mais relevantes da fala das participantes sobre o impacto da pandemia no seu cotidiano na vida escolar e social.

Quadro 1: A percepção das adolescentes grávidas sobre o impacto da pandemia em sua fase de vida (adolescência)

| ADOLESCENTE | NA ESCOLA | FORA DA ESCOLA |
|-------------|---|--|
| Ana Le | “não poder ir na escola” “a escola mudou, porque assim, eu não gosto que eles falem. Então não dou motivo para falar, então não fui para escola” “Parecem que querem tudo remoto mesmo (...)” | Não comentou “O que mudou foi as amizades, as companhias que eu tinha, os lugares que eu ia (...) nem todas as pessoas que estavam do meu lado, estão agora. As coisas que eu fazia, não faço mais, as pessoas não podem ficar muito perto, tem que ficar mais em casa, os parentes não vêm muito mais na casa da gente (...) reunião de família” |
| Ca | “A escola ficou ruim por não poder frequentar; difícil estudar <i>online</i> ” | “Bastante amigas se afastaram devido a pandemia e a gravidez” |
| Dani | “...a escola não foi a mesma coisa, mudou bastante coisa (...) estava acostumada com uma rotina, aí foi para outra sem ver ninguém, só dentro de casa. Também não aprendia que nem aprendia no presencial!” | “Ficar longe dos outros e da família” |

Destaco a adolescente Le que deu mais ênfase ao isolamento social e domiciliar, distância dos colegas, familiares e o impacto na sua rotina diária, descrevendo a mudança que percebeu no processo ensino-aprendizagem que permaneceu, mesmo durante o ensino híbrido: *“os professores perderam aquela vontade de dar aula (...), passar trabalho, trabalho em dupla, maquetes (...) eles pedem para a gente olhar pelo celular, não pedem mais para a gente escrever (...)*. Expressou sua percepção sobre o impacto da gestação na convivência escolar: *“...eu não gosto que eles falem. Então não dou motivo para falar, então não fui para escola”* e concluiu com um pedido aos professores: *“eles deviam voltar do jeito antes da pandemia para normalizar mais ainda”*.

A convivência entre pares na adolescência no ambiente escolar presencial é essencial para o pleno desenvolvimento deste ciclo vital. Diversos autores citam a *Síndrome Normal da Adolescência*, conceito cunhado por Aberastury e Knobel (1989), validando as características desta fase: busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas; deslocalização temporal; evolução sexual manifesta; atitude social; contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta; separação progressiva dos pais; e constantes flutuações do humor e do estado de ânimo. A pandemia afetou drasticamente o grande laboratório de convivência para seu desenvolvimento pleno que são a família ampliada e a escola no mundo atual. O isolamento social limitou o “ser adolescente normal” à convivência da família nuclear, privando a interação com seus pares e as outras figuras afetivas de importância, fato que teve destaque na fala das quatro adolescentes.

4.3- Como as adolescentes estão lidando com a gravidez durante a pandemia, suas necessidades, a rede de saúde e de apoio

Esta parte da entrevista deu visibilidade à experiência do “estar grávida” durante a pandemia, as necessidades de saúde da adolescente e onde e com quem a adolescente poderia contar em caso de alguma necessidade.

Ana sentia-se insegura quando precisava ir ao hospital pois na fase da pandemia em que foi entrevistada (início de outubro de 2021), o fluxo separado de atendimento para os pacientes com síndrome respiratória suspeitos de Covid19 estava suspenso. Comentou *“do desrespeito das pessoas não vacinadas”* e sobre o que mais precisou durante sua gravidez: *“tirar dúvidas e ter noção sobre o parto”*. Apesar de *“muito sensível”*, citou que podia contar com o pequeno núcleo familiar. Le deu bastante ênfase na mudança do corpo grávido e seu autocuidado: *“estou conseguindo(..) tomar remédio todo dia...”*. Descreveu algumas limitações como não ir para escola, não ir para parque para sessão de fotos, sair, ter acesso aos parentes como apoio, assim como cansaço, sono e respiração diferente. A adolescente

Ca trouxe uma reflexão diferente da pandemia que “*não atrapalhou sua gravidez*”. Reclamou sobre passar mal, enjoar antes da revelação da gravidez e da demora de 2 horas para coletar exames. Revelou insegurança nos cuidados com o bebê e com o parto: “*tenho medo de afogar porque não sei dar banho*”. Sentia-se muito apoiada pela sua mãe (citou três vezes): “*Minha mãe vai estar comigo e vai entender tudo que eu quero*” assim como pela irmã e obstetra da unidade de saúde especializada (C.). Apresentou expectativas sobre orientações a serem dadas no hospital. Por fim, Dani falou da estranheza de estar grávida em tempos de pandemia, trazendo a lembrança dos momentos de ultrassonografia da gravidez da genitora, ao esperar seu irmãozinho, quando todos acompanhavam a consulta: “*na minha, já quase ninguém, só um acompanhante*”. Comentou do impedimento da participação da genitora nas consultas e a sua insegurança por consequência: “*foi mais difícil fazer as coisas sozinha (...) me confundo*”. Trouxe a necessidade de apoio psicológico, afinal “*a cabeça fica meio sem saber o que fazer, por onde começar por ser a primeira gravidez*” assim como auxílio das medicações “*que ajuda bastante no desenvolvimento do bebê e da minha saúde*”. Foi a única adolescente que comentou a importância de saber o sexo do bebê com auxílio médico.

Kudlowicz e Kafrouni (2014) afirmam que a gravidez na adolescência é determinada por fatores de ordem social, econômica, educacional e psicológica. Portanto, não se pode dizer que engravidam meramente por questões que lhe são próprias ou questão de opção pessoal porque podem reproduzir acriticamente modelos femininos familiares. Destacam também a falta de espaços onde possam refletir e articular diferentes elementos à construção de inovadores projetos de vida (NASSER, 2021). Cerveny (2012) afirmou que a família constrói sua realidade a partir da história compartilhada por seus membros e que nela os padrões intergeracionais tendem a se repetir. Nesse sentido, Maia (2010) ratificou que a gravidez na adolescência envolve diversas implicações, trazendo a *intergeracionalidade* como uma das condições familiares atreladas a este fenômeno multifatorial. O constatado pela literatura se confirmou neste estudo em que todas as adolescentes citaram outras gravidezes na adolescência na história de suas famílias, sendo unanimemente das figuras femininas bem próximas e da sua rede de apoio.

O quadro abaixo compila as principais falas das participantes e especifica a rede de apoio considerada pelas adolescentes. Apenas Ana não cita a rede de saúde como apoio, neste momento da entrevista.

Quadro 2: “Estar grávida” durante a pandemia, as necessidades de saúde da adolescente grávida e bebê, onde e com quem contar

| ADOLESCENTE | “ESTAR GESTANTE” NA PANDEMIA | NECESSIDADES DE SAÚDE DA GRÁVIDA E BEBÊ | ONDE/COM QUEM CONTAR |
|-------------|--|---|---|
| Ana | “Preocupada ao ir ao hospital, durante a espera, por que não tem mais fluxo separado para Covid19; | “Tirar dúvidas e ter noção de como será o parto; medo de ser maltratada e como será o bebê ...; trocar meu bebê no hospital. | “Com minha irmã, marido e cunhado” |
| Le | “com a barriga pequenininha, eu fui para escola normal, daí ninguém perguntava e eu não falava nada. (...) Daí, começou a crescer e eu quis ficar em casa para evitar deles falarem...! “Está sendo diferente porque coisas que eu poderia fazer se não tivesse a pandemia, eu não posso fazer...” “...e mudou também que não tem muitas pessoas do lado para orientar...só tem mesmo a família que mora com a gente.” | “Eu tive que mudar minha alimentação por completo porque nunca fui de comer coisas saudáveis, (...) minha rotina de cuidar mais de mim para o bebê estar bem, passar nos médicos certinho” “Não é uma coisa que estava na minha rotina, planos, mas está dando certo.” “Eu estou mais cansada para algumas coisas, sentindo sono, faço algumas coisinhas e já tenho que respirar. Não consigo mais fazer as mesmas coisas com a mesma energia.” | “Eu conto sempre com minha avó, com minha mãe e com o postinho, com o hospital...e com meu avô também.” |
| Ca | “Não sei como seria se não fosse na pandemia; mas podia ser melhor, mas não acho ruim” “...medo agora que vou ganhar, do corte da cesárea e do parto normal porque tenho medo de não aguentar porque dói muito” | “No começo, passei muito mal (...) não sabia que estava grávida. Faltou o Dramin para eu não vomitar. Consegui fazer o teste de gravidez na UBS, passei nas consultas...” | “Com minha mãe e irmã. Tiro bastante dúvidas com Dra. R. no C.” “Minha mãe vai sempre me ajudar. Lá no hospital ensinam” |
| Dani | “Pra mim está sendo estranho porque a única gravidez que presenciei da minha família, que eu lembro, foi a do meu irmão “ “Queria levar outra pessoa para assistir e não podia (...) porque minha mamãe para mim é que fala mais minhas coisas do que eu” | “Que eu precisei foi apoio psicológico...e também dos remédios, o ácido fólico e o polivitamínico” “E o apoio dos médicos, porque querendo ou não, me ajudaram bastante, na educação” | “Primeiro dentro de casa, com minha mãe, porque ela é a pessoa com quem mais posso contar e com os médicos e psicólogos...eles ajudam bastante também, no C. e no postinho” |

Castilho (2003) destacou que o estresse vivido nas *fases evolutivas do ciclo vital*, conceito estabelecido por Cerveny e Berthoud, no livro *Família e Ciclo Vital* (2009), se entrelaça com os legados transgeracionais e com as causas externas, numa dinâmica temporal de grande complexidade. Várias gerações convivem e se sustentam em atitudes, crenças e mitos transmitidos de uma geração à outra, exigindo lealdade aos padrões familiares, mas ao mesmo tempo, podendo gerar experiência criativa do novo tensionado por uma crise.

A situação verificada do acolhimento das adolescentes grávidas pelas famílias se diferencia do constatado na revisão sistemática da literatura científica nacional *online*, de 10 anos, realizada por Pariz (2012), na qual as adolescentes foram vítimas de diversos tipos de violências, inclusive por parte dos pais, ao noticiarem a gravidez (SILVA; SURITA, 2017). No cotidiano, as famílias e a sociedade encontram dificuldades na comunicação devido à inabilidade para conversar sobre sexualidade com os filhos (DIAS; GOMES, 2000). Todavia, alguns autores citados na revisão da literatura citaram concepções positivas em relação à gravidez na adolescência, como sentimentos de alegria e melhora do relacionamento familiar com a previsão da chegada do bebê. Nesse sentido, foi observado um sentimento de aliança e esperança entre as participantes da pesquisa e as acompanhantes, através dos olhares e proximidade física, sendo Ana com a irmã, Le com a avó e Dani com a genitora.

Maia (2010), a partir da literatura, elenca diversos riscos psicológicos e sociais para maternidade na adolescência: ansiedade (essencialmente no primeiro trimestre da gravidez), depressão (mais no terceiro trimestre), evasão escolar culminando em baixa escolaridade e qualificação profissional, isolamento social e familiar, tendência a ter habilidades sociais inadequadas, vivências de preconceito em várias instâncias sociais e maior risco de exploração sexual. As redes de apoio são necessárias para minimizar estes riscos e a pandemia afetou o acesso e qualidade, segundo Coutinho et al (2020), os quais comentam a sobrecarga do sistema de saúde imposta pela pandemia e o reflexo na qualidade da assistência à saúde sexual e reprodutiva da mulher com prejuízo na atenção prestada à gestante, parturiente e bebê. De fato, a adolescente Ana se sentiu ameaçada com a suspensão do fluxo diferenciado para pacientes sintomáticos respiratórios e o convívio com pessoas não vacinadas nas unidades de saúde, insegurança a mais que não seria percebida em tempos habituais. A pandemia também restringiu a presença de acompanhantes nas visitas às unidades de saúde. As adolescentes em questão revelaram o impacto desta proibição, que fere o direito de um acompanhante no pré-natal e no parto das jovens gestantes, garantidos pelo Estatuto da Criança e Adolescência (1990).

A importância da rede de apoio neste momento peculiar da vida destas adolescentes se revelou na confirmação da importância das figuras familiares femininas, sem deixar de reconhecer o amparo dos profissionais e das unidades de saúde. Sluzki (1997) define a *rede social pessoal* como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciada da massa anônima da sociedade, subdividindo-as em quatro quadrantes: família, amizade, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias, de serviço ou credo. Considerando o autor e as respostas das quatro participantes, a rede social ficou restrita à família e aos profissionais de saúde devido à imposição do isolamento social e proibição da convivência presencial na escola e nos ambientes de lazer ou comunitário em tempos de pandemia.

4.4- A percepção das adolescentes gestantes sobre os serviços oferecidos pela rede de saúde pública durante a pandemia

A quinta pergunta da entrevista semiestruturada explorou a percepção das adolescentes sobre os atendimentos e os serviços oferecidos pelas unidades de saúde no cuidado com a gravidez. Ana se sente satisfeita, já Le avaliou o atendimento como bom, mas acrescentou que *“deviam melhorar em alguns pontos: perguntar mais (...)perguntam as perguntas que estão lá no papel, não o que a gente está sentindo, que a gente quer falar(...) sinto que elas veem que é uma pessoa mais adolescente, olham com outros olhos para gente(...)”*. Descreveu a consulta citando os procedimentos, *“pesam a gente, mede barriga e pressão”*, e criticou a forma como se sentiu observada pejorativamente: *“Nossa, 15 anos? Acho uma pergunta desagradável”*.

Vale destacar que como Ana e Le tinham mais de 16 anos de idade, frequentavam apenas as UBS, e em caso de emergência, a maternidade do hospital municipal. Não frequentavam a unidade especializada de saúde (aqui citada como C.) para gestantes adolescentes (até 15 anos) e para gestação de médio risco no referido município.

Ca reclamou de falta de medicação para o enjoo e avaliou melhora no atendimento depois do teste de gravidez positivo: *“agora é mais rápido porque mandam o RG com anotação que sou gestante”*. Tinha como boa referência a unidade especializada de saúde, onde sentia-se mais bem atendida, e ainda cita o hospital: *“Minha mãe disse que lá no hospital ensinam (referente a dar banho no bebê).”*

A adolescente Dani avaliou bem o serviço e os atendimentos. Sentiu-se muito ajudada e apoiada pelos médicos, tanto na UBS como na unidade especializada de saúde: *“fui muito bem atendida em todos”, “me tratam bem”*”. Também avaliou com muito valor o atendimento do psicólogo particular, possível com a ajuda da patroa da genitora.

Sluzki (1997) afirma que as funções da rede incluem: companhia social, apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material de serviços e acessos a novos contatos. Natural e costumeiramente, as relações íntimas familiares e de amizades abarcam várias funções ao mesmo tempo. Já a rede de saúde estaria na categoria da ajuda material e de serviços pois tem como base conhecimentos e procedimentos de especialistas, assim como oferta de insumos (medicamentos, por exemplo). Vale esclarecer que a rede de serviços acessada pelas adolescentes é pública e gratuita.

As adolescentes Le e Dani revelam necessidades não atendidas, preconceitos, julgamentos e falta de humanização do cuidado nas dimensões relacionais. O profissional de saúde, ao expressar perplexidades, perde a oportunidade de valorizar e permitir que representações da adolescente gestante, a construção de autonomia, do cuidado consigo e com o bebê emergem através do diálogo acolhedor (SOUZA SANTOS et al, 2012).

Ca afirmou que *“só teve atenção mais adequada ao ser considerada gestante (...) no começo, demorava um pouco, até saber que estava grávida”*. Sua condição prévia como adolescente não garantiu a relevância e particularidade no cuidado à saúde integral desta faixa etária preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. (2010) e OPAS (AH-AA, 2018)

4.5- As sugestões das adolescentes grávidas para adequação dos serviços oferecidos pela rede de saúde pública

A gravidez na adolescência é uma experiência não normativa para sociedade pós-moderna, incluindo os profissionais de saúde, pois frustra o imaginário social do que seria considerado uma adolescência “normal” (SPINDOLA, 2015). Esta consideração se soma às diversas vulnerabilidades possíveis da adolescente gestante, justificando ainda mais um olhar integral e ampliado das políticas públicas intersetoriais para que de fato sejam cuidadas e protegidas (SHAEFER et al, 2018). Esta necessidade fica evidente na fala das adolescentes ouvidas quando são convidadas a sugerirem adequações da rede de saúde pública para melhor atendê-las. Solicitaram espaços e atividades específicas como necessários para um melhor acolhimento, como adolescentes grávidas e primigestas, pelas unidades de saúde. Melo e Coelho (2011) verificaram que o modelo biomédico predominante nos serviços estabelece consultas prescritivas nas quais o acolhimento às dúvidas e anseios das adolescentes grávidas não são priorizados, nem respeitadas em suas singularidades como sujeitos

Todas as jovens deixaram contribuições. Ana sugeriu melhora no espaço físico e grupos de orientação, com desejo acentuado: *“Se eu fosse chamada, iria correndo!”* Le avaliou os atendimentos como bons, no geral, mas trouxe a necessidade de melhor acolhimento: *“eles deviam perguntar mais como a gente se sente, (...), não julgar pela idade (...) marcar consultas mais perto; para fazer exames...”* Ca sugeriu um *“curso para ensinar”* os cuidados com o bebê, projetando sua esperança: *“no hospital ensinam.”*

Por sua vez, Dani englobou todas as sugestões das adolescentes anteriores. Por ter se sentido julgada, apontou a necessidade de um acolhimento mais qualificado, com prioridade, nas unidades de saúde, inclusive na especializada para esse público: *“mais atenção, e não tanto os médicos (...) porque alguns julgam bastante(...)se eu fiz, eu sabia o que estava fazendo”*. Quanto à atenção adequada à adolescente, apontou: *“tratar a gente com mais prioridade (...) a gente precisa de uma ajuda a mais.”* Comparou com o atendimento dado à gestação na adolescência de sua mãe: *“Igual quando minha mãe me teve, no C. (...) ajudavam e ensinavam a dar banho, a como mamar e trocar fraldas (...)então isso podia colocar na pauta de atenção”*, lamentando a suspensão desta atividade no referido serviço, antes mesmo da pandemia. Conclui seu relato com uma afirmação: *“querendo ou não, somos mães de primeira viagem, não sabe o que faz e por onde começar”*.

Todas as falas das participantes estão no quadro a seguir:

Quadro 3: Sugestões das adolescentes gestantes.

| ADOLESCENTES | SUGESTÕES |
|--------------|---|
| Ana. | “Um setor, uma sala específica para as adolescentes com grupos para orientar, conversar, uma inspirar e apoiar a outra porque todos julgam, como se fosse um erro. Minha sorte é que tenho uma irmã...ter outras pessoas, profissionais para explicar seria bom...” |
| Le | “acho que eles deviam julgar menos, fazer lá o trabalho deles com amor e carinho, não julgar pela idade(...)ter mais pessoas lá trabalhando porque estão demorando a chamar...” |
| Ca | “Tenho medo de afogar o bebê porque não sei dar banho. Minha mãe vai sempre me ajudar...” |
| Dani (4) | “...alguns julgam bastante, igual quando eu fui na primeira consulta no C., falaram que era culpa da minha mãe(...)não porque ela não vivia comigo e sempre me aconselhou(...)por que assim: “Ah, adolescente, vamos deixar para depois(...) a gente aprende de um jeito ou de outro” |

Ações em grupos são estratégias facilitadoras para manifestação das demandas das gestantes adolescentes, auxiliando na construção das subjetividades, através do diálogo e interação entre pares, e amparando a tomada de decisão responsável pelas jovens (SOUZA SANTOS et al, 2012). As adolescentes da nossa pesquisa deixaram claro a necessidade de atenção peculiar, em espaços e estratégias adequadas, além das consultas tradicionais. Ana e Ca solicitaram claramente ações de grupo. A interação entre pares em grupo é muito potente nesta fase da vida e amplia o olhar e oferta dos profissionais de saúde para a adolescente gestante, o futuro exercício da maternidade, suas relações familiares e seus projetos de vida (KUDLOWIEZ; KAFROUNI, 2014) Todavia, a pandemia impediu aglomerações e as ações coletivas nas unidades de saúde não foram recomendadas, causando prejuízo na assistência pré-natal das adolescentes grávidas.

4.6- As expectativas das adolescentes grávidas durante a pandemia em relação aos seus projetos de vida.

A sétima questão da entrevista introduz para adolescente grávida uma reflexão contida na carta-autodirigida: como imagina seu futuro?

Ana sentiu-se dividida entre exercer a função materna ou trabalhar fora de casa, deixando o bebê aos cuidados da irmã. Durante a entrevista, a irmã comentou que Ana é a única da família que irá terminar os estudos. Le também apresentou o desejo de permanecer estudando para trabalhar em negócio próprio, obter seu autossustento, prover as necessidades e estudo do filho: *“Eu não quero parar por conta da gravidez” (...)*no futuro eu me imagino fazendo uma faculdade, me especializando, montando meu próprio negócio, trabalhando, tendo minha casa, minhas coisinhas, cuidando do meu filho, tendo as coisas que ele quer, ele estudando”

Ca expressou o medo diante o futuro próximo, detalhando o momento do parto e citando, mais uma vez, o apoio da mãe: *“Estou com medo agora que vou ganhar (...) medo do corte da cesárea e do parto normal porque dói muito (...) nada mais penso do futuro. Minha mãe vai estar comigo e vai entender tudo que eu quero”*. Cabe ressaltar que, meio à angústia, finaliza a entrevista assertivamente: *“Vou escrever a carta.”* Ao final da redação, espontaneamente disse que gostou de escrever e se sentiu bem e confortável durante a entrevista.

Por fim, Dani também expressou insegurança quanto ao seu futuro, mas o desejo de ter conforto, ser boa mãe e mais feliz, perseverando nos estudos até a faculdade: *“Eu quero ser bem de vida, conquistar minhas coisas, conseguir ser uma boa mãe (...) tenho medo ainda disso. “quero realizar minhas metas e terminar meus estudos, fazer minha faculdade”*

A rede de saúde pode colaborar nos esclarecimentos sobre o momento do parto e ainda garantir espaços de escuta e diálogo para que a adolescente reflita sobre seu projeto de vida mesmo atrelada na função materna. Da mesma forma, a rede de apoio familiar, social e de saúde pode dar suporte às adolescentes grávidas na construção de seus projetos de vida, de forma que a gestação e a maternidade não sejam limitantes

Kudlowiez e Kafrouni (2014), ao estudarem os projetos de vida de 16 adolescentes grávidas usuárias do SUS, em Curitiba, perceberam que esta população enfrenta diversidades atreladas a vulnerabilidade socioeconômica e ao processo educacional com pouca criticidade que as privam de oportunidades para construir projetos de vida mais inovadores. As desigualdades sociais, a dependência econômica e os cuidados com o filho podem dificultar a adolescente grávida a cumprir com todas as etapas de profissionalização exigidas pelo mercado de trabalho.

A presença do outro é fundante para elaboração da identidade e elaboração do projeto de vida do sujeito, influenciados pelos aspectos individuais e coletivos, assim como partem de estereótipos, discursos e histórias de vida compartilhadas. Na presente amostra, foi observado que as adolescentes grávidas estavam implicadas no contexto do gênero feminino como mães jovens e cuidadoras do lar e da prole, sem qualificação profissional. Se na perspectiva da subjetividade social, o indivíduo é constituinte e simultaneamente constituído, considerando que as quatro adolescentes sofreram diversos impactos por consequência da pandemia (isolamento social, ensino remoto, redes sociais e de saúde frágeis), conclui-se que a relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, naturais para construção dos projetos de vida, ficou restrita entre a adolescente grávida e sua rede familiar, o que poderá ser prejudicial à conquista de seus sonhos e desejos.

Outro ponto a ser discutido é o valor da criticidade para construção de um projeto de vida. A escola é o espaço privilegiado para construção deste valor, para desenvolver conceitos abstratos e proporcionar o encontro com o diferente, ambos necessários para elaboração de projetos factíveis diante dos desafios impostos pela realidade. As participantes do presente estudo estavam privadas do convívio escolar há mais de um ano. Portanto, o prejuízo cognitivo e social poderá refletir na construção de seus projetos de vida. Percebe-se que não há um planejamento das etapas necessárias para conquistar seus objetivos como se as adolescentes estivessem alheias aos problemas reais cotidianos. Nenhuma delas comentou sobre a rede de apoio ampliada como ter creche para deixar seus filhos ou outro apoio social e assim, poder estudar ou trabalhar. Ou como vão garantir o acesso à faculdade ou ganho de renda para atender suas necessidades e do bebê, como ilustra o recorte de Dani: *“eu já sou feliz, mas quero ser mais feliz, quero ser bem de vida, viajar bastante, conseguir dar tudo para o meu filho!”*

A fala de Le e de Dani expõem a carência financeira vivida como um trampolim para concluir os estudos e conquistar um bom trabalho, mas não problematizam sobre a causa desta carência e o contexto social em que vivem. Uma questão importante seria: a falta de problematização e construção das etapas para conquistar seus projetos de vida teriam sido agravados pela restrição das redes de apoio devido a pandemia?

Na carta autodirigida, Dani confirmou o desejo, sem citar as etapas para alcançá-lo: *“ter minha própria casa e todos os bens materiais que imagino agora aos 15 anos (...)”*

No último recorte, Dani reforçou o quanto se faz importante ofertas da rede de saúde pública que auxilie na construção da subjetividade e na tomada de decisão. Ressalta-se que Dani não conseguiu colocar seus desafios e aprendizados no momento vivido da gestação em tempos de pandemia na carta, o que pode estar associado à sua busca de identidade como gestante adolescente e futura mãe e a necessidade de atendimento psicológico.

Ao escrever a carta, Ca conseguiu expressar seu desejo como as outras adolescentes durante as entrevistas: *“ter conseguido um emprego com meus estudos e dar um lar para minha filha e uma família, quero ser uma boa mulher para ser uma boa mãe, também poder dar toda educação que minha filha precisar.”* Neste desejo, surgem estereótipos sociais – *“boa mulher, boa mãe”*. O que seria isso para cada adolescente? Ca ainda expressa desejo de superar seus medos: *“...quero deixar marcado como foi minha gestação no ano de 2021 (...) vou sempre conseguir”*

A bela e incógnita metáfora de Ana na carta autodirigida sobre seu *“futuro como um cubo mágico”* deve ser ressaltada como um convite aos profissionais da rede de saúde pública para o acolhimento adequado e construção das diversas possibilidades e oportunidades que a gravidez na adolescência pode trazer para a rede de saúde e para as adolescentes, mesmo em tempos adversos como a pandemia Covid19.

5. Considerações Finais

A pesquisa objetivou conhecer a percepção de quatro adolescentes grávidas sobre a pandemia Covid19 e os serviços oferecidos pela rede de saúde pública, em um município de médio porte no Estado de São Paulo, através de entrevista e carta autodirigida. A construção da política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, e particularmente para a gravidez na adolescência, tem sido um desafio que foi mais agravado pela pandemia Covid19 que trouxe impactos que precisam ser analisados. A legitimação de vários sentidos se sobrepuja aos adolescentes, sujeitos autônomos e protagonistas de suas histórias (LOPEZ; MOREIRA, 2012), os quais ainda não são devidamente atendidos em suas especificidades pela rede de saúde pública. A Linha de Cuidado para a Saúde na

Adolescência e Juventude para o Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de São Paulo (NASSER, 2021) está sendo implementada no sentido de construir uma proposta que garanta o cuidado integral à saúde dessa população específica, considerando suas singularidades nos serviços ambulatoriais do SUS.

A pandemia Covid19 impôs diversas restrições e isolamento social em todo o planeta, afetando também os quatro adolescentes ouvidas. Elas citaram a falta da escola, a mudança para o ensino remoto, as dificuldades com esta nova modalidade, o distanciamento social dos amigos e familiares e o impedimento de acompanhantes nas consultas de pré-natal. Restritas ao ambiente doméstico, contaram essencialmente com a rede de apoio composta por figuras femininas (mãe, avó e irmã), gênero mais impactado pela pandemia. As adolescentes desejavam continuar os estudos, ter um trabalho que gere renda o suficiente para ter melhor qualidade de vida e atender as necessidades dos filhos.

Sobre a rede de serviços públicos de saúde, as quatro adolescentes se sentiram julgadas e não acolhidas em suas singularidades e nas dúvidas sobre a gestação, parto e cuidados com o bebê. Descreveram o atendimento centrado no modelo biomédico como insuficiente para suas necessidades e sugeriram ações de grupo de orientação. Suas falas convergem com os dados da literatura que apontam que os profissionais de saúde devem ficar atentos aos preconceitos, influências e valores de suas histórias de vida para não sobrepujarem as diversidades da realidade das jovens gestantes e conseqüentemente, as desassistirem.

A gravidez na adolescência pode ser uma realidade naturalizada e desejada, dependendo da situação familiar e social, podendo-se minimizar os riscos da saúde física e não afetar os projetos de vida das adolescentes. Para tanto, a rede de saúde deve favorecer a humanização da assistência, com o olhar e a escuta acolhedoras para as peculiaridades da gestação na adolescência, proporcionando a subjetivação e a negociação do possível cuidado de si e do bebê. O acompanhamento da gestação na adolescência deve ser diferenciado, levar em consideração a dimensão biopsicossocial e acreditar na saúde como direito humano e formador de cidadania (FILHA; CASTANHA, 2014) tão afetados pela pandemia.

Alguns conceitos e estereótipos trazidos no discurso de cada participante merecem ser explorados em futuras pesquisas. As perguntas realizadas e a amostra de quatro adolescentes gestantes não são suficientes para concluir a avaliação da qualidade da rede de serviços de saúde pública saúde acessada durante a pandemia no município estudado, porém traz reflexões importantes que podem nortear pontos a serem investigados em futuros estudos

Almeja-se que este trabalho contribua para implementação de serviços de saúde pública mais amigáveis, nos quais a adolescente gestante seja atendida na sua integralidade e singularidade, de forma que possa se tornar protagonista da construção de seus projetos de vida, para além da maternidade. A valorização do protagonismo juvenil pode auxiliar na implementação de políticas públicas intersetoriais para saúde do adolescente e na elaboração de programas interventivos com as adolescentes e famílias.

Referências

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Ltc, 1981.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BERMUDEZ, Beatriz *et al.* Guia Prático de Atualização: Prevenção da Gravidez na Adolescência. Sociedade Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1988.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- _____. Cuidando de adolescentes: Orientações Básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva. 2. ed. Brasília: 2018.
- _____. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília: 2010.
- _____. Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: 2005.
- _____. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: 2012.
- _____. Proteger e Cuidar da Saúde dos Adolescentes na Atenção Básica. Brasília: 2017b.
- _____. Ministério da Saúde. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, 2021. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 15 abr 2021.
- CASTILHO, Tai. Painel: Família e relacionamento de gerações. In: Congresso Internacional Co-Educação de Gerações [Internet]. 2003.
- CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Família e repetição. In: PLENO, Livro (org.). A Família como modelo: desconstruindo a patologia. 2. ed. 2011.
- _____. (org.). *Família e intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, o tempo, filhos cangurus, luto, cultura, terapia familiar, desenvolvimento humano e social, afetividade, negociação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012 (Coleção Família e...)

_____.; BERTHOUD, Cristiana Mercadente. Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa. 2. ed., 2009.

COATES, Veronica; BEZNOS, Geni; FRANÇOSO, Lucimar. Medicina do Adolescente. 2. ed. Sarvier, 2003.

COMISIÓN INTERAMERICANA. Pandemia y Derechos Humanos en las Américas, 2020.

COUTINHO, Raquel Zanatta *et al.* Considerações sobre a pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a fecundidade e a saúde sexual e reprodutiva das brasileiras. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 37, p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0130>. Acesso em: 15 abr 2021.

CRESPIN, Jacques; REATO, Ligia. Hebiatria: medicina da adolescência. Editora Roca, 2007.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. In: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 03 mar 2023.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (org.). Guia sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres durante a pandemia da covid19: contracepção, aborto legal, gestação, parto e pós-parto, 2020.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B. Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. Psicologia: reflexão e crítica, v. 13, p. 109-125, 2000.

EINSENSTEIN, Evelyn *et al.* Binômio Mãe-Filho: prevenção e educação em saúde. In: Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

SILVA, João Luiz Pinto; SURITA, Fernanda Garanhani. Pregnancy in Adolescence-A Challenge Beyond Public Health Policies. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria/RBGO Gynecology and Obstetrics, v. 39, n. 02.

ESTRADA, F. *et al.* Factors associated with pregnancy desire among adolescent women in five Latin American countries: a multilevel analysis. BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology, v. 125, n. 10, p. 1330-1336, 2018.

FILHA, Vera Lúcia de Moura Sena; CASTANHA, Alessandra Ramos. Profissionais de unidades de saúde e a gravidez na adolescência. Psicologia & Sociedade, v. 26, p. 79–88, 2014.

HERCOWITZ, Andrea; LANDI, Carlos. Gravidez na Adolescência. In: EDITORA ATHENEU (org.). Adolescência e Sexualidade: visão atual, 2016.

KUDLOWIEZ, Sara; KAFROUNI, Roberta. Gravidez na Adolescência e Construção de um Projeto de Vida. Psico, v. 45, n. 2.

LANDAU, Judith; SAUL, Jack. Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres. Pensando Famílias, v. 4, n. 4.

LOPEZ, Silvia Brãna; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Quando uma proposição não se converte em política? O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - PNAISAJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 1179–1186, 2012.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias. Parentalidade e conjugalidade na adolescência: uma proposta interventiva. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MELO, Mônica Cecília Pimentel de; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Integralidade e cuidado a grávidas adolescentes na Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 2549-2558, 2011.

MONTALTI, Edmilson. Adolescentes têm piora no sono, alimentação, humor e aprendizado durante a pandemia de Covid-19, aponta pesquisa. 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2020/12/15/adolescentes-tem-piora-no-sono-alimentacao-humor-e-aprendizado-durante>. Acesso em: 28 mar 2021.

MONTEIRO, Denise Leite Maia; TRAJANO, Alexandre. Gravidez e Adolescência. *Revinter*, 2009.

NASSER, Mariana Arantes; et. al.(org.) Linha de Cuidado para a Saúde na Adolescência e Juventude para o Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo. São Paulo: LCA&J, 2021.385 p.: il.ISBN 978-65-00-27795-1

NUNES, Silvia Alexim. Esperando o futuro: a maternidade na adolescência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fundo das Nações Unidas (UNFPA). A situação da população mundial 2018: o poder de escolha – direitos reprodutivos e a transição demográfica. Brasília, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf. Acesso em: 6 mar 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HA!): Guia de Orientação para apoiar a implementação pelos países. Resumo. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde; 2018. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

PACHECO SÁNCHEZ, Carlos Iván. Agencia social, sexualidad y embarazo en menores de 15 años. *Revista gerencia y políticas de salud*, v. 14, n. 29.

PARIZ, Juliane; MENGARDA, Celito Francisco; FRIZZO, Giana Bitencourt. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. *Saúde e sociedade*, v. 21, n. 3, p. 623-636, 2012.

PAULO, São. Nota Técnica 03 01-04-2020 Manejo do Ciclo Gravídico Puerperal e Lactação – Covid 19. São Paulo: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, 2020.

PINTO, Ana Carla Figueiredo. Protocolo de orientação para atenção em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes em serviço de atenção básica do município de São José dos Campos. *In: Adolescência e Saúde 4: Construindo saberes, unindo forças, consolidando direitos*. 4. ed. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018.

PLAN INTERNATIONAL. Informe Mundial Anual de Plan y Estados Financieros Combinados, 2014.

ROSANELI, Caroline Filla; COSTA, Natalia Bertani; SUTILE, Viviane Maria. Proteção à vida e à saúde da gravidez na adolescência sob o olhar da Bioética. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, 2020.

SAITO, Maria Ignez. *Adolescência e Sexualidade: visão atual*. São Paulo: 2016.

SANTOS, Marta Maria Antonieta de Souza; SAUNDERS, Claudia; BAIÃO, Mirian Ribeiro. A relação interpessoal entre profissionais de saúde e adolescente gestante: distanciamentos e aproximações de uma prática integral e humanizada. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 775-786, 2012.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA. *Gravidez na adolescência é para a vida toda*, 2021. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/gravidez-na-adolescencia-saiba-mais/>. Acesso em: 15 abr 2021.

SCHAEFER, Rafaela et al. Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 2849-2858, 2018.

SLUZKI, Carlos. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. 2. ed. São Paulo: 1997.

SPINDOLA, Thelma; RIBEIRO, Karina Souza; FONTE, V. R. F. A vivência da gravidez na adolescência: contribuições para a enfermagem obstétrica. *Adolesc. Saude*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1.

TISSOT, Daiane; FALCKE, Denise. O Relato de Mães de Gestantes Adolescentes: Um Olhar Sistêmico. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 10, n. 1.

UNFPA. *Impact of the COVID-19 Pandemic on Family Planning and Ending Gender-based Violence, Female Genital Mutilation and Child Marriage*. Interim Technical Note, n. April 2020, p. 7, 2020.

UNGARETTI, Maria América. *Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução*. 1. ed. São Paulo: AMPB, 2010.

Capítulo 7- A espiritualidade e os recursos espirituais de famílias no enfrentamento das diferentes adversidades em período pandêmico

Ana Cabanas

Selma Leite de Carvalho

Wanda Rogéria Campos Lima Assis

1. Introdução

Na contemporaneidade se discute muito sobre a complexidade, haja vista que nada é simples ou simplificado. Com isso, quando se pensa na complexidade, se remete ao sistema familiar, pois são diversos tipos e possibilidades abordadas no âmbito familiar.

As ciências, muitas vezes, parecem não conseguir responder a tanta complexidade, é preciso desenvolver a sensibilidade do olhar dos cuidadores e das pessoas com solicitude e boa vontade de estar com o outro no cotidiano, antes de teorizar e usar as técnicas.

Dessa maneira, é sempre desafiante abordar sobre a instituição família, tendo em vista que toma proporções volumosas. Esse universo complexo abrange diferentes leituras acerca de temáticas, como: intergeracionalidade; comunicação; relacionamentos; mitos; rituais; crenças; valores; redes sociais; condições socioeconômicas; segredos; resiliência; afetividade; e espiritualidade, as quais já foram estudadas e citadas por diferentes áreas do conhecimento. Mesmo assim, não se esgotam as possibilidades e as variáveis para analisar o universo família que é dinâmico, intenso e transforma-se constantemente.

Não é uma mistura, mas uma integração de significados de temáticas já tratadas por muitos pesquisadores que geraram inúmeras experiências relatadas, o que torna a instituição. Por isso, salienta-se que estar em meio a encontros e relações é algo responsável e consciente do que se constrói. Família um tema pertinente e atemporal ainda mais para a profissão de Assistente Social. Assim, a escolha pelo tema desafiante é recorrente da prática profissional e da vida pessoal da pesquisadora, desde um conhecimento empírico, específico e fundamentado.

Há pluralidades e singularidades de experiências familiares que surgem de diferentes contextos e situações condizentes a grandes desafios para se agir como interventores familiares.

A família possui um emaranhado de vínculos, laços e antepassados, num movimento harmônico em que se vive, cresce, multiplica e morre, formando essa complexidade que tanto alimenta o ser humano de afetos, informações e conhecimento. É no contexto familiar que se experimentam diferentes emoções, ora de solidariedade e afeto e ora de medos e violências. Porém, todos experenciam e aprendem juntos. O que surge é sempre desafiador.

Com isso, se questiona: Qual o papel da espiritualidade nas famílias que vivenciam diferentes adversidades?

Mediante o problema plantado, o objetivo geral foi compreender como as famílias utilizam a espiritualidade no enfrentamento das diferentes adversidades no cotidiano. E objetivos específicos foram: caracterizar as principais adversidades vividas pelas famílias; verificar como o contexto da comunidade influencia no enfrentamento das adversidades; e identificar e compreender de que forma e em que momento, a espiritualidade atua nessa família.

Nesse sentido, este estudo se delimita geograficamente às famílias que vivem no Estado de São Paulo, em diferentes contextos e fases do ciclo vital, bem como o olhar frente às adversidades, focando na espiritualidade ou nos recursos espirituais, para poder auxiliá-las com o olhar investigativo e integrado.

Esse estudo e tema são relevantes porque a família é um espaço indispensável para o aprendizado e o desenvolvimento, sendo considerada de complexo entendimento. A família passa rotineiramente por várias mudanças, haja vista que um sistema aberto e em transformação, promove experiências em várias etapas ao longo do ciclo vital. Estudar os diferentes contextos familiares, proporciona condições para o desenvolvimento da compreensão, reflexão, favorecendo uma intervenção da Assistência Social mais efetiva, eficaz e responsiva.

Além disso, desde o início de 2020, o mundo passa por adversidades com experiências inéditas no âmbito social e familiar, experienciando o confinamento desde o distanciamento social sem precedentes devido a pandemia recorrente do COVID-19, um vírus que adentrou aos corpos, afetou os seres humanos e alterou os hábitos nos lares, houve aumento em busca religiosa ou da espiritualidade, bem como do sistema de saúde, mudando a forma de convívio e relacionamento.

Concomitantemente, essa pesquisa constata as diferentes realidades enfrentadas pelas famílias no dia a dia e os recursos utilizados para esse enfrentamento e superação. Enfim, essa abordagem traz uma percepção do quanto a religião e/ou espiritualidade fazem parte dos valores que permeiam e constituem uma família, estendendo para uma comunidade.

Nessa perspectiva, define-se essa pesquisa como uma realidade a ser explorada no qual o resultado permite a construção de um mapa ou desenho para direcionar futuros estudos com maiores entendimentos, tendo em vista que o tempo não para e as mudanças nesse contexto familiar são reais, contínuas e intensas. Com todo, esse trabalho possibilitou acompanhar nesse tempo, algumas mudanças ocorridas.

Portanto, o tema da monografia se torna pertinente a ser estudado na Especialização em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação, uma vez que na Assistência Social se

trabalha com os dilemas familiares, principalmente, recorrentes das adversidades. Ainda mais, sem conhecer o contexto das famílias, a intervenção e a orientação do Assistente Social, que devem ser fundamentadas na resiliência, não resultam positivamente se o profissional não reconhecer o sistema com as características endógenas e exógenas, a fim de promover os direitos assegurados pelo art. 226 da Constituição Federal de 1988, conforme publicado pela Câmara Federal (2021).

Ademais, nas próximas seções se apresentam uma breve contextualização teórica sobre a teoria sistêmica, a família e a espiritualidade. Em seguida, se apresenta o método da pesquisa de campo, *a posteriori*, os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2. Revisão da literatura

O pensamento sistêmico está no paradigma da ciência contemporânea, o mesmo pensamento que bloqueia é o mesmo que liberta. Quando se muda uma forma de pensar, transforma-se o olhar, podendo alterar a postura, os paradigmas e o estilo de vida. Ampliam-se olhares quando se trata de família como o pensamento sistêmico que propicia uma visão de mundo circular.

Este pensamento exige uma postura frente à vida, em que se analisa o indivíduo como um todo integrado, sendo contextualizado e não tratado de maneira fragmentada. Com isso, a partir do pensamento sistêmico, a família é considerada a base de todo o processo de relacionamento, porque deve ser considerada no conjunto como resultado da interação modular entre os membros, mas, em constantes e diferentes trocas com o sistema social na qual estão inseridos.

Nesse sentido, a espiritualidade surge como um recurso na qual cada família a utiliza para o enfrentamento das adversidades como ocorre durante o confinamento em períodos de pandemia.

2.1- Teoria Sistêmica

Todo ambiente, situação e relação apresenta inúmeras possibilidades de leituras para o sistema, por isso, é considerado complexo, pois se utiliza de vários momentos e possibilidades para poder responder às questões que surgem. No mundo contemporâneo, o pensamento sistêmico aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento, teve o reconhecimento na primeira metade do século XX. Na ótica de Assis (2020), pensar sistemicamente é perceber o sujeito não fragmentado e sim como um todo integrado em uma visão exponencial, contextualizando-o como algo maior, em que a soma das partes sempre vão além desse todo e não o vendo como partes sem uma interconexão.

As famílias antes eram mais orientadas e influenciadas religiosamente, não que no momento não seja, mas, atualmente, tem a ciência como referência também. Nesses tempos pandêmicos, a área biológica ficou bem evidenciada e acaba impactando na vida familiar.

Em termos gerais, a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) foi desenvolvida por Von Bertalanffy (1977), a qual tem como ideia central uma teoria que possa ser aplicada em diferentes disciplinas científicas. O objeto proposto foi a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, assim, ela se propõe como uma ciência da totalidade.

Essa abordagem clássica se concentrou no estudo dos elementos em si, pois a visão de mundo mecanicista trouxe como consequência a fragmentação do conhecimento, se dividindo em disciplinas cada vez mais especializadas. Com essa base, cada área do conhecimento teve o objeto básico de estudo, no qual a Física focou no átomo, a Biologia na célula etc.

Embora, dividida em áreas, todas são importantes e formam um todo para a compreensão do ser humano no processo evolutivo, seja o ser biológico com as células, seja o ser psicológico com o psiquismo. No entanto, como explicitado por Gomes et al. (2014), todas essas abordagens e estudos são relevantes e são partes de algo maior e estão interconectadas. Às vezes, se sente necessidade de explicar como as partes interagem no sistema amplo. Se compreende que há necessidade de avançar nos estudos para responder às outras demandas que surgem da convivência.

Von Bertalanffy (1977) considerou o sistema como uma totalidade ou um conjunto de interações, passando o todo a ter um valor diferente que a soma das partes e de circularidade a propriedade na qual todos os acontecimentos definidos como causas e efeitos numa cadeia circular de influência mútua, de modo a possibilitar a determinação do que aconteceu primeiro.

De acordo com a TGS, entende-se que um sistema é um todo complexo em que os elementos interagem em uma determinada ordem, uma vez que todos os sistemas vivos apresentam as mesmas propriedades.

Para Morin (1977, p. 99), o sistema é “uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global”. Um sistema sempre será composto por elementos relacionados entre si, com uma dinâmica para atingir um objetivo comum.

A TGS também faz uso do conceito da retroalimentação ou *feedback*, nome dado por Wiener e Bigelow, ao conceito que explicava de que forma poderia corrigir os desvios das máquinas computadorizadas, fazendo uma simetria entre o funcionamento do sistema nervoso e o funcionamento das máquinas de computação.

Os sistemas recebem permanentemente feedbacks e pode assumir valores positivos, quando o caminho segue o desejável, e valores negativos, quando há desvios dos objetivos inicialmente traçados, a interação gera os feedbacks, criando uma autorregulação, assim,

Vasconcellos (2012) alega que, a mudança permanece ininterrupta enquanto os sistemas se autorregulam e se retroalimentam. Um sistema realimentado, é um sistema dinâmico, vivo

Em geral, o pensamento sistêmico, não se torna apenas um avanço na ciência e sim uma visão de mundo, que exige uma nova postura frente à complexidade da vida, um todo integrado, fenômenos interconectados e interdependentes, concepção da espiritualidade, pois o universo é como uma teia de relações interconectadas, quando uma parte do sistema muda, outras partes também serão afetadas por essa mudança, nessa sinergia das relações, exige ampliar o foco de observação compreendendo a causalidade circular e a grande possibilidade de mudança.

Na contemporaneidade, como se aborda muito em complexidade, inclusive como tratado neste capítulo, como sendo família um sistema complexo, Vasconcellos (2012, p. 104) diz que “não se deve considerar que isto seja novo, mas reconhecido pela ciência”.

2.2- A Família como Sistema

Na percepção sociológica de Lakatos & Marconi (1999), o ser humano tem uma profunda necessidade de suprir o sentimento de pertença. A primeira instituição viva em que a pessoa faz parte é da família, porque pode ser analisada nas variáveis como: crescimento, multiplicação e fases de perdas.

A Família passa a ser protagonista, reconhecendo que o estudo auxiliaria na dimensão individual do conflito, uma vez que envolve emoções, padrões intergeracionais, mitos e lealdade, compondo essa complexidade de padrões de interação. Então, se faz necessário explorá-los para um maior entendimento das relações (BORGES & MAGALHÃES, 2011).

Para Nichols & Schwartz (2006), a abordagem individual e a familiar oferecem condições de compreensão e ajuda para a resolução de conflitos e alívio do sofrimento humano. Com tudo, Costa (2010) alude que a mudança individual favorece a mudança familiar e vice-versa.

Von Foster (1960 *apud* ASSIS, 2020) categoriza duas mudanças que ocorrem na Teoria Sistêmica, como apontado no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das mudanças da Teoria Sistêmica.

| MUDANÇAS | DESCRIÇÃO |
|-----------------|---|
| 1ª Ordem | Mais simples e fácil. Permite resolver as dificuldades. |
| 2ª Ordem | Voltado às relações e não somente para os sintomas apresentados pelo membro da família que sinalizava algo que não funcionava bem no sistema. |

Fonte: Adaptada de Von Foster (1960 *apud* ASSIS, 2020).

A família, enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância, divisão de responsabilidades e espaço indispensável para garantia da sobrevivência, que propicia aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos componentes, possibilita inúmeras possibilidades de interação e intervenção. É no interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados os valores culturais (FERRARI & KALOUSTIAN, 2008, p. 11).

De essa forma, se concebe a família com foco na estrutura, por meio de um instrumento genograma como um padrão organizado em movimento, no qual os membros interagem praticando as funções de diferentes formas, como pai, avô, tio etc. A estrutura da família envolve um conjunto de regras que governam as dinâmicas e essas formam transações.

Bell (1975 *apud* CERVENY, 2011) classifica a família em três categorias: De Origem; Nuclear e Extensa. Especificamente sobre o nível de vida cotidiana se refere à relação entre pais e filhos ou casais, de acordo com o ciclo vital que se vive, definindo a função de cada membro da interação e do sistema familiar.

Em síntese, Cerveney (2011) compreende a família como um sistema, que deve ser analisado no contexto sempre dinâmico em relação com três eixos: Complexidade; Instabilidade e Intersubjetividade.

Nesse sentido, se compreende a família como uma estrutura que é formada por inúmeras gerações, por isso tem a complexidade e não tem limite de fim, traz segurança e liberdade para cada integrante fazer os ajustes da melhor forma, criando sempre um sistema de troca, concepções e entendimentos.

Toda essa relação, para quem analisa, consegue apenas reter as informações passadas, mas quem convive nesse sistema absorve valores, crenças, sentimentos, assumindo um pertencimento da cultura familiar e do sistema em que está integrado. Família é o sistema atraente e desafiador, possui vínculos emocionais e genética com o *Deoxyribonucleic Acid* (DNA).

Logo, cada indivíduo pertence a uma determinada família, é nesta origem que se constrói a identidade pessoal e se torna parte da sociedade. Além disso, a partir do conhecimento começa a perceber que se vive em um sistema, em que cada membro contribuiu para a construção do mesmo e, assim, ocorre a retroalimentação para o desenvolvimento da história intergeracional. Convivendo em sistemas, compreende-se também o sistema da comunidade.

Todas as famílias têm algum tipo de estrutura hierárquica e horizontal, com os pais e os filhos possuindo quantidade diferentes de autoridade. Como as famílias são diferenciadas em subsistemas de membros, estes tendem a ter funções complementares.

Contudo, Lewin (1948 *apud* CERVENY, 2011, p. 32) conceitua a família como um sistema, tendo em vista ser mais do que a soma das partes.

Por isso, as características familiares não podem ser entendidas pelo simples somatório dos valores, personalidades e características dos membros, considerando que a família como sistema desenvolve padrões e modelos próprios de respostas. Dessa maneira, o sistema apresenta um modo de interação; sistema aberto - essas relações se processam por trocas de energia e/ou *inputs* por canais de comunicação. Enquanto isso, a visão sistêmica proporciona a capacidade da visão holística para se alcançar um objetivo.

Do mesmo modo, a família conectando as gerações faz com que o sistema se amplie. Assim, as interlocuções, os padrões e as histórias, muitas vezes, se repetem, fazendo o efeito de montanha russa com altos e baixos. Igualmente, sendo a vida um delicado equilíbrio entre limitações e possibilidades, quantas vezes nesse processo se necessita de recursos como espirituais para auxiliar o trabalho com as complexidades que surgem rotineiramente, como uma força extraordinária contida em um ser limitado de acordo com as fragilidades e dando conta que realmente existe algo além do palpável e visível.

2.3- Espiritualidade

O sistema de crença proporciona uma orientação significativa para que entre uma pessoa e outra se enfrente os desafios que impactam rotineiramente o percurso da vida. No contexto familiar, ressalta-se que o ser humano constitui uma totalidade, considerando as dimensões que o compõem: corpo, alma ou espírito, o que no contexto familiar é considerado como uma dimensão que requer também um cuidado. Ao mesmo tempo que o indivíduo é reconhecido como um ser pensante e racional, a dimensão espiritual também precisa ser considerada, já que completa esse tripé que compõem esse ser humano.

Nessa vertente, Boff (2006) diz que a espiritualidade tem sido vista como uma dimensão profunda, um espaço de paz em meio aos conflitos e aos problemas sociais e existenciais. Na área de família, existem estudiosos trabalhando com os recursos espirituais, como Walsh (2016) e Assis (2020) que acreditam serem relevantes em época pandêmica, as pessoas e as famílias precisam se reinventar.

Nesse sentido, a espiritualidade está no âmbito particular de cada ser humano, pois é a experiência pessoal e única que dará sentido a toda essa parte do próprio ser. É a parte que o diferencia dos outros seres inclusive pelo contexto familiar, uma vez que o coloca frente a frente com questões profundas e experiências únicas.

A espiritualidade traz a motivação para as perguntas mais cruciais a respeito da existência, do propósito e do sentido da vida. Walsh (2016, p. 347) ressalta essa questão, definindo a espiritualidade como “uma dimensão poderosa da experiência humana e da vida familiar”.

Conforme Pargament (2007 *apud* Walsh, 2016), a espiritualidade é um construto abrangente que se refere às crenças e às práticas transcendentais experienciadas na vida diária e nas relações diárias. A espiritualidade é a alma e o coração da religião. Afinal, é desafiador discorrer e encontrar definições tão concretas para a questão da espiritualidade, uma vez que envolve o universo da essência individual, com valores e sentido de vida que produzem comportamentos e sentimentos próprios, que oferecem significados à existência humana.

Uma das formas que o indivíduo encontrou para expressar a espiritualidade é praticando certos rituais, de acordo com a religião em que se encontra. Por isso, ao abordar a espiritualidade, busca-se por um embasamento teórico.

Diante disso, entende-se por espiritualidade a busca por um bem comum, um ato de boa-fé, amor ao próximo, solidariedade e empatia. Assim, se compreende que a espiritualidade está além de conceitos e teorias, haja vista estar vinculada a um universo tão pessoal que nos momentos mais delicados da existência, em que as adversidades são sentidas, a espiritualidade ou as ações de bem ou das virtudes aparece como uma força inexplicável, conectando a pessoa com algo mais perceptível, pois o capacita com coragem, para enfrentar a tempestade e vê-la passar. Um recurso nas situações mais desafiantes.

3. Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória com caráter qualiquantitativo, o método de abordagem dedutivo e procedimento funcionalista. A amostra não probabilística por conveniência foi composta por 17 famílias que vivenciaram diferentes contextos, como: desemprego, divórcio, luto, doenças *etc.* que residem no Estado de São Paulo.

Se utilizou como instrumento um questionário, constituído por 18 perguntas. O instrumento foi subdividido em três partes: Perfil Socioeconômico; Você, família e valores; e Nova vida no lar ou refúgio ou campo de batalha. A coleta dos dados foi realizada durante o mês de março de 2021 a partir da plataforma virtual *Google Forms*.

4. Resultados e Discussão

Referente ao perfil socioeconômico da amostra de 18 famílias, 100% são do gênero feminino, com a maior faixa etária de 41 a 50 anos (30%), a metade (50%) é casada ou vive com um(a) companheiro(a), 50% vivem com mais dois membros da família, com uma frequência acumulativa (FA) de 45% que ainda vivem em companhia de pai, mãe ou filhos e a maioria (94%) reside no Município de São José dos Campos, localizado no Vale do Paraíba Paulista, Estado de São Paulo.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), 37,3% das famílias do país são providas por mulheres, sendo a maioria derivada de casal total, casal sem filho, casal com filho e responsável sem cônjuge com filho(s) de 0 a 5 anos. Santos *et al.* (2017) expõem que o estar no mundo sempre proporciona viver experiências, sejam no âmbito das conquistas pessoais ou profissionais.

Conforme a investigação de Dal Belo & Marra (2020), em cada instituição familiar cada pessoa exerce uma ou mais funções, por exemplo, a mãe pode ser a cuidadora e/ou a provedora. Isso é refletido na identidade cultural que cada família desenvolve, decorrente dos valores e das crenças transmitidos ao longo das gerações. Enfim, esse sistema influencia na forma como as funções são exercidas em cada família.

Em conformidade com estudos realizados pela empresa Macroplan (2021), São José dos Campos é considerada a 5ª melhor cidade do Brasil para se viver em comparação a outras 99 cidades com Índice de Desafios da Gestão Municipal (IDGM, 2021).

Em relação ao indicador Você, Família e Valores, *a priori*, a intenção foi verificar a percepção familiar no que concerne a importância de compartilhar valores, o índice elevado de 82% da amostra está de acordo. Da amostra de 17 sujeitos da pesquisa, dentre os valores que foram compartilhados em família durante a pandemia, estão:

(F1) - “Fidelidade, honestidade, lealdade, respeito, fé, união e amor.”

(F5) - “Respeito, confiança e disciplina.”

(F15) - “Valores para ser um bom cidadão e uma boa pessoa.”

O que significa que as pessoas são unidas por laços, por isso, compartilham vivências, mitos, segredos e valores, os quais representam a leitura de cada sistema familiar, como exposto por Vasconcellos (2012).

O novo viver contemporâneo decorrente de um caos gerado pela pandemia do COVID-19, desafiou as pessoas a se adequarem aos novos meios tecnológicos, às novas rotinas familiares e até mesmo à dimensão do tempo. O que antes era corrido com a ida ao trabalho e todo trajeto que se percorria, passou a realmente sentir como é estar em casa no conforto do lar. Todavia, agora se transforma em múltiplos espaços justamente para se adequar a nova maneira de viver e continuar fazendo da vida uma arte.

Referente à diferença dos aspectos religião e espiritualidade, destacam-se nas falas dos amostrados:

(F1) - “Religião para nós são os ensinamentos que nos levam à Deus. Espiritualidade é a maneira como nós nos voltamos para Deus, nosso relacionamento diário com Deus.”

(F7) - “A religião é o que nos distingue para os demais (evangélico, católico e espírita) e a espiritualidade é o que de fato vivenciamos em nosso relacionamento com Deus”.

(F16) - “Não diferenciamos, acreditamos no único Deus, que rege tudo e todos. A única diferença é na forma de vermos as coisas e como interpretamos. Como somos todos filhos

do mesmo pai, é igual a uma família, nenhum filho é igual ao outro e foram educados igualmente”.

De modo geral, a maioria das famílias investigadas diferencia religião e espiritualidade de maneira condizente com os pensamentos de Boff (2006) e Pargament (2007 *apud* Walsh, 2016). Enfim, por um lado, a espiritualidade condiz com o significado e o propósito para a vida de cada pessoa.

Com base na pesquisa de Godinho, Carvalho & Jobim e Souza (2018), o momento histórico da pandemia gerou a transformação em vários aspectos, inclusive nas questões religiosas. E como a expressão da Fé foi demonstrada por diversos aspectos, seja na forma de meditação e/ou oração. Cada pessoa passou a demonstrar da forma que se sentia melhor.

Todavia, ainda é preciso tempo para que a noção entre religião e espiritualidade seja mais bem concebida entre as famílias, uma vez que as percepções são subjetivas podendo ou não divergir ou convergir de pessoa para pessoa. Portanto, se devem considerar todas as dimensões que constituem o ser humano, sendo uma delas a experiência no âmbito da espiritualidade.

Em relação ao quesito valorização da espiritualidade durante a pandemia, apesar de ser tão peculiar e intrínseca do ser humano, na percepção das famílias amostradas, 6% não acredita. O que significa ser desafiador encontrar valor, ainda mais em tempos de pandemia, e até mesmo o conceito de espiritualidade, tendo em vista que se refere à vivência pessoal e às experiências individualizadas. Um atributo inerente ao ser humano que promove bem-estar e realização, impacta positiva ou negativamente na saúde e traz significado e sentido ímpares à vida.

Dos 90% que confirmaram ser a espiritualidade de grande valor para a família, salientam-se algumas opiniões em relação à representatividade na vida:

(F1) - “Fidelidade, Honestidade, Lealdade, Respeito, Fé, União e Amor”.

(F6) - “Fé em Deus, honestidade e integridade”.

(F16) - “Respeito, compaixão, solidariedade, entre outros”.

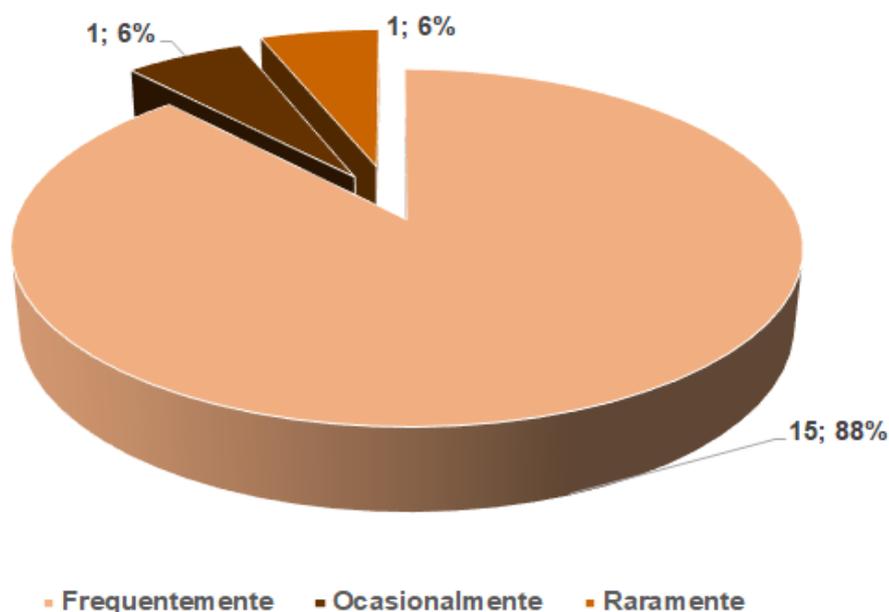
Na ótica de Aquino & Oliveira (2020), o período vivenciado mundialmente desde 2020 favoreceu um grande aprendizado sobre os valores humanos. O que se vivia de forma tão automática, passou a ser pensado e analisado. Por exemplo, o quanto vale um abraço, o estar com o outro, a comemoração do aniversário de um ente querido e o almoço em família.

Tudo que acontecia naturalmente, passa a ter uma conotação e relevância bem diferente. Afinal, o não pode se acentuar na vida cotidiana dos adultos, causando um aumento no estado de ansiedade, proporcionando uma busca por algo além das forças, aprofundando a fé ou um relacionamento mais íntimo com um ser supremo ou divindade.

Acerca da segunda vertente deste estudo, quando as famílias amostradas foram questionadas sobre ter ou não alguma religião, 100% responderam positivamente. Dessa

totalidade, como aludido no Gráfico 1, 88% é praticante assíduo, significando que é algo que cultiva, realiza e exercita frequentemente, traduzindo em valores que permeiam a base familiar.

Gráfico 1 – Percepção familiar referente à frequência em atos religiosos (n=17), Brasil, 2020). RU.



Fonte: Autora (2021).

Dessa maneira, as pessoas conectadas com o mundo estar fisicamente no ambiente de um templo ou uma igreja ficou inviável, principalmente, com o avanço da pandemia depois de 2020. Foi necessário o cumprimento de protocolos estabelecidos para evitar a proliferação do vírus COVID-19.

Se salienta que, Barboza (2017) detectou no estudo realizado em Pernambuco, que religiosos praticavam o uso de recursos midiáticos digitais tanto para a divulgação como para a celebração de rituais. É comum, desde a virada do século XXI, o uso das mídias sociais e das transmissões ao vivo pelo Youtube, o que possibilita cada pessoa estar conectado de alguma forma a expressão religiosa, não importando o local, o que vale é a fé e a espiritualidade.

Com base na expressão “o corpo fala”, ressaltam-se alguns apontamentos dos participantes quanto à espiritualidade refletida no corpo humano:

(F4) - “Da forma com que respondemos às situações que enfrentamos. Por exemplo, dependendo da situação que estamos enfrentando será a nossa reação mediante aquela dificuldade”.

(F6) - “O Espírito Santo nos presenteia com os frutos do Espírito e com eles nos sentimos bem física e emocionalmente também”.

(F16) - “Não consigo ver desta forma como a espiritualidade aparece no corpo. Acredito que esse questionamento espera ver um corpo deformado, onde a

espiritualidade se manifestará. Nunca pensei na espiritualidade dessa forma. Tudo que vejo são corpos com suas características, pensantes e atuantes da sua forma”.

Mas adiante, relativo ao comportamental espiritual, acentuam-se algumas respostas dos sujeitos amostrados:

(F1) - “Somos mais generosos, amorosos, atenciosos, pacientes, calmos, esperançosos *etc.*”.

(F7) - “Deveriam ser, em todo tempo, uma vez que a espiritualidade compõe quem nós somos e, portanto, como agiremos em cada situação. Assim, nosso comportamento deve, por exemplo, expressar paciência, amor ao próximo, alegria mesmo em meios às adversidade, confiança em Deus *etc.*”.

(F13) - “Sim, uma pessoa equilibrada emocionalmente, com um caráter ilibado, que respeita as pessoas, as regras de convívio, tende ser uma pessoa espiritualmente bem”.

Como defendido por Walsh (2016), o comportamento espiritual são reflexos de hábitos e costumes que são transmitidos de geração para geração. É a partir da espiritualidade que os valores e os sentimentos produzem sentido na vida das pessoas e das famílias.

Quanto à Nova Vida em Casa como Refúgio ou Campo de Batalha, o propósito, a princípio, foi analisar a ótica familiar referente à experiência do distanciamento social. Aqui, está o eixo central da pesquisa relacionado com a função da espiritualidade nas famílias que enfrentam diferentes adversidades como a histórica pandemia COVID-19 que alastrou mundo afora a partir de março de 2020.

Mundialmente, as pessoas estavam diante de um inimigo invisível, um vírus e uma bomba biológica. Com a incerteza, tendo em vista que a origem a princípio não tinha sido desvendada, mas com efeitos avassaladores.

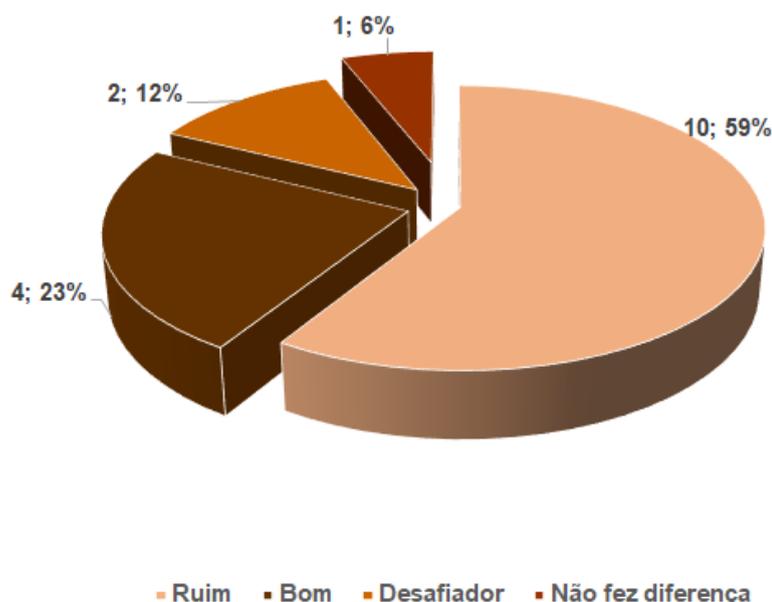
Atingiu todos os continentes numa progressão inacreditável, passando por várias mutações (cepas) conforme as características epidemiológicas da região. Com isso, as frases midiáticas eram disseminadas por todos os cantos do mundo: quarentena, # fique em casa. O que era apenas 14 dias, se transformou em meses e anos, aflorando um misto de sentimentos e perguntas que até então todos procuravam por respostas.

Crianças em casa, férias intermináveis, trabalho remoto, literalmente todos em cada lar. O que era um espaço para dormir e passar finais de semana se tornou realmente habitat e ali as famílias precisaram enfrentar os desafios, a convivência diária, as atividades das crianças, domésticas e laborais.

Com todos dividindo o mesmo espaço, um novo olhar precisou ser dado às questões familiares, um novo normal precisou ser aprendido de forma rápida e intensificada, pois o excesso de tempo juntos ressaltou as deficiências e os ajustes que seriam necessários para se viver e enfrentar o COVID-19.

Como cada fase desse processo foi um aprendizado, se destaca que 59% da amostra de famílias entendeu ter sido desafiadora a experiência que teve quanto ao distanciamento social, como verificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percepção familiar referente à experiência de distanciamento social (n=17), Brasil, 2020).



Fonte: Autora (2021).

Durante a fase de pandemia, se indagou sobre as atividades realizadas no âmbito familiar. Dentre as respostas das famílias amostradas, se percebe que a maioria continuou a trabalhar normalmente.

E de repente a vida se transforma e tudo tem um contexto diferente, quantas mudanças ocorrerem, #ficaemcasa foi a palavra de ordem e cada família teve que se ajustar a essa nova maneira de viver. Por uma parte, o que era um ambiente apenas dormitório, passa a ser ambiente de trabalho, escola e lazer. Enfim, as famílias tiveram que reaprender a conviver de um outro modo.

Por outra parte, com as empresas e as escolas fechadas, a vida passou a se ajustar em ter que ficar em casa, ajudar os filhos nas matérias, estabelecer uma rotina e ser a profissional que cumpre uma jornada de trabalho mesmo estando em casa. Então, se vê a carga de trabalho aumentar, pois a empregada também precisou ficar em casa. Agora é a atividade dos filhos, as atividades da casa e o *home office*, como dito pelos participantes.

(F7) – “Ambos trabalhamos em *home office* e cuidamos de todos os aspectos da casa juntos - limpeza, cozinhar e pagar contas”.

(F9) – “Não paramos nos nossos trabalhos presenciais, em tempo livre aprendemos a apreciar nosso lar e tudo que temos nele”.

(F14) – “Nós nos cuidamos muito, tivemos muito mais momentos em família, mais tempo de qualidade e ficamos sem dúvida mais próximos de Deus! ”.

Diante a conjuntura, Lemos, Barboza & Monzato (2020) descobriram num estudo que apesar de toda a sobrecarga, os ganhos foram muito maiores que as perdas, pois se pôde vivenciar esse tempo em família, os filhos tiveram a presença do pai e da mãe na rotina, o casal pode compartilhar a realidade e dividiram as tarefas. Mesmo nas famílias monoparentais, o ganho foi considerável, o quanto apesar do aumento das atividades, a vivência entre família ganhou, propiciada pelo *home office*. O quanto a mesa foi um lugar utilizado, almoço com a presença de todos e conversas, simplesmente um lugar terapêutico.

Em seguida, o questionamento foi sobre as possíveis adversidades que afloraram durante o recluso familiar.

(F4) – “Por conta de ficar direto em casa sozinha e o acúmulo de trabalho, não consegui separar a casa do trabalho e me vi ansiosa e depressiva”.

(F8) – “Só as crianças que, por conta da ausência de escola, ficaram mais ociosas, mas souberam administrar bem”.

(F14) – “Sim, às vezes medo de sair de casa, não ter contato com a família como gostaríamos!”.

Como adversidades são comuns em convívio familiar intenso, se perguntou a respeito das estratégias aplicadas para amenizar ou eliminar situações que fazem do lar um campo de batalha.

Apenas, um caso de depressão extremo necessitou de acompanhamento psiquiátrico. Apesar disso, entre as estratégias para aliviar ou sanar as adversidades familiares, salienta-se a fé, a paciência, a conversa, os jogos, os artesanatos, o carinho, a aceitação e a compreensão.

(F2) – “Exercitar a paciência e conversar”.

(F4) – “Precisei passar em uma psicóloga e, posteriormente, em um psiquiatra, porém, meu esposo ficou o tempo ao meu lado, apoiando-me todo”.

(F14) – “Olha, o celular sem dúvida, nos aproximamos mais dos entes queridos, e a nossa mesa sem dúvida foi nossa principal parte para que as adversidades sanassem!”.

Com isso, a família se aproxima, se apoia e se respeita, como explicitado nas falas dos participantes. Nahas & Antunes (2020) declaram que a medida adotada para se evitar a proliferação desenfreada do COVID-19 foi o isolamento social. Cada núcleo familiar teve que se ajustar nos espaços de convivência, pois a disseminação da doença estava caótica, cada espaço passou ser compartilhado com mais frequência e até disputado em alguns momentos, reaprender a estar com o outro foi essencial.

Coube às autoridades observar a velocidade do contágio ampliar ou reduzir a circulação das pessoas nos locais públicos e até no privado, pois os encontros e as festas familiares foram suspensos para se evitar aglomerações. Dessa maneira, foram determinadas pelos órgãos governamentais: quarentena, lockdown e distanciamento.

Palavras até então desconhecidas que viraram comuns nas conversas, haja vista que fora das casas o caos tinha sido instalado.

Na percepção de Nahas & Antunes (2020), no ambiente familiar era necessário se manter na convivência mais saudável possível. Os laços precisavam ser preservados, pais/filhos, avós/netos, tios, vínculos, afeto e manutenção da rotina, afinal não eram férias. No entanto, o quanto foi importante trabalhar cada relação gerada nesse convívio, cada família se utilizou de alguma estratégia e os membros foram reaprendendo o valor do outro.

Diante as adversidades geradas durante o período de reclusão familiar no lar, outra questão discutida foi acerca das redes de apoio da comunidade que a família faz parte, como demonstrado na Tabela 1.

Esse processo de análise proporcionou um olhar para as questões de vivência familiar, principalmente, diante do contexto vivido em 2020 e 2021, os participantes consideraram que o distanciamento social foi um elemento desafiador, mas que os parentes foram uma grande rede de apoio (37% de n=38).

Nessa perspectiva, as respostas ao questionário demonstraram que as adversidades envolvem saúde e ajustes das crianças, que necessitou de intervenção de psicólogo, psiquiatra e a medicina com os recursos. De acordo com Feijó (1997), a rede é móvel, complexa e interligada. É praticamente impossível delimitar uma rede. Sempre se trata de uma microrrede, que é parte de uma rede maior e que se liga a várias outras redes.

Tabela 1 – Percepção familiar referente às redes de apoio durante a pandemia (n=38), Brasil, 2020) - RM

| REDE | N | % |
|--------------|-----------|------------|
| Parentes | 14 | 37 |
| Amigos | 11 | 29 |
| Pastor | 8 | 21 |
| Vizinhos | 4 | 22 |
| Outros | 1 | 3 |
| Total | 38 | 100 |

Fonte: Autora (2021).

Sluzki (1997) declara que existe forte evidência de que uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e confiável protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura e aumenta a sobrevivência, ou seja, é geradora de saúde.

Em geral, o período da pandemia provocou algumas mudanças nas pessoas, por isso, o enfoque discutido foi se os valores também tinham sido impactados. Entretanto, aprenderam a valorizar e respeitar um ao outro, bem como as pequenas coisas como o toque

físico. Outra mudança salientada nos discursos dos sujeitos da pesquisa foi dar mais valor aos sentimentos e às pessoas do que o capital financeiro.

(F3) – “Valorizar o próximo! Dar valor as pequenas coisas e pessoas que víamos e tínhamos com frequência”.

(F14) – “Ah! Com certeza a minha visão da vida, ser mais grata, saber que não temos problemas, a nossa família é que temos de melhor! Aumento da compaixão e empatia pelo próximo”.

(F17) – “Família e ‘amigos’ de verdade”.

Na ótica de Moretti, Guedes-Neta & Batista (2020), o futuro nunca foi tão falado e pensado como durante a pandemia do COVID-19. As pessoas do mundo todo sonharam, pensaram e idealizaram, se tornando o maior desejo: poder ter um futuro, pois nesse tempo que tantas pessoas poderiam ter um futuro brilhante e promissor, simplesmente não existem mais, realmente a vida passou depressa para muitos.

O medo do desconhecido, do inimigo invisível se acentuou. Não se tinha ideia do que proliferou e atingiu a população mundial de medo das incertezas que assolam a vida humana. Aqui está a mente do campo de batalhas, em que o ser humano pensa em vencer essa guerra contra a bomba biológica, procurando sempre absorver as verdades de forma coerente e que produzam valores significativos para a realidade de cada vida e família.

Nesse sentido, a última abordagem com as famílias investigadas foi quanto à mudança de valor em relação com a espiritualidade.

(F2) – “Sim. O valor ao próximo é um mandamento bíblico! Amar ao próximo como a ti mesmo. Na fase da pandemia isto se tornou mais claro”.

(F11) – “Resiliência”.

(F14) – “Sim, mais amor, compreensão e intimidade com Deus!”.

Com isso, verifica-se em alguns discursos o aumentou a fé, a esperança e a resiliência. Diante disso, se realiza um novo questionamento: Qual sentido da vida? O qual é direcionado para outra pergunta que sempre norteia cada ser humano: Existe uma força para além da força natural que move o ser humano para a direção de se encontrar as possibilidades da própria existência?

Scorsolini-Comin *et al.* (2020) contestam que pensar na própria existência não é o existir por existir. A fantástica corrida e a junção do espermatozoide com o óvulo, o espetáculo da vida, faz perceber a existência de uma força maior no universo que faz com que o ser humano exista.

Uma passagem bíblica muito disseminada é referente a existência que está na declaração do Rei Davi nos Salmos 139:16 “Tu me viste antes de eu ter nascido. Os dias que me deste para viver foram todos escritos no teu livro quando ainda nenhum deles existia”. Ele retrata algo além dele, a força que move em esperança diante de tanta

desesperança, a força que ajuda a levantar todos os dias e acreditar que tudo passará. O novo normal, o continuar a viver mesmo em meio a dores, perdas, desilusões, pois afinal, muitos ainda vivem.

Com esse olhar os valores dos participantes mudaram, entenderam que a valorização do outro ficou em evidência, a empatia passou a ter significado para além da palavra. Aqui nesse contexto o entendimento se refere que apesar do falar sobre espiritualidade, as pessoas ainda não conseguem saber como traduzir o entendimento em palavras, então fica uma mistura sem ter uma definição concreta. Apesar disso, Marks (2005 *apud* WALSH, 2016) diz que espiritualidade pode ser vista melhor como uma dimensão da experiência humana. Como tal requer uma expansão da teoria dos sistemas, pesquisas e práticas para abranger influências biopsicossociais e espirituais, além da interrelação no bem-estar pessoal e relacional e no sofrimento, cura e resiliência.

Quando o enfoque é o entendimento do outro, deve-se lembrar sempre que cada pessoa terá as próprias lentes para enxergar o mundo e a percepção de cada situação. Então, a compreensão se dará por diferentes formas, tem família que percebe a espiritualidade na forma de resistência a uma situação difícil conduzindo a prática da resiliência no sentido mais amplo.

Walsh (2016) declara que resiliência é a capacidade de resistir se recuperar de desafios vitais perturbadores. Em sentido mais amplo, se refere à capacidade de superar as adversidades da vida e de manter sanidade, mesmo em meio a um ambiente insano. Outras entendem como exercício da caridade, um olhar de compaixão, algo que se aflorou neste tempo o olhar para o outro na necessidade sem julgamento.

Se verificou na mídia e nas redes sociais a mobilização das pessoas para ajudar com recursos materiais, com a disponibilidade de tempo de ir ao mercado para pessoa impossibilitada, de dizer: Precisa de alguma coisa? Se observou o quanto está na essência do ser social fazer alguma coisa pelo outro, a quarentena possibilitou a oportunidade de oferecer esse cuidado e olhar.

Falando muito sobre quem se é, seja o nome ou a forma a que se dá, ela faz parte da vida cotidiana de cada pessoa, quer seja no enfrentamento ou na vivência do dia a dia, é um recurso que cada pessoa lança mão no momento oportuno. A espiritualidade possibilita o ser humano a ser mais criativo frente às adversidades.

Outro ponto perceptível nas redes midiáticas e sociais é a criatividade, quantos grupos e artistas se reinventaram com as intermináveis lives para todos os gostos, desde uma oração em série por vários dias consecutivos, as novenas, se utilizavam dos mais diversos horários, madrugada, hora do almoço, quinze minutos, dez minutos, o importante é estar conectado de alguma forma e se fazer presente na vida do outro.

A pesquisadora é uma testemunha sobrevivente desse processo, uma vez que a família teve a experiência de testar positivo ao COVID-19, em momentos diferentes, mas todos viveram! No momento, só se desejava sobreviver e se almejava que todos os entes queridos sobrevivessem. Então, a força em forma de espiritualidade surgiu nesse momento, em que o sentido da vida se perde diante de tantas incertezas, os movimentos mais básicos que se faz no dia a dia, neste período precisam ser calculados para verificar se tinha forças de ir ao banheiro sozinha, pois o isolamento dos demais te faz ver o quão vulnerável estava.

Com isso, era preciso calcular se teria forças e fôlego para as rotinas do dia, que eram feitas sem se importar, quando conseguisse. Um sentimento de Gratidão, pois se venceu mais uma etapa, são 14 dias mais longos da história de uma vida, pois quando acredita estar bem e que já pode avançar, o inimigo invisível se coloca de frente com a impotência. Assim, os dias foram se seguindo e a única arma que se teve para utilizar é a espiritualidade, traduzida em fé, esperança, confiança que aquela adversidade passará e todos da família sobreviverão.

São momentos de aprendizado, essa geração contará a próxima o que se viveu durante o período de pandemia, o que se aprendeu, o que se perdeu, e me reporto às questões da intergeracionalidade. Em conformidade com os pensamentos de Assis (2020), o olhar intergeracional é como um retrato em que circulam as diferentes memórias das pessoas da família, os entendimentos, lembrando que são atemporais, espaciais e com diferentes dimensões.

A família é essa construção constante, por isso, é tão dinâmica e ao mesmo tempo complexa, pois os laços são construindo geração após geração que uma conta a outra como conseguiu enfrentar as adversidades e as forças extraídas de cada um.

Isso faz com que os valores do que deu certo seja passado, o reconhecimento das angústias, as necessidades supridas, a compreensão das fragilidades e a disponibilidade emocional com que cada um trouxe para o enfrentamento das adversidades, formam esse sistema. Por fim, conforme se pode demonstrar, com a vivência da espiritualidade, entendida de diversas maneiras, possibilita às famílias a enfrentarem as adversidades.

5. Considerações Finais

Diante aos resultados, primeiramente, se caracterizou que as principais adversidades vividas pelas famílias amostradas durante a pandemia COVID-19 durante o ano de 2020 e princípio de 2021 foram a mudança de rotina, o afastamento do convívio com outros familiares e amigos, a ociosidade das crianças decorrente das aulas presenciais nas escolas e o problema de saúde, o qual necessitou do cuidado com o emocional dos filhos e dos pais.

Em seguida, se verificou que, realmente, o contexto da comunidade influencia no enfrentamento das adversidades. Afinal, quando se passa a escutar as expressões fique em casa, distanciamento, nem pode abraçar e nem cuidar dos idosos, se percebe que ações extremas passaram a ser adotadas.

Então, tudo que estava no convívio familiar passou a ficar distante e as pessoas começaram a descobrir verdadeiramente o que significava a palavra saudade. O sentimento de sentir falta de alguém, saudade de estar com os amigos, familiares, tocar nas pessoas e estar perto.

Nesse sentido, o que era possível ser feito para aplacar um pouco desse sentimento, foi experimentado. Era necessário desfrutar da melhor forma no contexto de cada um com os familiares mais próximos. Cada momento foi vivenciado para não se perder a oportunidade do encontro. Com isso, as redes sociais foram grandes parceiras para a conexão com os impossibilitados e os mais distantes. Uma rede de apoio para um momento tão desafiador.

Além disso, a respeito do momento em que a espiritualidade atua na família, os resultados deste estudo frisaram que o ser humano encontra sentido em vivenciar algo, pois sempre está em busca de um sentido para a vida. Quando se vê frente aos questionamentos ou situações se percebe limitado ou impotente, algo mais forte que a própria limitação surge, que se pode denominar como Fé e Espiritualidade.

Como família é um organismo vivo, em que permeiam muitas emoções e situações, a espiritualidade atua no sentido de permitir que a família reúna forças, para algo além deles e estar preparado para o enfrentamento, seja de um período de doença, desemprego, perda e isolamento social. Qualquer que seja a impotência ou a limitação humana, sempre haverá uma força superior que atuará no momento necessário, que nunca chega atrasada, mas sim, sempre estará ali acessível para o momento que precisarmos.

De modo geral, conclui-se que é no contexto do lar que os vínculos e os afetos do ser humano são formados, assim como os padrões relacionais com mais ou menos sensibilidade. Assim, não importa se as paredes são simples, se está localizada num lugar mais distante dos grandes centros ou se está num grande centro. O importante é a construção desse lar espiritual, onde cada integrante se sinta conectado com a família e uns com os outros com em uma teia.

Por um lado, as paredes são frias, sem vida e sem conexões e, por outro lado, um lar aquece, ajusta e projeta para os desafios. Por fim, a família é um sistema integrado e vivo, capaz de gerar inúmeras conexões e deixando o legado por meio das gerações.

O que se pondera mediante os resultados é que a família tem recursos espirituais para ser usado nas ações do dia a dia, independente da religião e ao usar estes recursos espirituais na procura de um bem maior, esta rede relacional se fortalece.

Diante disso, como a família é um sistema que se move no tempo, então a cada momento muitas riquezas de detalhes sobre o funcionamento desse sistema surgirá. Por isso, se recomenda aos futuros investigadores que não percam esse olhar investigativo, entendendo que se trata de um desafio às questões familiares, mas que gerará um crescimento profissional espetacular, pois sempre se enxerga no outro. Afinal, família é um sistema de aprendizagem e o quanto ela contribui para novas pesquisas é enriquecedor. A consciência e a paciência do aprender junto já se tornam uma ação espiritualizada nas relações.

E ainda, a maneira como cada problema ou adversidade é encarado varia conforme os aspectos culturais e os padrões de cada família. Portanto, a recomendação aos Assistentes Sociais é estarem atentos ao significado que cada família dá aos desafios, tendo como norte o próprio sistema de crenças familiar. Com isso, as estratégias de atendimento serão variadas, dependendo de cada situação. Nesse sentido, a flexibilidade, o olhar cuidadoso e a escuta ativa são ferramentas fundamentais para a busca por recursos espirituais nas pessoas e nas famílias.

Referências

AQUINO, T. A. A.; OLIVEIRA, V. G. Espiritualidade e sentido da vida no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso**, v. 8, n. 13, p.149-61, jul./dez. 2020.

ASSIS, W. R. C. L. **Práticas psicoterapêuticas uma trajetória poética**. Curitiba: CRV, 2020a.

BARBOZA, J. C. C. M. **Fenomenologia da consciência e autoconsciência em estados meditativos em praticantes religiosos e não-religiosos: a questão da mediação cognitiva**. 134 f. 2017. Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. Recife, Brasil, 2017. Disponível em: 2020. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29593/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Jos%c3%a9%20Carlos%20Costa%20Mour%c3%a3o%20Barboza.pdf> Acesso em: 10 maio 2021.

BOFF, L. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 171-77, ago. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada até Emenda Constitucional nº 109/2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20109.pdf Acesso em: 11 maio 2021.

CERVENY, C. M. O. **A Família como Modelo: Desconstruindo a Patologia**. 2 ed. São Paulo, Brasil: Livro Pleno. 2011.

- COSTA, L. F. A Perspectiva Sistêmica para a Clínica da Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** (on line), v. 26, n. Esp., p. 95-104, 2010. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/50102.3772201000050008>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- DAL BELO, L.; MARRA, M. M. O fenômeno da transgeracionalidade no ciclo de vida familiar: casal com filhos pequenos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 28, n. 2, p.118-130, maio. /ago. 2020.
- FEIJÓ, M. R. **Rede que enrola ou rede que sustenta, um estudo sobre a importância da rede social no trabalho terapêutico com famílias**. 1997. Monografia (Especialização) – Terapia de Casal e Família, Núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1997.
- FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 11-5.
- GODINHO, D. M. S.; CARVALHO, C. S.; JOBIM E SOUZA, S. Com as palavras, os jovens: religião, espiritualidade, cultura e globalização. **Protestantismo em Revista**, v. 44, n. 2, p.85-98, jul./dez. 2018.
- GOMES, L. B. *et al.* As origens do Pensamento Sistêmico: das partes para o todo. **Pensando família**, v. 18, n. 2, dez. 2014, p.3-16.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEMONS, A. H. C.; BARBOSA, A. O.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 60, n. 6, p. 388-99, dez. 2020.
- MARCOPLAN. São José dos Campos é considerada é a 5ª melhor cidade do Brasil para se viver. Divulgado em: 11 fev. 2021. Disponível em: <https://sjc.com.br/2021/02/11/sao-jose-dos-campos-e-a-quinta-melhor-cidade-do-brasil-para-se-viver/#:~:text=Contato-S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20dos%20Campos%20%C3%A9%20a%20quinta,do%20Brasil%20para%20se%20viver&text=Segundo%20levantamento%20feito%20pela%20consultoria,para%20se%20viver%20no%20Brasil> Acesso em: 10 maio 2021.
- MORIN, E. **O método: a natureza da natureza**. Lisboa, Portugal: Europa-América, 1977.
- MORETTI, S. A.; GUEDES-NETA, M. L.; BATISTA, E. C. Nossas Vidas em Meio à Pandemia da COVID-19: Incertezas e Medos Sociais. **Revista de Enfermagem e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 3, p.32-41, 2020.
- NAHAS, L. F.; ANTUNES, A. P. O. Pandemia, fraternidade e família: a convivência e a importância da manutenção dos laços familiares. **Repositório Digital do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES)**. [online], p.149-58, 2020. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/2619/3/978-65-88213-03-2%20%20151-166.pdf> Acesso em: 10 maio 2021.
- NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar**. Conceitos e métodos. 7 ed. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
- SANTOS, T. C. S. M. *et al.* Impacto da vida na evolução profissional das mulheres. **Secretariado: Transições e Conexões** (online), p.147-54, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf> Acesso em: 10 maio 2021.

SCORSOLINI-COMIN, F. *et al.* A Religiosidade/Espiritualidade como Recurso no Enfrentamento da COVID-19. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro (RECOM)** [on line], n. 10, 2020. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/3723/2459> Acesso em: 11 maio 2021.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo Paradigma da Ciência**. 9 ed. Campinas: Papyrus, 2012.

VON BERTALANFFY, L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

WALSH, F. **Processos Normativos da família: diversidade e complexidade**. 4 ed. Trad. Sandra Maria Mahlmann da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas (ArtMed), 2016.

Capítulo 8- O trabalho do policial: repercussões na qualidade de vida e dinâmica familiar

Silvio Celso da Silva

Adriana Leônidas de Oliveira

1. Introdução

Este capítulo trata das repercussões do trabalho policial na qualidade de vida e dinâmica familiar do profissional, bem como da influência da família no desempenho do policial e dos cuidados com sua saúde física e mental.

Nos artigos selecionados para o desenvolvimento da temática predominam referências a realidade brasileira, publicados na internet, com utilização do método da revisão bibliográfica integrativa, definido pelos descritores: policial, instituição, sociedade e família.

As bases de dados pesquisadas foram as seguintes: JUS.com.br, Editora Universidade de Vassouras RJ, Revista Conexão Eletrônica – AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas MS, revista da Escola Superior da Polícia Civil – Curitiba PR, UTP – Universidade de Tuiuti PR, CRP – Conselho Regional de Psicologia SP, AMPAD RJ, e SciELO.

A partir da definição dos objetivos do trabalho, foram especificadas quatro categorias temáticas, abrangendo os fatores inter-relacionados, a saber:

1. Repercussões dos contextos profissionais do policial na sua qualidade de vida.
2. Interferências do trabalho policial na dinâmica familiar.
3. Influência da dinâmica familiar no desempenho do trabalho policial.
4. Utilização de estratégias para proteção da saúde física e mental do policial no seu ambiente de trabalho.

A análise das conexões entre as temáticas citadas enfatizou o alto índice de estresse e suicídios na categoria profissional em foco, sinalizando ausência do cuidado indispensável para com a saúde física, mental, qualidade de vida e dinâmica familiar, indicando de imediato a necessidade de um espaço de fala nos círculos do trabalho policial, para que sejam viabilizadas respostas dos entes interessados nas questões das repercussões do trabalho policial na qualidade de vida e dinâmica familiar do profissional da segurança pública.

A relevância do estudo está na investigação das interferências recíprocas entre o trabalho do policial, sua família, sociedade, a própria organização em que ele exerce sua função e também as autoridades responsáveis pelas políticas públicas, com consequentes reflexões sobre equacionamento mais adequado desses fatores, e então agregar valores,

quebrar os paradigmas limitadores de soluções no meio do serviço público, ressentido do clássico bloqueio do “sempre foi assim”.

Os dados coletados nas pesquisas, estatísticas e índices de estresse relacionados ao trabalho policial validam cientificamente suas repercussões na qualidade de vida e dinâmica familiar do profissional, reflexos do desenvolvimento social, revelados nos meios de comunicação, assim como nas conversas populares, onde se multiplicam informações e opiniões acerca das condutas policiais, com maior disseminação do aspecto negativo.

Embora se saiba hoje que as mulheres estão em todos os espaços profissionais da sociedade, ainda predomina o elemento masculino nas instituições policiais, e a ele é exigido ser duro, rigoroso, insensível, agressivo, como imposição de uma cultura, e se assim não o for, pode ser classificado como fraco, sem que isso seja uma orientação oficial.

Toda experiência, inclusive este estudo, se vincula adequadamente ao propósito de considerar a necessidade de aprimoramentos estruturais e das posturas individuais, do enfrentamento das forças opostas à quebra dos padrões vigentes, superar os interesses prevalentes de partes do sistema e especialmente apaziguar os conflitos entre a instituição e o indivíduo. Essa mudança requer diálogo reflexivo e direcionado para ações colaborativas, confirmando o adágio popular “conversando é que se entende”.

As pontuações do parágrafo anterior, relacionadas a mudanças mediante diálogo, se conectam com as práticas narrativas, colaborativas, apreciativas e reflexivas, adiante melhor especificadas.

Este tema se desenvolve, na sequência, com a Revisão da Literatura, Método, Resultados e Discussão e, por fim, Considerações Finais.

2. Revisão da literatura

Em razão da recente pandemia do Covid-19, o desenvolvimento do trabalho com pesquisa de campo restou prejudicado, e decidiu-se pela revisão de literatura, circunscrita ao elemento central do estudo – o policial, que trouxe contribuições em diversos contextos da repercussão do trabalho policial na qualidade de vida e dinâmica familiar do profissional, a servir para ampliar a visão dos problemas reportados.

Policial neste estudo é o servidor público brasileiro da área de segurança pública, da polícia federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil, militar e do corpo de bombeiros, nos termos do artigo 144, §5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), considerando os pontos comuns entre eles.

Um policial diferenciado é o Perito Criminal, que atua no cenário de crime, instrumentalizado da ciência e tecnologia, em prol da justiça administrada pelo Juiz, e,

portanto, é um cientista na busca da verdade, com prerrogativa da liberdade e autonomia, nos termos da Lei Federal nº 12030 (BRASIL, 2009).

O Perito Criminal é considerado genericamente como um experto, mas não é um “sabe-tudo” nem um mágico ou adivinho, está sujeito a equívocos, que precisam e podem ser saneados. O seu dever para com a verdade lhe sujeita a responder pelo laudo pericial expedido, conforme preceituado no código penal (BRASIL, 1940) e código do processo civil (BRASIL, 2015), artigos 342 e 158, respectivamente.

O vínculo institucional do Perito Criminal é com a Superintendência da Polícia Técnico Científica, subordinada diretamente à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, regulamentada pela Lei Estadual 756 (SÃO PAULO, 1994), estruturada pelo Decreto nº 42.847 (SÃO PAULO, 1998). Antes dessa estruturação, a Polícia Científica estava sob direção da Delegacia Geral de Polícia, conforme artigo 14 do Decreto 6.919/75 (SÃO PAULO, 1975), e com a mudança vieram algumas insatisfações daqueles seguimentos da organização da Polícia Civil descontentes pela perda de poder de comando.

Assim como o profissional da saúde, conforme sua especialidade, está próximo da dor ou do risco da morte, não tem como afastar o policial dos espaços de perigo da sua missão, nem alijá-lo da convivência com os resquícios dos conflitos sociais, da ciência do crime, das partes mais impuras da ação humana – os instrumentos de crime, impregnados de sangue e de outros materiais contaminantes, de odores insuportáveis. Esse cenário nocivo é o local onde o Perito Criminal pesquisa vestígios do crime, por força do ofício estabelecido em leis penais e civis, relacionadas a funções e cargos, segundo os preceitos constitucionais já mencionados (BRASIL, 1988).

O aspecto cultural da função impõe ao policial uma postura própria, com reflexos diretos na dinâmica familiar, nas relações sociais e na qualidade de vida do mesmo profissional (ASSIS et al., 2020).

Maior carga emocional no trabalho policial traz tensão e desprazer, e daí outros sintomas psicológicos e físicos, que evolui para quatro fases em níveis crescentes do estresse: alerta, resistência, quase exaustão e exaustão. A complexidade da organização policial, hierarquia e disciplina interferem diretamente na qualidade de vida do policial (DANTAS et al., 2010).

O contexto de constante risco, tensão e perigo, produz estresse, compromete o corpo, a mente e o mundo externo, bem como o próprio trabalho de segurança pública; a preocupação com o problema de saúde ocupacional se justifica pelas graves consequências na qualidade de vida do profissional (PINHEIRO; FARIKOSKI; 2016); em seus artigos, Dantas et al. (2010) e Pinheiro e Farikoski (2016) avaliam o nível de estresse em policiais militares, com as pesquisas produzidas em tempos e locais diferentes, o que faz ver a recorrência do problema.

As instituições policiais – federal, ferroviária, civil e militar – enfrentam questões similares de segurança pública junto aos cuidados com a saúde e segurança, do próprio policial e de sua família. O policial se isola e/ou separa os assuntos de trabalho dos diálogos familiares, conduta relacionada com alto índice de síndrome de Burnout, repercutindo negativamente na qualidade de vida do profissional. Órgãos internacionais apontam que a atividade policial é a segunda mais estressante do mundo (SILVA; 2018).

Silva (2018) afere quais as inquietações dos policiais e suas conseqüências e Assis et al. (2020) faz um levantamento sobre as repercussões psíquicas relacionadas à atividade policial.

Accioly Jr. et al. (2007) apresentam pesquisa sobre a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares da cidade de Natal (RN), que bem se aplica a outras cidades brasileiras, como corrobora o artigo de Lago et al. (2009).

Santana e Sabino (2012) fazem abordagem sobre o impacto da ansiedade no estresse de policiais militares em trabalho operacional.

Coleta e Coleta (2008) revelam fatores de estresse ocupacional e estratégias de enfrentamento desse embaraço pelos policiais civis e que a profissão registra maior índice de suicídios, enquanto Oliveira e Santos (2010) fazem reflexão sobre a saúde mental dos policiais militares, a exemplo de Machado e Rocha (2015).

O artigo de Souza (2019) aborda o estresse do policial civil e as influências na sua qualidade de vida. Pinto et al. (2012) fazem análises dos fatores do sofrimento psíquico de policiais civis do Estado do Rio de Janeiro.

A [Ouvidoria](#) da Polícia do Estado de São Paulo, em conjunto com os Conselhos de Psicologia (OUVIDORIA; 2019), cuida do tema suicídio no seu artigo “Uma análise crítica sobre o suicídio policial”, destacando o estresse laboral e suas conseqüências psicoemocionais e físicas, as práticas de homicídio, feminicídio e suicídio, e ainda os desvios das condutas legais,

O chamado crime organizado, com células inclusive instaladas dentro de unidades prisionais, adota as práticas intimidadoras com ameaças aos policiais, e os chamados órgãos de inteligência tem o cuidado especial de inibir os efeitos desses verdadeiros atos de terror. O mais conhecido representante do crime organizado no Brasil é o PCC – Primeiro Comando da Capital, que nasceu em Taubaté-SP em 31 de agosto de 1993, tendo ramificações aplicadas ao crime dentro e fora dos presídios; os motins internos provocam reações fora dos seus limites, noticiados com sensacionalismo por alguns meios de comunicação, como relata artigo bem ilustrado no Jornal El Pais Brasil (GORTÁZAR; ALESSI, 2020).

A falta de investimento institucional no bem-estar e saúde do policial e a elevada carga horária prejudicam o convívio familiar e relacionamentos sociais. Para preservar o

trabalho, o policial isola-se, não conversa com a família sobre o trabalho, separa a vida profissional da familiar e manifesta uma índole alterada no convívio familiar (SILVA; 2018).

Rituais de hierarquia e disciplina do meio policial podem ser impostos na dinâmica familiar, o policial se ausenta da família, priorizando o trabalho com horários instáveis e mudanças sem predeterminação, que contribuem para deteriorar o convívio familiar (ASSIS et al. 2020).

A mulher policial apresenta maior nível de estresse, eventualmente por concomitância de responsabilidades na dinâmica familiar e por obrigações domésticas, sofrendo maior impacto nas relações interpessoais, aliado ainda às características especiais femininas (COSTA et al.; 2020).

Os problemas das atividades funcionais do policial geram impacto a todas as áreas inter-relacionadas da sua vida, com comprometimento da qualidade de vida, dinâmica familiar e realizações pessoais (OLIVEIRA; BARDAGI; 2009).

O trabalho policial em atendimentos de ocorrências trágicas tem influência na dinâmica familiar, em especial quando envolvem crianças, e os sentimentos retidos de raiva, ansiedade, alienação e depressão podem ser levados para o convívio familiar. Por força da cultura policial, o sujeito pode interferir na dinâmica familiar com indiferença emocional, afastamento da família, relações extraconjugais e divórcio (SANTANA; SABINO; 2012).

As taxas de acidentes, de doenças decorrentes de estresse, de divórcio e conflitos familiares são mais altas no profissional de segurança do que na população geral. Além do trabalho policial em si, há outras causas de preocupação do policial, que incluem as organizacionais e relações familiares; a exposição pessoal e da família ao risco de vida predominam como causadores de estresse. Altos índices de divórcio e suicídio são apresentados como efeitos do fracasso no trabalho (COLETA; COLETA; 2008).

Parte significativa dos policiais leva para o convívio familiar os fatores negativos do trabalho, como cansaço físico e emocional, o que afeta a rotina familiar (OLIVEIRA; SANTOS; 2010).

Os policiais têm maiores taxas de problemas familiares, com consequentes conflitos, divórcios e separações (SOUZA; 2019).

Problemas na dinâmica familiar e noutras relações interpessoais são comuns nos fatos antecedentes ao suicídio policial. Os profissionais da segurança pública têm preocupações recorrentes quanto à sua própria segurança e a da família, e o desempenho do papel de policial no âmbito familiar traz consequências negativas. As características do ambiente policial – alerta, responsabilidade, o convívio com a violência, pressão pública, disciplina rígida – refletem nas relações interpessoais e na dinâmica familiar (OUVIDORIA; 2019).

A psicodinâmica do trabalho policial – imposição de comportamento e maneira de lidar com as situações, o rigor disciplinar e exposição à violência, a preocupação com o aspecto financeiro, os trabalhos extras e fora do cronograma oficial, o cansaço e estresse após o dia de trabalho – comprometem a dinâmica familiar do policial e impede dedicação satisfatória à família (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

Os riscos do trabalho policial impõem comportamento mais rígido, indiferença ao meio, agressividade, desgaste mental e estresse laboral, que se transferem para o convívio familiar, com vulnerabilidades desse ambiente mesmo no período de folga. O círculo das relações de amizade da família do policial é afetado pelo regime de trabalho, dificultando os momentos de convivência pela constante preocupação com a segurança da família (DERENUSSON; JABLONSKI; 2010).

O uniforme incorporado ao trabalho policial representa uma ideologia e tem reflexos na dinâmica familiar, na medida em que o profissional é visto pelos seus familiares com a autoridade nele representada. Naturalmente, o mesmo reflexo se vê em outras relações sociais, inclusive com os riscos da profissão, por não poder se eximir da iniciativa de coibir atos ilegais (MORAIS; 2007).

Os policiais seriam profissionais com alto nível de estresse, por viverem em ambiente de perigo, conflito e tensão, com prejuízos à qualidade de vida (COSTA et al.; 2007).

O estresse ocupacional tem forte impacto na qualidade de vida do policial e no seu desempenho, e, por conseguinte, interferindo diretamente nas atividades de segurança pública (OLIVEIRA; BARDAGI; 2009).

As condições de trabalho têm reflexos diretos na saúde física e mental e na qualidade de vida do policial, que se protege no isolamento social; as questões emocionais tendem a produzir inibição, medo, agressividade, ansiedade, que interferem nos relacionamentos familiares e sociais (PINTO; FIGUEIREDO; SOUZA; 2012).

A qualidade de vida do policial sofre sensível prejuízo pelas dificuldades nas relações pessoais no trabalho, com companheiros, subordinados e superiores, que repercutem nas relações familiares (MACHADO; ROCHA; 2015).

A taxa de suicídio policial no estado de São Paulo tem nível epidêmico, agravada com outras mortes relacionadas ao trabalho, com impacto na qualidade de vida do profissional e de sua família. O estado de alerta e prontidão dificulta ajuste de rotina pessoal e familiar, em detrimento da qualidade de vida do policial, e a prática do “bico” para complementar a renda amplia a exposição ao perigo. Alta prevalência do Transtorno de Estresse Pós-Trauma (TEPT) revela os efeitos do trabalho com resposta negativa na qualidade de vida (OUVIDORIA; 2019).

Pressões generalizadas, cansaço físico e mental, alimentação inadequada repercutem na qualidade de vida. A família se ressentida da insegurança e falta de tempo para investir no lado afetivo, bem como no círculo social, ao lado do risco da carreira, em que a farda é um fator de exposição a perigos, persistentes nas folgas (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

A complexa organização policial, em especial a militar, traz o aspecto da hierarquia e disciplina como fatores danosos à saúde mental do profissional e produzem alto índice de afastamento médico, como consta no artigo de Dantas et al. (2010).

Naturalmente que a interferência do trabalho na família é recíproca, e o que foi antes registrado sobre a mulher policial, quanto à eventual sobrecarga de obrigações domésticas, pode fazer com que o psicológico nas atividades profissionais sofra prejuízos (COSTA et al.; 2020).

A vulnerabilidade no trabalho policial se torna motivo de insegurança do profissional, pois nem sempre ele consegue manter-se discreto, porque precisa ser visível nas intervenções, invocar a autoridade e se indispor em situações em que pessoas causem embaraços aos objetivos da atuação de ofício (MORAIS, 2007).

Embora algumas unidades especializadas da polícia civil adotem uniformes, normalmente é evitada ostentação e aparatos, para se ter a necessária discrição em determinadas ações. O pressuposto prestígio pelo uso do uniforme atrai muitos olhares preconceituosos, contrariamente ao esperado, que seria o reconhecimento e o respeito, e, por outro lado, torna o profissional mais exposto e responsável pelo atendimento a eventuais ocorrências de violência (MORAIS; 2007).

Questões da dinâmica familiar prejudicam o desempenho do policial no trabalho, ao mesmo tempo em que o leva a manter-se em silêncio na família quanto aos problemas no trabalho (COLETA; COLETA; 2008).

A dinâmica familiar saudável, ao mesmo tempo em que contribui para o equilíbrio mental, ajuda no bom desempenho profissional, mas os eventuais “bicos” para complementar o salário prejudicam o convívio com a família. Parte significativa dos policiais afirma que o relacionamento familiar afeta o desempenho profissional (OLIVEIRA; SANTOS; 2010).

A violência na atividade policial, como fator estressante, perde para o risco de responder pelas ações praticadas, para a burocracia e imposições de censuras, para as preocupações financeiras, falhas dos instrumentos de trabalho e para as relações familiares; a forma mais apropriada para lidar com os problemas no trabalho é o apoio da família, porquanto os problemas na dinâmica familiar contribuem para amplificar o estresse do policial. O aprimoramento do relacionamento interpessoal do policial e investimentos na sua qualidade de vida significa melhorar a segurança pública, tornando-a eficiente (SOUZA; 2019).

Pinheiro e Farikoski (2016) apontam a necessidade de acompanhamento mais direto do policial, especialmente no psicológico, em ações preventivas, na alimentação equilibrada, no relaxamento, exercícios físicos, medidas corroboradas por Assis et al. (2020).

As estratégias para tornar saudável o ambiente policial envolvem atenção à saúde, programa de atividades físicas, esporte, ioga, lazer e equacionar o quadro profissional para evitar sobrecarga de trabalho (COSTA et al.; 2020).

Segundo Oliveira e Bardagi (2009), o estresse de uma pessoa no trabalho contamina os colegas e o ambiente, e as intervenções eficazes nos cuidados com o policial envolvem o social, o afetivo e a saúde.

Para Coleta e Coleta (2008), a estratégia mais usada para proteção da saúde física e mental do policial no seu ambiente de trabalho é o controle dos sintomas, com apoio externo adequado, em especial a integração com o ambiente social, numa abordagem sistêmica.

Sem fugir do problema, Souza (2019) vê nas estratégias de autocontrole, apoio da família, lazer, exercícios, religião, atitude positiva manejo eficiente dos estresses. Noutros termos, a saúde do profissional é obtida com melhores condições de trabalho, mudanças institucionais, parceria de profissionais especializados, reconhecimento social; medidas profiláticas e sistêmicas são sugeridas para aliviar o estresse profissional, impostas sobre os métodos, estrutura, ambiente, equipamentos, treinamentos, atenção psicológica e médica, atividades físicas, meditação, que vêm com mais produtividade e melhor segurança social.

O nível de controle e rigidez da organização é inversamente proporcional ao sentimento de liberdade e criatividade do profissional, e faz-se necessário “espaços de fala”, para permitir participações dos servidores no planejamento das tarefas lhes incumbidas. Por ser, em si, o trabalho do policial essencial à sociedade, incumbe ao Estado criar mecanismos, não só para a gestão de excelência, mas especialmente para a qualidade de vida do servidor (PINTO; FIGUEIREDO; SOUZA; 2012).

A Polícia Militar tem rede de apoio à saúde mental do seu efetivo, o que não acontece com a Polícia Civil (OUVIDORIA; 2019). Nesse aparte, o artigo da Ouvidoria da Polícia Civil do Estado de São Paulo ressalta que o acesso à rede de apoio é feito com cautela, devido ao preconceito e receio da punição, com retirada da arma de uso do policial; contudo, além de superar esse receio de ser mal visto pelos colegas e pela própria instituição, ao policial é imperioso reconhecer que enfrenta problemas de saúde mental, para que seja eficaz seu tratamento, aliado a apoio familiar e da assistência social.

3. Método

O método adotado neste trabalho foi a revisão bibliográfica integrativa em temáticas da realidade brasileira, exploradas em fontes secundárias de artigos publicados na internet, separadas nessas quatro categorias: repercussões dos contextos profissionais do policial na sua qualidade de vida, interferências do trabalho policial na dinâmica familiar, influência da dinâmica familiar no desempenho do trabalho policial e utilização de estratégias para proteção da saúde física e mental do policial no seu ambiente de trabalho.

Artigo de Leonardo Marcondes Machado, publicado no boletim do site do ConJur – Consultório Jurídico (MACHADO, 2019), focaliza genericamente o profissional dedicado a atividades de segurança pública, em seus diversos modelos, com análises sistemáticas e ordenadas dos conhecimentos coletados de pesquisas experimentais e de teorias registradas nas literaturas, com abordagem interdisciplinar, sendo pouco relevantes os momentos das publicações, pois as mudanças nos intervalos temporais que pudessem interferir nos objetivos estabelecidos não são significativas. Nesse estudo são apontados fatos relativos a problemas estruturais e de administração de pessoal na segurança pública, os quais não foram tratados em profilaxias adequadas, e persistiram no tempo, com poucas mutações.

Ainda sobre a revisão bibliográfica instrumentalizada com fontes secundárias extraídas de estudos mais amplos, os diversos fatos registrados e concernentes a iguais conjunturas tiveram formatos e resultados aproximados, ratificando as conclusões genéricas sobre o tema central, já antecipando necessidades de urgentes transformações, em vista da lentidão dos ajustes dos contextos ideais ao bom desempenho do trabalho policial, com melhor qualidade de vida e adequada dinâmica familiar.

4. Resultados e Discussão

A FNQ – Fundação Nacional de Qualidade é uma organização do Brasil, dedicada ao estudo da produtividade e competitividade em gestões de excelência, e em 2016 apresentou na 21ª edição o MEG – Modelo de Excelência da Gestão, fundamentado em oito princípios básicos (FNQ, 2016), que foi comentado por José Arcanjo (ARCANJO, 2016), a saber:

1. Pensamento sistêmico;
2. Aprendizado organizacional e inovação;
3. Liderança transformadora;
4. Compromisso com as partes interessadas;
5. Adaptabilidade;
6. Desenvolvimento sustentável;
7. Orientação por processos;

8. Geração de valor.

Nesses oito princípios do modelo de excelência da gestão remete-se a abordagem sistêmica, do que se espera efeitos na realidade, sem isolamento de seus fatores, impondo complexidade, intersubjetividade e instabilidade, em oposição à simplicidade, estabilidade e objetividade da ciência clássica e tradicional, num sistema dinâmico, como teoriza a psicóloga Maria José Esteves de Vasconcellos em seu livro *Pensamento Sistêmico: o Novo Paradigma da Ciência*, comentado em artigo publicado pela SciELO (CESARIO; CESARIO; 2019).

Na 21ª edição do MEG foi pregada a máxima “cultive excelência, colha resultados” que merece reflexão sobre os significados de excelência e resultados.

O que chama a atenção nesses fundamentos da excelência são o pensamento sistêmico e a orientação por processos, que lembra logo a importância da quebra de paradigmas no trato das questões das atividades do policial, relacionadas à qualidade de vida e dinâmica familiar, para inibir as dificuldades encontradas, mais do que por meios apenas paliativos. Assim, a gestão de excelência nunca poderá atender prioritariamente os interesses institucionais, mesmo porque esses serão mais bem alcançados com o servidor saudável, em sentido amplo.

Nas produções bibliográficas pesquisadas em banco de dados da Internet, concernentes ao tema “o trabalho policial: repercussões na qualidade de vida e dinâmica familiar”, predominam os efeitos desagradáveis da atividade de segurança pública; sobre o trabalho do policial militar encontrou-se mais exposições do que o civil.

Certamente os recortes de diversos estudos aqui apresentados e investigados são o ponto de partida para avançar no conhecimento sobre o tema, um processo criativo na atualização de paradigmas, com resultado sem formatação definitiva, portanto, vivo e em constante aperfeiçoamento, na direção do bem coletivo pela boa prática da segurança do indivíduo, de sua família, das instituições e sociedade.

As pesquisas levadas a efeito dão um norte na sequência dos passos, agregando colaboração interdisciplinar no intuito de despertar os interesses institucionais e sociais, sem conduzir o policial para uma atrofia de sua autoconfiança, iniciativa e criatividade, com práticas meramente assistencialistas.

Esse momento da contemporaneidade é marcado por conflitos exibidos nos noticiários e nas mídias sociais entre a ciência e o empirismo, alusivos aos cuidados na pandemia, reiteradamente usando as expressões: prevenção, tratamento precoce, profilaxia, higiene, variantes do vírus e outros. A circunstância conflitante se vê também nas terminologias próprias da ciência médica, em torno das comprovações de eficácias de vacinas, pela complexidade que envolve o tema.

Essa pontuação encontra analogia nas pesquisas descritas nos artigos aqui aproveitados, que, não obstante adotarem um método científico, inexistem rígida uniformidade nos resultados, do que se depreende que as experiências sofrem influências de muitos fatores, entre os quais se destaca o subjetivismo do pesquisador.

De pronto, foi observado que o fenômeno da interferência do trabalho policial na dinâmica familiar obteve maior frequência de abordagens nos artigos pesquisados, demonstrando a importância da família no contexto.

Numa visão ampla pode-se constatar nesses estudos pouco progresso além dos problemas verificados nos noticiários e relatos das partes envolvidas – policial, instituição, sociedade e família; no processo solucionador persiste a lacuna da participação do sujeito principal, que é a unidade vital produtiva – o policial.

No sentido crítico horizontal, fica evidente que as partes interessadas – policial, instituição, sociedade e família – em tese, priorizam a qualidade de vida e saudável dinâmica familiar, mas é preciso levar em conta que a segurança pública, como “dever do Estado e responsabilidade de todos”, segundo prescrição na Constituição Federal (BRASIL, 1988), precisa ser estabelecida a partir da segurança institucional, para que seja estendida ao meio, com prioridade da pessoa, não do problema.

No caminho de resultados urgem debates e propostas de melhores condições do aspecto funcional e social do policial, e uma conscientização da administração em todos os seus níveis, quanto à necessidade de mudanças de estruturas. Para essas mudanças não haverá obviamente sugestões específicas e sim conhecimento dos parâmetros no atendimento das necessidades levantadas, com uma conversa profícua envolvendo desde o servidor policial até a cúpula executiva, legislativa e judiciária.

Aos familiares se exige compreensão para com o estresse do policial, uma missão obstaculizada pela distância do ambiente funcional, a fazer ausentes os parâmetros para a empatia necessária, afetando sobremaneira a convivência familiar.

De forma velada, há conflitos de interesses na conjuntura que envolve o trabalho policial. De um lado, a instituição, que deseja eficiência, para cujo objetivo foi criada e lhe é exigido pela sociedade, cenário com participações especiais de muitas outras forças políticas e legais – poder executivo, legislativo e judiciário – e outras ilegais – o próprio mundo do crime. E sozinho, isolado, está o policial, com dever a cumprir e pouco direito de reclamar, até de falar.

Essas colocações sobre os conflitos não generalizam, mas as exceções são poucas, e não faz muita diferença conhecer a existência de unidades administrativas em que o profissional se declara plenamente realizado e feliz, tanto dentro como fora do âmbito laboral, pois o quadro geral continua a pedir reparos.

A letra fria da lei não tem emoção, é elaborada quase sempre longe do espaço de trabalho, incorporando a gestão de excelência para solucionar os crimes, reduzir seus índices e se justificar perante a sociedade.

Pesquisas, estatísticas, índices de estresse no trabalho policial integram o estudo aqui focalizado, com fatos e realidades asseveradas cientificamente sobre suas repercussões na qualidade e vida e dinâmica familiar, e são nada mais são do que o instantâneo das rotinas dos noticiários e mídias sociais. No campo da comunicação popular se multiplicam informações e opiniões acerca das vicissitudes humanas, e prevalece o aspecto pessimista, com maior sucesso, mais compartilhamentos, e o otimista insólito se espreme nesse mar revolto para passar um alento de luz.

Contra fatos não há argumentos – existe o estresse ocupacional – e seus estilhaços se projetam para todos os lados que, de alguma forma, atingem qualquer um que esteja nesse campo minado ou se aproxime dele, e o ponto de equilíbrio ideal não virá apenas de estratégias de enfrentamento ou do manejo daquelas repercussões inconvenientes. O processo requer uma alavanca e ponto de apoio para mover a grande pedra que obstrui a meta desejada, a equação entre as partes interessadas: indivíduo, família, instituição e sociedade. A inter-relação entre esses elementos da equação precisa permitir a comunicação, a livre fala sobre o que anima o íntimo de cada um e no espaço adequado, diretamente ou por seus representantes; enquanto permanecerem internalizados os medos e frustrações, os problemas vão se renovar em formas variadas no tempo.

Quando a pessoa se cala, pode-se imaginar o prejuízo que advém do conteúdo da sua mente, conforme o significado de determinados pensamentos, conceitos e preconceitos, dogmas e paradigmas.

Já foi feito neste estudo menção superficial ao exercício da fala, que consiste numa boa ferramenta para o processo de mudança, desde que não sejam apenas repetições sobre o mesmo ponto, sem consequências. As organizações promovem reuniões de trabalho periodicamente, porém o que mais se vê é uma parte de seus integrantes transmitindo ordens de serviços e o “cumpra-se”. É assim no meio político, e por isso as reformas demoram tanto, embaraçadas pelo jogo de interesses.

O objetivo de mudança pode ser alcançado numa roda de conversa em que todos os seus participantes tenham voz, certamente depois de ouvir, direcionada para ações colaborativas e sob orientação de pessoa capacitada, sobretudo com desenvolvimento reflexivo da conversa. Essa é a marca registrada do pensamento sistêmico, que agrega múltiplas contribuições na configuração de propostas, necessariamente dentro do conjunto entrelaçado de interesses, com o fito de melhores escolhas e decisões.

Não há dúvida de que, com a roda de conversa bem conduzida, se deixa para trás os conflitos desnecessários e os traumas das ofensas pessoais apenas por discordâncias de

ideias. Esse processo é aplicável a todas as redes de contatos humanos, desde a familiar até as organizações mais complexas, em linguagem corriqueira das relações informais, palavras faladas e escritas, bem como as muitas expressões do corpo, de objetos e do próprio meio, cada um com seu significado.

Algo de que se deve esperar do diálogo espontâneo são novas experiências, as novidades e o inesperado, que criam ambiente propício para a mudança necessária, até então inaplicável, o que, em outras palavras, significa tornar possível o que era impossível. Isso parece utopia, no entanto é simplesmente a revelação daquilo que estava escondido nas ideias isoladas.

Para que se tornem mais claras essas considerações, é salutar conhecer as teorias que fundamentam as práticas narrativa, colaborativa, apreciativa e reflexiva, direcionadas na exploração de opções dentro de um determinado sistema. São essas práticas que integraram o processo de formação dos especialistas em orientação de famílias do curso de pós-graduação em Intervenção Familiar, promovido pela UNITAU – Universidade de Taubaté SP.

Basicamente, a prática narrativa consiste no bem ouvir e falar, e tem como alvo o equilíbrio emocional de um grupo, refletido no estado físico, consistentes de respostas do narrador, das testemunhas da narração e do dono do processo, com novos significados e possibilidades, que confronta a história dominante (GRANDESSO; 2011).

Em artigo publicado na plataforma de estudos PASSEI DIRETO, Marilene Grandesso escreve sobre a prática colaborativa, e destaca que nela o instrumento principal é o diálogo para a transformação pessoal e social, numa forma de troca, para saber como as pessoas tratam do seu contexto, deixando em segundo plano a resolução de problemas (GRANDESSO; s/d).

Na revista *Psicologia e Sociedade* foi publicado artigo sobre o tema investigação apreciativa, que consiste em propor questões com habilidade para gerar respostas abertas e entusiasmadas das pessoas, o que facilita o fluxo da conversa e, em consequência, as transformações com mais autoconfiança e valorização de perspectivas dos outros, em ambiente apropriado para se correr riscos nas escolhas (SOUZA; MCNAMEE; SANTOS; 2010).

A prática reflexiva é o fruto de experiência de Tom Andersen, para encontrar alternativas de mudança, tendo na sua essência o aprimoramento da maneira de pensar, num processo versátil, ajustável ao ambiente e circunstâncias, para ouvir de forma reflexiva antes de falar (BUENO; SILVA; 2019).

As ferramentas pragmáticas utilizadas na realização das necessárias mudanças no complexo formado pelo trabalho policial, reflexos na família e noutros círculos sociais, nem

sempre são eficazes porque neles são inibidas as participações e falas dos mais interessados, por se posicionarem em níveis mais básicos, para evitar o termo inferior.

O profissional é o elemento fundamental do sistema público, que tem o pensamento e visão mais expressivos para servir à realização dos objetivos, por estar na linha de frente ou imediatamente próximo dela, e vê o encadeamento dos fatos e circunstâncias com visão privilegiada.

5. Considerações Finais

A abordagem policial considerada violenta e relacionada com morte provoca discussões generalizadas em torno da culpa ou responsabilidade, e todos que compõem o contexto são questionados e analisados – policial, instituição, governo e a própria sociedade. Esses elementos constituem uma inequação conflitante e de difícil resolução, que requer medidas não apenas paliativas e sem cair no esquecimento, o que é recorrente.

A questão de o policial ser alvo de críticas e exigências de muitos interessados já foi antes desenvolvida sucintamente, e deixamos para as considerações finais o tema mais atual, o das câmeras acopladas ao corpo do operacional, um dos pontos centrais de discórdias nos debates políticos das últimas eleições, e mais uma vez o elemento central foi esquecido nas discussões.

Em artigo publicado no periódico eletrônico *Gazeta do Povo*, Gabriel Sestrem (SESTREM, Gabriel; 2022) reporta-se a trabalho realizado por pesquisadores da Universidade de Stanford, Califórnia – EUA, sobre o uso de câmeras em operações nas áreas dominadas pelo narcotráfico no Rio de Janeiro – RJ, com dados contrários à eficiência da prática, sinalizando prejuízos consideráveis para a segurança pública.

O que ficou evidente nos apontamentos de Gabriel Sestrem é que o uso das câmeras no corpo do policial inibe seu trabalho e lhe traz insegurança, revelando um problema maior ainda, relacionado com a falta de apoio legal aos agentes públicos de segurança, em que pesa a grita comum dos representantes das entidades de direitos humanos, no esforço de imputar responsabilidades aos policiais e, por conseguinte, culpar o Estado.

Também foram apontados no artigo os vazios na legislação brasileira, para definir normas de condutas em operações policiais com enfrentamentos de criminosos, dando lugar a interpretações da Justiça normalmente desfavoráveis aos profissionais, e uma visão técnica legal aponta que os registros em vídeos de ocorrências com os suspeitos sendo atingidos por projéteis balísticos seriam produções de provas contra os próprios policiais.

Sobre aberturas de processos dos órgãos corregedores contra os policiais, para investigar condutas nos enfrentamentos, o artigo de Gabriel Sestrem (SESTREM, Gabriel;

2022) alerta que são eles instaurados mesmo havendo reação em legítima defesa, e a câmara serviria mais para controle da ação policial.

As preocupantes repercussões do trabalho policial precisam de respostas e soluções, nas mudanças estruturais e nas posturas em relação aos recursos humanos, com confronto dos interesses do sistema, legal e ilegal – do próprio mundo do crime, que deixa em segundo plano o policial, com muitos deveres e poucos direito, sem canais eficazes de reivindicações e até para se expressar, enquanto a capacidade transformadora da lei, fria, sem emoção, é exercida quase sempre longe da linha de frente, concentrada na gestão de excelência e redução das estatísticas criminais.

O exercício da fala como ferramenta no processo de mudança vai além de reuniões de trabalho, ordens de serviços e exposições de normas, é preciso que todos ouçam e tenham voz, em processo reflexivo do pensamento sistêmico, para instruir ações colaborativas no sentido de formatar alternativas mais aprimoradas.

No tocante às estratégias para proteção da saúde física e mental do policial no seu ambiente de trabalho, relativas a uma das especificidades do objetivo geral do estudo, os artigos pesquisados descrevem diversas medidas e atividades para solucionar ou amenizar os problemas. Numa análise ainda inconsistente, isso comprometeria a carga horária do profissional.

A visão ampliada sobre o problema de sobrecarga do já sobrecarregado policial no campo físico e/ou mental antecipa a necessidade de conversar, e, a priori, desenvolver estudos para conciliar o programa das atividades revitalizantes dentro da própria jornada de trabalho.

Esses apontamentos criam uma variante do tema, antevendo que os cuidados terapêuticos do profissional trás mais produtividade, ou melhor, mais eficiência administrativa e operacional, e para a socialização e humanização do ambiente de trabalho é indispensável à reestruturação do espaço, com mudanças de posturas e conceitos.

Nessas conjecturas finais desponta uma nova consciência, envolvendo o sistema como um todo, sendo úteis as práticas narrativas, colaborativas, apreciativas e reflexivas, antes reportadas, reunindo numa mesa de trabalho os segmentos da segurança pública, desde o operacional até o administrativo, com prerrogativas de decisão para rompimento de paradigmas e redefinição de conceitos.

Referências

ARCANJO, José. Os 8 fundamentos do novo modelo de excelência da gestão (MEG). 2016. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/os-8-fundamentos-do-novo-modelo-de-excelencia-da-gestao-meg>>. Acessado em: 30 de dezembro de 2020.

ASSIS, Beatriz Barbosa; CAROLINA, Ana; BERNARDINO, Adriana Vasconcelos da Silva. Da farda ao fardo: estresse, ansiedade e depressão no cotidiano do policial militar. Revista Mosaico. Vassouras RJ. 2020. Disponível em:

<<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2286>>.

Acessado em: 10 de março de 2021.

BRASIL. 1940. Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acessado em: 19 de abril de 2021.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 18 de março de 2021.

BRASIL. 2015. Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art1045>.

Acessado em: 18 de abril de 2021.

BUENO, Amanda Guedes; SILVA, Isabela Machado da. Terapia Familiar com Equipe Reflexiva: Contribuições e Desafios. 2019. Disponível em:

<https://www.academia.edu/42673161/Terapia_Familiar_com_Equipe_Reflexiva_Contribui%C3%A7%C3%B5es_e_Desafios_1?auto=download&email_work_card=download-paper>. Acessado em: 15 de março de 2021.

CESARIO, Raquel Rangel; CESARIO, Manuel. Resenha do Livro. 2013: Pensamento Sistêmico: o Novo Paradigma da Ciência. Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 43, n.

1, supl. 1, p. 708-711. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022019000500708&lng=en&nrm=iso>.

Acessado em: 10 e março de 2021.

COLETA, Alessandra dos Santos Meneses Dela; COLETA, Marília Ferreira Dela. 2008. Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. Psico – USF – Universidade São Francisco – Uberlândia MG. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/psuf/v13n1/v13n1a08.pdf>>. Acessado em: 11 de março de

2021.

[CORTÁZAR, NaiaraGalarraga; ALESSI, Gil. PCC, a irmandade dos criminosos. Jornal El Pais Brasil. São Paulo. 2020. Disponível em:](#)

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-12/pcc-a-irmandade-dos-criminosos.html>>.

Acessado em: 17 de abril de 2021.

COSTA, Marcos; ACCIOLY Júnior, Horácio; OLIVEIRA, José; MAIA, Eulália. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. Revista Panam Salud Publica. 2007. Disponível em:

<<https://scielosp.org/pdf/rpsp/2007.v21n4/217-222/pt>>.

Acessado em: 10 de março de 2021.

DANTAS, Marilda Aparecida; BRITO, Denilza Vitar Cantarino; RODRIGUES, Pâmela Batista; MACIENTE, Tiago Silvério. Avaliação de estresse em policiais militares. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 12, n. 3, p. 66-77, mar. 2010. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006&lng=pt&nrm=iso>.

Acessado em: 21 de fevereiro de 2021.

DERENUSSON, Fernando C.; JABLONSKI, Bernardo. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. *Aletheia*, Canoas, n. 32, p. 22-37, ago. 2010. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 14 de março de 2021.

FONTE SEGURA. Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

<https://fontesegura.org.br/?gclid=EAIaIQobChMI6ePao9mI8AIVITS5Bh0ewAO2EAEYASAAEgL9wfD_BwE>. Acessado em: 18 de abril de 2021.

FNQ – Fundação Nacional de Qualidade. Princípios básicos dos fundamentos do MEG – Modelo de Excelência de Gestão. 2016. Disponível em:

<<https://fnq.org.br/fundamentos/>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

GRANDESSO, Marilene. Terapia Colaborativa: que prática é essa? FARESI – Faculdade da Região Sisaleira. Plataforma de estudos Passei Direto. S/d. Disponível em:

<<https://www.passeidireto.com/arquivo/85981575/terapia-colaborativa-por-marilene-grandesso>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

GRANDESSO, Marilene. “Dizendo olá novamente”: A Presença de Michael White entre nós terapeutas familiares. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*. 2011. Disponível em: <<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/208>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

MACHADO, Jacqueline Mari; ROCHA, Giovana Veloso Munhoz da. Stress no trabalho policial: uma análise das estratégias de enfrentamento. *Revista Tuiuti: Ciência e Cultura*. UTP – Universidade de Tuiuti PR. 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/319782973_Stress_no_trabalho_policial_uma_analise_das_estrategias_de_enfrentamento>. Acessado em: 12 de março de 2021.

MACHADO, [Leonardo Marcondes](#). *Revista ConJur – Consultório Jurídico. Desafios (estruturais) da segurança pública brasileira*. 2019. Disponível em:

<[https://www.conjur.com.br/2019-nov-05/academia-policia-desafios-estruturais-seguranca-publica-brasileira#\[1\]](https://www.conjur.com.br/2019-nov-05/academia-policia-desafios-estruturais-seguranca-publica-brasileira#[1])>. Acessado em: 18 de abril de 2021.

MORAIS, Lucilio Linhares Perdigão de. Vestindo a Camisa: Aspectos Ideológicos do Uso da Farda. Um Estudo de Caso em uma Unidade policial. *EnANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração –Rio de Janeiro RJ. XXXI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/EOR-C2081.pdf>.

Acessado em: 22 de fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre RS, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 de março de 2021.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Bol. psicol*, São Paulo, v. 59, n. 131, p.153-166, dez.2009. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10 de março de 2021.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v19n2/v19n2a05.pdf>>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021.

SOUZA, Felipe Silva de. Qualidade de vida do policial civil: fatores de estresse ocupacional. Revista da Escola Superior da Polícia Civil. Curitiba PR 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/espcc/edicao-2-artigo-3>>. Acessado em: 12 de março de 2021.

OUVIDORIA da Polícia do Estado de São Paulo. Uma Análise Crítica Sobre Suicídio Policial. Publicado no Site do CRP SP. 2019. Disponível em: <<https://www.crsp.org/impreso/view/470>>. Acessado em: 4 de agosto de 2022.

PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto; FARIKOSKI, Camila. Avaliação do Nível de Estresse de Policiais Militares. Revista de Psicologia da IMED. 2016. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1250/0>>. Acessado em: 01 de março de 2021.

PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 633-644, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2021.

SANTANA, Sérgio Lopes; SABINO, Alini Daniéli Viana. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. Revista Conexão Eletrônica – AEMS – Faculdades integradas de Três Lagoas MS. 2012. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humana/s/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf>>. Acessado em: 11 de março de 2021.

SÃO PAULO. 1975. Decreto n. 6.919, DE 28 DE OUTUBRO DE 1975. Reorganiza o Departamento Estadual de Polícia Científica – DEPC. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1975/decreto-6919-28.10.1975.html>>. Acessado em: 18 de abril de 2021.

SÃO PAULO, 1979. Lei Complementar 207/1979. Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1979/compilacao-lei.complementar-207-05.01.1979.html>>. Acessado em: 19 de abril de 2021.

SÃO PAULO. 1994. Lei Complementar nº 756, de 27 de junho de 1994. Organiza a Superintendência da Polícia Técnico-Científica e dá outras providências correlatas. Diário Oficial - Executivo, 28/06/1994, p.1. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1994/lei.complementar-756-27.06.1994.html>>. Acessado em: 18 de abril de 2021.

SÃO PAULO. 1998. Decreto nº 42.847, de 9 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Superintendência da Polícia Técnico-Científica e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-42847-09.02.1998.html>>. Acessado em: 19 de abril de 2021.

SÃO PAULO. 2007. Decreto 52.054/2007. Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=73532>>. Acessado em: 19 de abril de 2021.

SÃO PAULO. 2019. Lei Complementar nº 1.351, de 13 de dezembro de 2019. Institui a Bonificação por resultados – BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico Científica e Militar e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2019/lei.complementar-1351-13.12.2019.html>>. Acessado em: 16 de abril de 2021.

SECOM – Secretaria de Comunicação do TST – Tribunal Superior do Trabalho. Dumping social – indenização deve ser requerida pelo ofendido. 2013. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/dumping-social-indenizacao-deve-ser-requerida-pelo-ofendido>. Acessado em 22 de julho de 2022.

SESTREM, Gabriel. Efeito “despoliciamento” – Estudo aponta que câmeras nas fardas dos policiais podem ser prejudiciais à segurança pública. Gazeta do Povo. 2022. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudo-aponta-uso-cameras-fardas-policiais-pode-ser-prejudicial-seguranca-publica/>>. Acessado em 22 de dezembro de 2022.

SILVA, André Ricardo Dias da. A avaliação psicológica no trabalho policial: necessidade para a efetividade da segurança pública. Jus.com.br. Revista Jus Navigandi. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/71075/a-avaliacao-psicologica-no-trabalho-policial-necessidade-para-a-efetividade-da-seguranca-publica>>. Acessado em: 27 de fevereiro de 2021.

SOUZA, Laura Vilela e; MCNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel Antônio dos. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 22, n. 3, p.598-607, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300020&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 21 de novembro de 2020.

Capítulo 9- Resiliência familiar em contexto de pandemia

Adriana Leônidas de Oliveira

Milena Fernandes Farias

1. Introdução

Resiliência se refere a capacidade do indivíduo de resistir e se recuperar de desafios vitais perturbadores e o conceito de resiliência familiar envolve o manejo de condições estressantes e cargas, o potencial de recuperação, reparo e crescimento das famílias frente aos sérios desafios da vida, além do potencial transformador e crescimento pessoal e relacional, que pode resultar da adversidade (WALSH, 2016).

Souza (2004) define a resiliência familiar com base no funcionamento, estrutura, a forma como a família reage diante da crise, o aprendizado adquirido e a flexibilidade na resolução de problemas, ou seja, tanto nas classes mais favorecidas e privilegiadas socialmente quanto naquelas politicamente esquecidas, os indivíduos vivenciam adversidades. O que as diferenciam, entretanto são os fatores de risco e proteção (funcionamento, comunicação e significados familiares) disponíveis que facilitam e protegem os indivíduos.

Os processos-chave de resiliência são processos dinâmicos relacionados aos pontos fortes e recursos disponíveis às famílias que contribuem com o aumento da resiliência familiar, quando utilizados em estratégias de intervenção ou prevenção, para suavizar o estresse, reduzir o risco de disfunção e apoiar a adaptação ideal. Esses processos estão relacionados a três domínios do funcionamento familiar: Sistemas de crenças, padrões organizacionais e processos de comunicação (WALSH, 2016).

Os processos sociais e os comportamentos humanos são diretamente afetados pelo ambiente, logo em situações de desastres o grupo ou sociedade envolvida é afetado desde o pré-desastre até os estágios da recuperação (KREPS, 1984; TIERNEY, 1899 apud COÊLHO, 2007, online). Devido à importância da inclusão do apoio psicológico tanto para vítimas diretas, quanto aos trabalhadores e voluntários que atuam nestes eventos, surgiu um olhar mais voltado para as necessidades psicológicas dos atingidos, e assim abre-se para a Psicologia um novo campo de atuação (PARANHOS; WERLANG, 2015).

Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, termo esse que se refere à distribuição geográfica da doença e não à sua gravidade (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020, online).

O enfrentamento da pandemia vai além das capacidades individuais ou do sistema familiar, compreendendo desde os aspectos culturais e sociais até as condições

socioeconômicas. Isso destaca a importância de investigarmos os processos vividos por essas famílias muito além do núcleo familiar, considerando o contexto no qual a família está inserida e como esse contexto impacta sua resiliência, essencial para uma adaptação e recuperação ideal, diante da adversidade. Este foi o objetivo do presente estudo.

2. Revisão da literatura

MEDIDAS PREVENTIVAS E ISOLAMENTO SOCIAL

Em pandemias, a quebra da cadeia de infecção é fundamental e exige a separação entre indivíduos sadios e doentes. Esse processo pode ser alcançado por meio de medidas de separação física, como isolamento, quarentena e distanciamento social. Entretanto, embora sejam essenciais e baseadas em evidências científicas, essas medidas podem impactar a saúde mental daqueles que as experienciam, sendo importante avaliar as possíveis consequências psicológicas dessas medidas e propor estratégias de promoção da saúde mental e de atenção psicossocial a curto, médio e longo prazo. Parte dos cuidados necessários para a promoção da saúde mental deve ser garantida pelo Estado, através de políticas públicas que possam responder à situação de emergência. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Estudos chineses destacaram a confiança nas autoridades, assim como a clareza das informações transmitidas como essenciais no processo de estabilização emocional e maior adesão às medidas, pois potencializa a sensação de ser cuidado e evoca o sentimento de altruísmo ao cuidar dos outros. Diante disso, torna-se essencial identificar recursos que contribuam com um enfrentamento saudável do isolamento e adequação à nova realidade, como atividades físicas, cognitivas, momentos de lazer e que reforcem a autoconfiança intrafamiliar, além de cuidados com acesso e veracidade das informações divulgadas e manutenção de contatos online. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

A impossibilidade de estarmos próximos de amigos e familiares resulta em uma extraordinária necessidade de comunicação pelas ferramentas virtuais, que possibilitam encurtar distâncias. Entretanto, o fato de estarmos submetidos à uma enxurrada diária de informações, notícias, mensagens de *WhatsApp*, *lives* no *Instagram*, entre outros, resultam no que se denominou de *information overload*, ou apenas *infoxication*. Expressão que representa a dificuldade de entendimento ante a sobrecarga de informações (SILVA, 2020).

Tal contexto pode levar a um agravamento de transtornos mentais já existentes, assim como, ocorrência de distúrbios de sono, intensificação do stress, ansiedade, depressão, sentimento de solidão, privação de liberdade, isolamento emocional, desesperança, angústia, exaustão, instabilidade, tédio, raiva, dificuldade de concentração,

desinteresse em atividades e em alguns casos intensificação de violência doméstica, devido a permanência do agressor em casa e a dificuldade de realização de denúncias e intervenção dos órgãos de apoio. Além de todos esses aspectos, destaca-se o medo constante do contágio, assim como o medo de ser transmissor da doença (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

FAMÍLIA E RESILIÊNCIA FAMILIAR SEGUNDO FROMA WALSH

Segundo Walsh (2016), crises e desafios são inerentes à condição humana, e possibilitam reavaliar prioridades e objetivos, estimulando um maior investimento em relações significativas. Entretanto, embora algumas famílias sejam abaladas por eventos de crise, transições perturbadoras ou dificuldades persistentes, o notável é que muitas outras emergem fortalecidas e com mais recursos.

Dentro da visão sistêmica, enquanto o conceito de Resiliência se refere a capacidade do indivíduo de resistir e se recuperar de desafios vitais perturbadores, o conceito de resiliência familiar envolve o manejo de condições estressantes e cargas, o potencial de recuperação, reparo e crescimento das famílias frente aos sérios desafios da vida, além do potencial transformador e crescimento pessoal e relacional, que pode resultar da adversidade. Ao explorar os processos chave de resiliência, as famílias que estão em dificuldades podem emergir mais fortes e com mais recursos para enfrentarem desafios futuros (WALSH, 2016).

Os processos-chave de resiliência são processos dinâmicos relacionados aos pontos fortes e recursos aos quais as famílias possuem acesso e que contribuem com a resiliência familiar, podendo ser utilizados como aliados em estratégias de intervenção ou prevenção, esses processos estão relacionados a três domínios do funcionamento familiar: Sistemas de crenças da família, padrões organizacionais e processos de comunicação (WALSH, 2016).

Os **sistemas de crenças** familiares ajudam os membros a encontrarem significado nas adversidades; facilitam uma perspectiva de esperança e oferecem valores e conexões transcendentais ou espirituais, o que aumenta o funcionamento eficaz e as opções para soluções de problemas, recuperação e crescimento.

Valores, recursos, desafios e objetivos dos membros de uma família definem o caminho a ser traçado. Famílias com bom funcionamento abordam uma crise como um desafio compartilhado, um momento de mudança a ser superado em conjunto e com potencial para fortalecer a relação intrafamiliar. Além disso, tendem a manter uma visão mais otimista da vida. A esperança se baseia na fé, fornece energia e incentiva a superação de adversidades, não importando quão desfavorável seja o presente, entretanto uma perspectiva positiva precisa ser reforçada por sucessos e por um contexto social protetor.

Oferecer incentivo reforça a coragem para aproveitar oportunidades, persistir nos esforços e contribui com o desenvolvimento da perseverança e iniciativa (WALSH, 2016).

No que se referem aos **padrões organizacionais** familiares, a resiliência é fortalecida por uma estrutura flexível, demonstrada através da capacidade da família de a partir do novo, renovar as relações e reorganizar os padrões de interação para se adequarem às novas condições e construir uma nova “normalidade”; pela conectividade, que se refere ao apoio mútuo, colaboração e comprometimento da família em enfrentar as adversidades; pelos recursos sociais, como redes familiares e sociais, grupos comunitários e congregações religiosas, que podem contribuir com o sentimento de segurança e oferecer apoio prático e emocional. E por fim pelos recursos econômicos, como políticas institucionais, segurança financeira, um ambiente de trabalho que o apoie, um sistema de saúde acessível e políticas públicas que os capacitem a se desenvolverem. (WALSH, 2016).

A adaptação e resiliência de famílias imigrantes, por exemplo, são estimuladas pela manutenção da conexão com os parentes e a comunidade com as raízes culturais e espirituais (FALICOV, 2007 apud WALSH, 2016).

Uma boa liderança e confiabilidade parental facilitam a adaptação diante do estabelecimento de novas estruturas familiares. É essencial se atentar as individualidades e fronteiras de cada membro, que possuem tempos de processamento e reações variadas as adversidades, de acordo com seus próprios significados, experiências e idade, assim como garantir que crianças e outros membros mais vulneráveis sintam confiança e previsibilidade mesmo diante de crises, mantendo uma rotina e rituais significativos (celebração de aniversários, feriados) que contribuam com o sentimento de continuidade (WALSH, 2016).

Por fim, os **Processos de comunicação** se referem à clareza das informações em situações de crise, que contribuem para um bom funcionamento familiar, assim como a empatia e tolerância contribuem com a confiança que encorajam uma abertura emocional e compartilhamento de sentimentos despertados pelo evento. Quando as informações essenciais sobre a situação e as expectativas são claras, torna-se possível tomadas de decisões compartilhadas e negociação de diferentes percepções de forma justa e recíproca.

Segredos e negações bloqueiam o relacionamento transparente e dificultam o processo de resiliência familiar, mesmo que a intenção seja proteger os membros mais vulneráveis, o que não é nomeado pode gerar ansiedade, medo e até problemas somáticos e comportamentais. Assim como, mensagens ambíguas, confusas e informações contraditórias do governo bloqueiam a compreensão do contexto (WALSH, 2016).

3. Método

Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória com abordagem qualitativa. Participaram 15 representantes de famílias brasileiras residentes em diferentes continentes para maior compreensão da temática a partir da realidade vivida pelas famílias.

Foram aplicados dois instrumentos, sendo eles, a Escala de Processos Chave na Resiliência Familiar construída pela Dra. Marilza Terezinha Soares de Souza (2003) durante o Curso de Terapia Familiar Sistêmica com Orientação na Resiliência, sob orientação da Dra. Froma Walsh e entrevistas semiestruturadas, para maior detalhamento acerca dos impactos da pandemia sobre os processos chaves de resiliência, assim como as particularidades de cada tipo de contexto, das estratégias políticas de enfrentamento, entre outras questões.

A análise das respostas da escala foi por pontuação, criando assim um parâmetro percentual de classificação: baixa, média e alta resiliência. Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados por meio de técnicas qualitativas de análise de conteúdo para identificar padrões e especificidades das experiências, assim como as estratégias desenvolvidas e alterações nos sistemas familiares.

4. Resultados e Discussão

DADOS DA ESCALA DE PROCESSOS CHAVE DE RESILIÊNCIA FAMILIAR

A amostra foi composta por quinze famílias brasileiras que vivem em diferentes continentes. Sete famílias vivem no Continente Americano, dentre elas, quatro famílias da América do Sul (três no Brasil e uma na Argentina) e três da América do Norte (duas dos EUA e uma do Canadá), cinco famílias no Continente Europeu (duas do Reino Unido, uma da Irlanda, uma da Áustria e uma da ilha de Malta), uma família no Continente Asiático (Japão), uma no Continente Africano (África do Sul) e uma na Oceania (Austrália).

A escala de Resiliência Familiar definida por Froma Walsh, é formada por 20 questões, cujas respostas podem valer de 1 a 3 pontos, dentre essas questões, oito são referentes ao sistema de crenças, seis referentes aos processos organizacionais e seis referentes aos processos de comunicação. Logo, o escore máximo que pode ser obtido é de 60, 24 referente ao sistema de crenças, 18 referente aos processos organizacionais e 18 referente aos processos de comunicação. A Família 10, que vive no Reino Unido, apresentou o maior escore total (58), seguida pela Família 1, também do Reino Unido, e Família 12, de Santa Catarina, Brasil (ambas 56). As famílias 4, dos EUA, e 6, do Canadá, apresentaram o menor escore total (37 e 39 respectivamente).

Em relação ao sistema de Crenças, a Família 10, do Reino Unido, apresentou o escore máximo (24), seguida pela Família 1, também do Reino Unido, e 11, da Austrália (ambas 22). A Família 4, dos EUA, e 6, do Canadá, apresentaram o menor escore nessa categoria (ambas 15). Referente aos processos organizacionais, a Família 12, de Santa Catarina, Brasil, apresentou o escore máximo (18), seguida pelas famílias 7, da Argentina, e 8, do Japão (ambas 17). A família 4, dos EUA apresentou o menor escore na categoria (9). Por fim, referente aos processos de comunicação, as Famílias 1, do Reino Unido, 8, do Japão e 10, também do Reino Unido, apresentaram o escore máximo (todos 18), já a família 6, do Canadá, apresentou o menor escore (12).

O mundo é repleto de uma grande variedade de pessoas, grupos e nações que pensam, sentem e agem de forma diferente e a cultura é o que reflete a história de um país e as características de sua população (BARCELOS et. al, 2014). Ao analisarmos os escores por continente, pudemos constatar que o escore de resiliência média da América do Norte foi o mais baixo em comparação aos do restante do Continente Americano e dos demais continentes. Os demais continentes obtiveram escores médios aproximados, entre 51 e 55, sendo o maior o da Ásia.

OS SISTEMAS DE CRENÇAS

Famílias que apresentaram um Escore Alto

Sistemas de crenças ajudam os membros a encontrarem significado nas adversidades; facilitam uma perspectiva de esperança e oferecem valores e conexões transcendentais ou espirituais, que contribuem com um funcionamento eficaz e soluções de problemas, recuperação e crescimento. Os membros de uma família podem traçar caminhos variados na resiliência de acordo com seus valores, recursos, desafios e objetivos. (WALSH, 2016)

Para melhor compreensão dos resultados obtidos pelas famílias nesse processo chave, realizamos uma correlação com os temas relacionados trabalhados nas entrevistas.

Dentre as famílias que apresentaram os maiores escores na escala, as famílias 1 e 11, mesmo não sendo tão ativos religiosamente, buscaram em suas crenças formas de compreender e enfrentar o contexto. Já a Família 2 destacou não ter buscado apoio na religião devido aos valores cobrados pela igreja católica na Áustria. Diferente da mãe de RI da Família 12 que é adventista, o restante da família apenas se apoiou na crença de que Deus, como a família, dá suporte para superarem as adversidades.

Para MA. Família 10, que apresentou o maior escore da amostra na escala e no sistema de crenças, a pandemia foi uma oportunidade de trazer suas filhas para mais perto

de Deus, e o que ele é capaz de fazer quando se tem fé, acredita que ele faz coisas lindas em suas vidas, então para ela foi um ano maravilhoso, no qual conseguiram fazer muitas coisas.

No que se refere às expectativas dessas famílias para o futuro, enquanto a Família 2 vê esperança no fato de a sociedade ter tentado aprender com o vírus, para na próxima, se houver, lidarem melhor. A Família 11 leva como lição que não podem controlar tudo, perceberam que podem até planejar, mas precisam se preparar para surpresas.

Já RI. da Família 12 acredita que a pandemia ensinou a importância do outro, em sua família por exemplo, todos pegaram COVID e tiveram que se unir e se apoiarem. O que também foi destacado por MA da Família 10 que recordou as ruas de Londres desertas com todos trancados, espera que as pessoas tenham aprendido a amar mais, não só na doença, na saudade, mas diariamente, pois a vida curta e acredita amar uns aos outros é essencial.

Famílias que apresentaram um Escore Médio

As Famílias 8 e 15 relataram não frequentar nenhuma instituição religiosa. Já RE da Família 13, mesmo usando a pandemia para investir em auto amor, acredita ser importante a crença no universo, em um Deus, em um propósito ou de que todos podem ser melhores, para manter a esperança de dias melhores. Para LN. da Família 14, 2020 consolidou no que acredita ou não, seus ideais, filosofias, crenças, fez até uma tatuagem sobre perspectiva e reduziu o consumo de carne ao refletir sobre o animal preso, sem condições mínimas, já que foi como se sentiu nesse período, como um animal enjaulado.

BA. da Família 7, é e se cerca de pessoas religiosas. A Família 5, chegou a ir na igreja católica no início, só podiam sentar duas pessoas por banco, depois evitaram ir por questões de segurança. MA. da Família 3, se apegou ainda mais ao catolicismo, buscou a Deus, a bíblia e assistia Canção Nova, assim como a Família 9, que via o terço pelas redes sociais, missas online, consideraram essencial ter religião, fé, rezar, pedir a Deus que tudo isso passe.

Como apresentado anteriormente, a esperança está baseada na fé, fornece energia e contribui com a superação de adversidades, não importando quão desfavorável seja o presente (WALSH, 2016). Acreditar em algo fornece uma visão positiva da realidade e contribui com a capacidade de resiliência, a fé dá ao indivíduo razões para lutar, acreditar que a vida pode melhorar. 73,3% dos participantes possuem esperança de que as coisas vão melhorar, 26,7% não estão certas, mas possuem alguma esperança.

A Família 14 que já era muito ligada à família, passou a valorizar ainda mais os momentos. Consideram dinheiro importante, mas não mais do que estarem juntos. AN. da Família 9 ressaltou a importância de cuidar da família, da saúde, se unirem e apoiarem, assim como demonstrarem amor e respeito. Já a Família 5 tinha fé de que as pessoas

parariam de correr tanto atrás das obrigações a ponto de não terem tempo para a família e que pensariam mais no próximo, sabem que a máscara permanecerá alguns anos, mas acreditam que tudo isso trouxe benefícios, como as reflexões que surgiram no mundo devido ao que aconteceu.

Segundo estudos de Frugoli Jr. (2020), as esperanças do contexto de pandemia projetaram-se principalmente nas possíveis vacinas, que embora em andamento pelo mundo, indicavam um longo caminho quanto à eficácia. O autor considera fundamental compreender como as diversas interações face a face da vida urbana cotidiana podem vir a ser refeitas, com atenção àquelas de domínio mais popular, em meio a esse turbilhão que nos acomete.

Famílias que apresentaram um Escore Baixo

Segundo a Família 4 a população de Miami desconsiderou o risco, estavam focados na aparência e em festas, priorizando dietas e exercícios, mesmo que na rua. Acreditam que o segredo está na consciência individual e respeito ao outro, como foi feito pela Família 6, que ficou em casa e se organizou para que todos ajudassem nas atividades da casa, cuidados com os mais novos, com os animais e até mesmo na reforma da casa, já que as coisas lá são acessíveis, fáceis de usar, todos aprenderam a colaborar.

A Família 6, não é ligada à religião, nem possui rituais como no Brasil. Assim como DO. da Família 4 que possui crenças, mas não uma religião, busca apenas fazer o certo, assim como sua esposa, acredita que se acontece algo errado foi porque fizeram algo de errado, ou seja, se tudo está dando mais certo do que imaginavam, foi porque acreditaram e foram atrás.

OS PADRÕES ORGANIZACIONAIS

Segundo Walsh (2016), a resiliência é fortalecida por uma estrutura flexível, conectividade e recursos sociais e econômicos, que contribuem com o sentimento de segurança em crises ao oferecer apoio prático e emocional. A flexibilidade da família está relacionada à capacidade de se adequar ao novo e construir uma nova “normalidade”. A estabilidade é essencial para que membros mais vulneráveis sintam-se seguros, estabilidade essa que advém de aspectos como segurança financeira. Assim como os indivíduos precisam de relações apoiadoras, famílias precisam de políticas institucionais, um trabalho que o apoie, um sistema de saúde acessível e políticas públicas que os capacitem a se desenvolverem.

Para melhor compreensão dos resultados obtidos pelas famílias nesse processo chave, realizamos uma correlação com os temas relacionados trabalhados nas entrevistas.

Famílias que apresentaram um Escore Alto

Para a Família 1, a pandemia foi uma oportunidade de estudar o mercado financeiro, entre outros cursos online que apenas mantiveram. Assim como RL. da Família 7, que também atuou na bolsa de valores enquanto cursava o 1º ano de medicina, onde recebeu um excelente suporte institucional que garantiu o aprendizado. SH. da Família 2, também manteve seu curso online, mas as exigências dos professores por provas presenciais foram um desafio devido ao trâmite de documentos exigidos enquanto tudo estava fechado.

Como o marido de PA., da Família 8 ganha por hora, as folgas que recebeu na pandemia foram um problema, por sorte o governo forneceu uma ajuda de 100.000¥ ienes por membro de cada família, no caso deles 400.000¥, para evitar que o fechamento das fábricas agravasse a economia, o que ajudou, mesmo assim, como PA. ficou desempregada, tiveram que tirar os filhos da escola paga, brasileira, continuaram apenas na escola japonesa gratuita de manhã e PA ficava com eles a tarde, fazendo atividades com auxílio da internet.

Na Áustria, segundo a Família 2, independente da pandemia, desempregados recebem cerca de 900 euros por mês do governo por um ano, enquanto buscam trabalho, e mais 150 euros por filho até os 18 anos ou 24 anos, caso estudem. Na Argentina o apoio da comunidade brasileira surpreendeu a Família 7, que arrecadavam dinheiro para famílias trazerem corpos de brasileiros mortos para o Brasil, o que custa uns R\$25.000,00 e também compartilhavam vagas em carros para quem quisesse retornar ao país.

O companheiro de RI., da Família 12, foi morar com ele e depois ficou desempregado e sua irmã estava de licença maternidade, então apenas ele e a mãe continuaram trabalhando. AN. da Família 9, continuou dando aulas, mas a adaptação a tecnologia foi um desafio, que superou com a ajuda dos colegas e da filha. Antes saía para trabalhar, deixar o filho na escola e ao ficar dentro de casa, sempre que saía tinha medo de levar a doença para os pais, idosos.

Assim como os indivíduos precisam de apoio familiar, precisam também de políticas institucionais, um ambiente de trabalho que o apoie, um sistema de saúde acessível e políticas públicas que os capacitem a se desenvolverem. (WALSH, 2016)

MA. da Família 10, supervisionava 7 staffs em uma companhia de serviços terceirizados, mas devido a pandemia ficou 4 meses em casa, recebendo 20% do seu salário da empresa e o restante do governo, considera a confiança nas autoridades essencial para se sentir segura, segurança essa que sua filha e genro perderam assim que retornaram ao Brasil.

Na Argentina, a Família 7 destacou a comparação com o Brasil na tomada de decisões totalmente opostas, que resultou em um número de mortos, proporcionalmente à população da Argentina, maior que no Brasil, o que os fizeram questionar se era mesmo certo fechar tudo. Já no Japão, a Família 8 destacou a atitude do setor de turismo, que com a promoção “*Go To Travel*”, que oferecia de 25% a 75% de desconto em viagens no país, levando a um aumento de 80% dos casos, o que era óbvio para eles que aconteceria, diante disso a família decidiu, por conta, não enviar os filhos para a escola por um período.

O casal da Família 1, considera a comunidade de Liverpool muito fechada, então sabem apenas a experiência dos colaboradores das lojas da Subway que gerenciam, que embora quisessem poder trabalhar, quando não podiam respeitavam. As lojas já seguiam altos padrões de higiene por lidarem com alimentos, cuidados que se intensificaram, além disso com os novos cartões com aproximação o contato com dinheiro também diminuiu. Já na Paraíba, segundo a Família 9, todos foram cuidadosos no início, mas com as eleições e o relaxamento, todos foram voltando à rotina. Assim como no Sul, onde segundo a Família 12, o governo foi ágil no início, batendo de frente com empresários que eram contra o *lockdown*, mas ao ceder à pressão levaram a população a não respeitar mais.

Para RI. da Família 12, a qualidade do Sistema Único de Saúde na região foi um fator importante, já que ele e o parceiro foram infectados com COVID-19 no ano passado, depois sua mãe e sobrinha, segundo ele a experiência só foi tranquila por terem sido tratados com muita agilidade e simpatia desde o primeiro contato.

Infelizmente, nem sempre o SUS, mesmo com toda sua importância, funciona adequadamente, durante a pandemia muitos foram os casos de falta de equipamentos básicos para a atuação, não apenas devido a gestão ineficaz de recursos, mas também devido a corrupção que se intensificou. Até dezembro de 2020 foram realizadas 61 operações policiais de combate a irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos e desvio de recursos que deveriam ser destinados a compras de EPIS, respiradores e contratos de hospitais de campanha. O valor chega a R\$1.994.655.108,00. (JUCÁ e BRONZE, 2020)

NA. Da Família 9, assim como as Famílias 11, 8 e 5 e 1, ressaltou importância da tecnologia no combate à COVID-19, não apenas na produção de vacinas, mas também no controle de casos, em Liverpool por exemplo todos faziam cadastro no aplicativo do sistema de saúde, depois faziam *check in* e *check out onde iam*, assim caso testasse positivo, o aplicativo notificava a todos que estiveram no mesmo local. O aplicativo também mostrava o nível de risco na região, possíveis sintomas e cuidados a tomar.

Szwarcwald et al. (2020), acredita que conforme as orientações baseadas em evidências, a flexibilização gradual das restrições de contato físico deve ser feita em regiões/países que atendam a critérios específicos de contenção da disseminação do vírus,

juntamente com um sistema de vigilância cujo desempenho permita detectar surtos locais, monitorar casos, isolar indivíduos infectados e indivíduos expostos, e aumentar a testagem, seja para diagnóstico da COVID-19, seja para identificação da presença de anticorpos, visando estabelecer o nível de desenvolvimento da imunidade comunitária.

No que se refere aos hábitos de higiene e limpeza, as famílias destacaram o uso das máscaras, a necessidade de orientar os filhos a sempre lavarem as mãos e passarem o álcool, as medidas de distanciamento nos transportes públicos e também os cuidados ao retornarem para casa, como lavar roupas, compras e deixarem os sapatos na porta.

As famílias também destacaram o impacto da autoridade familiar na forma como o indivíduo reage a crises, MO. da Família 2, por exemplo teve pais menos restritivos do que os de SH., que acabou sendo mais cauteloso. Para a Família 1 é essencial que os indivíduos aprendam a lidar com frustrações, acreditam que o excesso de permissividade prejudica e que a hierarquia, não autoritarismo, na família é importante, sendo essencial que os pais sejam conscientes do seu papel na educação de indivíduos, que crescerão adultos decentes ou ruins.

Famílias que apresentaram um Escore Médio

LN. da Família 14 criou um Instagram para compartilhar seu processo de estudo de inglês e para o ENEM, suas dificuldades, estratégias e o modo como entende as coisas devido a dislexia. Iniciativa essa que exemplifica como a criatividade pode ser uma aliada em adversidades, assim como a importância das redes sociais na troca de experiências.

No que se refere aos impactos no mercado de trabalho, antes da Pandemia, LA., da Família 15 e sua mãe trabalhavam, mas sua mãe teve que parar de trabalhar e acabaram ficando sem dinheiro, o que obrigou LA a arrumar mais horas extras. Costa (2020), aponta que no Brasil, a paralisação de diversos setores, levaram tanto trabalhadores informais perderem o sustento quanto empregadores a diminuírem o número de trabalhadores com carteira assinada. O que elevou a 40,8% a taxa de informalidade na economia brasileira.

Diferente das outras áreas, a área em que LY. da Família 11 atua acabou sendo favorecida, visto que as pessoas passaram a comprar mais online, gerando muitas demandas de entregas. EN., da Família 5, trabalhou de casa até fevereiro apenas por uma questão de segurança da fábrica, sem nenhuma diferença salarial.

No local onde o marido de KA. da Família 14 estava em missão o corona foi secundário, mas na África, onde ela e a filha estavam, houve um dos lockdowns mais restritos do mundo e a expectativa de retomada das coisas fez muito mal, levando a um aumento dos índices de suicídio, overdose, depressão e uso de medicamentos, ambas precisaram de terapia para não passarem o dia deitadas no chão da casa sem saber o que

fazer. Então mesmo vendo as medidas como necessárias, não concordaram com a forma como o governo agiu.

Na Austrália, referência mundial em medidas de controle de casos, segundo a Família 11, houve um curto período de quarentena, tudo continuou apenas com restrições e depois o país retornou a normalidade, tudo isso devido ao controle nas fronteiras e fechamento do país para estrangeiros desde o início. Além disso, cidadãos australianos ou residentes permanentes que retornaram, nos primeiros 3, 4 meses, ficaram em quarentena em um hotel, licenciado pelo governo, com restrições, por duas semanas antes de retomarem suas vidas.

A tecnologia também se mostrou uma grande aliada no controle de casos em Liverpool e no Japão, onde vivem as Família 1 e 8, que apresentaram altos escores, assim como na Austrália, onde a Família 11, fazia check in e checkout em todos os locais e caso alguém contraísse o vírus, o governo entrava em contato com todos que estiveram no mesmo local, data e hora para orientar sobre as medidas a serem tomadas.

Aquino et al. (2020), ressalta que a conjugação de isolamento dos casos, quarentena de contatos e medidas amplas de distanciamento social, principalmente aquelas que reduzem em pelo menos 60% os contatos sociais e conseqüentemente a transmissão da doença.

Em Malta, segundo LA. da Família 15, apenas europeus e aqueles que pagam impostos têm acesso à saúde pública, os demais precisam pagar, o que a preocupou. Já para CA., da Família 5, a principal preocupação foi com seus familiares que permaneceram no Brasil, como sua mãe e seus cunhados que perderam o emprego e precisavam de sua ajuda.

Famílias que apresentaram um Escore Baixo

MA. da Família 3, é uma professora universitária de 63 anos que além de ter que dar um curso de mestrado online, participou de vários congressos, todos realizados em plataformas diferentes, processo de adaptação esse que juntamente aos cuidados com sua filha, que possui um problema imunológico e é especial a deixou muito confusa, pois teve que dispensar sua doméstica para se isolarem, mas no final conseguiram contornar bem.

A realização de atividades de trabalho também sofreu modificações; um quarto dos trabalhadores passou a desenvolver suas atividades de forma remota. Dessa maneira, o trabalho passou a ocupar e dividir espaço com as outras atividades de rotina e domésticas, e o tempo dedicado ao descanso nem sempre foi suficiente para a reabilitação física e mental. (ALMEIDA et al., 2021, p.11)

A falta de creche para os filhos pequenos da Família 6 foi um desafio, visto que a mãe começou a trabalhar em um hospital e o marido teve que trabalhar em casa para ficar

com as crianças. Além disso, para evitar o contágio, sempre que voltava para casa tirava os sapatos, tomava banho no banheiro da entrada da casa e colocava a roupa para lavar.

Para a Família 13 a escolaridade foi um aspecto muito prejudicado, já que os sobrinhos de RE., de 19, 13 e 12 anos, que vivem em Belo Horizonte, estudam em escola pública e não tinham condições de terem aulas online, apenas recebiam trabalhos para fazerem em casa, mas sem terem ninguém para ensinar a eles, perderam o ano letivo.

Podemos perceber nas famílias que apresentaram menor escore dificuldade na utilização das ferramentas de ensino, no estabelecimento de limites entre jornada de trabalho e vida pessoal e, também, o fechamento de instituições de ensino em várias regiões, que levou famílias a se reorganizar para que algum dos responsáveis pudessem ficar em casa. Com destaque para a situação relatada por RE. da Família 13 a respeito das dificuldades de acesso de muitas crianças e adolescentes ao ensino online, que gerou impactos significativos na qualidade do aprendizado ou levaram a perda do ano letivo.

Com o fechamento dos hotéis a Família 4 perdeu seu trabalho, e depois de uma semana se mantendo com o dinheiro que tinham, arrumaram outro trabalho, em delivery, que estava em alta por ninguém poder sair. O início foi difícil devido ao preconceito tanto com entregadores, quanto com quem trabalha em hospital, devido à alta exposição a qual estavam submetidos. Além disso, também enfrentavam o próprio medo do adoecimento.

O único membro da Família 3 que teve que se expor mais foi o filho de MA., que trabalha como Uber, massagista, entre outras coisas. Mediante a essa exposição ele sentia muito medo ao ir para casa, não por ele, mas sim por medo de expor ela, o pai, a filha e principalmente a irmã. A preocupação de RE. da Família 13, foi seu pai de 55 anos que teve que andar em ônibus lotado todos os dias para trabalhar, pois mesmo tomando cuidado poderia levar o vírus para casa e sua mãe de 55 anos também é de risco, devido a pressão alta, diabetes, entre outras comorbidades, então foi uma fase muito difícil.

A orientação de confinamento doméstico para as pessoas que não exercem ocupações essenciais teve impacto importante no contexto socioeconômico, com perdas importantes no rendimento familiar dos brasileiros. Em situações de crise econômica, esse impacto tende a acometer, com maior intensidade, os indivíduos em condições de vida precárias e que, provavelmente, tiveram de trabalhar durante a pandemia, para evitar a perda do emprego e dos rendimentos (SZWARCOWALD et al., 2020, p. 7).

Dentre as famílias com menor escore na categoria os principais desafios foram a exposição de pelo menos um dos membros ou da família toda por falta de auxílio financeiro governamental, o número de casos no país e a dificuldade de adesão às medidas, assim como as condições do transporte público que levaram ao medo de levar a doença para casa, assim como o medo de ser contaminado em um país sem sistema de saúde público.

Outra questão importante abordada pela Família 6 foi o aumento da violência doméstica no período, o órgão em que o marido trabalha é responsável pela proteção de crianças, e foram muitas as dificuldades impostas pela pandemia como a impossibilidade de entrarem em contato direto. O trabalho continuou apenas por meio de videoconferências com os responsáveis e atendimentos psicológicos online.

MA. da Família 3, acredita que no Brasil as pessoas precisaram se organizar para sobreviver, já que faltava informação, não sabiam o que fazer ou não tinham condições. Acha que é fácil julgar quem saía, mas devem considerar que a maioria precisou trabalhar e apontar eles como culpados de levarem a doença para casa, só aumenta o peso sobre essas pessoas.

Os canadenses, segundo a Família 6, se adaptaram ao que o governo solicitou de maneira surpreendente. No início a prioridade era os mais vulneráveis, como idosos e pessoas com comorbidades, que foram afastadas do trabalho para ficarem em casa recebendo auxílio governamental. Durante 3 meses apenas um membro da família saía por vez, se necessário. Assim como Dublin, que segundo RE. da Família 13, fechou tudo assim que iniciaram os casos na Itália, por dois meses bares e restaurantes fecharam e policiais garantiam que apenas trabalhadores saíssem. Acredita que os irlandeses foram cuidadosos devido às leis mais rígidas e que se não tivessem tantas regras seria igual no Brasil.

Nos EUA a falta de um sistema público de saúde impactou a Família 4, que temia pegar COVID e ter complicações, como falta de ar, que exige internação, pois souberam de uma pessoa que ficou internada na UTI, se recuperou, mas ficou com uma dívida de 100.000 dólares para pagar. Então se informaram sobre comunidades às quais poderiam recorrer se não tivessem dinheiro, para pagar apenas 100 dólares por mês, ONGs que ajudam a pagar e até mesmo vaquinhas online para a saúde onde pessoas ajudam.

MA. da Família 3, destacou o jogo político no Brasil assim que o governo federal delegou autonomia aos municípios e estados, visando descentralizar, devido a situação e dimensão do país, São Paulo estava em situação crítica, enquanto outros estados não tinham nada. Acredita que com a desinformação e o jogo político em função da doença, a roubalheira, ficou com a sensação de que podiam murar o Rio de Janeiro e colocar Bangu 17, porque era um escândalo atrás do outro, como em outras cidades. Jogo político esse que também afetou a aquisição, disponibilização, qualidade e eficácia de vacinas.

Pereira, Medeiros e Bertholini (2020) ressaltam o quanto crises agudas, como guerras ou pandemias, podem se converter em oportunidades ímpares para governantes que ambicionam deixar um legado para a história, demonstrando capacidade para unir o país em torno de sua liderança e, assim, enfrentar um inimigo comum. No Brasil, entretanto, Bolsonaro pareceu incapaz de se desvencilhar das amarras por ele mesmo impostas quando decidiu governar na condição de minoria sem um governo de coalizão. Para o presidente,

essa foi uma oportunidade perdida, visto que foi um dos poucos líderes ao redor do mundo que perderam suporte e popularidade junto aos eleitores no período.

Em relação aos cuidados preventivos, no início da pandemia, MA. da Família 3, via muita desinformação e contradição sobre o contágio, se lembra de uma médica de Taubaté falando no início para não usarem máscaras, para deixarem para o pessoal da saúde, depois do nada, obrigatório, então a contradição gerou muita insegurança.

Como é o distanciamento social em São Paulo? Apartamentos minúsculos, com 6, 7 pessoas dormindo ‘empinhocados’, todos trabalhando fora, que distanciamento social?, pensa em Heliópolis onde as casas são grudadas umas nas outras, as favelas do Rio de Janeiro, que às vezes tem um pano separando um cortiço do outro. E a não compreensão dessas realidades são resultado da falta de informação e um alarmismo e jogo político para sensibilizar de uma maneira emocional e não racional (MA. Família 3).

Ao observarem os índices de isolamento em um período da Pandemia, Natividade et al. (2020), perceberam maior adesão ao isolamento em bairros com condições de vida mais favoráveis. O que reforça a necessidade de se considerar a vulnerabilidade de cada território para monitorar corretamente a dimensão das estratégias de mitigação da pandemia e assim, desenvolver ações sociais que possibilitem uma maior adesão das populações mais desfavorecidas às medidas de contenção da Covid-19.

Em relação à autoridade na família, RE. da Família 13, mesmo aos 24 anos sentia que amadureceu cedo ao se virar sozinha em outro país, então acabou dando mais suporte do que recebendo, principalmente devido a situação no Brasil, acredita que se estivesse no Brasil poderia ter sido o contrário. Devido ao fato de MA. da Família 3, também ser o pilar do seu pequeno núcleo familiar, foi muito consultada e ouvida no período, mas também se viu mais irritada e impaciente com o isolamento. Entretanto MA. considerou positiva a descoberta de novas formas de comprar, enviava listas e o cara da quitanda entregava, assim conseguia ver quem via toda semana, saber como ele estava, também achou legal os meninos que trabalham entregando de moto, que foram essenciais para possibilitar o isolamento para quem tem salário no final do mês garantido, porque para quem não tem, não foi possível não.

OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

Segundo Walsh (2016), a clareza das informações em situações de crise contribui com um funcionamento familiar eficiente e encorajam uma abertura emocional e soluções de problemas de forma colaborativa. Já segredos e negações, bloqueiam o relacionamento transparente e dificultam o processo de resiliência da família, pois o que não é nominado pode vir a gerar ansiedade, medo e até problemas somáticos e comportamentais. Diante da

adversidade, a confiança, empatia e tolerância, possibilitam o compartilhamento de sentimentos despertados pela crise. O humor, a graça, o compartilhamento de experiências agradáveis, a celebração de datas festivas, também são grandes aliados.

Para melhor compreensão dos resultados obtidos pelas famílias nesse processo chave, realizamos uma correlação com os temas relacionados trabalhados nas entrevistas.

Famílias que apresentaram um Escore Alto

MA. da Família 10, esteve com toda família no período de isolamento, apenas o marido e genro trabalhavam, mas tomavam muito cuidado, então ninguém da família pegou. Para SH. da Família 2 que vive longe da Família de origem, a preocupação foi sua mãe e sua tia, que é viúva, que estavam sozinhas, sua tia querendo ver os filhos, que também têm família e não conseguiam ficar 24 horas com ela, então foi difícil.

A mesma situação foi vivenciada pela Família 11, que não enfrentou grandes problemas onde vivem, então se preocuparam mais com a família e amigos no Brasil. Assim como a Família 1 que tentou não passar seus problemas para suas famílias do Brasil quando eles não conseguiriam fazer nada a respeito, pois iriam gerar apenas preocupação, angústia, passaram a comentar apenas depois que passava, depois de resolvido.

Além disso, a Família 1 destacou a importância de manter as relações mesmo que virtualmente, o que não é a mesma coisa, mas era o possível no momento. Para MA. da Família 10 a tecnologia ajudou muita gente a se comunicar, receberem notícias sobre pessoas contaminadas, como familiares e amigos.

A internet se mostrou essencial na manutenção das relações sociais, sentimento de pertencimento e conexão com familiares e amigos na pandemia. Nas redes sociais muitas foram as campanhas sobre a importância do isolamento e de se fazer presente de forma saudável, pois a manutenção da conexão com parentes, comunidades, raízes culturais e espirituais são essenciais para adaptação e resiliência tanto de famílias imigrantes, quanto para as famílias isoladas na cidade natal. (FALICOV, 2007 apud WALSH, 2016, p. 411).

Para a Família 2, o mais difícil foi não poder celebrar o Natal, aniversários, não poderem visitar idosos em asilos. SH. também sentiu falta de restaurantes, cinema, mas principalmente do contato social. Em Liverpool, LS da Família 1 destacou que enquanto viam o prefeito pedindo subsídios para fechar as escolas, com apoio de professores, também via profissionais da saúde contra o lockdown, e essa divisão foi complicada.

Para MA. da Família 10, o Brasil teve um tempo que a Europa não teve, para conter o vírus, fechar aeroportos, mas não agiu. Como a China encobriu o vírus, quando tudo veio à tona, já haviam muitos contaminados na Inglaterra, que recebe muitos chineses, assim como a Itália. No Japão, segundo a Família 8, o número de infectados assim como outras

informações também foram omitidos e só foram corrigidos quando o gráfico estourou, impedindo a preparação da comunidade e dificultando sua recuperação.

Devido a proximidade com a China, a Austrália teve muitos casos logo no início, então a Família 11 recebia muita informação, principalmente via *Whatsapp*, com uma velocidade incrível, houveram *fake news*, mas tinham acesso a informações o tempo todo pela TV e em locais públicos, até decidiram evitar a TV quando estivessem falando sobre o vírus, o que era o tempo todo, preferiram diminuir.

Como RI. e sua irmã da Família 12, trabalham no jornal da cidade, liam tudo que era divulgado e tentavam seguir. MA. da Família 10, confia na veracidade das notícias transmitidas na Inglaterra, mas não nas do Brasil, acredita que devido ao fato de sequer ver roubos, corrupção por lá, o que é comum no Brasil. Assim como a Família 2, que destacou que diferente do Brasil e dos EUA, que ocultaram muita coisa, os Austríacos assim que viram a situação da Itália, já tomaram as medidas necessárias, fecharam o que deviam, divulgavam informações na TV e jornais, o Chanceler orientava, não viam *fake news* ou sensacionalismo na mídia Austríaca, viram do Brasil apenas o que realmente aconteceu.

MA. da Família 10, acredita que a forma como divulgaram o números de mortos causou muito pânico por nunca terem vivido isso, sua filha teve muito medo de morrer, via notícias o tempo todo, não dormia, passava mal, além de ter que cuidar do filho. MA. busca se cercar de positividade, orientava as filhas a rezarem pelos infectados, pedir proteção, mas principalmente cuidar da própria mente, para não acabarem afetando a família toda.

DY. da Família 1, viu o lockdown como uma oportunidade de relaxar, pois antes estava em um pico de stress muito grande do trabalho. RI. da Família 12, destacou a tecnologia como fundamental, principalmente os aplicativos de TV, jogos e serviços de streaming, que a ajudaram a passar o tempo e manter a mente sã.

Ao mesmo tempo que as ferramentas digitais contribuíram com a saúde mental durante o isolamento, o excesso também pode trazer malefícios. Barros et al. (2020), destacou que o uso intensificado de ferramentas on-line tem impacto emocional sobre os mais jovens, tanto pelo acesso ininterrupto a informações, dentre elas *fake news*, quanto pela intensificação do trabalho em home office. Entre os adultos jovens, a intensa utilização de ambiente virtual pode contribuir para o maior abalo à saúde emocional neste grupo.

A Família 2 nunca foi muito de sair, são mais de assistir filmes, comendo pipoca e sorvete, iam apenas na casa dos pais de MO, davam voltas no quarteirão e subiam montanhas a pé. A Família 11 também manteve uma rotina normal, só não podiam sair aos finais de semana ou receber amigos em casa, tirando isso foi tudo normal.

Famílias que apresentaram um Escore Médio

Para a Família 14, retornar ao Brasil após o auge da pandemia foi uma oportunidade de passar o máximo de tempo com a família. Já na Família 15, o diálogo foi essencial para adaptar suas rotinas e finanças aos impactos da pandemia, mas a impossibilidade de LA. levar sua mãe e filha para morarem com ela foi uma das maiores dificuldades.

CA., da Família 5, se preocupou com a mãe que devido a asma teve que ficar em casa e envelheceu muito, por sempre ter sido muito ativa, como outros idosos, o que achou muito negativo. Para a Família 14, não ter tido tempo para se adaptar à nova cultura antes do isolamento foi difícil, mas por estarem próximo a missão do marido de KA, com apenas 5 horas de diferença, acordavam juntos e passavam 3, 4 horas cozinhando juntos pelo *Zoom*.

A tecnologia foi essencial para que BA., da Família 7, pudesse ver familiares e amigos, já que estavam em outro país e ainda não conhecia muitas pessoas. Acredita que seria muito mais difícil a 20 anos, com a internet começando, notícias chegando com atraso, muitas falsas. Sem serviços de streaming, provavelmente tendo que alugar algo na locadora, em espanhol, que não entendem direito. CA. da Família 5 também destacou a tecnologia como essencial na rapidez das descobertas, como a criação da vacina, que poderia ter sido mais rápida, mas que por ganância e questões políticas, foram atrasadas.

O sistema de informação nas mídias sociais do governo da África do Sul, surpreendeu a Família 14, com pronunciamentos do governo, mensagens que despertavam união, esperança de dias melhores e propagandas de conscientização que incentivavam a colaboração. Assim como na Argentina, onde a Família 7 via pedidos de ‘fiquem em casa, lavem suas mãos’, sendo repetidos como um mantra, em outdoors, avenidas, locais públicos e privados, quando não tinha por escrito, tinha alguém para orientar.

Duarte et al. (2020) apontam que informações de fácil compreensão voltadas aos cuidados de prevenção, contágio e de saúde mental são essenciais para a população, visto que em contextos como esse, socialmente circula a desinformação e as notícias falsas e sem embasamento científico ou factual, as chamadas fake news.

A Família 14 ficou chocada com a diferença na educação do brasileiro em relação a dos africanos, que mesmo quando discordavam respeitavam as regras. Se preocuparam apenas com a intensificação nos casos de violência à mulher na região durante a pandemia.

Segundo Barros et al. (2020), as mulheres apresentaram maior impacto psicológico na quarentena em relação aos homens, com intensificação de sentimentos de depressão e ansiedade, alterações no sono ou intensificação de problemas já existentes. O que pode ser resultado da intensificação das rotinas diárias das mulheres, como cuidados com crianças e idosos e atividades domésticas que recaiam sobre elas, além do crescimento da violência doméstica durante a pandemia e o contingente distanciamento social.

A controvérsia da mídia de Malta foi destacada pela Família 15, assim como a Argentina, que segundo a Família 7, além de dividida entre o antigo e o novo governo, se ocupava em comparar as estratégias do Brasil e Argentina que eram opostas, comparação essa que só cessou ao surgirem impactos negativos. CA. da Família 5 acredita que o mundo inteiro enganou um pouco, via muita discrepância entre as notícias e o que suas clientes enfermeiras falavam, então era difícil saber em quem acreditar.

No primeiro mês a Família 14 limpava tudo, KA. comprou vitaminas, termômetro, tinha plano de saúde, se informou sobre o que fazer caso acontecesse algo, se preocupou mais com sua filha ter que se virar sozinha, do que de morrer. BA. da Família 7 também sentiu o peso da incerteza, tentava não se desesperar, pois estava na Argentina, com a fronteira fechada, então foi difícil, mas acredita que se saiu bem.

No início acharam que iam morrer, que todos iam morrer, que era o fim do mundo, um dia KA. sentou LN. no Sol e disse "filha parece que tudo vai acabar, que o mundo vai acabar, que a gente vai morrer, não parece?" e ela "parece", "então, se a gente está vivo agora, a gente tem que fazer alguma coisa pela nossa vida, se a gente vai morrer amanhã, pelo menos alguma coisa a gente fez, a gente não sabe, então por favor, vamos reagir, eu preciso que você reaja e eu também, para a gente conseguir ir em frente". (Família 14)

Em emergências e desastres de grande porte, como a pandemia da COVID-19, o trauma é socialmente compartilhado, não afetando apenas vítimas diretas, mas sim todos que tenham algum contato com o evento. O sofrimento passa a ser principalmente mental, podendo desencadear ou intensificar ansiedade, angústia, insegurança e em alguns casos o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, danos que afetam não só o indivíduo, mas também sua família, grupo e comunidade (FARIAS, 2017).

Famílias que apresentaram um Escore Baixo

Numa situação normal você não tem a sensação de que pode perder o outro a qualquer momento, apesar de ser óbvio, mas na pandemia isso ficou muito claro, muito rapidamente aquela pessoa podia não estar com você, acha que isso fortaleceu as relações, os fez ser mais diretos e ressaltou a importância de cada familiar (Família 3).

AN. da Família 9, tenta passar aos filhos a educação que recebeu dos pais, principalmente respeito, acredita que na pandemia, por serem família pequena, de três irmãos, poderem conversar entre si e se ajudar quando algo acontecia com eles ou em sua casa foi essencial. Já a Família 13, segundo RE, sempre foi de difícil convivência, talvez por ser uma família grande, mas acredita que todos lidaram conscientemente com a situação, conversava muito principalmente com o pai que saía para trabalhar e pegava transporte público, pois mesmo se cuidando muito, sua mãe que ficava em casa, é do grupo de risco.

Para a Família 6, a dificuldade maior foi vivenciada pelos sogros de RI., que conviviam muito com eles, mas se isolaram por recomendação do governo, cabia a RI. e o marido fazerem compras para eles e levarem na porta sem contato, o que foi difícil. AC. da Família 4, também se preocupou muito com seus pais, que são idosos e por seu pai não poder parar de trabalhar, ficava sempre preocupada em trabalhar para caso fosse preciso, ajudar sua família, já que a situação deles estava um pouco melhor com o dólar em alta.

Para MA. da Família 3, o maior prejuízo no início foi a falta de contato com a família, vídeos chamadas e ligações, não eram a mesma coisa do que conversarem todos na mesa, tomando café. RE. da Família 13 que não pôde voltar ao Brasil, sentiu ao ficar longe vendo a família com dificuldades, seu sobrinho de 13 anos o dia inteiro jogando, sem interagir com colegas, sem aprender, sua irmã indo trabalhar, sua mãe já de idade, sem poderem sair ou fazerem nada e sem saber o que ia acontecer. O que afetou muito a saúde mental, elevou o nível de estresse e tristeza, o que a preocupou por todos serem propensos à depressão.

Em contraponto, RI, da Família 6, destacou como ponto positivo, a solidariedade com os mais vulneráveis no Canadá, famílias fazendo compras para os idosos não saírem, grupos doando cestas básicas, marmitas, ações que contribuíram com a sobrevivência dos grupos mais afetados pela pandemia. Assim como a tecnologia possibilitando acesso a terapia online, comunicação com familiares, informação via internet, além de jornais, rádio, tv. além das linhas de telefone e sites que o ministério de saúde do Canadá abriu para esclarecer dúvidas. Já na Paraíba, a Família 9, além das redes sociais, assistiam jornais, mas não locais, por só terem parabólica e ouviam notícias regionais via rádio.

Os estudos de Galhardi et al. (2020) mostram que WhatsApp é o principal canal de compartilhamento de fake news, seguido do Instagram e do Facebook. Conclui-se que a disseminação de conteúdos falsos relacionados a Covid-19 contribuiu para o descrédito na ciência e nas instituições globais de saúde. E que aumentar o nível de informações adequadas para a sociedade brasileira são essenciais para solucionar esse problema.

Apesar de terem muitos casos verdadeiros, a Família 4 acredita que muitos casos foram atribuídos ao vírus mesmo sem estarem conectados, não sabe se para prejudicar a China, o próprio país, a política, eleições, presidentes, acredita que isso foi global. A mídia culpou e se fechou para a China, o que de certa forma acabou impactando a todos. Chegou um momento em que, segundo as Famílias 3 e 6, a imprensa sobrecarregou, falavam dos mortos, mas não dos recuperados, o que gerou pânico, principalmente nos idosos.

Yabrude et al. (2020) ressalta a importância de se identificar as vulnerabilidades e demandas da população geriátrica e assim, instruir os idosos sobre o fenômeno das *fake News*, para reduzir o compartilhamento dessas notícias, utilizando recursos como áudios e vídeos para construir uma comunicação clara e instrutiva nos grupos.

Muita coisa foi manipulada pela mídia, políticos, interesses e com isso quem sofre é a população. Ou o vírus existia ou era um golpe, quem era a favor do presidente dizia que não precisava de tanto, que iam acabar com a economia, que era invenção, expunham a si e a outros. Por outro lado, o pessoal desfavorável começou "não, porque ele não usa máscara, é um irresponsável" e na verdade nenhum dos dois tem razão, isso foi perverso com a população. (Família 3)

RE. da Família 13 acredita que no Brasil já é uma questão cultural, de educação e principalmente econômica o descrédito nas coisas, então mesmo depois de muito tempo ainda via brasileiros falando que era coisa da mídia para atingir o presidente. Enquanto isso, amigas de MA da Família 10, falavam da dificuldade da atuação dos hospitais, tendo que escolher vidas, verem chegar três pessoas e terem que escolher quem vivia e quem morria.

RE. da Família 13 acredita que as terapias deveriam ser mais acessíveis, pois vê quanto ela paga por terapia em Dublin convertendo em reais e é totalmente diferente do que suas amigas podem pagar no Brasil, mas também tem a questão da valorização dos profissionais que investem em formação para lidar com a saúde mental que não é uma coisa fácil, por isso acha que faltam mais serviços públicos, principalmente para quem veio da favela como ela que sempre teve dificuldade em achar psicólogos na comunidade.

MA. da Família 3 ouvia música, cantava, dançava com a filha pela casa, fazendo palhaçada, como estratégia para manter o humor, umas músicas que não tinham nada a ver, para ver sua filha rir, sua neta dançar com ela, para que pudessem sobreviver.

Segundo matéria publicada online pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em maio de 2020, a música pode aumentar a conexão entre pessoas e ser usada até mesmo como terapia, já que a música é capaz de ativar diversas áreas cerebrais simultaneamente. Durante o isolamento social, o estado mental dos indivíduos sofreu algumas mudanças e a escuta musical se mostrou uma ferramenta capaz de contribuir com o alívio da tensão causada pela pandemia do coronavírus.

A Família 9 por morar em sítio, saía para tomar um banho de riacho, não imaginavam nada melhor, se divertiam, nadavam, corriam, andavam, tiveram essa parte boa em que saíram para curtirem a natureza. AC. da Família 4 que antes não comia salada, verdura, fruta, começou a cozinhar em casa e a comer, por ser mais barato que no Brasil e por não poderem ficar doentes por não ter sistema de Saúde público nos EUA.

5.Considerações Finais

A presente pesquisa analisou os impactos da Pandemia da COVID-19 em famílias brasileiras residentes em diferentes países e buscou compreender como se caracterizam os processos-chave de resiliência familiar nesse contexto, considerando as condições

socioeconômicas da família, a cultura onde está inserida e a organização do sistema familiar, comunidade, governo e sistemas de saúde da região onde vive.

No que se refere aos processos organizacionais, o sentimento de pertencimento à comunidade, assim como a confiança no governo podem contribuir com a capacidade de adaptação e superação das adversidades. Segurança que resulta de suporte institucional, acesso a internet e a boas plataformas de ensino.

Governos que priorizaram a saúde e forneceram suporte financeiro perceberam maior adesão às medidas de isolamento por parte daqueles que precisavam trabalhar para sobreviver. Já aquelas que privilegiaram a economia e o turismo com a flexibilização precoce do isolamento ou a falta de medidas de apoio financeiro, sofreram não apenas com o grande número de mortes, como também com a intensificação das desigualdades sociais.

Comunidades mais abertas e colaborativas despertam o sentimento de pertencimento à sociedade e contribuem com o sentimento de segurança das famílias. Por outro lado, em países sem um sistema de saúde público, como os EUA, o medo do adoecimento se fez muito presente, não apenas pelo risco de morte, mas também pelos altos custos do tratamento, enquanto que no Brasil, o SUS, mesmo com toda corrupção, se tornou um grande aliado, garantindo diagnóstico, tratamento e vacinação de toda população. Assim como a tecnologia, que contribuiu não apenas com o monitoramento de casos, mas também com a troca de informações entre governos e pesquisadores para o desenvolvimento de vacinas.

O home office também ganhou espaço, mas a falta de limites entre jornada de trabalho e rotina pessoal e familiar foi um dos prejuízos do contexto, assim como o fechamento das escolas e a necessidade de cuidados dos filhos que passaram a ficar em casa, e o cuidado os idosos, que passaram a precisar de auxílio familiar para se manterem em casa.

Em relação aos processos de comunicação, a impossibilidade de estar com a família e realizar rituais festivos, se mostraram fatores de risco, visto que a imprevisibilidade da pandemia trouxe à tona o medo da perda. As famílias consideraram as informações recebidas suficientes, mas consideraram a atuação da mídia e o excesso de informações nas redes sociais prejudiciais a saúde mental, não apenas pela polarização política em vários países, que gerava informações desconexas, mas também pela abordagem fatalista da doença e a divulgação do número de mortos cotidianamente, que gerou em muitas famílias o sentimento de impotência e respostas de evitação das notícias para diminuir a ansiedade.

As fake news também se mostraram um fator de risco principalmente para a população idosa que, devido à falta intimidade com as mídias sociais, acabaram por disseminar muitas dessas informações. Os idosos também foram os mais afetados pelo medo

do contágio por serem o principal grupo de risco, o que trouxe à tona o temor da finitude e que aliado a falta de contato com a família intensificou o sentimento de solidão.

A omissão, manipulação de dados por parte de alguns governos, assim como o descaso de Bolsonaro com a pandemia, resultaram na descrença no vírus, respostas tardias e menor adesão ao isolamento no Brasil.

Muitos recorreram às plataformas de streaming diante da sobrecarga de informações, as produções culturais se mostraram grandes aliadas na melhoria do humor e da saúde mental. As famílias também recorreram a espiritualidade, religião e a suas crenças para buscar esperança, entretanto, devido a impossibilidade da realização de cerimônias, as instituições tiveram de se adaptar para levar palavras de conforto aos fiéis virtualmente.

A percepção da imprevisibilidade da vida refletiu no modo como a família passou a se relacionar, com diálogo mais transparente e maior consciência sobre as responsabilidades individuais e a percepção de que o amanhã é incerto ressaltou a importância de demonstrar afeto no aqui e agora. A pandemia convidou os indivíduos a olharem para si e para questões que a muito tempo negavam, ignoravam ou não tinham tempo de sentir, para muitos foi um momento de reflexão sobre a vida e/ou de investir em autocuidado.

Concluindo, compreender a realidade socioeconômica das famílias, assim como a cultura onde estão inseridas, torna-se essencial para compreender como se dão seus processos chave de resiliência familiar, visto que consistem não apenas na organização do sistema familiar, mas também no modo como a sociedade na qual estão inseridas se organizam, como impactam o sentimento de confiança e segurança das famílias e as crenças e visões de mundo que resultam da realidade em que vivem. Aspectos esses que refletem não apenas na saúde do indivíduo, como também na capacidade da família de se recuperar das adversidades.

Referências

ALMEIDA, W. S. et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/w8HSZbzGgKCDFHmZ6w4gyQv/?lang=pt>>.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>>.

BARCELOS, R. H. et. al. Competitividade e dimensões culturais: uma análise a partir dos blocos econômicos União Europeia e Unasul. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*. V. 9, n. 4, p. 544-558. 2014. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/318117820_Competitividade_e_dimensoes_culturais_uma_analise_a_partir_dos_blocos_economicos_Uniao_Europeia_e_Unasul>.

BARROS, M. B. A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID19. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 4, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ress/a/nFWPcDjfNcLD84Qx7Hf5ynq/?lang=pt>>.

COÊLHO, E.L.A. Percepção de Risco no Contexto da Seca: Um Estudo Exploratório. *La Psicología y la Ciudad*. México, n. 10, jul. 2007. Disponível em:

<<https://www.psicolatina.org/10/risco.html>> Acesso em 30 de janeiro de 2023.

DUARTE, M. Q. et al. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3401- 3411, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/ghSHWNYkP6gqJm4LQVhkB7g/?lang=pt>>.

FARIAS, M. F. PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Estudo exploratório sobre a atuação do Psicólogo. (Monografia). Universidade de Taubaté, São Paulo. 2017.

FRUGOLI JR., H. A casa e a rua em tempos de Covid-19: uma leitura antropológica de “Diário de confinamento” (Susana Bragatto). *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, p. 481-507, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ha/a/LFRsfSsVQ8bL5nzTvrCsZHp/?lang=pt>>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A quarentena na COVID-19: orientações e estratégias de cuidado. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID19*. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. 2020

GALHARDI, C. P. et al. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4201- 4210, 2020.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/?lang=pt>>.

JUCÁ, J.; BRONZE, G. Quase R\$ 2 bilhões: relembre operações da PF contra desvios na pandemia. *CNN BRASIL*. 17 de dezembro de 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-r-2-bilhoes-relembre-operacoes-da-pf-contradesvios-na-pandemia/>>.

KOSCHMIEDER, J. R. Processo de Resiliência de famílias em contexto de vulnerabilidade social. (Dissertação). Universidade de Taubaté, São Paulo. 2017.

NATIVIDADE, M.S. et al. Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3385-3392, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/kjGcdPcnc3XdB7vzGJjZVzP/?lang=pt>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>>.

PARANHOS, M.E.; WERLANG, B.S.G., *Psicologia nas Emergências: uma Nova Prática a Ser Discutida*. *Psicologia Ciência e Profissão*, p. 557-571, 2015.

PEREIRA, C.; MEDEIROS, A.; BERTHOLINI, F. O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 952-968, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/wnnq8HZZPksGB69yV6FN9M/?lang=pt>>.

SANTANA, D. L. de; MENDES, G. A.; MARIANO, A. M. Estudo das dimensões culturais de Hofstede: análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos e México. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA, Ilhéus*, n. 3, p. 1 – 13, 2014. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev3_artigo1.pdf>.

SILVA, D. A. Um convite à criatividade: coronavírus versus convivência familiar. Instituto Brasileiro de Direito da Família. Belo Horizonte, Minas Gerais. 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1398/Um+convite+%c3%a0+criatividade:+cor>>.

SOUZA, M. T. S. Família e Resiliência. In CERVENY, C. M. de O. (org), *Família e...* São Paulo; Casa do Psicólogo, 2004.

SZWARCWALD, C. L. et al. Adesão às medidas de restrição de contato físico e disseminação da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília*, v. 29, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/fw8vPWhWV9j3ZyxMbVCZrMw/?lang=pt>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Professora da UFMG ressalta a importância da música durante o isolamento. 19 de maio 2020. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/professora-da-ufmg-ressalta-a-importancia-damusica-durante-o-isolamento>>.

WALSH, F. *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Artmed Editora, 2016.

YABRUDE, A. T. Z. et al. Desafios das Fake News com Idosos durante Infodemia sobre Covid-19: Experiência de Estudantes de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília*, v. 44, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/SsxfTkKXqDFKnvgWTSCTZtN/?lang=pt>>.

Capítulo 10- Os desafios da conjugalidade na Fase de Aquisição.

Fernanda Furlan Marques
Campos Adriana Leonidas de Oliveira

1. Introdução

O casamento é um fenômeno histórico e social. Como fenômeno histórico, é determinado como um mecanismo regulador e mantenedor da origem social, transmissão patrimonial, transmissão de valores religiosos e morais e das disposições afetivas. Como fenômeno social, em decorrência da transgeracionalidade ele se mantém ao longo da evolução. Sendo assim, a conjugalidade se dá no contexto sócio-histórico e familiar onde cada membro do casal se insere e se torna um dos maiores desafios que o casal enfrenta, sendo importante compreender tais desafios vivenciados pelos casais na atualidade.

A Psicologia da Família é recente em nosso país e as publicações acerca do tema Ciclo Vital ainda são escassas. Desde 1997, quando foi lançado o livro Família e Ciclo Vital – nossa realidade em pesquisa, pela Editora Casa do Psicólogo, que levantou dados da estrutura e dinâmica da família de classe média, essa obra continua sendo a única que subsidia pesquisas, teses, dissertações e outros trabalhos que se apoiam no estudo do ciclo vital da família na nossa realidade.

O Ciclo Vital é uma das lentes mais importantes, pelas quais se pode visualizar e entender uma família. Originado do ciclo vital individual, este conceito teve seus precursores na Sociologia da Família, por excelência Duvall (1967) e Hill (1970). Utilizado na Terapia Familiar para localizar a família na sua etapa de vida e para entender os conflitos familiares que surgiam em certos estágios do desenvolvimento da família, o Ciclo Vital incorporou-se rapidamente no diagnóstico e tratamento das famílias. (Minuchin, 1990; Haley, 1991).

Nesse sentido, decorridos quase 20 anos da investigação inicial em São Paulo, faz-se necessário para um estudo comparativo da dinâmica e estrutura da família para atualização dos dados. O presente projeto é um recorte desta pesquisa maior, e terá como foco a família em Fase de Aquisição. Tem como objetivo geral compreender os aspectos da conjugalidade na Fase de aquisição.

Considerando que tornar-se casal representa um processo complexo de mudanças, desafios e adaptações, envolvendo a necessidade de negociações e decisões diárias que podem comprometer a estabilidade da relação (MCGOLGRICK, 1995).

Partindo do princípio de que o Ciclo Vital da Família engloba várias etapas definidas sob alguns critérios passados pela família e que tais critérios podem ser idade (pais e/ou filhos), tempo de união, tipo de união, configurações familiares, todos eles passando por etapas com desafios e tarefas específicos no ciclo de vida familiar (OSÓRIO; VALLE et al., 2009).

Diante das constantes mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos anos, o que reflete nas famílias, a relevância deste trabalho está em fornecer dados de comparação de diferenças no contexto da conjugalidade na Fase de Aquisição.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas composta pela revisão da literatura que norteou o embasamento teórico do trabalho que consiste em: Conceito de Conjugalidade, Família, Sistema e Ciclo Vital, A Família e seu Processo Evolutivo, Família e o Ciclo Vital, O conceito de Ciclo Vital, Caracterização do Ciclo Vital de Cerveny e Visitando a Fase de Aquisição, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

2. Revisão da literatura

2.1- Conceito de Conjugalidade

A conjugalidade refere-se à díade conjugal e que constitui um espaço de apoio ao desenvolvimento familiar. O modelo de funcionamento do casal é resultado do modelo de integração do modelo de conjugalidade construído na família de origem e sofre diversas alterações ao longo da evolução do sistema familiar (SOUZA, 2006).

A conjugalidade ocorre no contexto sócio-histórico e familiar onde o indivíduo se insere e se inscreve em meio as relações psicossociais complexas internalizada por ele ao longo do processo de socialização. Dessa forma, a relação conjugal caracteriza-se pela constituição de um espaço simbólico e, ao mesmo tempo, de um contexto singular em que as experiências sedimentam modelos de interação social que são significativos para o casal (CAMPOS; COMIN; SANTOS, 2017). Os autores afirmam que a conjugalidade se caracteriza pela união de duas subjetividades resultando em uma identidade compartilhada pelos cônjuges.

O casal é um ser vivo que constrói sua história capaz de gerar alegria ou desespero para aqueles que estão envolvidos nela, possui particularidades relacionais, significados ocultos, onde as trocas são constantes entre os parceiros e seu modelo relacional (CAILLÉ, 1994 apud CERVENY; MOREIRA, 2016).

2.2- Família, Sistema e Ciclo Vital

A família é um sistema ativo, em transformação, que se altera com o passar do tempo assegurando a sua continuidade e o crescimento de seus membros, permitindo que eles se desenvolvam como unidade e garantindo a diferenciação de cada um deles, tornando-os mais independentes do funcionamento original do sistema familiar, portanto é necessário compreender o indivíduo e a família ao mesmo tempo (CERVENY et al., 2002).

Conforme Cerveny et al. (2002) destacam, as rotinas, rituais e outros padrões interativos, que são parte do dia a dia, protegem o sistema familiar e asseguram a continuidade, de geração a geração, de acordo com os princípios da homeostase, morfogênese e causalidade, assim como em qualquer sistema vivo. A unidade familiar pode ser considerada um sistema por si só, e nele estão incluídos outros sistemas como o econômico, sociocultural entre outros, porém, o sistema familiar pode ser considerado

o mais importante na vida das pessoas, devido à sua continuidade e complexidade.

Walsh (2016) afirma que as normas internas da família são expressas através de regras de relacionamentos explícitas e implícitas. Um conjunto de regras padronizadas e previsíveis, transmitidas por meio de histórias familiares e transições constantes, regula os processos familiares e cria expectativas sobre papéis, ações e consequências. A autora aponta que os sistemas de crenças familiares são valores e pressupostos compartilhados que orientam a vida familiar, trazem significado e organiza a experiência no mundo social.

Ao estudar família deve-se considerar, entre outras coisas, a realidade do contexto incluída naquele momento histórico e assim ampliar seus programas de ação e prevenção sem cair em rótulos e verdades que se tornem essas ações ineficazes (CERVENY et al., 2002).

De acordo com Berthoud e Coelho (2011), a família só pode ser compreendida quando se compreendem os padrões e estruturas que sustentam esse sistema singular.

Ao pensar na família segundo a teoria de sistemas, é possível dizer que o comportamento de cada membro é interdependente do comportamento dos outros. O grupo familiar pode ser visto como um conjunto que funciona na sua totalidade onde as

particularidades dos membros não são suficientes para explicar os comportamentos dos demais e para compreender o sistema familiar é necessário enxergá-lo como um todo (CERVENY, 2011).

2.2- A Família e seu Processo Evolutivo

O conceito de família no dicionário é questionado por Cerveny et al. (2002), pois ele não abrange o que atualmente se considera uma família, já que espaço físico e configuração de pais, entre outras coisas, não a define atualmente. Hoje, com tantos bilhões de habitantes no mundo, esse conceito mudou e instituições pilares da humanidade estão em crise, a família é uma delas.

Walsh (2016) aponta para o fato das modificações sofridas no conceito de família ao longo das mudanças sociais, econômicas e políticas que alteraram o cenário da vida familiar. Segundo a autora, as famílias têm estado em transformação com as crescentes diversidades e complexidades na estrutura, papéis de gênero e orientação sexual, constituição multicultural, condições socioeconômicas e padrões do ciclo vital.

Como informado por Cerveny et.al (2002), atualmente, a realidade familiar inclui uma série de composições como laços consanguíneos, relações não formalizadas por parentesco ou juridicamente, família conjugal extensa e outros. Além disso, a diminuição do número de filhos por casal deverá influenciar na família extensa nas próximas gerações, ou até a comunidade poderá se configurar no futuro como substitutas dessa família ampliada.

2.4- Família e o Ciclo Vital

A família é descrita por Cerveny et al. (2002) como uma estrutura mais ou menos rígida devido às suas regras e hierarquia, além dos papéis de seus membros e outros aspectos daquela família. As autoras, destacam ainda, a diversidade da família, onde, um olhar sobre a família tem dinâmica diferente em outra família, como por exemplo, na maneira de se relacionar, como lidam com seus conflitos, como estabelecem vínculos, seus rituais, mostrando uma outra perspectiva pois cada família possui a sua dinâmica.

É possível visualizar a família a partir da sua etapa desenvolvimental, quando essa se iniciou? Se há filhos e em que idade estão? Se convivem juntas mais de uma geração nessa família. Essa visualização permite a descrição da família em relação ao seu ciclo de desenvolvimento (CERVENY et al. 2002).

2.5- O conceito de Ciclo Vital

O conceito de ciclo é um fato ou uma sequência de fenômenos e etapas sendo normalmente, o nascimento, a infância, a adolescência, a idade adulta, a senilidade e a morte, ou seja, está associado ao conceito de desenvolvimento, movimento, crescimento, ordenação e etapas (BERTHOUD; COELHO, 2011).

Berthoud e Coelho (2011) afirmam que o Ciclo Vital é uma das lentes mais importantes pelas quais é possível visualizar e entender uma família.

Cervený et al. (2002) evidenciam as fases iniciais da vida, onde o indivíduo vai desenvolvendo formas independentes de se relacionar com os membros da família, até a fase adulta e que essas relações se tornam equilibradas. Desta forma, vão sendo construídas as percepções e a função de cada um, a dinâmica das relações e o investimento emocional que passa sempre por um processo de mudança e reorganização constante, assim a subjetividade individual também é construída, sendo importante lembrar que o homem é percebido como um ser inserido em sistemas, sendo que o primeiro e o principal é a família.

O ciclo vital familiar é marcado por afetos, percepções dos papéis e funções de cada membro, onde a dinâmica das relações e o investimento emocional estão em constante mudança e reorganização, fazendo com que, a cada etapa, o significado que a família adquire na vida particular de cada indivíduo seja diferenciado (WASEDA et. al, 2016).

O ciclo vital permite de forma simultânea uma visão panorâmica e focal, por não ser um conceito rígido, permite sobreposições e reconstituições (OSÓRIO, VALLE et al., 2009).

2.6- Caracterização do Ciclo Vital de Cervený

A proposta apresentada por Cervený et al. (2002) sobre a compreensão do ciclo vital da família, o divide em quatro fases: Fase de Aquisição, cujo traço mais específico é a aquisição dos diversos elementos da família que se inicia, desde o nascimento dos filhos até a aquisição de patrimônio; Fase Adolescente, onde com filhos adolescentes, a família torna-se “adolescente”, no sentido de estar sujeita à inúmeras mudanças e transformações; Fase Madura, onde os filhos tornam-se independentes e a família para pôr uma readaptação em direção à estabilidade e maturidade e por fim, a Fase Última com o envelhecimento dos pais, a viuvez e as mudanças de papéis, pois os filhos passam a cuidar dos pais.

2.7- Visitando a Fase de Aquisição

A Fase de Aquisição compreende o período em que se inicia com a união do casal, caracterizado pelo processo de adquirir. Este processo envolve a construção da vida familiar, no sentido de aquisição de bens materiais, do estabelecimento do estilo de vida e da construção de padrões de interação (CERVENY et al., 2002).

Os objetivos da Fase de Aquisição estão em encontrar o lugar para morar, o emprego que proporcione condições de sobrevivência, os acessórios domésticos que facilitam a vida, o carro, o seguro saúde, muitas vezes até a complementação educacional (RONCHI; AVELLAR, 2011).

De acordo com Osório, Valle et al. (2009), a Fase de Aquisição engloba o período da união do casal até a entrada dos filhos na adolescência.

Essa fase trata da formação de um novo sistema, que tem como marco o casamento. Olhando a família como um sistema complexo, que se move através do tempo, levando consigo toda uma história, a ideia de união implica a fusão de dois sistemas familiares inteiros, ou seja, os valores, costumes e tradições dos grupos de origem dos parceiros serão redefinidos para a construção de um novo (RONCHI; AVELLAR, 2011).

Atualmente, encontra-se nesta fase transformações vividas pelo núcleo familiar, abrangendo famílias monoparentais, homossexuais, formadas por recasamentos, por indivíduos solteiros tendo e/ou adotando filhos. Assim, considera-se que quando é constituído um novo núcleo familiar, ele começa um novo período do ciclo vital da família, a família em Fase de Aquisição (CERVENY et al., 2002).

Essa fase pode durar muitos anos, em especial para casais que adiam a decisão de ter filhos e as vivências desta fase se revestem de características peculiares em função de aspectos como idade dos cônjuges, estilo de vida e contexto social (BERTHOUD; COELHO, 2011).

A formação do casal é considerada uma tarefa complexa e difícil na história de duas pessoas que se unem. Pois essas duas pessoas devem estar dispostas a negociar e renegociar uma gama de questões, que se distanciam da visão romântica que o casamento possa sugerir do viver felizes para sempre (CERVENY; MOREIRA, 2016).

Cervený et al. (2002) constataram três fenômenos a serem observados na Fase de Aquisição: unindo-se, construindo a vida a dois e vivendo a parentalidade. Tais fenômenos envolvem aspectos estruturais e dinâmicos do núcleo familiar.

No que se refere aos rituais trazidos da família de origem, Cervený et al. (2002) apontam que inicialmente, os cônjuges preservam os rituais tradicionais de suas respectivas famílias. Porém, ao longo do tempo alguns rituais vão se modificando ou podem ser abandonados devido ao estilo de vida adotado pelo casal, que consolida novos padrões para viver a conjugalidade.

3. Método

Trata-se de uma pesquisa de campos, exploratória e qualitativa, realizada na Região Metropolitana do Estado de São Paulo e o Vale do Paraíba, Interior do Estado de São Paulo, no Brasil.

Foram estudadas 19 famílias de classe média em fase de aquisição com diferentes configurações. Dentre os diferentes tipos de configurações foram 16 famílias em relacionamento heterossexual, 2 famílias homoafetivas, 1 família poliamor e 1 família de recasamento.

Os critérios para a constituição da amostra serão baseados na última classificação do IBGE (2010) em relação ao perfil da família de classe média definida como classe C grupo com renda de 4 a 10 salários- mínimo e classe D de 2 a 4 salários- mínimo.

A amostra se deu por acessibilidade através da técnica de amostragem de bola de neve. Desta forma, foram convidadas para participar da pesquisa famílias indicadas por colegas de estudo e do âmbito social da pesquisadora.

O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada que foi realizada com um membro da família, respondendo questões relacionadas aos sentimentos e vivências na Fase de Aquisição da família.

Os dados foram analisados por meio de técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo.

4. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos pelas amostras das famílias participantes foram divididos em 2 categorias que foram divididas em subcategorias. A primeira categoria, Unindo-se, foi

dividida em 4 subcategorias e a segunda categoria, Construindo a Vida a Dois também dividida em 4 subcategorias.

4.1- Categoria Unindo-se

De acordo com Cerveny et. al (2002), essa é uma categoria que descreve o processo inicial da constituição da nova família, onde os casais vivenciam o processo de conquista, a decisão em de se unirem e assumirem a conjugalidade. Para as autoras este processo é fundamental para a consolidação da união e envolve sentimentos ambivalentes, assim como as negociações e estabelecimento de metas são realizados nessa fase e o processo de adaptação do casal.

A família vive diferentes processos, em função do tempo de casamento e das demandas pessoais e familiares que sofrem transformação ao longo da fase (CERVENY et. al, 2002). As autoras apontam inúmeros processos vivenciados pelo casal no movimento psicológico de edificação do núcleo familiar como: dificuldade na forma de negociar a administração financeira do casal, dividir o espaço físico e emocional da demanda da conjugalidade e elaborar um novo padrão de relação entre os cônjuges.

Esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Formação do Casal, Valores e Diferenças, Tarefas e Hábitos e Metas.

4.1.1- Formação do Casal

Nesta etapa os casais vivenciam o início do desenvolvimento de uma atração e atração que leva a decisão de se unirem, onde para os casais mais jovens os elementos da atração possuem um peso maior, porém para os casais mais experientes o elemento racional também se faz presente trazendo mais praticidade para a relação (CERVENY et al., 2002).

Nesta subcategoria Formação do casal observou-se que 8 dos casais conheceram-se em um segmento religioso, 4 se conheceram através da internet, 4 no período escolar, 2 no período universitário e 2 através de amigos em comum. Na pesquisa Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital, na Fase de Aquisição realizada por Cerveny et.al (2002) aponta que no início da união são comuns nos casais contemporâneos arranjos e formas de relacionamentos diferentes que vai desde o ficar descompromissado até um relacionamento com maior compromisso, tal característica ainda persiste na pesquisa atual.

A base para a escolha do parceiro geralmente está na atração romântica, e nos impulsos sexuais de ambos os cônjuges devem ser inteiramente satisfeitos dentro do casamento, e de forma rápida por estar baseada em pouco conhecimento consciente e como torna-se evidente, precisa complementaridade e ajuste de personalidades (BÚRIGO, 2010). Para a autora, motivos como a bagagem herdada da família de origem e da própria história do indivíduo, o momento do ciclo de vida e o contexto e o tempo em que ocorrem o relacionamento contribuí para a tomada de decisão.

Angelo (1995 apud BÚRIGO, 2010) afirma que esta escolha se dá como uma “atenção seletiva” ou “desatenção seletiva” de acordo com o que é importante ou não para o indivíduo.

Observou-se que a decisão em oficializar a união se deram pelos mesmos valores e vontades em 5 famílias, pela proximidade em 1 família, devido as circunstâncias e dificuldades na relação em 5 famílias, devido à gravidez em 2 famílias, devido ao tempo de namoro em 1 família e 5 famílias relatam ter iniciado a relação já decididos pelo casamento. O processo de pensar, discutir e planejar a união é caracterizado por Cerveny et. al (2002) como preparando-se, nesta fase são realizadas as negociações em relação ao estilo de vida que desejam para o futuro e estabelecimento de metas, com exceção dos casos em que a união formal é antecipada pela vinda de um filho não planejado.

Cenci e Habigzang (2015) apresentam concordância com Cerveny ao afirmarem que a preparação no processo de formação do casal é caracterizada pelo pensar, decidir e planejar a união.

4.1.2- Valores e Diferenças

Cerveny et. al (2002) afirmam que por mais diferenciado e independente que o novo casal se julgue em relação a família de origem, é muito comum surgirem diferenças entre o casal devido ao aparecimento de padrões e valores familiares trazidos por cada um, até então quase que desconhecidos do outro. As autoras apontam para a existência do ‘velho e do novo’ na contemporaneidade, confirmando a ideia de que se está assistindo uma reconstrução de padrões de relações familiares.

Ao compreender a família como um sistema complexo, que se move através do tempo, levando consigo toda uma história, a ideia de união implica a fusão de dois sistemas familiares inteiros, ou seja, valores, costumes e tradições dos grupos de origem dos parceiros, as quais serão redefinidos para a construção de um novo sistema (MANFREDINI, 2019).

Quando o casal opta pela união matrimonial, juntam duas vidas com culturas diferentes, crenças, histórias familiares. Assim, faz parte do desafio do casamento fazer com que ambos consigam aprender e conviver com toda essa bagagem do parceiro e, ao longo da relação, constituir valores, crenças e histórias desta nova família (BÚRIGO, 2010).

A ideia de união implica a fusão de dois sistemas familiares inteiros, ou seja, os valores, costumes e tradições dos grupos de origem dos parceiros serão redefinidos para a construção de um novo (RONCHI; AVELLAR, 2011).

Cenci e Habigzang (2015) afirmam que devido a pluralidade de modelos conjugais, existe a necessidade pela busca do desenvolvimento de uma identidade própria na convivência diária.

Nesta subcategoria, no que diz respeito aos valores trazidos da família de origem observou-se que 6 estão relacionados à prática do cristianismo, 5 à honestidade, 5 ao respeito, 4 à estabilidade/reserva financeira, 4 que o casamento é para sempre, 3 relacionados ao companheirismo, 3 à fidelidade, 1 à confiança, 1 ao caráter, 1 perseverança, 1 à sinceridade, 1 ao cuidado com a casa, 1 ao trabalho/esforço e 1 em relação à priorizar os estudos dos filhos. Assim como na pesquisa realizada por Cerveny et. al (2002), que aponta para o processo de negociação em relação aos rituais e valores trazidos da família de origem, o que será preservado ou modificado é importante, porém no início da vida a dois tende a conservação deles, sofrendo alterações ou sendo abandonados ao longo do tempo em função de novas adaptações o estilo de vida e da construção e/ou adoção de novos padrões do casal, permanece na atual pesquisa.

No que diz respeito às diferenças, na presente pesquisa observou-se a permanência das seguintes dificuldades conforme os relatos das famílias onde 2 estão relacionados à questões de personalidade, 5 adaptação à hábitos e costumes, 2 à adaptação do funcionamento da família de origem, 2 relacionados à questões financeiras e conquistas de bens, 1 preocupação com o futuro, 2 em relação à divergência de opiniões e 3 não encontram diferenças. Da mesma forma, Cerveny et. al (2002), relatam que a dificuldade vivida nesse processo devido aos conflitos causados, na maioria das vezes, em decorrência da diversidade, onde hábitos, valores simples do dia a dia e regras da rotina que são elementos a serem negociados.

4.1.3- Tarefas e Hábitos

A divisão de tarefas é um recurso muito utilizado pelos casais, como um recurso de reorganização da vida individual de forma que ela se encaixe na vida a dois, pode auxiliar no estabelecimento de um padrão relacional mais amadurecido e adaptado as novas demandas (Cervený et. al, 2002).

Búrigo (2010) afirma que a formação de um casal consiste em uma fase de adaptação mútua, que envolve o desenvolvimento de regras de proximidade conjugal, inclusive a colaboração nos afazeres domésticos.

Nesta subcategoria, Tarefas e Hábitos, no que diz respeito a divisão tarefas observou-se que das famílias pesquisadas, apenas 1 possui secretária do lar para a realização das tarefas, em 12 famílias as tarefas são divididas, em 2 existe ajuda do cônjuge se for solicitado e em 4 não são divididas. Em relação a mudança de hábitos, observou-se que 2 estavam relacionadas à convivência, 2 ao individualismo, 2 filtrar amizades, 2 responsabilidades emocional, 1 hábito de comer à mesa, 1 hábito de jantar, 1 cuidados com a casa, 1 horário de dormir, 1 educação dos filhos e 1 mudança de costumes.

Assim, observa-se, na atual pesquisa condiz com a realizada anteriormente, que faz parte dessa fase inicial da vida a dois os conflitos causados, na maioria das vezes, pela diversidade. Esses envolvem valores diários, hábitos e regras da rotina de vida, elementos esses a serem negociados e considerados pelos parceiros (CERVENY et al., 2002). É importante ressaltar a afirmação das autoras, que a aceitação das diferenças, aceitação do outro, e construção da individualidade fazem parte do movimento de elaboração de um espaço preservado essencial para a vida do casal.

4.1.4- Metas

O estabelecimento de metas é realizado nesta fase do Ciclo Vital como forma de negociação para nortear o jovem casal no início da vivência conjugal quanto ao que irão se dedicar e envolve planejamento financeiro e o modo de vida do casal (CERVENY et. al, 2002).

É fundamental que o casal tenha clareza dos objetivos de vida de ambos e avalie se é possível alcançar e/ou realizar juntos esses objetivos (BÚRIGO, 2010).

Na subcategoria Metas, observou-se que as metas estão relacionadas da seguinte forma: 13 aquisições de imóveis, 8 aquisições de automóveis, 7 financeiras, 6 formação e crescimento profissional, 5 viagens, 5 seguimentos religioso, 4 ter filhos, 3 abrir negócio próprio, 2 quitar dívidas, 2 educações de filhos, 2 reforma e aquisição de móveis, 1 oficializar

união e 1 relacionado à saúde. Notou-se que permanece nas famílias a busca por investir de forma racional na preparação da relação, exceto os casos da chegada do filho antecipadamente. Os objetivos relacionados à bens materiais passam a serem pensados após a adequação da vida do casal com filhos como na pesquisa de Cervený et.al (2002).

Ronchi e Avellar (2011) salientam que as principais metas estão relacionadas à formação da família e construção do patrimônio familiar.

Na Fase de Aquisição a preocupação do casal está relacionado com a conquista de um modelo de família, de segurança, de bens materiais, com a construção da carreira profissional, da independência da família de origem, além da concepção de uma relação dual, na qual devem ser definidos papéis e funções de cada um dos cônjuges e um espaço inter-relacional que satisfaça a ambos (MANFREDINI, 2019).

4.2- Categoria Construindo a Vida a Dois

É um processo fundamental, pois nele ocorre a construção da nova família que se forma. Ele envolve negociações, readaptações e surgimento de novos sentimentos (CERVENY et. al, 2002).

Esta categoria foi dividida nas seguintes categorias: Desafios no Processo de Adaptação do Casal, Administração do Dinheiro, Canais de Comunicação do Casal, Relacionamento com a Família de Origem, Vida Social e O casal sem Filhos.

4.2.1- Desafios no Processo de Adaptação do Casal

Esse é o processo inicial vivido pelo casal ao assumirem a vida a dois, onde surge sentimentos ambivalentes, acentuando sentimento de insegurança, prazer e desafio com a nova vida. É um momento intenso que repercute para os padrões relacionais que serão estabelecidos (CERVEY et. al, 2002).

A adaptação é caracterizada pelo processo emocional vivenciado pelo casal e envolve sentimento de ambivalência, estranhamento, insegurança, prazer e desafio (CENCI; HABIGZANG, 2015).

Na subcategoria Desafios no processo de adaptação, observou-se que 10 famílias relatam desafios financeiros, 4 relatam desafios referentes ao costume e cultura, 5 desafios de convivência, 3 relacionados à imaturidade, 3 à diferenças de opinião, 2 em relação à comunicação, 2 em pensar como família, 1 referente à sonhos/planejamento, 1 diferença de

personalidade, 1 a tolerância, 1 conciliar rotina, 1 manter as conquistas e 1 em entender o tempo do outro.

Tal processo condiz com o apresentado na pesquisa de Cerveny et. al (2002), onde as autoras apontam para a sensação de estranhamento relatada pelos casais, a nova vida ao mesmo tempo em que se torna atraente é estranha, inclusive a casa, o espaço físico e emocional dividido pelo casal em decorrência da conjugalidade e elaborar um novo padrão de relação entre os cônjuges é um dos maiores desafios desse momento.

A formação de um casal consiste em uma fase de adaptação mútua, que envolve o desenvolvimento de regras a respeito da proximidade conjugal, dos padrões de colaboração nas atividades domésticas, a frequência com que se realiza o ato sexual, o estabelecimento de fronteiras com parentes e amigos, entre outros (BÚRIGO, 2010).

4.2.2- Administração do Dinheiro

O planejamento da vida a dois é visto por Cerveny et.al (2002) como um grande desafio a ser enfrentado. As autoras apontam também para a distância do modelo provedor tradicional nas famílias de classe média, onde o planejamento futuro, incluindo as metas financeiras, aquisições de bens, e fluxo de gastos é realizado a dois.

Na subcategoria Administração do Dinheiro, observa-se que em relação a finanças conjuntas 15 famílias relatam terem finanças conjuntas e 2 possuem finanças separadas. No que diz respeito a facilidade de comunicação sobre finanças, 13 famílias relatam facilidade de comunicação e 5 encontram dificuldades na comunicação. Em relação ao planejamento financeiro 3 famílias relatam facilidade em planejar e 5 dificuldade de planejamento, 2 relatam dificuldade em colocar o planejamento em prática, 1 família relata facilidade em controlar a finança e 1 relata dificuldade em cortar gastos. No que diz respeito a baixa remuneração, apenas 2 famílias relatam essa informação.

Observa-se que diferentemente das famílias estudadas por Cerveny et. al (2002) onde o estudo apontou que na maioria das famílias a organização das finanças eram realizadas pelas mulheres, não ocorre na atual pesquisa. Porém, observou-se que, assim como na pesquisa realizada anteriormente, poucos casais optam em realizar a administração do dinheiro individualmente, sendo essa uma característica que permanece na pesquisa atual.

Tobias (2012) aponta ser um elemento importante o poder em relação ao dinheiro dentro da família, apesar de a mudança de papéis virem se instalando como novo arranjo familiar.

A qualidade conjugal está fortemente associada ao manejo do dinheiro pelos casais. Casais que manejam o dinheiro conjuntamente possuem melhor índice de qualidade conjugal, maior concordância em relação às finanças e maior grau de felicidade em relação ao relacionamento conjugal (CENCI; HABIGZANG, 2015).

4.2.3- Canais de Comunicação do Casal

De acordo com Cervený et.al (2002) a comunicação é também um elemento fundamental no processo de construção da cumplicidade do casal, para que eles possam se sentir realmente uma dupla.

Nesta subcategoria, Canais de Comunicação do Casal, observa-se que 13 famílias relatam que a comunicação é assertiva, 6 relatam dificuldade na comunicação.

Búrigo (2010) afirma que quando o casal assume o casamento de forma comprometida, mantém uma relação afetiva-sexual, e compartilham das responsabilidades e dos projetos de vida, possuem maior chances de manter uma via de comunicação aberta.

A comunicação e a qualidade da relação podem sofrer interferência das repetições dos padrões familiares (CERVENY; MOREIRA, 2016).

A pesquisa realizada por Cervený et. al (2002) aponta para o fato de muitos casamentos não se constituírem como verdadeiras uniões, em decorrência da existência de parcialidade na união, onde se une espaço, desejos, corpos, mas, não há união emocional. Na pesquisa atual observa-se maior cumplicidade entre os casais em decorrência da comunicação assertiva na grande maioria das famílias

4.2.4- O Casal Sem Filhos

De acordo com Cervený et. al (2002), essa é uma fase que pode se prolongar, visto que casais jovens tendem a postergar a vinda do primeiro filho em função da carreira profissional de um ou de ambos. Nesta subcategoria descreveremos os sentimentos do jovem casal em relação a vida sem filhos.

Nesta subcategoria, O casal Sem Filhos, sobre os sentimentos da vida sem filhos, 12 famílias relatam ser um período com, 5 relatam que a vida sem filhos possibilita maior tempo, 3 relatam ser um momento para se curtir como casal, 3 relatam ter maior liberdade, 4 relatam terem animais de estimação como filhos e 1 relata faltar algo para completar a família. Assim como na pesquisa de Cervený et.al (2002), observa-se que os sentimentos de liberdade

predominam e que esse período é proveitoso no sentido de o casal construir um relacionamento maduro e estar preparado financeiramente e emocionalmente para a chegada dos filhos. Um fator não identificado na pesquisa anterior, é o fato de algumas famílias apresentarem relatos de animais de estimação considerados como filhos do casal aparecer na presente pesquisa.

A vida é envolvida por sentimentos de liberdade e independência dos cônjuges que tendem a postergar a vinda do primeiro filho. Nesse caso, há a busca da maturidade emocional e de estabilidade profissional e financeira de ambos os cônjuges antes de terem filhos (CENCI; HABIGZANG, 2015).

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo compreender os desafios da conjugalidade na Fase de Aquisição. A pesquisa ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas, que permitiram a pesquisadora compreender esses aspectos nas famílias.

Quanto à formação do casal pode-se concluir ser habitual arranjos e formas de relacionamentos diferentes, desde o relacionar-se descompromissado até o assumir um compromisso maior. A escolha do parceiro tende a se basear na atração romântica, assim como o contexto (circunstâncias, dificuldades da relação e momento do ciclo de vida), o tempo de relacionamento contribuíram para a tomada da decisão em se casar.

Em relação aos valores observou-se a permanência do processo de negociação em relação aos rituais e valores trazidos da família de origem, onde no início da vida a dois há a tendência de conservação deles, sofrendo alterações ou sendo abandonados ao longo do tempo em função de novas adaptações o estilo de vida e da construção e/ou adoção de novos padrões do casal.

Quanto às diferenças pode-se concluir que elas são em decorrência da diversidade, onde hábitos, valores simples do dia a dia e regras da rotina (relacionadas a tarefas e hábitos) que são elementos importantes a serem negociados.

No que diz respeito as metas, conclui-se que elas estão relacionadas a formação da família e busca por aquisição de bens materiais. Vale ressaltar que no caso das famílias com filhos nascidos antes do casamento, as metas relacionadas a bens materiais são pensadas após a adequação da família.

No que se refere aos principais desafios relacionados ao processo de adaptação do casal, observou-se o sentimento de ambivalência e estranhamento, sendo considerado um dos maiores desafios para o casal.

No que diz respeito a forma como o dinheiro é utilizado, pode-se perceber mudança na forma em administrar as finanças, onde a maioria dos casais optam pela administração conjunta. Observou-se maior assertividade no que diz respeito à comunicação, o que pode resultar em maior cumplicidade entre o casal.

Diante dos resultados encontrados, percebe-se a importância de aplicar esse conhecimento em prol das famílias através de programas de orientação no sentido de auxiliar essas famílias. Desta forma, o psicólogo pode atuar através de grupos reflexivos com temáticas relacionadas à vivência das categorias da fase e material informativo a respeito da Fase de aquisição, trazendo orientações sobre ela.

Por fim, diante da escassez de estudos referente ao Ciclo Vital e ao fato de a família ser um sistema aberto e vivenciar constantes mudanças, entende-se a importância de novos estudos afim de ampliar o conhecimento da temática em todas as fases do Ciclo Vital.

Referências

- BERTHOUD, C. M. E.; COELHO, M. R. M. **Manual de Orientação Familiar Sistêmica**. Taubaté: Editora Casa Cultura. 2011.
- BÚRIGO, M.V.A. **Terapia de casal: Uma visão Sistêmica**. Trabalho apresentado ao Instituto Família Sistêmico para a conclusão do curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica. Florianópolis, 2010.
- CAMPOS, S.O.; COMIN, F.S.; SANTOS, M.A. **Transformações da conjugalidade em casamentos de longa duração**. *Psicologia Clínica*. v. 29, n. 1, p. 69- 89, 2017.
- CENCI, C.M.B.; HABIGZANG, L.F. **Relações entre significado, manejo do dinheiro e qualidade conjugal no início do ciclo familiar**. *Revista de Psicologia da IMED*. v. 7, n.2, p. 16-25, 2015.
- CERVENY, C. M. O. e cols. **Família e Ciclo Vital: Nossa Realidade em Pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997
- CERVENY, C. M. O.; et al. **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.
- CERVENY, C. M. O.; MOREIRA, M. A. A. **Relações Triangulares: dois é bom, três é demais**. Curitiba: Juruá. 2016.

DUBAI, E. R. **Family development**. Philadelphia: J. B. Lippincott. 1967. HALEY, J. **Terapia não convencional: As Técnicas Psiquiátricas de Milton**

H. Erickson. São Paulo: Summus.1991.

HILL, R. **Families in east: socialization process and kinship ties**. Paris: Monton. 1970.

MANFREDINI, A.M.N. [Org.] **Intervenção Familiar Sistêmica: atuação e pesquisa**. Taubaté/SP: Ed-Unitau, 2019, 350p.: e-book. – (Série em Família).

MC GOLDRICK, M.; CARTER, B. et.al. **As mudanças no Ciclo Vital de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Ed 2. 1995.

MINUCHIN, S. **Família: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.

OSÓRIO, L. C.; VALLE, M.E.P. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RONCHI, J.P.; AVELLAR, L.Z. **Família e ciclo vital: a fase de aquisição**.

Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 211-225, ago. 2011.

TOBIAS, A.M.N.M. **Educação financeira na família: como falar de dinheiro com crianças** / Andreza Maria Neves Manfredini Tobias, Ceneide Maria de Oliveira Cerveny - São Paulo: Roca, 2012.

WALSH, F. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

WASEDA D. et. al. **Casais Homoafetivos Femininos: Demandas do Ciclo Vital Familiar e Aceitação Socia**. Pensando Famílias, v. 20, n.22, p.115-131, 2016.



UNITAU
Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-68-9

CDL



9 786586 914689